

INOVAÇÃO SOCIAL, EMPREENDEDORISMO E INTERDISCIPLINARIDADE

SOCIALIZAÇÃO DOS ESTUDOS PRODUZIDOS

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
Josias Benevides da Silva
José Gileá de Souza
(Organizadores)



SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA
JOSIAS BENEVIDES DA SILVA
JOSÉ GILEÁ DE SOUZA
(ORGANIZADORES)

**INOVAÇÃO SOCIAL,
EMPREENDEDORISMO E
INTERDISCIPLINARIDADE**
SOCIALIZAÇÃO DOS ESTUDOS PRODUZIDOS

Editora Metrics
Santo Ângelo – Brasil
2023



Copyright © Editora Metrics

Imagem da capa: Freepik

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I58 Inovação social, empreendedorismo e interdisciplinaridade
[recurso eletrônico] : socialização dos estudos produzidos /
organizadores: Sandra Célia Coelho Gomes da Silva, Josias
Benevides da Silva, José Gileá de Souza. - Santo Ângelo :
Metrics, 2023.
304 p. : il.

ISBN 978-65-5397-129-5

DOI 10.46550/978-65-5397-129-5

1. Empreendedorismo. 2. Educação. 3. Inovação social.
I. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da (org.). II. Silva, Josias
Benevides da (org.). III. Souza, José Gileá de (org.)

CDU: 37

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Rua Antunes Ribas, 2045, Centro, Santo Ângelo, CEP 98801-630

E-mail: editora.metrics@gmail.com

<https://editorametrics.com.br>

Conselho Editorial

Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Charley Teixeira Chaves	PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil
Dr. Douglas Verbicaro Soares	UFRR, Boa Vista, RR, Brasil
Dr. Eder John Scheid	UZH, Zurique, Suíça
Dr. Fernando de Oliveira Leão	IFBA, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dra. Helena Maria Ferreira	UFLA, Lavras, MG, Brasil
Dr. Henrique A. Rodrigues de Paula Lana	UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil
Dr. Jenerton Arlan Schütz	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dr. Jorge Luis Ordelin Font	CIESS, Cidade do México, México
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dr. Manuel Becerra Ramirez	UNAM, Cidade do México, México
Dr. Marcio Doro	USJT, São Paulo, SP, Brasil
Dr. Marcio Flávio Ruaro	IFPR, Palmas, PR, Brasil
Dr. Marco Antônio Franco do Amaral	IFTM, Ituiutaba, MG, Brasil
Dra. Marta Carolina Gimenez Pereira	UFBA, Salvador, BA, Brasil
Dra. Mércia Cardoso de Souza	ESEMEC, Fortaleza, CE, Brasil
Dr. Milton César Gerhardt	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Muriel Figueredo Franco	UZH, Zurique, Suíça
Dr. Ramon de Freitas Santos	IFTO, Araguaína, TO, Brasil
Dr. Rafael J. Pérez Miranda	UAM, Cidade do México, México
Dr. Regilson Maciel Borges	UFLA, Lavras, MG, Brasil
Dr. Ricardo Luis dos Santos	IFRS, Vacaria, RS, Brasil
Dr. Rivetla Edipo Araujo Cruz	UFPA, Belém, PA, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATTUS Educação, Passo Fundo, RS, Brasil
Dra. Vanessa Rocha Ferreira	CESUPA, Belém, PA, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil
Dra. Waldimeiry Corrêa da Silva	ULOYOLA, Sevilha, Espanha

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11
<i>Floriano Barboza Silva</i>	
APRESENTAÇÃO	13
<i>Sandra Célia Coelho Gomes da Silva</i>	
<i>Josias Benevides da Silva</i>	
<i>José Gileá de Souza</i>	
PARTE I.....	19
Capítulo 1: EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	21
<i>Deyse Queirós Santos</i>	
<i>Roberta Nonato da Silva</i>	
<i>Zenaide Alves Pereira</i>	
Capítulo 2: ESTUDANTES DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO DA BAHIA: INOVAÇÃO ATRAVÉS DE PEDAGOGIAS QUE LEVEM EM CONTA O PERTENCIMENTO DOS ALUNOS.	41
<i>Luís Geraldo Leão Guimarães</i>	
<i>Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira</i>	
<i>Jéssica Jesus de Melo</i>	
Capítulo 3: ETNOMATEMÁTICA E EMPREENDEDORISMO: REVISITANDO AS LITERATURAS PRODUZIDAS	55
<i>Rozimeire Soares de O. Porto</i>	
<i>Ana Paula Alves Fernandes O. Guimaraes</i>	
<i>Lídia Maria Silva M. Ribeiro</i>	

Capítulo 4: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS... 71

Diná Santana de Novais

Andrea Sely Alcântara Gomes

Marizete Barbosa de Lima Souza

Capítulo 5: O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES..... 87

Ivanete Fernandes do Prado

Elloyse Santiago Silva

Miss Lene Lima Borges

Capítulo 6: EMPREENDEDORISMO NO TERRITÓRIO DO VELHO CHICO: INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR REDUZINDO DESIGUALDADES E PROMOVEDO JUSTIÇA SOCIAL 103

Maria Célia Santana Aguiar

Jianine Simões Rodrigues Pichite

Maira Simões Rodrigues

Capítulo 7: PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL..... 119

Kleide Iraci Marques

Manuela Barros Santos

Arlete Souza Rodrigues

Capítulo 8: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E AS INTERCONEXÕES COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DE INOVAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR 129

Regiane da Mota Queiroz Santiago

Isabel Cristina Ribeiro Souza

Gilda Oliveira de Jesus

Capítulo 9: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR 145

Terezinha Camargo Magalhães

Keila Ferreira Gomes

Simone Maria da Silva

Capítulo 10: O IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS PARA OS DOCENTES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	161
--	-----

Raiane Cordeiro Araújo

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Millena Carneiro Lima

Capítulo 11: O LETRAMENTO DIGITAL COMO FORMA DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA EMPREENDEDORES SOCIAIS.....	177
--	-----

Rayanny Cardoso Moreira

Jorge Abdon Miranda de Souza Junior

Luciana Pereira Cardial Teixeira

Capítulo 12: LETRAMENTO DIGITAL E IDENTIDADE CAMPESINA: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ESCOLARES INOVADORAS	187
---	-----

Elvina Perpétua Ramos Almeida

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim

Roseane Vieira da Luz Mata

Capítulo 13: AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR E O PAPEL INOVADOR DA POLÍCIA MILITAR NO ENFRENTAMENTO DESSA REALIDADE.....	205
---	-----

Arthur Prado-Netto

Luciano Araújo Lima

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Capítulo 14: ROMARIA DO BOM JESUS E A PANDEMIA DA COVID-19: INOVAÇÃO E O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO ELO ENTRE OS ROMEIROS E O SANTUÁRIO DO BOM JESUS DA LAPA	223
--	-----

Krzysztof Dworak

Renata Pinho Pereira

PARTE II	233
Capítulo 15: EMPREENDEDORISMO, STARTUPS E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE EM UMA EMPRESA A PARTIR DA GESTÃO POR OBJETIVOS E RESULTADOS CHAVE – OKR.....	235
<i>Renato Moraes Moura Costa Neto</i>	
<i>Floriano Barboza Silva</i>	
Capítulo 16: CREAM, ARRIESGAR E INNOVAR? UN ANÁLISIS DEL EMPRENDIMIENTO FEMENINO CUBANO ON-LINE EN TIEMPOS DE PANDEMIA EN BRASIL.....	251
<i>Zaylin Leydi Powell Castro</i>	
Capítulo 17: O FISCO TECNOLÓGICO E A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA INTRODUZIDA PELA EC 03/1993: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE.....	269
<i>Camila de Sales Guerreiro Britto</i>	
<i>José Gileá de Souza</i>	
POSFÁCIO	287
<i>Fábio César Junges</i>	
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS).....	289
SOBRE OS (A) ORGANIZADORES (AS).....	303

PREFÁCIO

A inovação social, o empreendedorismo e a interdisciplinaridade são conceitos fundamentais e altamente relevantes nos dias de hoje por várias razões. Vivemos em um mundo com desafios sociais e ambientais cada vez mais complexos, como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas, saúde global e muito mais. A inovação social permite abordar esses problemas de maneira criativa e eficaz, desenvolvendo soluções que tenham um impacto positivo na sociedade.

O empreendedorismo desempenha um papel crucial na economia global. Com a automação e as mudanças tecnológicas, a criação de novos negócios e a capacidade de adaptação são essenciais para a geração de empregos e o crescimento econômico. Empreendedores muitas vezes identificam lacunas no mercado e desenvolvem produtos e serviços inovadores.

Abordagem Multidisciplinar para Desafios Complexos dos problemas contemporâneos muitas vezes não podem ser resolvidos apenas por meio de uma única disciplina. A interdisciplinaridade envolve a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento para abordar questões complexas de maneira holística. Isso é especialmente importante para a resolução de problemas sociais, que muitas vezes são multifacetados e limitam uma variedade de perspectivas.

Em resumo, a inovação social, o empreendedorismo e a interdisciplinaridade são cruciais nos dias de hoje devido à necessidade de abordar problemas sociais complexos, à rápida evolução tecnológica, às limitações de recursos, à responsabilidade corporativa, à colaboração interdisciplinar, às expectativas dos consumidores e à busca pelo desenvolvimento sustentável. Eles desempenham um papel fundamental na criação de soluções criativas e sustentáveis para os desafios do nosso tempo.

Esse livro traz uma perspectiva de socialização dos estudos produzidos de trabalhos orientados por professores a alunos cursantes das disciplinas especial inovação social e empreendedorismo do mestrado do Programa intervenção educativa e social do Departamento de Educação, Campus XI- Serrinha – Uneb, que buscam através da pesquisa

a compreensão de conceitos fundamentais em nossa sociedade: inovação social, empreendedorismo e interdisciplinaridade.

Floriano Barboza Silva

Possui graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Santana (1997), graduação em Administração pela Faculdade Castro Alves (2004), Mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2008) e Mestrado em Administração pela Universidade São Marcos (2002) Doutorado em Difusão do Conhecimento (UFBA). Atualmente é Professor Adjunto e Chefe de Departamento da EAUFBA (Escola de Administração - UFBA).

APRESENTAÇÃO

A obra “Inovação social, empreendedorismo e interdisciplinaridade: socialização dos estudos produzidos”, vincula-se às atividades realizadas pelos alunos especiais do componente Inovação Social e Empreendedorismo, em parceria com egressos do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social – MPIES (Mestrado Profissional), do Departamento de Educação – Campus XI – Serrinha em cooperação interdepartamental com turma fora de sede, no Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas - Campus XVII – Bom Jesus da Lapa, da Universidade do Estado da Bahia, docentes do referido campus e convidados/as de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Esta publicação emergiu do componente curricular inovação social e empreendedorismo ofertado do semestre 2023.1, a partir do qual os organizadores e a organizadora dessa obra apresentam revisões de literatura produzidos pelos (as) de pós-graduação, juntamente com as egressas e professores da UNEB / PPGIES e de outras IES nacionais.

Os textos, que compõem a referida obra, estabelecem relações com inovação social e o empreendedorismo, com diálogos interdisciplinares dentro das temáticas emergentes nos diversos contextos sociais contemporâneos, relacionados aos estudos de pesquisadores (as) de diferentes áreas do conhecimento, projetos integradores e grupos de pesquisa.

A Inovação Social é o processo de buscar novas soluções para problemas sociais, que sejam mais eficientes, eficazes, sustentáveis e justas do que as já existentes, e cujo valor gerado beneficie, de forma prioritária, a sociedade como um todo e não apenas poucos indivíduos. O Empreendedorismo Social é uma forma de empreendedorismo que tem como objetivo desenvolver bens e serviços que impactem a sociedade, ajudando a solucionar os problemas enfrentados por ela. Neste diapasão, o ato de empreender manifesta-se como uma atitude dinâmica perante a realidade, em que, frente a determinados contextos, se imaginam novas respostas a essa realidade. Por isso se associa o empreendedorismo social a inovação social, pois o empreendedor tende a realizar as suas ações de forma diferente, para obter resultados diferentes e, nesse processo de inovação, desconstrói uma realidade para recriá-la.

A capacidade de imaginar novas realidades é determinante para a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento da sociedade, pois enquanto o empreendedor “comum” cria um negócio para obter lucro, atendendo uma demanda do mercado, o empreendedor social cria negócios para resolver problemas e atender necessidades sociais, normalmente percebidas em seu território, na comunidade onde ele vive e/ou trabalha, ou seja, tem como propósito transformar positivamente a vida das pessoas e de comunidades que estão em situação de vulnerabilidade social através das intervenções educativas e sociais.

A presente coletânea traz como objetivo contribuir para o fortalecimento do diálogo, da difusão e da consolidação do conhecimento no âmbito interdisciplinar e na articulação entre a teoria e a prática oriundas das interfaces com pós-graduação, visando à dialogicidade com o processo formativo e interventivo, buscando fomentar reflexões, ressignificações e novas perspectivas de conhecimentos já produzidos na área da inovação social e empreendedorismo.

Diante do exposto, propomos a publicação desse volume, dividido em duas partes, certos de que, ao adentrar a leitura dessa obra, elucidaremos conhecimentos e descortinamos conceitos pertinentes à inovação social e empreendedorismo dentro de uma concepção interdisciplinar. A Parte I é composta por quatorze capítulos, assim descritos: O capítulo um “Empreendedorismo e educação de jovens e adultos: uma revisão sistemática a partir da base nacional comum curricular”, das autoras; Deyse Queirós Santos, Roberta Nonato da Silva e Zenaide Alves Pereira, ; teve como objetivo analisar a produção de artigos em português, publicados entre 2019 e 2023, sobre o tema empreendedorismo na Educação de Jovens e Adultos a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com efeito, identificamos a necessidade de uma organização curricular que vá em sentido oposto ao proposto nos documentos oficiais, tendo em conta a diversidade de contextos e trajetórias de vida dos estudantes. no capítulo dois intitulado: “Estudantes do campo no ensino médio da bahia: inovação através de pedagogias que levem em conta o pertencimento dos alunos”; cuja autoria é de Luís Geraldo Leão Guimarães, Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira e Jéssica Jesus de Melo este trabalho busca evidenciar, como de que forma propostas pedagógicas inovadoras podem fortalecer a concepção de Educação do Campo na Bahia, construindo uma educação crítica e transformadora, pautada em um processo de inovação. Neste sentido, destacamos a pedagogia freireana e a pedagogia histórico-crítica (PHC), como concepções teórico-metodológicas, que são capazes

de potencializar o projeto de Educação no e do Campo, pautado na inovação social. já o capítulo três: “Etnomatemática e empreendedorismo: revisitando as literaturas produzidas”, Rozimeire Soares de O. Porto, Ana Paula Alves Fernandes O. Guimaraes e Lídia Maria Silva M. Ribeiro, tem como objetivo geral, analisar como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresentam nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 à 2022.

No capítulo quatro, “Programa nacional de assistência estudantil e inovação social no contexto das políticas públicas”, as autoras, Diná Santana de Novais, Andrea Sely Alcântara Gomes e Marizete Barbosa de lima Souza , retrata como o objetivo principal que é compreender como o Programa Nacional de Assistência Estudantil contribui para inovação social no contexto da educação superior. Já o capítulo cinco, “O impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres”, Ivanete Fernandes do Prado , Elloyse Santiago Silva e Miss Lene Lima Borges Objetiva-se, no presente artigo, apresentar por meio da literatura científica, o impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres. O presente estudo contribuiu para a construção do referencial teórico sobre o impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres. No Capítulo seis, “Empreendedorismo no território do velho chico: interiorização do ensino superior reduzindo desigualdades e promovendo justiça social”; Maria Célia Santana Aguiar, Jianine Simões Rodrigues Pichite e Maira Simões Rodrigues. Objetiva-se em seu estudo analisar a expansão das universidades no interior da Bahia, no Território do Velho Chico, Oeste Baiano e seu papel como redutor de desigualdades e promotor de justiça social.

O capítulo sete, “Protagonismo das mulheres negras no brasil: reflexões e experiências de empreendedorismo e inovação social”, que tem como autoras: Kleide Iraci Marques, Manuela BarrosSantosRodrigues, Arlete Souza, objetiva realizar uma discussão sobre Protagonismo de Mulheres Negras, considerando as reflexões sobre experiências de empreendedorismo e inovação social no Brasil. Na sequência, o capítulo oito, “Coordenação pedagógica e as interconexões com o projeto político pedagógico como instrumento propulsor de inovações no contexto escolar”, escrito por Regiane da Mota Queiroz Santiago, Isabel Cristina Ribeiro Souza e Gilda Oliveira de Jesus, O presente trabalho tem como objetivo central refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), enquanto como referencial para o trabalho do/a Coordenador/a Pedagógico/a no contexto escolar.

Já, o Capítulo nove, “Revisão sistemática da literatura sobre evasão

escolar no ensino superior”, Terezinha Camargo Magalhães, Keila Ferreira Gomes e Simone Maria da Silva, cujo objetivo foi sintetizar os fatores associados ao fenômeno da evasão escolar no ensino superior brasileiro, no intuito de debater a temática à luz dos referências clássicos e atuais sobre o assunto. O Capítulo dez, “O impacto da inovação tecnológica no ambiente escolar: desafios para os docentes no processo ensino-aprendizagem”; Raiane Cordeiro Araújo, Emerson Almeida dos Santos Sousa e Millena Carneiro Lima. Discutem a inovação tecnológica no contexto escolar que é de extrema relevância na atualidade, pois o uso crescente de recursos digitais tem influenciado nos hábitos de leitura e escrita dos alunos. Isso exige que as escolas se adaptem e estejam aptas a enfrentarem desafios, como a necessidade de formação contínua para os professores e a desigualdade no acesso aos recursos tecnológicos. O Capítulo onze, “O letramento digital como forma de inovação social para empreendedores sociais”; Rayanny Cardoso Moreira, Jorge Abdon Miranda de Souza Junior e Luciana Pereira Cardial Teixeira, traz como o objetivo analisar as contribuições que o letramento digital é capaz de proporcionar aos empreendedores, a fim de otimizar suas estratégias de negócios, estimulando a inovação.

Ademais, o capítulo doze, “Letramento digital e fortalecimento da identidade campesina um estudo das práticas escolares inovadoras”, as autoras Elvina Perpétua Ramos Almeida, Aldineia Borges dos Anjos Bonfim e Roseane Vieira da Luz Mata, teve por objetivo analisar práticas escolares inovadoras de letramento digital em localidades rurais que visam o fortalecimento da identidade campesina e seus empreendimentos no campo, uma vez que, mediante uma conjuntura social cada vez mais digital, ainda se percebe lentos avanços nas comunidades rurais e na educação do campo, o que pode contribuir para a não formação da autonomia dos jovens camponeses e o não crescimento das comunidades campesinas. No Capítulo treze, “As diversas manifestações de violência no ambiente escolar e o papel inovador da Polícia Militar no enfrentamento dessa realidade”. Arthur Prado-Netto, Luciano Araújo Lima e Nadjanara Lopes de Abreu Araújo, traz como abordagem a questão da violência nas escolas, que engloba diversas manifestações de agressão, incluindo agressões físicas, verbais, psicológicas, patrimoniais, sexuais e virtuais. O objetivo deste estudo é promover uma breve reflexão sobre a questão da violência nas instituições de ensino e discutir duas propostas inovadoras de intervenção da Polícia Militar no ambiente escolar. E por último, o Capítulo quatorze, “Romaria do Bom Jesus e a Pandemia da Covid-19: inovação e o uso de tecnologias digitais como elo entre os romeiros e o Santuário do Bom Jesus

da Lapa” , o autor Krzysztof Dworak e a autora Renata Pinho Pereira, aponta como objetivo geral; apresentar como se deu a romaria do Bom Jesus durante a pandemia e entender como as TICs contribuíram para manter a conexão entre os romeiros e o Santuário do Bom Jesus da Lapa, através de uma forma inovadora de exercício da fé pela internet e redes sociais

Na parte II desta obra, encontram-se as contribuições de pesquisadores convidados de outras Instituições de Ensino Superior, relacionados à temática proposta dentro da concepção interdisciplinar fortalecendo às nossas redes pesquisas e difusão de conhecimentos.

Ademais, a obra traz análises / reflexões teóricas e conceituais que ajudam a embasar e contextualizar as práticas de inovação social, empreendedorismo e interdisciplinaridade alargando uma visão interdisciplinar sobre a temática. Sendo um conhecimento indispensável e recomendado para estudantes da graduação e pós-graduação, pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, que pautam intervenções educativas e sociais construídas dialogicamente com as pessoas.

Por fim, a obra apresenta uma visão interdisciplinar e atualizada sobre os temas inovação social, empreendedorismo e interdisciplinaridade, de leitura de fácil compreensão é um convite para as pessoas que desejam se aprofundar nessas áreas do conhecimento, visando consolidar as intervenções educativas e sociais. Imbuídos dessa, perspectiva é que te desejamos uma boa leitura.

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
Josias Benevides da Silva
José Gileá de Souza
(Organizadores/a)



PARTE I

Capítulo 1

EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Deyse Queirós Santos
Roberta Nonato da Silva
Zenaide Alves Pereira

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Empreendedorismo são campos de debates que permeiam os ambientes acadêmicos e governamentais. Esses debates têm contribuído para a implementação e a efetivação de políticas públicas no âmbito nacional. Uma das primeiras referências à EJA foi exposta na Lei 5.692/71, em capítulo próprio sobre o Ensino Supletivo (Soares, 2001, p. 206). Destarte, as primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram encontradas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) 9.394/96, que define objetivamente a EJA como modalidade da Educação Básica.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um espaço propício para acolher educandos egressos de um sistema educacional excludente, que não volta seu olhar às suas especificidades. Na EJA, eles buscam desenvolver suas capacidades e aprender conteúdos e saberes necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e amplas, condição fundamental para o exercício da cidadania (Arroyo, 2005). No entanto, a especificidade desta modalidade, que atende a um público muito heterogêneo e distinto do ensino regular, exige uma adaptação, tanto dos conteúdos abordados, quanto da maneira de tratá-los.

Grandes mudanças aconteceram na educação brasileira na última década, dentre elas a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹,

1 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma referência obrigatória para elaboração

um documento criado pelo Governo Federal de caráter normativo que estabelece um conjunto orgânico de conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo das etapas da Educação Básica, e o empreendedorismo faz parte dos eixos da BNCC (BRASIL, 1996).

Os termos “empreendedorismo” e “empreendedor” derivam da palavra francesa “*entrepreneur*”, que tem origem no latim “*imprehendere*” (Hoselitz, 1951). O surgimento do termo empreendedorismo de acordo com Hisrich & Peter (2004), data de meados do século XVII e foi difundido pelo economista e banqueiro Richard Cantillon². De acordo com Hoselitz (1951), o dicionário de língua francesa, de E. Littré, traz a seguinte definição para o termo empreendedorismo: “*celui qui entreprend quelque chose*”, ou seja, aquele que empreende, se encarrega ou se compromete com alguma coisa.

Autores brasileiros como Dornelas (2001) e Dolabela (1999), asseveram que o empreendedorismo promove a geração de riqueza e a redução das desigualdades sociais, trazendo melhorias para a qualidade de vida das pessoas por meio da geração de empregos. Dessa forma, o problema que emerge destes dois campos de debate neste estudo é: De que forma as políticas públicas governamentais se inserem por meio do empreendedorismo na Educação de Jovens e Adultos? A hipótese aqui apresentada supõe que o fomento ao empreendedorismo na Educação de Jovens e Adultos pode trazer mudanças qualitativas na vida desses sujeitos da educação.

A metodologia utilizada será de abordagem qualitativa com objetivos exploratórios que fará uma revisão sistemática de 15 artigos eleitos nas bases de dados da Capes, SciELO e Google Acadêmico. Utilizamos como método de análise o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA)* para os critérios de elegibilidade. Especificamente objetivamos examinar como se insere a educação empreendedora na EJA, compreender como são aplicadas as políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo e investigar a efetividade das ações governamentais

dos currículos escolares para o ensino infantil e ensino fundamental e médio. O documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em dezembro de 2019 e todas as escolas do país terão dois anos para se adaptar às mudanças.

2 No século XVIII, Richard Cantillon define o *empreendedor capitalista* como um homem racional capaz de enfrentar o desafio do risco, e em particular o da economia de mercado. No *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, publicado em 1735, Cantillon mostra que o empreendedor pertence à classe dos que vivem na incerteza, ou seja, que devem o tempo todo refletir, usar a razão. (Zen & Fracasso, 2008).

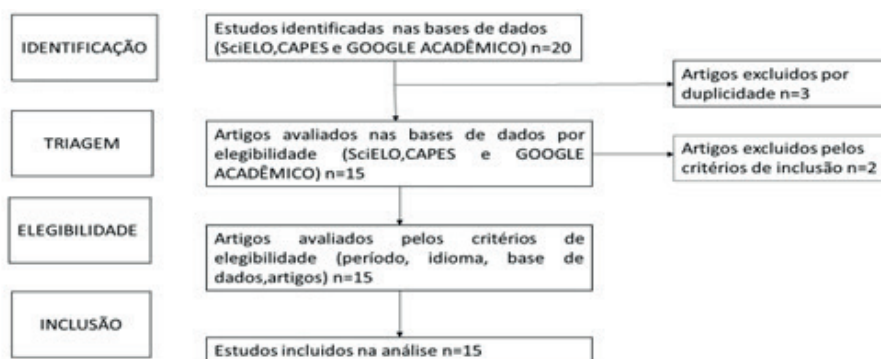
para os sujeitos da EJA.

O artigo em questão objetiva analisar a dinâmica que permeia as publicações no que diz respeito à abordagem do empreendedorismo na EJA sob a luz do documento que norteia os currículos das escolas de ensino básico, a BNCC.

Procedimentos metodológicos

Este estudo de abordagem qualitativa de objetivos exploratórios, utilizou-se da revisão sistemática da literatura sobre empreendedorismo, EJA e BNCC para a sua construção. Foram utilizados os critérios de elegibilidade o modelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) de acordo com a Figura 1.

Figura 1. Fluxograma de levantamento dos artigos de acordo com o método PRISMA.



Fonte: Moher *et al.* (2015).

No planejamento e organização das etapas foram eleitos para um levantamento nas bases de dados eletrônica do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), considerando a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google Acadêmico, com os artigos que tinham como objeto de investigação o empreendedorismo, a EJA e a BNCC. A escolha dessas bases de dados se deu por serem os principais indexadores para melhores classificações na área da educação básica de acordo com Soares, Soares e Santos (2021) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica Qualis Periódicos da Área da Educação (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, 2019).

Análises e discussões

Estrategicamente identificamos 20 artigos nas bases de dados definidas (SciELO, CAPES e Google Acadêmico). No entanto, destes, apenas 15 foram eleitos para a construção deste artigo, uma vez que optamos por excluir os artigos que não tinham relação com os objetos de pesquisa, depois da leitura do resumo ou do texto completo. Foram escolhidos os artigos delimitados como parte dos critérios de inclusão no período entre os anos de 2019 até 2023. Foram excluídos aqueles em língua estrangeira e fora do período escolhido como critério de inclusão de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Descrição do corpus textual dos artigos selecionados para a revisão sistemática sobre empreendedorismo e Educação de Jovens e Adultos.

Ano	Título	Autor(es)	Base de Dados
2022	A Educação de Jovens e Adultos no município de Bagé/RS e as percepções dos atores sociais sobre a educação empreendedora no território	João Mendes Costa Cidonea Machado Deponti Markus Erwin Brose Rosane Bernardete Brochier Kist	CAPES
2022	Políticas curriculares e o empreendedorismo no contexto da globalização econômica	Erick Rodrigo Bucioli Moreira Jani Alves da Silva Erika Ramos Januario	CAPES
2021	Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio em tempos de pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica	Julia Malanchen Debora Cristine Trindade Rafaela Cristina Johann	CAPES
2021	Um novo <i>ethos</i> educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedorismo	Marilda de Oliveira Costa Maria Raquel Caetano	CAPES

2020	Educação empreendedora: trajetória recente e desafios	Jacques Marcovitch Alexandre Macchione Saes	CAPES
2021	Educação empreendedora na educação básica: a perspectiva dos pais	Tatiani Prestes Soares Charlene Bitencourt Soster Luz Hildegard Susana Jung Paulo Fossatti	CAPES
2022	Políticas públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos Capes	Gilvanice Barbosa da Silva Musial Jurandir de Almeida Araújo	CAPES/ SCIELO
2020	Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil	Livia de Tommasi Maria Carla Corrochano	GOOGLE ACADÊMICO
2019	Educação de Jovens e Adultos e empreendedorismo a serviço do protagonismo histórico do ator social	Ana Paula de Oliveira Gomes Jailka Ingrid Martins Dantas	GOOGLE ACADÊMICO
2020	“Eu vejo o futuro repetir o passado” : BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990	Kamylla Pereira Borges	GOOGLE ACADÊMICO
2023	Experiência de qualificação profissional em tempos de pandemia – formação inicial em articulação com a Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de Campos dos Goytacazes	Saionara Rosa Cruz Heise Cristine Aires Breno Fabrício Terra de Azevedo	GOOGLE ACADÊMICO
2021	O empreendedorismo e o mundo do trabalho: representações sociais da EJA	Cleber Koch Claudia Haas Coutinho Marco Antônio Viana Filho Patricia Faciochi Sheila Parnoff de Matos	GOOGLE ACADÊMICO

2022	O empreendedorismo na Educação de Jovens e Adultos: um exercício para a cidadania e a promoção de emprego e renda	Carlos André da Silva João Batista Magalhães Almeida Nathane dos Santos Souza Janaina Oliveira Moura	GOOGLE ACADÊMICO
2020	Os sujeitos da EJA nas pesquisas em educação de jovens e adultos	Pollyana dos Santos Gabriela da Silva	SciELO
2019	Educação de Jovens e Adultos e representações sociais: um estudo psicossocial entre estudantes da EJA	Carolina Martins Moraes Ludgleydson Fernandes de Araújo Fauston Negreiros	SciELO

Fonte: Autoras (2023).

As autorias dos trabalhos eleitos se deram de forma individual, dupla, trio ou em grupo. Nenhum dos autores apresentou mais de uma contribuição aos artigos.

O empreendedorismo como princípio educacional intervencionista da Base Nacional Comum Curricular

O empreendedorismo é um dos eixos atrelados a inserção da BNCC na educação básica brasileira, principalmente no que diz respeito ao ensino médio. Em linhas gerais, o termo empreendedorismo possui múltiplas definições propostas por pesquisadores de diferentes campos do saber, que utilizam os princípios e bases da sua área de formação para construir o conceito. Das correntes que mais se destacam estão os estudos dos economistas de corte liberal, que associaram empreendedorismo à inovação, e os psicólogos, que destacam os aspectos atitudinais, como a criatividade e a intuição.

Segundo Dornelas (2015), no Brasil, o termo empreendedor é recente e começou a ser amplamente difundido no final da década de 1990 e anos 2000. Com as tentativas de estabilização da economia, a necessidade de criar e manter as pequenas empresas e o aumento do índice de desemprego, o empreendedorismo ganhou força, recebendo atenção especial do governo e entidades de classe. Nesse período surgiram programas e políticas públicas específicas para o público empreendedor e o número de autônomos e donos de suas próprias empresas aumentou

gradativamente .

Para o autor, estamos vivendo a era do empreendedorismo, em que os empreendedores estão eliminando barreiras comerciais e culturais, renovando conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos que geram riqueza para a sociedade. O empreendedor surge como aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização. A partir daí, as políticas públicas relacionadas à cultura empreendedora no Brasil foram se consolidando, sendo disseminadas no currículo escolar como disciplina que objetiva a formação profissional como instrumento de desenvolvimento econômico e social (Dornelas, 2015).

Nesse sentido, referindo-se às finalidades da etapa da educação básica brasileira, a Base Nacional Comum Curricular considera o empreendedorismo competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade, enfatizando que a escola deve proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo, sendo elas: criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência, curiosidade científica, entre outros (BRASIL, 1996).

A BNCC enfatiza que devido a dinâmica social contemporânea, a necessidade de formação geral, o exercício da cidadania e à inserção dos jovens no mundo do trabalho, a “escola que acolhe as juventudes” têm de estar comprometida com a “educação integral” dos estudantes e com a construção de seu “projeto de vida” (BRASIL, 1996, p. 464). Nessa ótica emerge o empreendedorismo social como mecanismo de obtenção do desenvolvimento socioeconômico comunitário, enfrentamento da pobreza e da exclusão social. O empreendedor social é aquele capaz de reunir recursos para a obtenção de soluções para problemas sociais crônicos (Gomes e Dantas, 2020).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no documento referencial curricular: a Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento importante que estabelece as diretrizes para a educação no Brasil, e seus fundamentos se aplicam a crianças, jovens e adultos. Com previsão legal desde a Constituição Federal de 1988, sua versão final foi homologada

em 2017 para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 para a etapa do Ensino Médio. Ela estabelece as competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver nas diferentes etapas da educação básica, de todas as redes de ensino: municipal, estadual, federal e particular.

Apesar da BNCC não trazer um detalhamento e especificidade em relação à Educação de Jovens e Adultos, reconhece a EJA como uma parte essencial desse panorama educacional que tem suas particularidades e desafios. A EJA é uma modalidade de educação voltada para pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular, seja por motivos sociais, econômicos ou pessoais, e foi criada para que todos tenham acesso à educação de qualidade em qualquer idade, ou seja, aprendizagem ao longo da vida, como diz Gadotti (2016).

A BNCC confirma a importância dessa modalidade de educação e busca direcionar as práticas pedagógicas de modo a atender às necessidades específicas de jovens e adultos que buscam a educação formal em momentos diferentes de suas vidas. Os sujeitos/estudantes da EJA frequentemente têm trajetórias educacionais interrompidas e enfrentam desafios diversos, como a necessidade de conciliar o trabalho e a família com os estudos. Portanto, é fundamental que a EJA seja flexível e sensível às necessidades individuais desses estudantes. As instituições necessitam criar propostas e programas que se adaptem às possibilidades e às condições de vida dos mesmos. Caso isso não ocorra, estaremos sempre promovendo a exclusão (Tomasevski, 2006).

São esses sujeitos da EJA que Santos e Silva (2020) buscam evidenciar em sua pesquisa por meio da análise de produções científicas de autores brasileiros que discutem essa temática. “Os estudantes da EJA, percebidos na dimensão de sujeitos, são constituídos por e nas relações sociais, na vida em sociedade, pela intermediação da cultura, valores e crenças que dotam essas relações de significados e sentidos” (Santos & Silva, 2020, p. 3-4). Portanto, os jovens, adultos e idosos que estudam na EJA precisam ser considerados para além da dimensão cognitiva. São sujeitos que possuem suas trajetórias de vida e com formas peculiares de ver e interpretar o mundo e isso requer uma proposta de educação humanizadora que prioriza a inclusão social e potencializa esses sujeitos.

Nesta premissa, a BNCC destaca a importância de uma educação que respeite as experiências de vida e valorize a bagagem de conhecimentos que os alunos trazem consigo. Afinal, os estudantes chegam às escolas

com identidades de classe, raça, etnia, gênero, território, campo, cidade e periferia (Arroyo, 2005), que se expressam na diversidade desses sujeitos, e toda essa complexidade e particularidades dentro do espaço escolar precisam dialogar com o currículo, que precisa ser construído de forma democrática, participativa e reconhecendo as especificidades dessa modalidade.

Para Arroyo (2013), é necessário que a experiência educativa dos jovens e adultos seja organizada de forma diferente da educação básica diurna, pois esses sujeitos aprendem em tempos e espaços diferentes. Nessa perspectiva, a BNCC estabelece princípios norteadores para a EJA: **a flexibilidade na organização curricular** incentivando a flexibilidade na abordagem pedagógica da EJA, garantindo que os alunos possam ter ritmos e necessidades diferentes de forma a atender a diversidade de contextos e trajetórias de vida dos estudantes; **a valorização das experiências de vida** considerando as experiências de vida dos estudantes, valorizando suas histórias e saberes prévios. Isso está alinhado com a ideia de que a aprendizagem não ocorre somente na escola, mas também nas vivências cotidianas, ou seja, a aprendizagem ao longo da vida; **a formação continuada dos professores** destacando a importância da formação continuada dos professores que atuam na EJA, preparando-os para lidar com os desafios específicos dessa modalidade, como a diversidade de idades e níveis de conhecimento dos alunos; **o currículo integrado** sugerindo a integração de conteúdos curriculares de forma a contextualizar o aprendizado dos estudantes da EJA com suas realidades e necessidades. Isso envolve a articulação de diferentes áreas do conhecimento e a aplicação prática dos conceitos aprendidos; **a abordagem interdisciplinar**, promovendo a integração de diferentes áreas do conhecimento para enriquecer a aprendizagem e torná-la mais significativa para os estudantes e, **a avaliação formativa** que incentiva práticas de avaliação que sejam formativas e que auxiliem os estudantes a identificar seus avanços e dificuldades, contribuindo para a melhoria contínua do processo de aprendizagem na EJA.

Em resumo, a BNCC confirma a importância da Educação de Jovens e Adultos como um instrumento de inclusão social e busca orientar a prática educativa nessa modalidade de forma a promover uma educação de qualidade, que respeite a diversidade e as particularidades dos sujeitos/estudantes da EJA, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Competências e habilidades para a inserção de uma educação empreendedora

As categorias analisadas neste artigo foram o empreendedorismo, a EJA e suas implicações com a BNCC. Observa-se a adoção de um discurso empreendedor que se tornou lugar comum em agendas educacionais após a realização da Oficina Regional de Educação para América Latina e o Caribe (OREALC), organizada pela UNESCO e divulgada no Projeto Regional de Trabalho & Educação. A partir deste evento foi incluído um quinto pilar, o “aprender a empreender” aos quatro pilares já conhecidos (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) estabelecidos por Jacques Delors em 1996, no relatório “Educação, um tesouro a descobrir” (Coan, 2013). Os artigos escolhidos pelos critérios de elegibilidade do método *PRISMA*, nos levaram ao encontro de similitudes entre os estudos.

O artigo de Costa *et al.* (2022), depositado na base de dados da Capes, intitulado: A Educação de Jovens e Adultos no município de Bagé - RS e as percepções dos atores sociais sobre a educação empreendedora no território, fez uma análise da introdução transversal da educação empreendedora do eixo empreendedorismo nas turmas da EJA em 4 escolas municipais da cidade, analisando a percepção de 59 sujeitos da EJA, sobre a educação empreendedora. O artigo evidencia a importância de uma avaliação sobre os conteúdos desenvolvidos e as metodologias de ensino utilizadas para a disseminação da educação empreendedora, tendo-se em vista a formulação de novas propostas que atendam as reais necessidades dos alunos e contemplem as possibilidades metodológicas dos professores, resguardando-se as particularidades dos atores envolvidos e da região analisada.

O artigo de Bucioli, Moreira e Januário (2022), intitulado: Políticas curriculares e o empreendedorismo no contexto da globalização econômica, teve como objetivo analisar de que forma o neoliberalismo, revestido da globalização, atua diretamente na definição de políticas públicas, com destaque para as políticas curriculares para a educação básica. Os autores indicam que a BNCC (BRASIL, 2018), tem por proposta esse tipo de reflexão, seus pressupostos curriculares a partir das categorias competências, atitudes e empreendedorismo se pautam na lógica do neoliberalismo, atribuindo ao indivíduo o ônus de se responsabilizar pela realização de seus sonhos, seu projeto de vida, pela manutenção de seu sustento, resiliência, controle socioemocional e pela sua sobrevivência. O artigo faz uma forte crítica a BNCC e a transferência de responsabilidades do Estado para com os sujeitos da educação.

Malanchen, Trindade e Johann (2021) destacam que a BNCC do

Ensino Médio enfatiza o desenvolvimento de competências e habilidades com uma abordagem pragmática que visa preparar os alunos para atender as demandas do mercado de trabalho, em função de um sistema capitalista neoliberal, cujo único objetivo é a parametrização do currículo, o esvaziamento de conteúdos e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*. Refutando esse pensamento, apresenta alguns pressupostos da pedagogia histórico-crítica que busca entender a educação como parte integrante da transformação social, questionando as estruturas sociais e desigualdades que permeiam o mundo contemporâneo. Além disso, valoriza a compreensão crítica do conhecimento, relacionando-o ao contexto histórico e social, incentivando a reflexão e a transformação da sociedade, bem como a formação de cidadãos conscientes. E tudo isso perpassa pelo currículo que deve ser organizado visando a formação humana em sua integralidade.

O artigo Educação empreendedora: trajetória recente e desafios, dos autores Marcovitch e Saes (2020), depositado na base de dados CAPES apresenta o desenvolvimento da educação empreendedora no Brasil, em especial no estado de São Paulo, além de expor os desafios contemporâneos para a prática da cultura empreendedora nas escolas nos próximos anos. Os autores afirmam que a prática da educação empreendedora nas escolas não visa somente o sonho de autorrealização e de sucesso individual dos alunos, tornando-se um instrumento de ampliação do olhar do jovem como protagonista social, que busca o desenvolvimento econômico sem esquecer das fraturas políticas e sociais existentes.

O artigo escrito por Soares *et al.* (2021), Educação empreendedora na educação básica: a perspectiva dos pais, objetiva refletir sobre a percepção dos pais com relação ao empreendedorismo na educação básica, por meio de um estudo exploratório de caráter qualitativo com 22 pais de alunos escolhidos aleatoriamente no município de Canoas - RS. O estudo apontou que o empreendedorismo é um caminho viável para o desenvolvimento de indivíduos para que tenham sucesso pessoal e profissional na sociedade contemporânea. Sinaliza também a importância da participação dos pais no processo de escolarização de seus filhos.

O artigo produzido pelos autores Musial e Araújo (2022), Políticas públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos Capes, trouxe um retrato panorâmico das publicações de periódicos do Portal CAPES, no período de 2000 a 2019, sobre a temática das políticas públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Utilizando da metodologia da pesquisa de

análise documental, qualitativa e de revisão histórica, trazem três grupos referenciais de autores que abordam a temática em diferentes perspectivas. Constatou-se após leitura e análise dos artigos, que as políticas públicas e as práticas pedagógicas voltadas para a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras no contexto político e social atual, “estão em permanente disputa, que se constroem cotidianamente, nas relações sociais, políticas econômicas e culturais e expressam diferentes projetos e concepções de homem e de sociedade” (Moura e Ventura, 2018, p. 348).

O artigo de Tommasi e Corrochano (2020), intitulado: *Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil* faz um percurso na trajetória das políticas e iniciativas que abordam a relação dos jovens com o campo do trabalho no Brasil nos últimos trinta anos. Relatam as políticas de qualificação profissional para ampliar a escolaridade de grupos específicos para a inserção ao mercado formal, ao tempo que outras iniciativas incentivam a celebração do empreendedorismo, que tornou-se uma matéria de estudo nas escolas, voltado a formação de um indivíduo pró ativo, com iniciativa para buscar a melhoria das próprias condições de vida e se responsabilizando pelos próprios sucessos ou fracassos. Faz uma crítica a ausência de uma política estrutural de emprego para a juventude no período estudado, sendo difundida de forma mais significativa a cultura empreendedora, por meio do ideário sobre o trabalho autônomo e a precarização das relações de trabalho.

Gomes e Dantas (2020) em seu artigo intitulado: *Educação de Jovens e Adultos e empreendedorismo a serviço do protagonismo histórico do ator social* estuda a inter-relação entre o empreendedorismo social e a EJA. Conforme as autoras, a educação é um processo contínuo e a EJA consiste em transformar vidas mediante educação emancipadora comunitária, inter-relacionando alfabetização e profissionalização para a promoção da igualdade, com a redução da pobreza através do desenvolvimento socioeconômico, do empoderamento comunitário e do protagonismo social.

O artigo de Borges (2020), intitulado “*Eu vejo o futuro repetir o passado*”: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990, analisa a relação entre as propostas curriculares da BNCC e a retomada de elementos do modelo neoliberal para a educação dos anos 1990. O modelo neoliberal foca numa educação instrumental e utilitarista que atende aos interesses do mercado capitalista, impactando o modo de organização da educação e do trabalho no contexto brasileiro. Baseia-se nos conceitos de competências, empreendedorismo e flexibilização curricular. Para a autora, essa formação

cria um perfil profissional padronizado de habilidades e competências que facilita a sua adaptação e flexibilização para as mudanças do mundo do trabalho, garantindo assim um alto nível de empregabilidade e produtividade econômica, defendido pelo modelo neoliberal. Na visão da autora, o empreendedorismo na BNCC surge com o objetivo de resolver o problema do desemprego estrutural do Brasil, mas apenas esconde os contextos sociais, políticos e econômicos em que os estudantes e futuros trabalhadores estão inseridos.

O artigo escrito por Cruz e Azevedo (2023) explana sobre projeto desenvolvido em uma escola de Campos dos Goytacazes - RJ, voltado para a construção de estratégias para a apropriação tecnológica de estudantes, o qual construiu um novo formato de curso para qualificação profissional, para o uso de mídias digitais e sociais orientado à ação empreendedora no processo formativo. Esse projeto foi estruturado em componentes curriculares relacionados à educação profissional e tecnológica com o objetivo de ampliar os diálogos necessários, com vistas à produção, apropriação e inovação do conhecimento. Como resultado, os autores enfatizam que o projeto cumpriu com o objetivo de capacitar estudantes da EJA com noções e conceitos do uso de mídias digitais e sociais orientadas à ação empreendedora, necessária para a gestão voltada ao atendimento das demandas regionais. No decorrer do artigo também fazem crítica ao descompasso entre a efetivação do discurso de modernização das políticas públicas educacionais e das barreiras enfrentadas por jovens e adultos do EJA para o acesso ao direito à educação.

O artigo: O empreendedorismo e o mundo do trabalho: representações sociais da EJA, escrito por Koch *et al.* (2021) discorre sobre ressignificar as interações disciplinares cotidianas e fomentar o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, através da inserção de um projeto didático com a temática do empreendedorismo para alunos da EJA em uma escola de Novo Hamburgo - RS. O estudo mostrou como a educação transformadora é essencial para a formação integral dos sujeitos envolvidos, no sentido de fornecer ferramentas que desenvolvam habilidades pertinentes às suas necessidades e autonomia para o exercício da cidadania, oportunizando possibilidades de troca, colaboração e compartilhamento de ideias e saberes.

O artigo de Silva *et al.* (2022) retrata uma pesquisa com ex-alunos da EJA que participaram de um projeto voltado ao empreendedorismo desenvolvido numa escola da cidade de Iracema - CE. O estudo foca no empreendedorismo como alternativa de geração de emprego e renda

possibilitando a inserção sustentável desses jovens e adultos no mercado de trabalho. O objetivo foi inserir no currículo, de modo transversal, teorias e atividades práticas que valorizem o potencial empreendedor dos alunos e estimulem a construção da autonomia do educando e o seu desejo de aprender a empreender. Como resultado, os autores relatam que o projeto cumpriu a proposta de capacitar os alunos para as necessidades da sociedade atual e para o mundo do trabalho, contribuindo para a implantação de uma política da EJA articulada com a qualificação profissional, a inclusão e a garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida.

Gomes e Dantas (2020) apresentam em seu estudo uma inter-relação entre empreendedorismo e EJA, evidenciando que a Educação de Jovens e Adultos e o empreendedorismo podem se complementar de maneira poderosa para capacitar os atores sociais a desempenharem um papel ativo na transformação de suas vidas e de suas comunidades. Essa abordagem não apenas melhora as perspectivas econômicas, mas também fortalece o protagonismo histórico dos indivíduos, permitindo que eles se tornem agentes de mudança em suas próprias histórias e na história de suas sociedades.

O artigo de Costa e Caetano (2021) faz uma problematização a respeito da educação integral e o empreendedorismo em tempo das reformas educacionais, inclusive nos estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, *lócus* da pesquisa, dando ênfase a reforma do Novo Ensino Médio, que desempenha um papel crucial na formação dos jovens, que segundo as autoras, se apresenta como uma formação sem memória histórico-cultural, esvaziada de conteúdos e, portanto, incapaz de promover a formação de indivíduos integralmente preparados para enfrentar um mundo cada vez mais complexo e empreendedor.

Moraes, Araújo e Negreiros (2019) em seu artigo: Educação de Jovens e Adultos e representações sociais: um estudo psicossocial entre estudantes da EJA, realizaram um estudo com 100 alunos de um Centro de Educação de Jovens e Adultos (Cejas) localizado no município de Parnaíba - PI, com o objetivo de buscar a apreensão das representações sociais de estudantes da EJA acerca da escola, da própria modalidade de estudo e do futuro. Como resultado, evidenciou-se no que se refere à escola, que há uma tendência dos alunos de representá-la como um ambiente que proporciona aquisição de conhecimento, ensino, novas aprendizagens, espaço de socialização e de formação humana. A EJA, por sua vez, foi representada como uma oportunidade de obter conhecimento e alcançar uma formação. Com relação ao futuro, os estudantes tendem a objetivar

a possibilidade de melhorias nas condições de vida, da família e também de trabalho, com novas oportunidades de emprego e melhorias financeiras devido a escolarização.

Hoje, mais do que nunca, estamos testemunhando a necessidade premente de um novo ethos educacional no ensino médio, que vai além da mera transmissão de conhecimento, não se limitando apenas ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas. Os alunos devem ser incentivados a explorar suas paixões, aprofundar seus interesses e descobrir seus propósitos. Isso implica em criar um ambiente educacional que valorize a criatividade, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a comunicação eficaz. Nesse diapasão o empreendedorismo como parte integrante do currículo do ensino médio cria essa falsa ilusão de promover essa mentalidade empreendedora, a capacidade de identificar oportunidades, tomar iniciativa, assumir riscos calculados e perseverar diante dos desafios.

Considerações finais

Este estudo buscou analisar a dinâmica da produção em língua portuguesa de artigos publicados entre os anos de 2019 a 2023, sobre empreendedorismo e Educação de Jovens e Adultos a partir da implantação da Base Nacional Comum Curricular, documento que norteia os currículos das escolas de ensino básico.

Foram categorizados um total de 15 artigos na área da educação básica, nas bases de dados Capes, SciELO e Google Acadêmico, sendo feita uma revisão sistemática, utilizando o método *PRISMA* para os critérios de elegibilidade, levantamento e categorização e foi utilizado como método de análise a Análise Temática de informações qualitativas.

Como objetivos específicos, objetivamos examinar como se insere a educação empreendedora na EJA, compreender como são aplicadas as políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo e investigar a efetividade das ações governamentais para os sujeitos da EJA. Foi observado que a Educação de Jovens e Adultos, ainda carece de um olhar mais refinado no que diz respeito a implantação da BNCC e oportunidade de voz aos sujeitos que sofrem impactos e exclusões na sociedade.

O empreendedorismo paira como solução das desigualdades, mas ainda está distante da contemplação de direitos desses sujeitos da educação. Os artigos analisados informam que a BNCC estabelece as

habilidades e competências que devem ser desenvolvidas pelos estudantes em cada etapa da educação básica. Entre essas competências, estão as habilidades socioemocionais, que envolvem o autoconhecimento, a empatia, a colaboração, a comunicação e a resolução de problemas. Essas habilidades são fundamentais para o empreendedorismo, pois permitem que os estudantes criem uma visão crítica e possam se preparar melhor para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, desenvolvendo uma visão crítica e criativa sobre o mundo e sobre si mesmos.

As políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos têm um papel fundamental na promoção da igualdade e no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, ao analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sob a perspectiva do empreendedorismo, o que podemos inferir das análises dos artigos aqui reunidos é que as políticas públicas que deveriam ter funções reparadoras, equalizadoras e qualificadoras, respectivamente, deveriam resgatar o direito à escolarização; ampliar a oferta de acesso e permanência aos que foram mais desfavorecidos no processo de escolarização; e promover aprendizagens permanentes não são efetivas.

É importante destacar que as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos muitas vezes são negligenciadas e sub financiadas, o que gera desigualdades e exclusão social. É necessário que haja um investimento adequado na formação desses indivíduos, garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade para que possam, a partir de conhecimentos obtidos, desenvolver suas habilidades empreendedoras.

Portanto, é preciso repensar as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos e para o desenvolvimento do empreendedorismo, a fim de garantir que todos tenham acesso a uma formação sólida e consistente, que possibilite a sua inserção no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Referências

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de responsabilidade pública e de direitos. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BORGES, K. P. “Eu vejo o futuro repetir o passado”: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. Chapecó: **Revista Pedagógica**, v. 22, p. 1-24, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB n.1/2000, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, de 20/12/1996.

BRASIL, Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado; 1988.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007.... Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BUCIOLI, E. R. MOREIRA, J. A. da S. JANUÁRIO, E. R. **Políticas curriculares e o empreendedorismo no contexto da globalização econômica**. Belo Horizonte: Trabalho & Educação, v. 31, n. 2, p. 147-162, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2022.40510>

COAN, M. **Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo**. Revista Labor, nº 9, v.1, 2013. ISSN: 19835000. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833>. Acesso 15 set. 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Diretoria de Avaliação. Relatório do Qualis Periódicos – Área 38: Educação. Brasília, DF: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-educacaopdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

COSTA. M. de O. CAETANO, M. R. **Um novo ethos educacional no ensino médio**: da formação integral ao empreendedorismo. Santarém:

Revista Exitus, v. 11, p. 01-24, 2021. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1655>

COSTA, J. M. *et al.* **A educação de jovens e adultos no município de Bagé/RS e as percepções dos atores sociais sobre a educação empreendedora no território.** DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 12, p. 502-520, 19 set. 2022. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v12.3731>

CRUZ, S. R.; AIRES, H. C.; AZEVEDO, B. F. T. de. **Experiência de qualificação profissional em tempos de pandemia:** formação inicial em articulação com a educação de jovens e adultos da rede municipal de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Essentia, v. 6, p. 59-69, 2023.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor.** São Paulo: Cultura, ed. 6, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 5 ed., 2015.

GADOTTI, M.. **Educação popular e educação ao longo da vida.** Acervo: Instituto Paulo Freire, 2016.

GOMES, A. P. O. DANTAS, J. I. M. **Educação de jovens e adultos e empreendedorismo a serviço do protagonismo histórico do ator social.** Lisboa: Revista Jurídica Luso-Brasileira, a. 6, n. 4, p. 271-287, 2020.

HISRICH, R. D.; PETER, M. P. **Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOSELITZ, B. F. **The early history of entrepreneurial theory.** *explorations in economic history*, 3(4), 193-220, 1951.

KOCH. C. *et al.* **O empreendedorismo e o mundo do trabalho:** representações sociais da EJA. Novo Hamburgo: Saberes em foco, v. 4, n. 1, 2021.

MALANCHEN, J.; TRINDADE, D. C.; JOHANN, R. C. **Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio em tempos de pandemia:** considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. Rio Grande: Momento: diálogos em educação, v. 30, n. 01, p. 21-45, 2021.

MARCOVITCH, J.; SAES A. M. **Educação empreendedora: trajetória recente e desafios**. São Paulo: Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 9, n. 1, p. 01-09, 2020.

MOHER, D. *et al.* **Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement**. Systematic reviews, 4(1), 1, 2015. <https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1>

MORAES, C. M. ; ARAÚJO, L. F. de; NEGREIROS, F. **Educação de Jovens e Adultos e representações sociais: um estudo psicossocial entre estudantes da EJA**. Campo Grande: Interações, v. 21, n. 3, p. 529-541, jul./set. 2020.

MOURA, A. P. A.; VENTURA, J. P. A atualidade do pensamento de Paulo Freire para refletirmos sobre políticas públicas e práticas na educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: **Revista Artes de Educar**, v. 4, n. 2, p. 332-350, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/38031/26701> Acesso em: 13 set. 2023. » <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/38031/26701>

MUSIAL, G. B. da S.; ARAÚJO, J. de A. **Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos Capes**. Curitiba: Educar em Revista, v. 38, e82090, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.82090>

SILVA, C. A. da. *et al.* **O empreendedorismo na educação de jovens e adultos: um exercício para a cidadania e a promoção de emprego e renda**. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ: SEDUC, 2022.

SANTOS, P. dos; SILVA, G. da. **Os sujeitos da EJA nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. Revista Educação & Realidade, v. 45, n. 2, 2020.

SOARES, L. J. G. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos e adultos**. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOARES, T. E. A.; SOARES, D. J. M.; SANTOS, W. dos. **Sistema de avaliação da educação básica: revisão sistemática da literatura**. São Paulo: Estudos em Avaliação Educacional, v. 32, e 07839, 2021. Doi: <https://doi.org/10.18222/ae.v32.783>.

SOARES, T. P. *et al.* **Educação empreendedora na educação básica: a perspectiva dos pais.** Maringá: Revista Imagens da Educação, v. 11, n. 4, p. 191-212, 2021.

TOMMASI, L. de; CORROCHANO, M. C. **Do qualificar ao empreender:** políticas de trabalho para jovens no brasil. Estudos Avançados, 34 (99), p. 353-371, 2020.

TOMASEVSKI, K. **Por que a educação não é gratuita?** In: HADDAD, S.; GRACIANO, M. (Org.). A educação entre os direitos humanos. Campinas: Autores Associados/Ação Educativa, 2006. p. 61-91.

ZEN, A. C., & FRACASSO, E. M. **Quem é o empreendedor?** As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, (2008)9(8), 135–150. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712008000800008>.

Capítulo 2

ESTUDANTES DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO DA BAHIA: INOVAÇÃO ATRAVÉS DE PEDAGOGIAS QUE LEVEM EM CONTA O PERTENCIMENTO DOS ALUNOS

Luís Geraldo Leão Guimarães

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira

Jéssica Jesus de Melo

Introdução

Este artigo busca trazer, através da pesquisa bibliográfica Estado do Conhecimento, uma contextualização do Estudante do Campo do ensino médio da Rede Estadual da Bahia, seus desafios, características e, por fim, levantar as práticas pedagógicas Inovadoras disponíveis na literatura científica, que contemplem a realidade desses estudantes de forma crítica e reflexiva, levando em conta o pertencimento desse público.

“A metodologia Estado de Conhecimento, aqui compreendida como busca e análise da produção científica [...], busca qualificar essa construção analítica com o fito de subsidiar pesquisas em um determinado tempo e espaço” (Santos; Morosini, 2021, p. 123). Tal metodologia se faz pertinente em trabalhos que buscam de alguma forma a inovação social como parte da proposta, nesse sentido as autoras destacam que:

[...] para conhecer e planejar esse percurso global como uma reinvenção, é necessário que o pesquisador se aproprie do conhecimento anterior, em outras palavras, o que vem sendo estudo por determinada área ou campo científico, para poder viabilizar e inovar na reinvenção de seu trabalho científico. Para tal, uma das alternativas para conhecer sistematicamente a realidade da construção do conhecimento científico de um determinado campo, em um determinado espaço e tempo, é a partir da realização de pesquisa do tipo Estado do Conhecimento (EC). (Santos; Morosini, 2021, p. 125).

Utilizaremos das etapas e organizações da EC, para levantar, em teses, dissertações e artigos científicos, o que se entende por Educação do

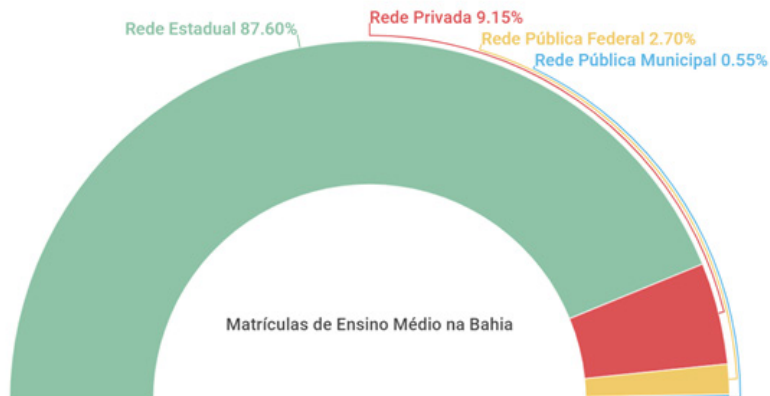
Campo, além dos perfis dos estudantes do ensino médio do estado da Bahia, e as dificuldades que os estudantes oriundos do Campo enfrentam, principalmente por serem inseridos de forma compulsória em instituições urbanas, que por vezes, negligenciam sua identidade e pertencimento. Também tendo em vista os conceitos de Inovação Social, buscaremos nas pedagogias críticas, possíveis caminhos para que os estudantes oriundos do Campo, possam, estando ou não na Escola do campo, ter a sua identidade, experiências e meio de vida protagonizados.

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, marca um estágio de mudanças significativas na vida dos adolescentes, no qual novas inquietações e demandas surgem constantemente. Muitos passam a se preocupar com questões relacionadas ao emprego, ao futuro, às relações interpessoais e às circunstâncias pessoais e sociais. Não podemos generalizar esses indivíduos como um grupo homogêneo devido às variações nos contextos sociais e geográficos. A diversidade de experiências nas relações sociais e pessoais desses/as jovens, principalmente os/as oriundos/as do Campo, influenciada pela idade, ambiente social, localização geográfica e outras realidades que enfrentam, nos levam a reconhecer a existência de diversas facetas da juventude dentro do sistema de ensino estadual.

Estarão no centro da discussão, teóricos como Saviani (1995), com a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que nos permitirá analisar as possibilidades da promoção de uma educação libertadora e popular; Arroyo (1999), Freire (1967 e 2000), Souza (2008 e 2012), dentre outros, e os trabalhos do Professor Guimarães (2021 e 2022), da Universidade do Estado da Bahia, que trabalha com a temática da Educação do Campo e Ambiental. Exploraremos abordagens pedagógicas que condigam com as questões de inovação social, direcionadas aos estudantes que fazem parte da nova dinâmica educacional, principalmente os/as oriundos/as do campo, comunidades rurais e povoados.

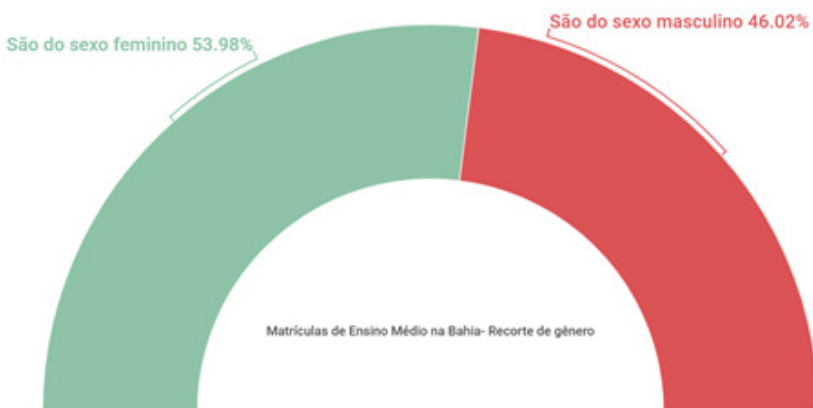
Contextualização, perfis e desafios dos estudantes do Campo na Bahia

Para contextualizar o ensino médio na Bahia e entender sua diversidade, alguns dados trazidos pela Superintendência de Gestão da Informação da Secretaria da Educação do Estado (SGINF- BA), com base nas Sinopses Estatísticas da Bahia (2022), nos mostram com mais detalhes alguns números: estavam na Rede Estadual 488.315 (87,60%); estavam na Rede Privada 50.993 (9,15%); estavam na Rede Pública Federal 15.067



Fonte- Bahia (2022)

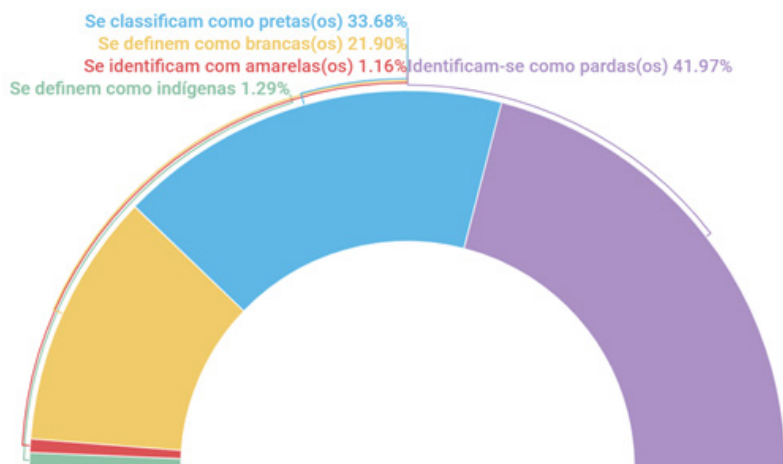
300.916 (53,98%) são do sexo feminino e 256.525 (46,02%) são do sexo masculino.



Fonte- Bahia (2022)

Já um recorte com relação à raça/etnia na rede pública, entre as/os que manifestaram essa informação: se definem como indígenas 2.305 (1,29%); as(os) que se identificam com amarelas(os) 2.073 (1,16%); as(os) educandas(os) que se definem como brancas(os) 39.139 (21,90%); se classificam como pretas(os) 60.176 (33,68%); o maior número, identificam-se como pardas(os) 75.001 (41,97%) (Bahia, 2022) - Dados

fornecidos pela Superintendência de Gestão da Informação (SGINF) da Secretaria Estadual de Educação:



Matrículas de Ensino Médio na rede pública da Bahia- Recorte com relação à raça/etnia- Fonte- Bahia (2022).

Fica perceptível que a rede pública concentra a maior parte dos estudantes pretos/as e pardos/as, e que o número significativamente maior daqueles/as que se identificam como pardos/as, pode representar certos dilemas de reconhecimento identitário. Já com relação aos estudantes oriundos do Campo, a rede é bem diversa, possuindo territórios que variam bastante a porcentagem destes alunos como veremos mais a frente neste trabalho.

O Brasil possui a sua formação originalmente fundamentada em origens agrárias, apesar disso, o campo durante muito tempo foi visto como um local atrasado, uma realidade a ser superada. Por este motivo, muitas políticas públicas não foram implementadas para a população camponesa, que ao longo do tempo teve muitos dos seus direitos negligenciados, inclusive o acesso à educação. A partir do século XIX surgem os primeiros indícios de possibilidades para a educação no meio rural, porém o projeto educacional proposto naquele momento visa fortalecer as classes dominantes, o crescimento econômico e não de fato o processo de educação e escolarização do povo camponês. Segundo Calazans (1993) esta proposta surge a partir de 1930 patrocinada por organismos norte-americanos, tendo como principal objetivo implementar projetos de modernização do campo, um sistema educacional pautado no que a autora chama de ruralismo pedagógico, uma educação voltada para o fortalecimento do desenvolvimento capitalista no campo. Este modelo de educação e

modernização proposto acaba desconsiderando o contexto, a realidade e os saberes do homem do campo buscando implementar um modo de vida urbano no meio rural. Assim a educação rural era adequada aos modelos políticos e de desenvolvimento econômico efetivados no campo, cujas bases se fundamentavam nos interesses das classes dominantes (Azevedo, 2007).

Neste sentido, a Educação rural não se alinha à vida e aos propósitos da população camponesa, e neste contexto através do fortalecimento dos movimentos sociais se inicia uma reivindicação em busca de políticas educacionais específicas para o campo. Levando em consideração esses aspectos, Souza (2012) destaca que

a gênese da educação do campo está atrelada à luta pelo reconhecimento da existência dos povos do campo em sua diversidade e pela efetivação dos direitos sociais, bem como pela superação da ideia de que o campo é o lugar do atraso. Essa luta teve início, no âmbito pedagógico, com as experiências do MST, cuja trajetória pode ser encontrada no Dossiê MST Escola, publicado em 2005. (Souza, 2012, p.751)

Ainda sobre o surgimento da Educação do Campo no Brasil, Roseli Caldart afirma:

O surgimento da expressão 'Educação do Campo' pode ser datada. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a se chamar Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da segunda conferência Nacional realizada em julho de 2004 (Caldart, 2012, p. 257).

O surgimento da Educação do Campo está ligado a luta camponesa, preza pela valorização da identidade, aspectos sociais e culturais da população camponesa, fortalecendo a ideologia dos movimentos sociais do campo. A Educação do Campo expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana plena e de desenvolvimento local sustentável (Souza, 2008.). Atualmente a concepção de Educação do Campo tem sido discutida de forma mais calorosa, contudo muitas problemáticas históricas ainda persistem no cenário camponês, a falta de capacitação para os professores, acesso dos estudantes às escolas, um calendário letivo adaptado e em muitos casos a ausência da própria escola.

A Educação do Campo é uma modalidade educacional voltada para atender as necessidades das populações que vivem em áreas rurais. Nesses contextos, as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara da Educação Básica (CEB) e outras normativas desempenham um papel crucial na promoção de uma educação de qualidade que leve em consideração as particularidades do ambiente rural. Entre essas resoluções, destacam-se a Resolução CNE/CEB, de 3 de abril de 2002 que Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, um conjunto de princípios e procedimentos para serem observados nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino; o Parecer CNE/CEB Nº 1/2006, que recomenda a adoção da Pedagogia da Alternância em escolas do campo; e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 que Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Essas diretrizes reconhecem a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a cultura local e respeite a diversidade presente nas áreas rurais. Além disso, o Decreto 7.352 de 2010 reforçou o compromisso do governo com a Educação do Campo ao regulamentar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse programa visa fortalecer a educação nas áreas da reforma agrária (RA), promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da RA.

Por sua vez, as resoluções emitidas pelos Conselhos Estaduais de Educação, como por exemplo a Resolução CEE-BA nº 103 de 2015 (Bahia, 2016), desempenha um importante papel na adaptação das diretrizes nacionais à realidade específica da Bahia, garantindo uma educação contextualizada e alinhada com as necessidades das comunidades camponesas. As resoluções do CNE/CEB e outras regulamentações relacionadas à Educação do Campo são fundamentais para assegurar que as políticas educacionais brasileiras atendam às particularidades dessa população, promovendo uma educação de qualidade que valorize a cultura local e contribua para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

A escola 'no' campo e a Escola 'do' Campo, podem ser coisas diferentes, a Escola do Campo, visa de fato, adequar as temáticas e metodologias pedagógicas para o contexto em que o estudante está inserido. Já uma escola no campo, pode se tratar apenas de uma escola com os mesmos padrões e metodologias de uma escola urbana, que foi instaurada na comunidade, mas que por vezes não contextualiza suas práticas ao ambiente em que aquela população vive. (Arroyo; Fernandes,

1999). Por outro lado, principalmente no Ensino médio, temos a realidade onde muitos alunos precisam se deslocar do campo para as áreas urbanas, onde continuam sendo alunos do campo, mas, geralmente, não recebem uma educação que seja condizente com sua identidade cultural. Por isso, independente de onde esteja a escola, é fundamental que seja levado em conta o pertencimento dos seus estudantes, pois, ainda segundo o Decreto Nº 7.352, pode se enquadrar como escola do campo “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (Brasil, 2010).

Na Bahia, Estado onde 27,92% da população vive em zonas rurais, média acima da nacional, que é em torno de 16%, (Brasil; IBGE, 2022) e em alguns territórios esse valor é ainda mais alto, como por exemplo, no território do Sisal, localizado no nordeste do estado (sertão/semiárido), onde temos uma população de mais de 57,21% do total de moradores nas zonas rurais (Beltrão, 2010), havendo municípios como Monte Santo, em que esse percentual chega a 83,10% (43.493 habitantes) (Venâncio Filho, 2016); vemos a relevância que é, para uma parcela significativa dos estudantes, que se leve em conta a identidade, organização cultural e pertencimento dos mesmos.

Portanto, é de extrema importância que seja garantida uma educação que contemple os estudantes do campo. É uma realidade que, na maioria das vezes, a escola urbana é bem mais estruturada do que a escola localizada no campo (Arroyo; Fernandes, 1999), portanto, é direito do estudante ter garantido o transporte escolar e uma infraestrutura de estradas que facilite esse deslocamento, enquanto não atingimos o que Miguel Arroyo (1999) pensa ser fundamental, que é Escola do Campo de qualidade para pessoas do campo no campo. A proposição dos movimentos sociais é garantir a escola no campo com todas as etapas da educação básica. No entanto, ter uma escola do campo tão bem estruturada quanto escolas urbanas, em alguns casos, parece ser um sonho não tão próximo, dessa forma, a solução paliativa, em determinadas circunstâncias, pode ser garantir um transporte de qualidade e um programa que facilite o acesso, através da construção de estradas para as zonas rurais, o que facilitaria o acesso à educação em vários níveis além de promover melhorias em diversos outros aspectos para essas populações.

É importante dizer isto pois, uma das maiores dificuldades dos alunos de ensino médio na Bahia, principalmente os alunos que moram em zonas rurais que não têm acesso à Educação do Campo, parece ser o

deslocamento em função da péssima qualidade do transporte e das estradas (Brasil, 2004). Localidades em que o estudante fica vários dias sem ir para a escola por falta ou precariedade de transporte, ou que precisa sair de casa horas antes, para garantir sua frequência, por conta de estradas em péssimas condições de tráfego, não são raras nos territórios baianos. A luta de classes, principalmente no Campo no Brasil, é um fato histórico, segundo Guimarães, (2021, p. 35), “o campo brasileiro é profundamente excludente para as populações rurais e, ao mesmo tempo, concentrador para os latifundiários e para segmentos dos capitalistas urbanos, transformados em proprietários de terras”, portanto, cabe a nós educadores, sermos agentes transformadores dessa realidade, pois:

A existência de uma educação desigual não tem outro objetivo senão o de perpetuar e consolidar desigualdades já recebidas em virtude da classe social à qual se pertence. Enquanto uns recebem uma maior e melhor instrução, os filhos da burguesia, outros, os filhos dos camponeses e operários, recebem uma educação insuficiente e incompleta. (Bakunin, 1989, p. 22).

Pedagogias críticas e inovadoras que levam em consideração o pertencimento dos estudantes do Campo

Na visão de Ghiraldelli Júnior (1991, p. 9), “[...] a pedagogia é a teoria, enquanto a educação é a prática”. Logo, segundo, Pimenta (2002, p. 104) “Pedagogia (teoria) e educação (prática) estão em uma relação de interdependência recíproca, pois a educação depende de uma diretriz pedagógica prévia e a Pedagogia depende de uma práxis educacional anterior”.

Segundo a abordagem pedagógica de Paulo Freire (2000), o ato de ensinar não se limita a uma responsabilidade exclusiva do educador e aprender não é apenas uma atividade específica do aluno. Na perspectiva educacional de Freire, o ensino e a aprendizagem são elementos interligados, cooperativos e mutuamente influentes (Freire, 2000). Uma proposta de educação freiriana baseia-se em uma pedagogia popular, emancipadora e crítica, meio da transformação social, tendo como principal fundamentação o marxismo. A Educação no Campo segundo Conte e Paulo (2021), foi discutida por Freire em muitas das suas obras, apresentando o camponês como um líder, expondo as suas lutas e a importância dos seus direitos e também da educação para este povo.

Freire se refere a um camponês, líder popular agrário, criador das Ligas

Camponesas. Ao citar Francisco Julião, representante do movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, expõe a luta contra o latifúndio burguês. Também argumenta sobre a exclusão da população rural ao acesso à educação e da participação na escolha dos governantes. Além do mais, tratou da importância da ampliação dos sindicatos rurais e urbanos, referindo-se aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (Conte; Paulo, 2021, p. 37).

Esta análise foi feita pelas autoras a partir da obra “Educação como prática da Liberdade” de 1967, contudo muitos outros escritos de Freire fortalecem o homem do campo e a luta camponesa. Neste sentido, trata-se de uma pedagogia que visa desenvolver o pensamento crítico no sujeito do campo, fazendo-lhe compreender que são sim sujeitos oprimidos, mas que podem através da educação e do fortalecimento das suas lutas, transformar o seu contexto, a partir da educação, a partir das suas práticas sociais.

[...] Educação do/no Campo na perspectiva da Educação Popular freiriana estão amparadas pelas dimensões política, epistemológica e metodológica da pedagogia crítica. Isto é, a Educação Popular freiriana implica uma epistemologia política, ética, metodológica e pedagógica libertadora – o que demanda construção permanente, participativa, dialógica e crítica, mediante relação teoria, prática e reflexão com vistas a diferentes transformações sociais: micro e macro. Não é por acaso que os conceitos de luta, Educação conscientizadora, trabalho-educação e democracia perpassam pelas categorias presentes na Educação do/no Campo (Paulo, 2022, p. 14).

A concepção pedagógica que se alinha a de Freire e que busca fortalecer este projeto de sociedade contra hegemônico é a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), concepção teórica idealizada por Dermeval Saviani (1995). A PHC se apresenta como uma pedagogia contra-hegemônica, em comprometimento com a classe trabalhadora, em busca de uma nova educação para a sociedade, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

A PHC, metodologicamente, tem como base a prática social em que educadores e educandos estão inseridos, reconhecendo a educação e os sujeitos envolvidos como peças fundantes nos processos históricos de transformação social. Inspirada no materialismo histórico dialético, a PHC se apresenta como uma “pedagogia contra-hegemônica” tendo muito a contribuir com a Educação do Campo para a superação da sociedade capitalista e na construção de uma sociedade igualitária, democrática e sem classes sociais. Elege o desenvolvimento do trabalho educativo articulado e sistematizado intencionalmente para a superação da marginalidade escolar com vistas à superação dicotômica de uma educação excludente e segregadora. (Guimarães; Braga; Silva, 2022, p. 6-7).

Neste sentido a PHC se apresenta como a concepção teórica que pode contribuir e inovar de forma significativa na educação do campo, pois as suas bases levam ao fortalecimento da classe trabalhadora e dos excluídos, incluindo deste modo, a população camponesa, que durante muitos anos foi segregada. Essa concepção teórica visa o fortalecimento dos movimentos sociais em busca de uma formação contra hegemônica. Assim aliada a PHC temos uma Educação do Campo voltada de fato para o camponês em busca da melhoria do contexto no qual se encontra inserido e a ascensão desse sujeito, através da construção de um pensamento crítico e reflexivo.

Ao considerar as bases teóricas que fundamentam as concepções pedagógicas de ensino propostas por Paulo Freire e Dermeval Saviani, pode-se afirmar que um modelo de educação pautado em tais concepções dialoga diretamente com o conceito de inovação social. Segundo Lencini (2013, p.18) “a inovação social pode ser definida como a criação e implantação de ideias que geram impacto social sobre a qualidade de vida dos indivíduos ou comunidade de forma constante e sustentável.” Neste sentido uma proposta de Educação no Campo inovadora seria aquela voltada para o sujeito do campo, viabilizando a construção do entendimento crítico acerca do espaço em que está inserido, buscando transformações e ascensão social, ou seja, este modelo educacional iria promover uma melhor qualidade de vida para a população do campo de forma equilibrada, crítica e não excludente. Pode-se afirmar que as práticas pedagógicas críticas, tanto a freiriana quanto a PHC, a partir da sua fundamentação contra hegemônica, em busca de uma educação transformadora para povos historicamente excluídos e marginalizados, trata-se de um processo de inovação social educacional em potencial para a Educação no Campo.

Contudo para que este processo de educação inovadora aconteça no campo, algumas ações precisam ser tomadas, como por exemplo revisão dos currículos, formação adequada para os professores, a necessidade de uma escola e uma formação que dialogue com a realidade de vida destes sujeitos. Algumas Escolas do Campo já adotam práticas inovadoras, uma delas é a pedagogia da alternância, uma concepção metodológica com forte influência da pedagogia freireana. Segundo Moro et al. (2007), Na Pedagogia da Alternância

A experiência é fruto de uma longa construção histórica em prol de uma educação voltada para o contexto real do campo. E nessa construção envolvem-se muitos atores, mas os agricultores protagonizaram essa iniciativa e deverão continuar como os sujeitos principais para garantir

e identidade e o futuro do sistema de alternância, pois não há escola de alternância sem a participação ativa das famílias, além da participação de órgãos públicos e entidades que devem se dar na forma de parcerias (Moro et al. 2007, p. 3120).

Assim, apesar das problemáticas que cercam historicamente a Educação do Campo, o uso dessas práticas metodológicas demonstra que é possível, a partir de concepções pedagógicas críticas garantir uma educação transformadora e inovadora para o povo camponês.

Considerações finais

A premissa de que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos (Freire, 2000) traz uma visão profundamente humanista e progressista da educação, principalmente se tratando de Educação do Campo. Freire (2000) reconhece que os estudantes não são tabulas rasas, mas sim indivíduos com experiências, perspectivas e conhecimentos únicos. A educação através de pedagogias inovadoras, não se trata apenas de transmitir informações, mas de estabelecer um diálogo genuíno e respeitoso entre educador e educando, onde ambos compartilham saberes e contribuem para a construção mútua do conhecimento. Isso permitirá que o estudante do campo sinta que seu contexto de vida importa e que o senso de pertencimento é valioso.

No entanto, transformar essa premissa em realidade tanto nas Escolas do Campo, quanto nas escolas urbanas que recebem alunos oriundo do campo, requer uma mudança profunda nos paradigmas educacionais estabelecidos. Em muitos sistemas educacionais, ainda prevalece uma abordagem hierárquica em que o professor é visto como a única fonte de conhecimento válido. É necessário promover uma cultura de colaboração e respeito mútuo na qual o papel do educador se transforme de um mero transmissor de informações para um facilitador do processo de aprendizagem. Isso pode ser alcançado por meio das práticas pedagógicas críticas combinada com inovação social, projetos interdisciplinares e abordagens participativas que envolvam os estudantes ativamente na construção do conhecimento. Também é crucial oferecer espaço para que os alunos do Campo compartilhem suas experiências pessoais, culturais e sociais, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas. Além disso, programas de formação de educadores para a Educação do Campo, que incentivem a reflexão sobre suas próprias práticas e a exploração de novas abordagens pedagógicas, são essenciais para efetivamente implementar a premissa de respeitar os saberes dos educandos.

A transformação dessa premissa em realidade na escola também exige uma revisão dos currículos, materiais didáticos e procedimentos avaliativos. A inclusão de conteúdos e exemplos que sejam relevantes e significativos para os/as estudantes do campo, levando em consideração suas realidades, meios de vida, interesses e necessidades, é fundamental para engajar os/as estudantes de maneira mais profunda e autêntica. É fundamental que a educação em qualquer escola, independente da etapa e modalidade, permita a participação ativa, o diálogo respeitoso e a construção do conhecimento, capacitando e promovendo a emancipação do/a estudante do Campo, proporcionando que o senso de pertencimento o/a leve a entender que poderá fazer escolhas que o/a proporcione permanecer do/no campo se assim o quiser, além de se tornarem sujeitos críticos e autônomos em sua jornada educacional e além.

Referências

ARROYO, M; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. São Paulo: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. Política de Educação do Campo: concepções processos e desafios. In: CABRAL NETO, Antônio. et al. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livros, 2007.

BAHIA. **Conselho Estadual de Educação**. Resolução CEE-BA nº 103 de 2015. Salvador: Diário oficial, 2016.

BAHIA. **SGINF- Superintendência de Gestão da Informação** da Secretaria Estadual de Educação, 2022. Disponível em: <<http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/caixa-de-ferramentas/gestao-da-aprendizagem/>> Acesso em 23 set. 2023.

BAKUNIN, Michel, et al. **Educação Libertária**. Organizado por F.G Moriyón. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

BRASIL. IBGE- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2022 Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em 23 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. DECRETO nº 7.352, de 4 de novembro de 2010- Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do

Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Grupo permanente de trabalho de educação do campo**, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EduCampo.pdf>>. Acesso em 23 set. 2023.

BELTRÃO, Selma Lúcia Lira. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia**. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB) Brasília, DF, 2010.

CALDART, Roseli Salette. Et.al.(org) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de saúde Venâncio, 2012.

CALAZANS, M. Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural. Traços de uma trajetória. In: TERRIEN, Jaques; CALAZANS, M. Julieta Costa. **Educação e Escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/cms/cmstxt1.htm>. Acesso em: 27 set. 2023

CONTE, I. I.; PAULO, F. D. Paulo Freire e a presença dos camponeses e camponesas em suas obras: uma análise bibliográfica. **Gavagai**, Erechim, v. 8, n. 1, p. 33-50. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **O que é pedagogia**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GUIMARÃES, Luís Geraldo Leão; BRAGA, Luiz Ricardo Pereira de Almeida; SILVA, Priscila Teixeira. Educação no campo e a Pedagogia Histórico-Crítica: possíveis aproximações. **Revista Educação e Ciências Sociais**, UNEB, Salvador. v.5, n.8, jan – mar. de 2022 - ISSN 2595-9980 DOI: <<https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n8.5>>. Acesso em 23 set. 2023.

GUIMARÃES, Luís Geraldo Leão. **Educação ambiental**

transformadora em projeto de assentamento agroextrativista: caminho para uma autogestão comunitária em água fria (Serra do Ramalho- BA). 2021. 260 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2021).

LENCINI, Carlos Artur dos Santos. **A implantação de inovação social por organizações participantes da matriz do empreendedorismo social.** 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Administração, Administração, Unisinos, São Leopoldo, 2013.

MORO, Silvana Maria Laquini; LOPES, Flávio Santos; MORO, Ildranis Laquini ; SANTOS, Carla Souza; JESUS Janinha Jerke de. **Pedagogia da Alternância e Escola Família Agrícola:** proposta para promoção e o desenvolvimento rural. XI Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2007. Paraíba, p.3117-3120

Paulo, F. dos S. Educação popular freiriana como paradigma da educação do campo e da educação ambiental. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 26, e4.2022. Disponível em <<https://doi.org/10.5902/2236499472224>>

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Pricila Kohls; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica* ISSN, 2238-9210 - V. 33, Maio/Ago. 2021.

SAVIANI Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 5 ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23 set. 2023

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23 set. 2023.

VENANCIO FILHO, Raimundo Pinheiro. **O sagrado e o profano no Sertão da Bahia.** São Paulo: Lura. 2016.

Capítulo 3

ETNOMATEMÁTICA E EMPREENDEDORISMO: REVISITANDO AS LITERATURAS PRODUZIDAS

Rozimeire Soares de O. Porto
Ana Paula Alves Fernandes O. Guimaraes
Lídia Maria Silva M. Ribeiro

Introdução

Enquanto estudantes do curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, do Programa de Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social (MPIES), foi nos solicitado um estudo que possibilitasse discutir a intervenção educativa e social, na linha de pesquisa -Novos contextos de aprendizagem, na conjuntura da evolução social. Essa solicitação foi proposta pela disciplina Inovação Social e Empreendedorismo que faz parte da ementa do Programa. Nessa perspectiva, buscamos condições para identificar e compreender a relação da Etnomatemática no Empreendedorismo discutida nas literaturas acadêmicas no período de 2018-2022.

Estudiosos na área da Etnomatemática como D'Ambrosio (2013), Knijnik (2012), Morais (2019), trazem-na sob duas propostas: programa de ensino e área de pesquisa na Educação Matemática. Interessa-nos discutir a Etnomatemática enquanto área de pesquisa da Educação Matemática sem desmerecer a Etnomatemática como ensino. Nesse sentido, precisamos ter um olhar de como os saberes¹ matemáticos se apresentam dentro de um empreendimento de um determinado grupo social, desde o processo produtivo até a sua comercialização. Nos interessa entender esse saber, como objeto de conhecimento matemático, construído e transmitido culturalmente pelos grupos através de suas gerações. Para D'Ambrósio (1996), esses saberes, enquanto conhecimento matemático, construído historicamente, são compartilhados e compatibilizados permitindo sua

1 Para Tardif (2010), os saberes se classificam em curricular, disciplinar, experiencial.

reprodução de forma funcional, conservando a sua unicidade cultural.

No que se refere ao empreendedorismo, encontramos em Aiche (2021), Velho e Giancarlo (2017), Shumpeter(1985), Melo Neto& Fróes(2002) que esse se configura como uma ação individual e tem por objetivo agregar recursos e competências para a criação de um negócio. Desse modo, oportuniza a transformação socioeconômica do empreendedor.

Baseado nas discussões apresentadas, tivemos como objeto do estudo a investigação dos saberes matemáticos nas práticas empreendedoras. A escolha dessa temática tomou por base a possibilidade de fazer um levantamento de como as literaturas discutem a relação dos empreendedores e seus conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, buscamos identificar como os conhecimentos etnomatemáticos, originários da ancestralidade, influenciam as atividades laborais. Para nós, empreender significa ser um agente de inovação e mudança, tanto como uma oportunidade de negócio lucrativo ou necessidade de sobrevivência. Aieche (2021, p.13) ressalta que, empreender é ‘um fenômeno social, que pode induzir um indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio Futuro”.

Nesta perspectiva, Empreendedorismo no pensar e fazer a Etnomatemática em suas singularidades converge para uma ambiência de valorização dos saberes construídos e transmitidos pelos grupos sociais como uma possibilidade de transformação socioeconômica. Ambos, a Etnomatemática e o Empreendedorismo, têm a intenção valorizar e dar visibilidade a grupos que historicamente são invisibilizados pelas classes hegemônicas da sociedade. Nessa revisão sistemática de literaturas, tivemos a pretensão de desocultar os conhecimentos matemáticos laborais advindos das vivências desses grupos como forma de pluralizá-los no contexto acadêmico.

Para tanto, tivemos como proposta responder a seguinte pergunta: Como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresentam nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 à 2022²? Para isso, fizemos uma pesquisa no portal de periódicos da CAPES³, em teses e dissertações que discutem concomitantemente a Etnomatemática e o Empreendedorismo.

Convém reafirmar que a escolha da temática, possibilitou responder

2 Esse período foi escolhido por consideramos o mais atual na produção crítica sobre o tema abordado.

3 Apresentamos na tabela 1.0, o protocolo que direcionou a pesquisa.

uma inquietação dentro do nosso âmbito familiar, pois os nossos pais são comerciantes de sucesso e suas práticas laborais estão atreladas aos conhecimentos tradicionais, já que não tiveram acesso toda a escolarização do ensino formal.

O artigo foi distribuído em 6 seções: Introdução; estudos correlatos; a metodologia utilizada na Revisão Sistemática da Literatura; a análise dos estudos selecionados no escopo da pesquisa; os resultados das produções selecionadas e na última seção apresentamos algumas considerações e respondemos a questão dessa pesquisa: Como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresentam nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 à 2022? Buscando responder a pergunta norteadora, tivemos como objetivo geral analisar como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresentam nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 à 2022. E como objetivos específicos identificar a influência dos conhecimentos Etnomatemáticos nas práticas laborais dos empreendedores e analisar as formas de apropriação do conhecimento Etnomatemático presente nos estudos selecionados.

Estudos correlatos: contribuições na área

A Etnomatemática

O termo Etnomatemática surgiu na década de 1970, como uma necessidade de valorização e inclusão dos conhecimentos tradicionais nas ciências, como um programa de um ensino tradicional da matemática. Essa proposta teve como foco, resolver a dicotomia entre o que ensina e a aplicação das vivências dos aprendizes. Uma forma de valorização da cultura e um olhar para outros tipos de conhecimentos matemáticos. Nesse contexto dá-se início a uma matemática diferenciada daquela estudada no contexto escolar. Para o autor,

Uma cultura é identificada pelos seus sistemas de explicações, filosofias, teorias, e ações e pelos comportamentos cotidianos. Tudo isso se apoia em processos de comunicação, de representações, de classificação, de comparação, de quantificação, de contagem de medição, de inferências. (D'AMBROSIO, 2005, p. 102).

Numa visão de valorização de todos os conhecimentos formais e não-formais, a Etnomatemática evidencia as diferenças culturais na criação

e transmissão de conhecimento com respeito as suas origens e técnicas de aplicação. Ao entender que, cada grupo desenvolve os saberes à sua maneira, e de acordo com suas necessidades a Etnomatemática busca resguardar a herança intelectual de um grupo, seja nas relações domésticas ou como mecanismo de organização social.

Ao relacionar o empreendedorismo às vivências culturais de um grupo, fica evidente outras formas de pensar matematicamente. Para exemplificar a matemática presente no cotidiano, podemos citar o trabalho dos pescadores, pedreiros, cozinheiras, entre outros, em que a matemática está envolvida nas práticas cotidianas. A abordagem matemática intrínseca nesse processo, na maioria das vezes advêm de experiências no bojo familiar, passado por gerações através de sua cultura, com pouco ou nenhum conhecimento escolar. Esses grupos demonstram uma presteza em desenvolver cálculos aritméticos, mensurar os sistemas de medidas sem instrumentos padronizados.

Os procedimentos utilizados pelos empreendedores citados no parágrafo anterior e a aplicação da matemática funcional e informal em seus afazeres diários apresentam traços dos teoremas convencionais da Matemática enquanto ciência. Todavia, sua maneira de aplicar a matemática fica invisibilizado pelos procedimentos formais.

Dessa forma, a matemática do pedreiro ao fazer o nivelamento da parede, apresenta princípios do estudo formal dos ângulos. Outro exemplo é o do pescador que executa relações métricas como a “braça”, técnica utilizada para medir suas redes de pesca. Essa medida é feita com os braços abertos indo de uma mão a outra que mede aproximadamente 1,50 m. Assim como o uso de estimativas e cálculo mental, totalmente genuínos, na prática da cozinheira que não utiliza unidades de medidas convencionais numa receita, como cálculos e estimativas de tempo.

Como definiu D’Ambrósio (2005, p.17), “a Etnomatemática é uma linha de pesquisa que busca a compreensão, transmissão e socialização de conhecimentos matemáticos onde se pretende refletir a Matemática em seus diferentes contextos”. Knijnik (2012) resgata a intencionalidade do fazer matemática de um grupo cultural, definindo soluções para problemas das atividades cotidianas.

Esses diferentes sistemas de conhecimento podem ser chamados de matemática tradicional, desenvolvidos e motivados pelas necessidades de compreender, organizar o mundo de acordo com uma visão coletiva.

Empreendedorismo

O primeiro a usar o termo Empreendedorismo foi o economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1945). Em sua obra literária, o “O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”, o autor discute que as inovações são determinantes para a alteração no estado de equilíbrio de uma economia. A Inovação vista por ele é o ato de empreender para atender as necessidades dos consumidores, devido ao crescimento econômico e as inovações tecnológicas.

Além disso, existem diferentes tipos de empreendedorismo de acordo com o local e forma como esse empreendimento é projetado, por exemplo: Empreendedorismo corporativo – ocorre dentro de uma empresa; Empreendedorismo social é “uma ação transformadora”. Melo Neto & Fróes (2002 p.132); Empreendedorismo digital- internet como canal majoritário; empreendedorismo solidário que tem seu foco na harmonia entre a natureza e o progresso econômico, entre outras determinações.

Tomamos o último tipo, como objeto para o nosso estudo, o empreendedor solidário. Essa escolha levou em consideração que esse tem como propósito a busca de alternativas no mercado de trabalho, isto é, fazer uma conexão com o que tem disponível ao seu entorno e reformular de modo alternativo para transformar em uma oportunidade de negócio

Quando pensamos em empreendedorismo abrimos um leque de opções, pois, saímos do campo de visão das possibilidades para o campo das realidades. O empreendedorismo, tem relação com as atividades que convergem aos interesses da comunidade na busca de dias melhores de condição de vida e produção do bem-estar familiar.

O conhecimento Etnomatemático numa visão empreendedora

Para embasar o tema, trouxemos o entendimento de Julien (2001), que retrata que o indivíduo é um empreendedor plural e coletivo e se constrói ao longo da sua vida. Essa construção acontece através de laços familiares (afetivos), simbólicos, originadas da educação e do trabalho e, ainda, sociológicos, que vem do meio, nas suas experiências. Entretanto, essas influências não determina uma vocação particular para o labor.

A busca pela constatação da existência dessa conexão, do conhecimento etnomatemático numa visão empreendedora, e com as leituras de Mendonça (2018) e Tarja (2019) vimos que o os grupos

historicamente são dotados de conhecimentos tradicionais. Ao mesmo tempo as ideias que concerne as suas atividades de sustento familiar, porém eles são atraídos pela nova abordagem da globalização econômica.

Nessa visão, os empreendimentos que fazem parte dessa sociedade buscam ações coletivas com um direcionamento vetorial de desenvolvimento social da comunidade, com um incentivo de inclusão do indivíduo. Vale ressaltar, porém, que esses ofícios devem estar atrelados ao conhecimento laboral das vivências e experiências do dia a dia dos grupos.

Os empreendedores sejam com a atividade pesqueira, artesanato ou na culinária tem um papel primordial no que concerne ao desenvolvimento socio e econômico, pois é desse serviço que faz gerar emprego e renda dentro do seu território, mas é pouco valorizada pelos órgãos competentes como uma atividade de relevância produtiva (Mendonça, 2018).

Quando analisamos os temas, Etnomatemática e Empreendedorismo em conjunto, identificamos uma conjunção de ideias e pessoas que desenvolvem atividades de caráter econômico, cultural e social que utilizam de conhecimentos tradicionais no trabalho. Para Tarja (2019), essa maneira de empreender tem um olhar especial sobre trabalho e o meio em que vive. Pois, esse tipo de empreendedorismo fortalece os vínculos comunitários ao propor uma gestão democrática e participativa nos empreendimentos.

Para validar as discussões apresentadas, apresentamos o caminho metodológico que possibilitou compreender a relação existente entre a Etnomatemática e o Empreendedorismo.

Metodologia

Para responder à questão de pesquisa: como os conhecimentos etnomatemáticos se apresenta nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 a 2022, utilizamos uma abordagem qualitativa aplicada à técnica de pesquisa documental, respaldada nos estudos de Sá-Silva; Almeida; Guindani, (2009).

Essa técnica justifica-se, pois, além de extrair informações, abre um leque de possibilidades para o entendimento de estudos que devem estar atrelados a contextualização histórica, social e cultural.

Fizemos uma revisão sistemática da literatura, utilizando os procedimentos de investigação científica, a partir de protocolos rígidos para identificar, selecionar, coletar dados, analisar e descrever as contribuições relevantes à pesquisa. Para os autores: “A revisão sistemática é um recurso

importante da prática baseada em evidências, que consiste em uma forma de síntese dos resultados de pesquisas relacionados com um problema específico” (Galvão CM, Sawada NO, Trevizan MA. 2004). [...] “, as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, em vez de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos”. (Sampaio RF E Mancini MC. 2007). Uma das formas de obter essas informações é mapear todos os autores que dialogam sobre o tema de maior relevância dentro de um marco temporal.

Iniciamos com o levantamento dos estudos empíricos nacionais (teses e dissertações), o critério para a seleção levou em consideração, área de conhecimento das pesquisas que discutem a Etnomatemática e o empreendedorismo nas práticas laborais. Para essa busca, utilizamos o banco de dados do portal CAPES, teses e dissertações, do tipo Mestrado Profissional, defendidas no período de 2018 a 2022, na Grande área de conhecimento, Multidisciplinar. Optamos por não selecionar a Área de Concentração para não restringir demasiadamente nossa pesquisa, tendo em vista que, existem poucas publicações sobre o tema escolhido no período restringido.

Para compreensão do caminho percorrido nesta Revisão Sistemática de Literatura apresentamos na tabela 1.1 o protocolo (adaptação Sampaio e Mancine, 2007) utilizado como diretriz do nosso estudo.

Tabela 1.0 - Protocolo para Resumo Sistemático de Literatura

1. Objetivos	
Analisar como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresenta nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores.	
2. Base de Pesquisa	
Portal da Capes de Teses e Dissertações/ catálogo de teses e dissertações.	
3. Critérios de Seleção	
Inclusão	Exclusão
Teses; Trabalhos defendidos entre 2018 - 2022; Trabalhos empíricos que discutem Etnomatemática na perspectiva do Empreendedorismo	1. Trabalhos que não pertençam ao período 2018-2022, as áreas de conhecimento e concentração da Etnomatemática; 2. Trabalhos em que os resultados não poderão ser verificáveis e/ou que apresente uma qualidade metodológica incipiente.

4. Procedimentos de Busca

Descritores: Etnomatemática (uso de aspas duplas)

Filtro:

- Tese e Dissertações;

Tipo:

-Mestrado Profissional

Ano:

-Período: 2018-2022;

Grande Área de Conhecimento: Multidisciplinar

5. Apresentação dos resultados

Leitura flutuante, análise a priori e escolha do *corpus*, filtragem, organização dos dados (software, fluxograma e/ou tabela) e análise a posteriori.

6. Tratamento dos dados e discussão

Análise do Conteúdo Revisão Sistemática de Literatura;

Escrita do texto base; Descrição analítica dos resultados;

Fonte: os autores.

Para a busca das pesquisas, num primeiro momento fizemos a leitura flutuante dos títulos das dissertações e teses. Em alguns casos, quando o título não deixava claro o contexto do artigo, realizamos a leitura através dos resumos para verificar se o trabalho se enquadrava na nossa proposta de pesquisa Etnomatemática e Empreendedorismo.

A partir dos filtros (tese, dissertação, tipo, período 2018-2022, área de conhecimento) identificamos no catálogo da Capes um total de 57 estudos que atenderam a princípio, nossos objetivos, “Etnomatemática”. Ademais, como nosso estudo exigia uma análise científica sobre Etnomatemática e Empreendedorismo buscamos também, identificar aspectos empreendedores nos trabalhos filtrados. A partir de uma leitura flutuante, dentre os 57 estudos selecionados encontramos 04 estudos convergente com nossos objetivos propostos. Nesta leitura buscamos conferir as discussões científicas estabelecidas que ancorasse nosso estudo de forma concisa e científica.

Após essa leitura, foi reduzido para 04 trabalhos na direção do foco da pesquisa, conforme o Quadro 1.1

Tese	Título	Palavras-chave
T.01	Práticas culturais da culinária Acreana como estratégia de ensino à luz da Etnomatemática.	Práticas culturais; culinária; ensino de matemática; formação Inicial.
T.02	A Etnomatemática do filé Alagoano: percursos para a alfabetização matemática na educação de jovens e adultos.	Etnomatemática; saberes fazeres matemáticos; cotidiano; Educação de Jovens e Adultos.
T.03	A Etnomatemática dos pescadores artesanais da Ilha da Madeira – Itaguaí (RJ): uma proposta de preservação da identidade cultural em uma escola municipal local.	Etnografia; etnomatemática; triangulação; pesca artesanal; ilha da Madeira.
T.04	Saberes matemáticos da prática profissional: um estudo de caso na região de Montes Claros/MG	Educação Matemática. Etnomatemática. Práticas profissionais. Saberes não escolarizados.

Fonte: Catálogo de Teses e dissertações da Capes.

Apesar de não constar nas palavras-chave Empreendedorismo, optamos por considerá-los para essa RSL, devido a sua inserção no contexto de práticas laborais como mecanismos de empreendimentos.

Análise dos dados gerados

Após uma leitura sistemática dos resumos, voltamos para as particularidades de cada um dos estudos selecionados na tentativa de encontrar a conexão da Etnomatemática e o Empreendedorismo nas práticas laborais dos estudos publicados no portal da Capes entre 2018-2022. Identificamos a influência dos conhecimentos matemáticas nas práticas empreendedoras e fizemos uma análise nas formas de apropriação desses estudos, no período temporal de 2018-2022.

Depois de todo esse primeiro percurso, buscamos na plataforma Capes, leituras flutuantes e seleção das pesquisas, delineamos os critérios a partir da tabela (1.1) supracitado. Estabelecemos critérios de exclusão e inclusão.

O primeiro critério de exclusão, apesar de discorrer sobre o tema

em foco, não estabeleceu uma mínima ligação com as práticas laborais dos empreendedores, e sim, o estudo estava voltado para a formação de docentes e atividades de sequências didáticas para o ensino-aprendizagem. Para o critério, Inclusão, selecionamos trabalhos que, apesar de o estudo norteador ter sido ensino, visualizamos aspectos da Etnomatemática nas práticas laborais dos sujeitos empreendedores, já que esse aspecto é preponderante para responder ao nosso questionamento de pesquisa.

Discorremos nossa compreensão a partir da perspectiva estabelecida a priori, e dos resultados observados baseando-nos no referencial teórico apresentado como forma de localização nas discussões dos estudos empíricos selecionados para esta Revisão Sistemática de Literatura.

Identificamos na T01, que tem como objetivo geral analisar como as práticas culturais da culinária local podem contribuir para o ensino da matemática a partir da abordagem da Etnomatemática. O autor defende que a Etnomatemática não se constitui como método de ensino, ou seja, ela não toma para si o reconhecimento de uma técnica que o professor possa utilizar para ensinar. Haja vista, que a Etnomatemática individualizada, não conseguiria abarcar os objetivos nos processos de ensino e aprendizagem, mas como uma sugestão de trabalho, preocupando-se com as relações socioculturais do ser humano (Souza, 2013).

Assim, os usos da matemática nas práticas da culinária Acreana, a exemplo do preparo da baixaria, prato símbolo da culinária Acreana, observa-se a prática da cozinheira em suas ações rotineiras no preparo da iguaria e os usos da matemática nesse ambiente não escolar onde a cozinheira desenvolve sua prática durante as atividades sem a necessidade do uso de uma receita escrita, com cálculos e estimativas de tempo, os quais não foram adquiridos na escola ou em outro espaço destinado a instruí-la, revela a naturalidade de um fazer nato constituído pelas experiências de sua vivência cultural/social.

As discussões trazidas na T02, tem como intuito contextualizar as ações matematizadas inseridas no bordado do Filé, artesanato pertencente a cultura popular dos alagoanos. Faz parte da pesquisa, alunos de uma turma multisseriada, pertencentes ao primeiro segmento da EJA. O local para realização da pesquisa trata-se de uma região turística e histórica para o estado de Alagoas, e tem como foco o desenvolvimento de atividades profissionais com uso do artesanato (Filés e Rendas), pesca e fabricação de doces.

As práticas matematizadas inseridas na produção do Filé, considerou

que a produção do Filé faz parte da bagagem cultural vivenciada e trazida pelos alunos, que são os sujeitos do trabalho. Foram elencadas a importância do desenvolvimento de um processo de Alfabetização Matemática na perspectiva da Etnomatemática, voltada para a modalidade da Educação com Jovens e Adultos (EJA), um diálogo entre os conteúdos matemáticos e os saberes matemáticos informais, os quais foram elaborados através do contexto cultural por eles vivenciados. A pesquisa propõe um novo olhar para o currículo da EJA, especificamente para as aulas de Matemática, pois as práticas matematizadas concebe-se no cotidiano dos sujeitos da EJA, relacionando saberes prévios da Matemática da Vida com a Matemática Escolar, tornando possível identificar a abordagem da Etnomatemática.

Constatou-se ainda que as práticas pedagógicas de ensino da Matemática escolar estando em diálogo com a Matemática da Vida possibilita aprendizagens significativas aos estudantes, identificando que os alunos visualizam a Matemática como uma ferramenta utilitária em seu dia a dia. Além disso também foi detectado que o uso dos dedos para resolução de problemas é o principal recurso utilizado pelos estudantes da EJA, o qual considerou-se como um “recurso didático” etnomatemático e uma prática cultural dos sujeitos.

Por outro lado, a T03, explicita a relevância do estudo da Etnomatemática para a educação social influenciando positivamente na agressão que a pesca artesanal sofre no bairro da Ilha da Madeira// RJ, de diversas formas, sob o aspecto cultural, seja economicamente, oportunizando meios sociais para que o trabalhador permaneça exercendo sua atividade que incentive seu trabalho ao inserir saberes populares nas escolas a fim de promover o conhecimento e valorizar a profissão de pescador.

A pesquisa tem como produto de intervenção um vídeo-documentário de curta metragem que tem o objetivo de alertar para o problema da perda da identidade cultural da região, assim como propor apontamentos para a valorização da atividade pesqueira artesanal na escola baseado nas práticas realizadas pelos antepassados dos alunos e dar significado social em diálogo com os conhecimentos matemáticos escolares.

No tocante a T04, o estudo descreve quais saberes matemáticos são usados por trabalhadores do artesanato e da construção civil na sua vida profissional e verificar como são utilizados os saberes identificados e como se relacionam com os saberes formais. O autor nos traz o conceito sobre conhecimento matemático formal e o conhecimento matemático

informal sob análise da ótica da Etnomatemática evidenciando que existem outros espaços capazes de conceber saberes, além dos espaços escolares convencionais.

Através do conhecimento mínimo da matemática básica, o profissional se esforça para restabelecer estratégias através do conhecimento adquirido na educação formal, por mais deficitário que tenha sido, ou no convívio familiar. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que mesmo que o profissional não tenha o domínio dos conhecimentos escolarizados, as pessoas desenvolvem saberes e habilidades que são intrínsecos à Matemática.

Em síntese, os quatro estudos demonstraram que, apesar de não existir uma matemática convencional nas práticas culturais dos grupos analisados, os autores concordam que existe um conhecimento matemático informal, adquirido através das gerações pelo contexto cultural em que esses grupos estavam inseridos.

Nessa perspectiva, foi enfatizado a importância de integrar o ensino da Matemática com as bagagens matematizadas trazidas pelos costumes desses grupos, pois, de acordo com Knijnik (2003), a diferenciação entre a Matemática Popular e Matemática Escolar, colocada por Eugene Maier (1980), indica a dualidade existente entre a ciência e suas implicações na prática cotidiana e escolar. Propondo assim, uma abordagem Etnomatemática como prática de ensino que possibilite as diversas formas de aprender a ciência dos números, tomando como partida as ideias e os fatos matemáticos experienciados socialmente.

Considerações finais

Este estudo objetivou responder, por meio da Revisão Sistemática de Literaturas, a questão de pesquisa: Como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresentam nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 à 2022? Para responder à questão buscou-se nos bancos de dados nacionais da CAPES, dissertações e teses. O levantamento dessas produções permitiu constatar uma significativa produção científica sobre os temas Etnomatemática e Empreendedorismo com a participação de vários estudiosos envolvidos no processo de construção da pesquisa.

Com base nas análises foi possível responder a pergunta: Como os conhecimentos Etnomatemáticos se apresentam nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores no período de 2018 a

2022? Os estudos sinalizaram que a Etnomatemática estava presentes na prática laboral do pedreiro ao fazer o nivelamento da parede apresentando princípios do estudo dos ângulos. Da mesma forma o do pescador, que executa relações métricas como a “braça”, utilizando uma técnica tradicional para medir suas redes de pesca. Assim como as estimativas e cálculos mentais, na prática da cozinheira que não utiliza unidades de medidas convencionais numa receita. Podemos dizer que, na busca pela resposta da pergunta que moveu o estudo, inferimos que o grupo cultural, do pedreiro, do pescador e da cozinheira, evoca e utiliza saberes herdados de seus antepassados e emprega-os nas particularidades metodológicas de seus empreendimentos. Conectando a Etnomatemática e o Empreendedorismo, como uma oportunidade de empreender nos modelos tradicionais, não só como alternativa de fonte de renda para suprir suas necessidades básicas, mas como o objetivo de gerar benefícios para comunidade em que está inserida.

Entretanto, na articulação entre as temáticas ainda existe uma lacuna muito grande, porém as contribuições desse estudo podem ser evidenciadas, seguindo os escopos das temáticas nele tangenciadas, oferecendo um panorama elucidativo que possibilita perceber que os conhecimentos Etnomatemáticos se apresenta nos estudos que investigam as práticas laborais dos empreendedores.

Essa representação científica converge com os objetivos propostos nesse estudo, pois ficou evidente que apropriação dos saberes Etnomatemáticos influenciam nas práticas laborais dos empreendedores, não em uma dimensão de empresa, mas pautada num empreendedorismo de solidariedade social para o desenvolvimento dos grupos de empreendedores no qual prioriza a problematização da dinâmica social e política dentro de uma perspectiva de construção de novos processos de planejamento, assumindo o território como uma instância socioespacial potencialmente integralizadora dos sujeitos nas suas diferentes representações contextuais.

Os estudos ratificaram os objetivos dessa RSL, identificando a influência dos conhecimentos Etnomatemáticos nas práticas laborais dos empreendedores e as formas de apropriação desses conhecimentos Etnomatemáticos presente nos estudos selecionados.

Dessa forma, concluiu-se, que não existem estudos nos quais a Etnomatemática seja articulada com o Empreendedorismo nos grupos sociais, trazendo reflexões para futuras pesquisas inovadoras acerca do tema, sendo esse, um vasto campo a ser analisado dentro de um Programa Etnomatemático.

Referências

- AIECHE, R.R. **Empreendedorismo**. Gama, DF: Uniceplac, 2021.
- D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- GALVÃO CM, Sawada NO, Trevizan MA. **Revisão sistemática**: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. Rev Latino-am Enfermagem 2004 maio-junho.
- GOMES, I. S. & CAMINHA, I. DE O. (2014). **Guia para estudos de revisão sistemática**: Uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. Movimento.
- JULIEN, P. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- KNIJNIK, G. et al. **Etnomatemática em movimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MENDONÇA, J. T. **Caracterização da pesca artesanal no litoral sul de São Paulo - Brasil**. Boletim do Instituto de Pesca, v. 41, n. 3, p. 479-492, 2018.
- MELO NETO, F. Paulo. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- MORAES, A. **Etnomatemática**: as possibilidades pedagógicas num curso de alfabetização para trabalhadores rurais assentados. 211 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2008.
- SAMPAIO RF E MANCINI MC. **Estudos de revisão sistemática**: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. São Carlos: Revista Brasileira de Fisioterapia, 2007.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J.F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Santa Vitória do Palmar, RS: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009.
- SCHUMPETER, J. **O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico**: a Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.
- TAJRA, S.F. **Empreendedorismo conceitos e aplicações**. 2. ed. Erica,

2019.

VELHO, A.G. Empreendedorismo.3.ed. Porto Alegre: Sagah, 2017.

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Diná Santana de Novais
Andrea Sely Alcântara Gomes
Marizete Barbosa de Lima Souza*

Introdução

A Inovação Social é um processo coletivo e surge a partir de problemas que ainda não foram resolvidos e podem ser provocadas a partir da implementação de políticas públicas. De acordo com André e Abreu (2006) a inovação social é caracterizada por três atributos:

- (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder (André; Abreu, 2006, p. 124).

Nesse contexto, as políticas públicas que democratizam o ensino superior incluem efetivamente estudantes excluídos historicamente e reduzem as barreiras econômicas, sociais e culturais. Para garantir a permanência estudantil essas políticas foram ampliadas e a assistência estudantil desempenha um papel fundamental nesse contexto, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um exemplo de iniciativa que busca atender a essa necessidade.

Vale salientar que as iniciativas de inovação social ocorrem como estratégias desenvolvidas pela sociedade civil a partir de problemas que ainda não foram resolvidos pelo estado. Para tanto levantou-se a seguinte interrogativa: Como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contribui para inovação social do estudante no contexto da educação superior? O referencial teórico ancora-se nas ideias de André e Abreu (2006), Alter (2000), Monteiro (2019), Moulaert (2000), quando

discutem a Inovação Social como um processo coletivo com uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social.

O Objetivo geral desse estudo foi compreender como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contribui para inovação social do estudante no contexto da educação superior. Como objetivos específicos: identificar se o Programa Nacional de Assistência Estudantil traz na sua estrutura características de inovação social; perceber dentre as ações do PNAES quais são as que promovem protagonismo estudantil; discutir sobre a relevância do movimento estudantil como elemento de fortalecimento do PNAES na educação superior.

Histórico do acesso ao Ensino Superior: a democratização

Ao longo da história do Brasil, o ensino superior foi inicialmente restrito e elitizado, com acesso limitado a um pequeno grupo de pessoas que podiam pagar por uma educação de qualidade. Os avanços inovadores e as mudanças públicas nas políticas educacionais demoraram a ser uma realidade (Soares, 2002).

A primeira universidade oficialmente instituída no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, por meio do Decreto Presidencial nº 14.343. A referida instituição foi constituída pela aglutinação de faculdades isoladas já existentes, mantendo a característica do sistema, ou seja, volta-se mais para o ensino elitista e conservava a orientação de seus cursos para o âmbito profissional (Lima, 2019).

No entanto, a proposta de ampliar o acesso ao ensino superior já estava presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹ de 1961. De acordo com Vahl (1980), apesar da equivalência automática entre o ensino técnico e o científico que buscava a democratização do acesso ao ensino superior, essa não foi tão significativa para os estudantes. A alta dificuldade das provas de vestibular, que estavam alinhadas com os conteúdos dos cursos médios científicos e clássicos tradicionais, criava obstáculos substanciais para os estudantes do ensino técnico.

Como afirma Lima (2019), a política de educação superior durante o período ditatorial no Brasil afasta-se do ideal de democratização do acesso. Durante a ditadura militar (1964-1985), existiam várias características

1 A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 estabelece as diretrizes e regras sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, dispondo especificamente sobre os percentuais de vagas que devem ser preenchidas *por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação.*

do sistema educacional que refletem essa falta de alinhamento com a democratização do ensino superior.

A década de 1980 foi um período marcante na história do Brasil, especialmente no que diz respeito à participação política da sociedade civil em relação às mudanças na Constituição Federal (Brasil, 1988). A educação se tornou um dos temas centrais da reforma constitucional.

A democratização do ensino superior teve início na década de 90 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, embora a expansão da educação superior tenha trazido oportunidades para um número maior de estudantes, especialmente aqueles menos favorecidos socioeconomicamente, também trouxe desafios relacionados à qualidade e à equidade no acesso. O FIES foi implementado em 1999 no governo FHC. O programa substituiu o antigo programa de crédito educativo de 1975, conforme consta no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União (CMPA).

Ainda de acordo com o CMPA, a democratização do acesso ao ensino superior foi fortalecida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010. Houve uma ênfase significativa na implementação de políticas externas para a democratização da educação superior, o governo lançou diversas iniciativas com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso e permanência no ensino superior, como por exemplo o Programa Universidade para Todos (ProUni)² e o fortalecimento do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)³

A presença significativa do setor privado no ensino superior é uma característica marcante do nosso sistema educacional, no entanto, políticas públicas e iniciativas como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁴ e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012)

2 O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. As bolsas integrais são destinadas aos estudantes com renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Já as parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos por pessoa. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/programa-universidade-para-todos>.

3 Programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. <https://accessunico.mec.gov.br/fies>.

4 O Reuni é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

que estabelece as diretrizes sobre o ingresso nas universidades federais dispendo sobre os percentuais de vagas preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou por pessoas com deficiência, tiveram um impacto importante na democratização do acesso ao ensino superior.

Portanto, o REUNI representou um marco importante na política educacional brasileira, possibilitando a expansão da educação superior pública, o aumento da oferta de vagas e a redução das desigualdades no acesso à educação superior. Essas mudanças tiveram um impacto significativo na vida de muitos estudantes brasileiros e na construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido:

O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas (Brasil, 2007, p. 27).

Desse modo, percebendo as dimensões que o REUNI atingiria, seus idealizadores estavam cientes de que essa proposta de expansão atrairia um novo perfil de estudante, para o qual as ações de assistência estudantil tornaram-se indispensáveis, contribuindo significativamente para reduzir, precisamente, a exclusão causada pelas desigualdades sociais que perduraram por toda a trajetória do acesso à educação superior brasileira (Lima, 2019).

André e Abreu (2006) discutem a inovação social como o resultado de uma mobilização em torno de um objetivo, protagonizada informalmente por uma organização. Ou seja, é um produto da sociedade civil ou um resultado da pressão da sociedade civil. A inovação social e as políticas públicas estão interconectadas em sua capacidade de abordar problemas sociais e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Quando trabalham juntas, podem criar soluções mais eficazes e sustentáveis para os desafios sociais enfrentados pelas comunidades e sociedade em geral.

Outra iniciativa que devemos destacar é a criação do Sistema de Seleção Unificado, ou SISU. Criado em 2010 e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), permite aos estudantes concluintes do ensino médio participarem de um processo seletivo unificado para ingressar em cursos de graduação oferecidos por instituições públicas de ensino superior.

O Sistema de Seleção Unificado (SISU), é uma importante ferramenta de democratização do acesso à educação superior pública no Brasil, sendo uma importante iniciativa que faz parte dos esforços do governo brasileiro para democratizar o acesso à educação superior pública,

tornando o processo de seleção mais transparente e baseado no desempenho acadêmico dos estudantes.

Segundo Castro (2011), o período do governo Lula, foi caracterizado por uma série de políticas afirmativas e iniciativas que visavam ampliar o acesso à educação superior no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010 distribuiu diretrizes importantes para a expansão e aprimoramento do sistema de educação superior no Brasil.

Segundo Lima (2019) a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), deu-se um novo fôlego para os programas FIES e PROUNI, contribuindo, em especial, para a aprovação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Silveira (2022) destaca a importância de uma política social efetiva que vá além da simples oferta de vagas e aborda as barreiras financeiras e sociais que podem limitar o acesso e o sucesso de estudantes de famílias desfavorecidas na educação superior. Sem tais políticas de apoio, a democratização do acesso à educação superior pode não atingir seu potencial máximo e, em vez de promover a inclusão, pode perpetuar formas de exclusão.

A expansão da educação superior, resultado das políticas de acesso inovadoras nas últimas décadas, levou a um crescimento significativo do setor público de ensino superior. Isso ocorreu devido ao aumento no número de universidades federais e estaduais, bem como à ampliação das vagas nas instituições públicas existentes. No entanto, essa expansão trouxe consigo novos desafios relacionados à categoria de permanência dos estudantes, especialmente para aqueles que atravessam camadas sociais desfavorecidas e que historicamente enfrentam obstáculos na conclusão dos cursos universitários.

Democratizar o acesso à educação superior com qualidade social requer não apenas facilitar o ingresso dos estudantes, mas também garantir que os recursos públicos sejam alocados de maneira adequada e que a sociedade civil tenha um papel ativo no controle e na supervisão desses recursos.

A inovação social e as políticas públicas estão interconectadas em sua capacidade de abordar problemas sociais e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Quando trabalham juntas, podem criar soluções mais eficazes e sustentáveis para os desafios sociais enfrentados pelas comunidades e sociedade em geral.

Os problemas gerados pela democratização: PNAES e a importância da Inovação Social como solução

A expansão universitária visa aumentar o acesso à educação superior, o que é positivo para democratizar o ensino, no entanto, pode haver uma contradição entre a quantidade de vagas disponíveis e a qualidade do ensino oferecido.

Assim, conforme Santos (2005),

[...] talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir, não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados (Santos, 2005, p. 50-51).

O movimento estudantil desempenhou um papel significativo durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Sua expressividade e engajamento na luta contra o regime autoritário deixaram uma marca na história do país. Além disso, desde os anos 1960, a pauta principal do movimento estudantil foi a expansão universitária. Os estudantes pautaram uma série de debates e demandas no sentido de com o aumento no número de cursos e vagas (Valle, 2008).

No final da década de 1980, destacam-se, no cenário nacional, o surgimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Entidades estas que alavancaram as discussões em torno da assistência estudantil na educação superior pública com vistas a viabilizar os mecanismos necessários para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Sílvio Benevides (2006), muitas vezes as reivindicações dos estudantes universitários iam além dos interesses exclusivos da categoria e tinham o objetivo de ampliar os espaços de atuação política. Muitos desses estudantes envolveram-se em questões que afetavam não apenas eles próprios, mas também outras partes da sociedade.

Assim, bem como ressalta Foracchi (1977), a importância das práticas estudantis como um produto histórico-social, a capacidade reivindicativa dos estudantes como um instrumento de luta em um contexto em que muitas vezes eles não têm acesso a outros meios de exigência e disputam mudanças. Isso significa que as demandas e ações dos estudantes são influenciadas pelo contexto social e político em que estão inseridos.

Em 1938, tivemos como destaque o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma entidade fundada a partir dos movimentos estudantis que se avolumavam desde 1901. A UNE foi concebida durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em 05 de dezembro de 1938, evento onde foi debatido a formulação do Plano de Reforma Educacional que, dentre outras questões, previa a assistência social aos estudantes. A criação da UNE teve o apoio do governo, pois ele pactuava com a ideia de associações, assim como da Casa do Estudante Brasileiro (CEB), que se interessava numa representação estudantil em nível nacional (Lima, 2019).

O movimento estudantil tem uma longa história de engajamento político e social, com um impacto significativo em questões que vão além das preocupações puramente acadêmicas, ele desempenhou um papel fundamental na promoção da justiça social, dos direitos civis e da participação cívica no Brasil ao longo dos anos.

A inovação social representa uma mudança de paradigma em relação à forma como abordamos problemas sociais, em vez de depender apenas de políticas públicas tradicionais, as soluções são buscadas por meio da colaboração, criatividade e empreendedorismo. A inovação social apresenta-se como uma manifestação do sujeito como uma atitude crítica e o desejo de mudança na sociedade (Alter, 2000).

De acordo com Cunha (1980) as questões apresentadas durante o congresso da UNE criaram um impasse entre os estudantes, que eram a favor da universidade aberta a todos, diminuição de taxas de matrículas, contra o regime autoritário do governo, ou seja, mais próximas dos ideais estudantis, e os da CEB, que queriam uma orientação política mais próximas aos interesses do Estado. Assim, já em 1939, houve o rompimento entre essas duas entidades.

Em 2007, foi aprovado pelo MEC, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através da portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Esse documento, como aponta Mariz (2014),

[...] representa a luta coletiva de diversos grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) ligados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pela consolidação da assistência estudantil no âmbito institucional e do seu reconhecimento legal enquanto política pública de direito (Mariz, 2014, p. 50).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, é uma iniciativa importante nesse contexto, com o objetivo de fornecer apoio financeiro e pedagógico para que os estudantes superem obstáculos e tenham um

desempenho acadêmico superior, bem como conclua seus cursos de graduação.

De acordo com Pereira (2008), os direitos sociais, quando expressos e declarados nas leis de um país, representam um compromisso legal e moral com o bem-estar e a igualdade dos cidadãos. No entanto, para que esses direitos se tornem uma realidade prática e beneficiem efetivamente a sociedade, eles precisam ser implementados por meio de políticas públicas e programas governamentais.

Segundo Macedo (2017), essas políticas representam um meio pelo qual o governo pode abordar questões específicas, resolver problemas e atender às demandas da sociedade. A autora também destaca a importância das políticas públicas como um mecanismo que aproxima o Estado da sociedade. Isso é especialmente relevante no contexto das políticas educacionais, uma vez que a educação é reconhecida como um direito social fundamental em muitos sistemas legais e constitui uma área de grande interesse público.

Segundo Lima (2019), todavia, as políticas públicas, quando direcionadas para lidar com questões sociais específicas e focais, são reconhecidas como políticas sociais, uma espécie de subgrupo da política pública, fruto das relações e contradições entre Estado e sociedade que surgiram diante do paradigma capitalista e afetam a relação entre capital e trabalho.

Röfling (2001) explica que:

[...] políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (Röfling, 2001, p. 31).

A reforma da educação superior proposta pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva tinha como objetivo central reduzir as desigualdades no acesso à universidade. Para alcançar esse objetivo, várias iniciativas foram implementadas, todas direcionadas a grupos que historicamente enfrentavam desafios significativos para ingressar na educação superior.

Portanto, durante o governo de Lula, houve uma tentativa de equilibrar as políticas de mercado com a busca por maior equidade e inclusão no sistema de ensino superior, reconhecendo que a educação é uma ferramenta fundamental para reduzir as desigualdades sociais no Brasil. Essa abordagem reflete a complexidade das políticas educacionais

em um contexto político e econômico específico.

Nessa linha, Ristoff (2006) complementa que:

[...] não basta mais falar em expansão do campus – há que se falar em democratização do campus. Expandir simplesmente as vagas do setor público equivale a transferir os alunos mais aquinhoados do setor privado para o setor público, sem, no entanto, abrir novas oportunidades aos alunos pobres (Ristoff, 2006, p. 43).

O PNAES com o objetivo de oferecer apoio financeiro e recursos adicionais aos estudantes de formação para ajudá-los a superar obstáculos que ajudam a melhorar sua permanência na universidade, esses obstáculos podem incluir dificuldades econômicas, falta de moradia adequada, alimentação insuficiente, transporte precário, entre outros.

Para Vargas (2008) as adversidades de natureza financeira podem impactar a jornada educacional de estudantes com recursos limitados, seja devido à insuficiência de meios para adquirir elementos culturais significativos, seja pela obrigação de equilibrar os estudos com a necessidade de emprego.

O próprio documento do Ministério da Educação que cria o PNAES admite a existência de problemas gerados pela ampliação do acesso aos jovens no ensino superior público federal. A permanência desse grupo estava comprometida pelas desigualdades sociais e regionais.

Na análise de Vasconcelos (2010) a assistência estudantil é um direito social promotor da igualdade de oportunidades para os discentes do ensino superior público. A conquista desses direitos, no que pense o protagonismo dos estudantes, foi resultado de lutas coletivas de diferentes grupos da comunidade universitária.

De acordo com Moulart (2000), o reconhecimento e a eventual resolução das formas mais agudas de exclusão só serão possíveis se encontrarem formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. O autor mostra a importância de mudanças que promovam a capacitação individual e coletiva dos agentes envolvidos no sentido de encontrar soluções para os problemas.

A partir de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) passou a ser regido pelo Decreto nº 7.234. Essa alteração no programa foi motivada pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todos os estados do Brasil. Esses órgãos, além das diversas modalidades de ensino que oferecem, passaram a incluir o ensino superior em seu escopo de atuação conforme previsto na Lei nº

11.892/2008.

Para atingir essa finalidade, o Programa estabelece quatro objetivos claros e fundamentais:

- I- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior;
- II- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- Reduzir as taxas de evasão, retenção e abandono escolar;
- IV- Contribuir de maneira eficaz para a promoção da inclusão social por meio da educação (PNAES, 2010).

As ações compreendem: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; e creche. Igualmente prevê o apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A afirmação de Silva e Veloso (2014) destaca uma perspectiva importante em relação ao acesso à educação superior, ressalta que o acesso não se limita apenas ao ingresso em uma instituição de ensino superior, mas também envolve considerações sobre a qualidade da formação e, igualmente importante, a capacidade do estudante de permanência e concluir seus estudos com sucesso. Essas dimensões do acesso à educação superior são fundamentais para compreender a realidade dos estudantes e a eficácia das políticas educacionais.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma iniciativa significativa de inovação social que reflete as diferentes realidades e se alinha com o objetivo de democratizar o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior pública presencial no Brasil.

Conclusão

Compreender as contradições provocadas pela implementação da expansão universitária, em concomitância com a emergência de lutas sociais travadas pelo movimento estudantil, é fundamental para analisar o contexto mais amplo das mudanças no sistema de ensino superior.

Democratizar o acesso à educação superior não é suficiente por si só. A simples facilitação do acesso não resolve os desafios enfrentados

pelos estudantes, especialmente aqueles que decorrem de um ensino médio deficitário em escolas públicas. Embora a ampliação do acesso à educação superior seja um avanço significativo, a questão da permanência dos estudantes e seu sucesso acadêmico precisa de uma atenção especial, uma vez que essas políticas também trouxeram contradições e desafios, uma das principais contradições foi a pressão para expandir rapidamente o ensino superior enquanto mantinha ou melhorava a qualidade da educação. O aumento no número de vagas e campi muitas vezes levou a preocupações sobre a capacidade de garantir a qualidade do ensino e a infraestrutura adequada.

Portanto, embora a expansão do setor privado de ensino superior tenha contribuído para a inclusão de estudantes que anteriormente não teriam acesso à educação superior, ela também gerou desafios relacionados à qualidade, financiamento e regulação. O equilíbrio entre a expansão e a qualidade da educação superior continua sendo uma questão crítica nas políticas educacionais brasileiras.

A democratização do acesso ao ensino superior, incluindo políticas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é uma conquista importante, mas também pode gerar desafios e problemas que precisam ser abordados. A democratização do ensino superior é valiosa, mas requer uma abordagem não apenas do acesso, mas também a qualidade e a equidade. As diretrizes como o PNAES desempenham um papel crucial na mitigação dos problemas gerados pela democratização, ao oferecer suporte financeiro e social aos estudantes que mais precisam, contribuindo assim para tornar a educação superior mais acessível e inclusiva.

A expansão da educação superior no Brasil permitiu que a população em situação econômica precária tivesse acesso a esse nível de ensino. Apesar da democratização do acesso, a política não favorecia a permanência do estudante, mesmo quando matriculado em uma instituição pública, uma vez que outras demandas, como moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico dentre outras, frequentemente naquela época levavam a interrupção da continuidade dos estudos.

Nesse contexto, foi possível perceber que Programa Nacional de Assistência Estudantil se esforçou para viabilizar a igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e prevenir situações de repetência e evasão decorrentes da falta de recursos financeiros dos jovens no ensino público superior.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil é, sem dúvida, uma

inovação social de extrema relevância no contexto da educação superior no Brasil. Seu impacto na permanência e conclusão dos estudantes na educação superior é significativo e vai além dos aspectos financeiros, alcançando também o apoio pedagógico, a saúde e o bem-estar dos estudantes.

Sendo assim, os resultados desse estudo apontam que é necessário implementar políticas públicas que garantam a permanência dos estudantes nas universidades e nesse contexto a assistência estudantil desempenha um papel fundamental na promoção da equidade no ensino superior, uma vez que se concentra em proporcionar igualdade de oportunidades para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso contribui para reduzir as disparidades educacionais e sociais.

Referências

- ALTER, N.. Inovação e mudança social. Paris: Presses Politécnicas e Universitaires Romandes, 2000.
- ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, [S. l.], v. 41, n. 81, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>. Acesso em: 30 set. 2023.
- BARROS, E. B. de A. **Permanência dos estudantes de origem popular na universidade: a bolsa moradia na UFBA**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.
- CARRANO, D. P. BERTASSI, A. L.; SILVA, G. M. Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 28, p.1-19, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/417/203>. Acesso em: 20

set. 2023.

CASTRO, A. M. D. A. A expansão e o acesso ao ensino superior: os novos desafios da educação brasileira. *In*: JUNIOR, L. de S.; FRANÇA, M.; FARIAS, M. da S. . de (org.). **Políticas de gestão e práticas educativas**: a qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2011. p. 19-36.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. **PROUNI**: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2023.

CUNHA, L. A. **A universidade temporária**: da colônia a Era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 55, p. 30-40, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/>. Acesso em: 20 set. 2023.

HULGÅRD, Lars. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, p. 256-263, set./dez. 2010. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/691/1. Acesso em: 20 set. 2023.

JUNIOR, J. da S. S.; REAL, G. C. M. Políticas de acesso e permanência na educação superior: reflexões para a compreensão do fenômeno da evasão. 2014. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 22., 2014, Natal. **Anais [...]**, Natal: UFRN, 2014. Disponível em: <http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/v2ANAISDOXXIISEMINÁRIONACIONALUNIVERSITAS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

LEITE, J. de O. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015. 546 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472,

2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13024. Acesso em: 20 set. 2023.

LIMA, F. D. R. de. **A Política Pública de Assistência Estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB.** 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MACEDO, G. D. **A eficácia do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) para a permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB.** 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MARIZ, S. D. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB.** 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MONTEIRO, A. O que é a inovação social? maleabilidade conceitual e implicações práticas. Dados, Rio de Janeiro, **Dados rev. ciênc. sociais**, v. 62, n. 3, p. 1-34, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TgyQQ73yL9qF5R3xvSS3j9L/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOULAERT, F. Globalização e desenvolvimento de área integrada nas cidades europeias. Oxford: Universidade de Oxford, 2000.

OLIVEIRA, E. G. de; SILVA, E. V. Convergências e dissonâncias dos Programas PNAES e Bolsa-Permanência e a Lei de Cotas. **Revista Labor**, v. 1, n. 19, p. 05-14, jul. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/39541>. Acesso em: 20 set. 2023.

OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M.; HEY, A. P.; AZEVEDO, M. L. N. de. **Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil.** [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1105.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre a política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

RISTOFF, D. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectiva. *In*: MOROSINI, M. (org.). **A universidade no Brasil:**

concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006. p. 37-52.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. de A. **Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES.** [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i12-707be73e05304f27eb9f18ae5d235c9d.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2023.

SILVEIRA, M. M. da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2012

SOARES, M. S. A. **A educação superior no Brasil.** Brasília: MEC/ CAPES, 2002.

VAHL, T. R. **O acesso ao ensino superior no Brasil.** Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1980.

VALLE, T. G. M. (org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

VILALTA, G. M. da C. **As contradições da expansão universitária e o movimento estudantil (2007-2012).** 2022. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES

Ivanete Fernandes do Prado

Elloyse Santiago Silva

Miss Lene Lima Borges

Introdução

O empreendedorismo se apresenta como uma iniciativa de começar novos negócios ou alguma inovação em atividades já existentes. É um termo muito utilizado no âmbito empresarial e constantemente está associado com a criação de empresas, produtos, bens ou serviços, normalmente envolvendo inovações que gerem desejo (Gomes, 2004).

O empreendedorismo traz impacto positivo na qualidade de vida das mulheres, visto que é uma oportunidade interessante, dentro das exigências e necessidades de cada mercado, assim a mulher pode ter autonomia para construir seu próprio empreendimento, buscar, pensar, criar ou simplesmente inovar em um trabalho já realizado, há uma variedade de possibilidades para desenvolver seu trabalho e validar as oportunidades no mundo dos negócios (Gomes, 2004).

A partir dos estudos desenvolvidos na disciplina “Inovação Social e empreendedorismo”, do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa da Universidade do Estado da Bahia, emergiu o interesse em discutir a temática em questão. Nesse sentido, objetiva-se, no presente artigo, apresentar por meio da literatura científica, o impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres, visto que essa experiência de ser empreendedora permite satisfação pessoal, assim reflete-se como uma auto-segurança.

Para alcançar tal objetivo, cabe uma investigação atenta e norteadas pelo seguinte questionamento: Qual o impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres? Tendo em vista que empreender é um meio de mudança na qualidade de vida com melhoras significativas,

mesmo envolvendo riscos, pois empreender como qualquer outro trabalho tem seus riscos, a partir dessas atividades acontece inovação pessoal e social.

Para fundamentar essa escrita e desvelar o objeto da investigação, utilizou-se dos estudos de Kohl-Santos e Morosini (2021) e Ferreira (2022) que discute a metodologia do estudo, Pereira (2019) que discute sobre Pesquisa de Intervenção em Educação, com utilização da metodologia do Estado do Conhecimento que busca analisar as produções científica de teses/dissertações fazendo um recorte temporal de cinco anos, possibilitando buscar, organizar e sistematizar para conhecer produtos de conhecimento nessa temática tão necessária.

O presente trabalho estrutura-se em cinco seções assim organizadas: 1) iniciando com essa breve introdução, abordando o contexto da pesquisa, objetivos e implicação; 2) discorre sobre a abordagem teórica do empreendedorismo e qualidade de vida; 3) apresenta o caminho metodológico utilizado durante a pesquisa; 4) evidencia os resultados da pesquisa; 5) traz as considerações finais.

Referencial teórico

Aqui são abordadas as concepções e conceitos a respeito do empreendedorismo e qualidade de vida tendo como subsídios os escritos realizados por autores que se preocupam com a temática em questão.

Empreendedorismo

O empreendedorismo é o processo de começar novos negócios ou fazer alguma inovação em trabalhos já existentes. Dessa maneira permite que o sujeito desenvolva atividades e pesquisas para sua realização, assim será um projeto que conseqüentemente tenha resultados, positivos ou negativos. Ao pensar em um negócio é necessário ver a realidade das necessidades para assim fazer algo que será de utilidade para sociedade, uma vez que encontre uma oportunidade, estudar e colocar em prática para assim empreender, seja em bens, serviços ou produtos.

Empreender é um grande desafio, pois implica pensar em uma ideia que possivelmente gere resultados positivos, assim, empreendedorismo é um processo de construção ou inovação que requer esforços e dedicação. Essas mudanças podem acontecer até na organização do trabalho, “As inovações organizacionais referem-se à implementação de novos

métodos organizacionais, tais como mudanças em práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa” (OCDE, 2005, p. 23). Nesse sentido diariamente acontece inovações, criações que ajuda na qualidade de vida das pessoas.

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas (Baggio; Baggio, 2014, p. 26).

Quando se trata em mulheres empreendedoras é visto que vai além de ser uma empresária, é também trabalhar como pessoa de transformação, coragem, e inovação buscando iniciativas sociais e inspirando várias mulheres a seguirem seus próprios passos, realizando seus sonhos e objetivos. Dessa forma acontece uma ação positiva na sociedade, onde uma ideia pode ser transformada em realização mesmo exposta a correr riscos, pois todos empreendimentos geram perigo, mesmo assim é fundamental dá o primeiro passo, seja criar um empreendimento começando em casa ou inovando um trabalho existente, acontecendo um desenvolvimento.

além de empreender as mulheres de hoje, mantém as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa, tendo então uma jornada dupla. Mulheres motivadas para empreender, em função dos cuidados necessários a família, muitas vezes empreendem em sua própria residência, pois assim conciliam os dois afazeres. (Amorim; Batista, 2012 p. 11)

Cada vez mais as mulheres vêm participando de todas atividades da sociedade, e construindo seu empoderamento e seu espaço com autonomia e autoestima. O empreendedorismo feminino está em alta, por conta do processo de feminização do mercado de trabalho, onde a mulher pode ocupar todos espaços, e tornando-se cada vez mais relevante, inclusive gerando impacto no cenário econômico que vem se inovando de diversas maneiras. Aqui se entende inovação também com fruto da interação e compartilhamento de conhecimentos sobre determinada ação, a partir de diálogos é possível surgir alguma ideia e virar um empreendimento social.

Novas possibilidades continuamente são oferecidas pelo mundo circundante, em particular descobertas novas são continuamente acrescentadas ao estoque de conhecimento existente. Por que o

indivíduo não deveria justamente fazer uso das novas possibilidades tanto quanto das antigas, e, conforme a posição de mercado, tal como ele a entende, criar porcos em vez de vacas, ou até escolher uma nova rotação de culturas (Schumpeter, 1997, p. 87).

Schumpeter (1997) explica que as novas combinações, ou novos empreendimentos, podem acontecer pela organização responsável por uma criação anterior, no entanto, é mais comum que se originem em novas empresas. Importa registrar que é possível realizar novos empreendimentos em diversos locais. De acordo com Baggio e Baggio (2014),

A essência do empreendedorismo está na mudança, uma das poucas certezas da vida. Por sítio o empreendedor vê o mundo com novos olhos, com novos conceitos, com novas atitudes e propósitos. O empreendedor é um inovador de contextos. As atitudes do empreendedor são construtivas. Possuem entusiasmo e bom humor. Para ele não existem apenas problemas, mas problemas e soluções (Baggio; Baggio, 2014, p. 27).

O empreendedor realiza mudanças na sociedade e na economia, quando implementa novidades no mercado e modifica os hábitos das pessoas ou quando gera um desejo de consumo ou participação, empreender

Qualidade de vida

Qualidade de vida de forma mais ampla, possui elementos subjetivos como amar, ser amado, bem-estar, felicidade, prazer, realização pessoal, profissional e elementos mais evidentes, que são a satisfação das necessidades básicas. Qualidade de vida não significa apenas bem-estar físico, funcionalidade no âmbito emocional, mental, ausência de doença, mas, está relacionado também a outros elementos como familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, da faculdade, varia de acordo a percepção pessoal de cada indivíduo.

“Qualidade de vida é definida como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida dentro do contexto cultural e do sistema de valores em que você vive e com relação aos seus objetivos, expectativas, normas e preocupações. É um conceito extenso e complexo que engloba saúde estado físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e a relação com as características do ambiente.” (OMS, 1998, p. 28).

Qualidade de vida vista numa dimensão interior, individual, é o indivíduo em sua individualidade que percebe como as variações afetam sua qualidade de vida. “Nas políticas públicas, qualidade de vida se associa

à noção de promoção de saúde” (Gimenez, 2015 p. 38). No processo de empreender cada mulher individualmente sente os momentos de melhora ou piora em sua rotina diária, são percepções subjetivas inerente a cada indivíduo. De acordo com Nobre (1995, p. 300) a “qualidade de vida é algo que somente o próprio indivíduo pode avaliar e informar ao pesquisador, livre do julgamento de valores externos a ele”.

É necessário ter qualidade de vida, que pode estar ligado ao fato de obter satisfação no lar, no emprego, na estética, nas relações, conjugais, familiares, laborais, emocionais, cognitivas, físicas e ao mesmo tempo nas relações voltadas a coletividade, no trabalho, na comunidade, na cidade, na sociedade perpassando por várias esferas. “Qualidade de vida pode estar relacionada tanto a indivíduos quanto a coletividades, tanto a pessoas quanto a lugares, tanto a situações de vida quanto a estruturas sociais, tanto a estilos de vida quanto a condições de vida” (Gimenez, 2015, p. 77). Empoderamento que condiz com uma vida melhor, a qualidade de vida abrange uma ampla gama de aspectos que afetam a satisfação e o bem-estar das pessoas em várias esferas da vida.

Para Nobre (1995, p. 299) “a qualidade de vida foi definida como sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence”. Dessa maneira o indivíduo tem a percepção da sua vida, da sua cultura e seus valores definidos por uma avaliação própria do bem-estar, assim está ligada a diversos aspectos, como ter saúde, recursos e realizações tanto pessoas quanto profissionais, um conceito que está ligado a autoestima, autocuidado.

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo estado do conhecimento, que apresenta uma síntese das produções científica de teses/dissertações, publicadas nos últimos cinco anos, realizado no mês de setembro de 2023, no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ele faz parte das atividades da disciplina “Inovação Social e empreendedorismo” do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa da Universidade do Estado da Bahia.

As pesquisas de estado do conhecimento, conforme Ferreira (2022, p. 258), são “[...] definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem

trazer em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica [...]”. Dessa maneira, é significativa em informações e possibilita ao pesquisador fazer uma análise e reflexão levando a compreensão do objeto, motivo pelo qual se optou pela análise de trabalhos enquanto instrumento de coleta. Ainda assim o estado do conhecimento é “[...] análise da produção científica em teses/dissertações [...]” (Kohl-Santos; Morosini, 2021, p. 123).

Primeiramente acessamos o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para fazer o levantamento dos trabalhos, assim priorizou a seleção dos trabalhos pelo título da pesquisa, tendo as palavras-chaves como referência, incluindo os trabalhos que estivessem diretamente ligados ao empreendedorismo feminino.

Ao buscar trabalhos utilizando as palavras-chaves: empreendedorismo, mulheres e qualidade de vida tivemos o seguinte resultado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Resultados das buscas das Palavras-chaves

A mostrar 1 – 20 resultados de 4,772 para a busca ‘ empreendedorismo ’, tempo de busca: 0.18s
A mostrar 1 – 20 resultados de 39,945 para a busca ‘ mulheres ’, tempo de busca: 0.20s
A mostrar 1 – 20 resultados de 30,636 para a busca ‘ qualidade de vida ’, tempo de busca: 0.26s

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras da pesquisa, em 2023, a partir de dados coletados no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Pode-se perceber que inúmeros trabalhos foram encontrados, mas delimitamos em selecionar as pesquisas de acordo ao título do atual artigo “o impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres”, com o recorte temporal de cinco anos.

Após esse critério de inclusão encontramos 11 onze trabalhos, onde os títulos se apresentem no quadro seguinte:

Quadro 2 - Total de trabalhos

Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida: análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná
Empreendedorismo rural feminino: mulheres na olivicultura da região sul do Rio Grande do Sul
Empreendedorismo social feminino: a experiência das redeiras da Colônia de Pescadores Z-3.
Desenvolvimento nas regiões do norte da Guiné-Bissau: um olhar sobre o empreendedorismo rural
Do resgate cultural à geração de renda: a trajetória das mulheres artesãs no Município de Paracambi
A predominância feminina na gestão e sua capacidade gerencial desenvolvida: o caso de uma instituição privada de ensino superior
La Legalización de la Precariedad Laboral y la Reforma Laboral en México de 2012: Un estudio de caso en Culiacán, Sinaloa, México
Experiências da venda direta da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica (RJ) e suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional
Contratações públicas sustentáveis meios para a sua concretização na administração pública federal
Território identitário de Itaguaí - TIdI: desterritorialização, resistência e articulações de agricultores familiares e pescadores artesanais
O significado social da expansão do ensino superior para a Baixada Fluminense-RJ

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras da pesquisa, em 2023, a partir de dados coletados no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Após a busca e selecionados os trabalhos fizemos a leitura dos resumos para analisar os que ligavam ao objetivo central, após isso ficaram três trabalhos que estão preliminarmente apresentados nos resultados. Títulos selecionados:

Quadro 3 - Total de trabalhos separados

Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida: análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná
Empreendedorismo rural feminino: mulheres na olivicultura da região sul do Rio Grande do Sul
Empreendedorismo social feminino: a experiência das redeiras da Colônia de Pescadores Z-3

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras da pesquisa, em 2023, a partir de dados coletados no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Resultados e discussões

Após realização da busca no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), encontramos 3 trabalhos que condiz com o tema escolhido e responde o questionamento desse estudo, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Resultados

Autores Ano	Título	Objetivos	Resultados
Moletta, Juliana 2020	Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida: análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná	Avaliar a relação entre o Empreendedorismo Feminino e Qualidade de Vida (QV)	Os resultados mostram que as mulheres apresentam uma qualidade de vida satisfatória (72,29%), mesmo diante das barreiras como: economia não favorável, carga tributária elevada e falta de reconhecimento do pequeno empreendedor, isso se dá pelo fato de que as empreendedoras apresentaram um elevado percentual (91,8%) relacionado a paixão pelo que fazem e um elevado percentual (74,81%) referente ao domínio psicológico.

<p>Rosa, Alessandra Bandeira da 2021</p>	<p>Empreendedorismo rural feminino: mulheres na olivicultura da região sul do Rio Grande do Sul</p>	<p>Analisar a atuação das mulheres na produção de olivicultura na região sul do Rio Grande do Sul,</p>	<p>Como principais resultados encontramos mulheres motivadas com a produção do seu produto, com escolaridade mínima de graduação, que não têm essa atividade como principal fonte de renda, pois possuem outras profissões paralelas, que encontram como barreiras o machismo, estradas precárias e as condições climáticas; e vantagens: a qualidade de vida, investimento para aposentadoria e sustento futuro.</p>
<p>Fonseca, Marina dos Santos Vieira da 2020</p>	<p>Empreendedorismo social feminino: a experiência das redeiras da Colônia de Pescadores Z-3.</p>	<p>Analisar a configuração do empreendimento social feminino das artesãs Redeiras da Colônia de Pescadores Z3, a partir das percepções das integrantes e dos parceiros de negócio envolvidos no empreendimento.</p>	<p>Como principais resultados, percebeu-se que o empreendimento social feminino Redeiras tem um olhar atento à situação de vulnerabilidade social e econômica da Colônia de Pescadores Z3 e, por isso, gera oportunidade de trabalho para as artesãs e para alguns membros dessa comunidade através da criação de produtos sustentáveis, os quais minimizam problemas ambientais locais.</p>

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras da pesquisa, em 2023, a partir de dados coletados no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Ao analisar preliminarmente os textos e teóricos, percebe-se que eles comungam da ideia que o empreendedorismo feminino acompanha a qualidade de vida das mulheres, tornando o empreendedorismo ponto chave para mudança social, visto que é apresentado autonomia nos trabalhos desenvolvidos.

As mulheres expressam sua qualidade de vida positiva a partir de atividades realizadas na comunidade, assim gerando um grande impacto significativo com sua participação nos trabalhos, apresentam também varias dificuldades encontradas no percurso, ainda discute que se tivesse apoio das políticas públicas seria melhor, pois empreender envolve inúmeras situações difíceis.

Percebe-se que desempenham um papel muito importante na comunidade, pois as atividades que realizam têm um enorme impacto positivo na qualidade de vida. Porém, vale ressaltar que elas também enfrentaram algumas dificuldades no caminho. Os trabalhos demonstram

que o empreendedorismo feminino poderia ser ainda mais fortalecido com mais apoio das políticas públicas.

O empreendedorismo envolve muitas situações difíceis, como a falta de investimento, a falta de formação e a falta de apoio adequado às mulheres empreendedoras. Portanto, é visto que as políticas públicas devem responder às necessidades das mulheres empreendedoras, como discutido no texto a ausência da mesma para criar um ambiente mais favorável e equilibrado para o desenvolvimento destas atividades. Além disso, é importante ter mais incentivo e apoio para que as mulheres possam participar dos trabalhos e projetos realizados na comunidade.

Em suma, as mulheres desempenham um papel importante nas atividades realizadas nas comunidades, mas ainda enfrentam muitos desafios no processo. Com o apoio adequado das políticas públicas, o empreendedorismo feminino pode ser ainda mais valorizado e fortalecido, contribuindo para um ambiente melhor.

Mulheres empreendedoras com jornadas triplas, que precisam desses trabalhos para seu sustento e para sua qualidade de vida, os três trabalhos mostram detalhadamente como é prazeroso e ao mesmo tempo desafiador desenvolver trabalhos na comunidade. Portanto, as mulheres hoje têm muito mais tarefas além das suas.

Moletta (2020) em seu trabalho intitulado "Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida: análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná" mostrou o impacto das mulheres conquistando seu espaço no setor empresarial contribuindo significativamente para o crescimento social e econômico, ainda cita que para a maioria das mulheres a motivação para o empreendedorismo se dá por oportunidade além de ser uma opção atraente para prosseguir num trabalho gratificante e flexível.

A alternativa de empreender pode se apresentar também por necessidade devido à falta de opções de emprego, ou ainda se manifestar como uma solução para acomodar as responsabilidades familiares, ou em busca de uma qualidade de vida. Relata também que mulheres desempenham um papel fundamental ao prover pelo menos metade do sustento da família, ajudando é também empolgada pelo fato de conseguir contribuir com as despesas de casa.

Outro achado da pesquisa é que mulheres com filhos pequenos são motivadas a se engajar no empreendedorismo devido à 'flexibilidade' de horários trazendo um diferencial na vida de mulheres sem filho e com

filhos acima de 8 anos quando comparado com mulheres possuidora de filhos entre zero e 7 anos.

Mulheres com filhos entre 0 e 7 anos tem um maior impacto na gestão do tempo e em outras esferas da vida, devido à atenção que dedicada aos filhos e às tarefas domésticas, uma vez que tradicionalmente as responsabilidades do serviço doméstico e o cuidado com os filhos recaem sobre a mulher. Um dado preocupante sobre a qualidade de vida das mulheres esta relacionada a baixa qualidade do sono e repouso, uma vez que um sono de qualidade é fundamental para o bom desempenho de todas as atividades do dia a dia, também aponta dados relevantes sobre o empreendedorismo feminino no Brasil e no mundo,

as mulheres vem conquistando o seu espaço no empreendedorismo, mas ainda existe muito a ser feito, as mulheres empreendedoras precisam de acesso ao capital facilitado, precisam do apoio das 142 redes formais e informais, precisam de apoio da família, para que assim consigam minimizar as barreiras, obter melhores resultados no negócio e consequentemente obter uma melhor qualidade de vida (Moleta, 2020, p. 141).

Rosa (2021) refletiu em seu trabalho sobre o “Empreendedorismo rural feminino: mulheres na olivicultura da região sul do Rio Grande do Sul” que o empreendedorismo feminino, ainda que de maneira gradual, está conquistando espaço em um ambiente culturalmente dominado por homens ao longo da história.

Corroborando com Moleta, (2020) Rosa (2021) traz o dado de que as mulheres tendem a ter negócios menores, em relação ao dos homens enfatiza as atividades domésticas e o cuidado com os filhos também culturalmente recair sobre a mulher. Mostra também que a mulher no campo vem obtendo negócios, produtos de mercados e adquirindo respeito devido as suas lutas e embates principalmente no Rio Grande do Sul.

A autora enfatiza no seu texto que é preciso mais estudos para descrever as dificuldades que as mulheres encontram no percurso de se tornar empreendedoras, visto que normalmente o homem está nessa posição de empreendedor. Rosa apresenta os principais resultados, onde as mulheres estavam “motivadas com a produção do seu produto, com escolaridade mínima de graduação, que não têm essa atividade como principal fonte de renda, pois possuem outras profissões paralelas, que encontram como barreiras o machismo, estradas precárias e as condições climáticas; e vantagens: a qualidade de vida, investimento para aposentadoria e sustento futuro”.

Possível identificar que a qualidade de vida se faz presente, em um empreendedorismo na área rural que não beneficia apenas uma pessoa, mas sim a região pois acontece desenvolvimento regional no devido trabalho. As mulheres participantes da pesquisa mostram motivações para plantar melhor qualidade de vida, consumo de um produto de qualidade, contato com a natureza e, naturalmente, ganhos financeiros.

Fonseca (2021) analisou em seu trabalho o “Empreendedorismo social feminino: a experiência das redeiras da Colônia de Pescadores Z-3”. Que o empreendedorismo social feminino vem se apresentando como uma oportunidade para as mulheres atenderem as necessidades sociais e do próximo visto que as mesmas buscam independência financeira e qualidade de vida, para conseguir conquistar seus objetivos, assim realizar desejos.

Também apresenta que a comunidade pesqueira enfrenta diversas barreiras sociais e econômicas e as mulheres dessas comunidades ainda têm o desafio de lidar com as questões de gênero presentes nesse ambiente, assim demarca que é um trabalho difícil, cheio de desafios, mas a busca pelas melhorias na vida fala mais alto e assim criam forças para continuar, mesmo muitas vezes sendo tratadas de maneiras desiguais, onde o homem é colocado de maneira superior a mulher.

Fonseca traz a falta de interesse dos órgãos públicos em tratar os problemas sociais “- devido à ausência de políticas públicas eficientes ou pela sua falta de recursos financeiros e pela incompetência do mercado, o qual também não responde as necessidades sociais - direciona a sociedade civil a fomentar práticas sociais”. A mesma expressa que é necessário o apoio das políticas públicas para realização do empreendimento, mas infelizmente não tem, sendo que poderia ser um trabalho aplicado, caso fosse investido.

Após analisar os trabalhos fica evidente que o empreendedorismo feminino está ligado a qualidade de vida, em todos trabalhos foi possível perceber que não é fácil empreender, sempre há dificuldades para enfrentar, pois acaba sendo tudo novo, todas tiveram contratemplos em sua vida como empreendedoras.

Os principais problemas encontrados ao longo do trabalho foram pessoais, familiares, financeiros, dificuldades de gestão e dificuldades de mercado, mesmo assim continuaram, o desejo pelo próprio empreendimento era maior que qualquer obstáculo.

Considerações finais

Neste artigo, procurou-se apresentar, por meio da literatura científica, o impacto do empreendedorismo na qualidade de vida das mulheres. Assim, as reflexões referentes ao empreendedorismo feminino se fizeram pertinentes ao impacto na autoestima ao desenvolverem atividades empreendedoras.

O estudo apresentou o empreendedorismo e a qualidade de vida das mulheres como uma possibilidade de uma vida melhor, uma vez que permitem a construção de sujeitos mais ativos e participativos, além de compreender o processo de inúmeros empreendimentos possíveis.

Compreende-se, portanto, existentes trabalhos que demonstram a satisfação das mulheres na organização dos trabalhos, levando em consideração que não é fácil de ser conquistado, no entanto, faz-se necessárias novas reflexões sobre os direcionamentos possíveis relacionados ao empreendedorismo feminino. Enfim, esse artigo, define-se enquanto uma possibilidade de se garantir o estudo do empreendedorismo e qualidade de vida das mulheres, onde os participantes possam assumir uma postura de corresponsáveis sobre o processo, visando à garantia sobre o desenvolvimento de atividades criadas.

No que se refere a contribuição do estudo, a pesquisa pode servir como base para o desenvolvimento de projetos e programas específicos voltado a qualidade de vida das mulheres empreendedoras gerando impacto positivo nos fatores do empreendedorismo feminino, como por exemplo projetos para o fortalecimento das parcerias na rede, ações voltadas à simplificar a burocracia de acesso a capital financeiro e promoção de novos empreendimentos, reduzir impactos do empreendedorismo, ações voltadas para o empoderamento da mulher, projetos voltados para atividades de lazer bem estar e melhor qualidade do sono, e trabalhos que visem o fomento do comércio, que impacta na questão financeira da sociedade.

Referências

AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo.

Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento. Núcleo de Pesquisa da FINAN, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2012.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel.
Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de**

Empendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014. ISSN 2359- 3539. Disponível <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>. Acesso em: 25 set. 2023. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1>.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2022.

FONSECA, Marina dos Santos Vieira da. **Empendedorismo social feminino: a experiência das redeiras da Colônia de Pescadores Z-3**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.

GIMENES, Gabriel de Freitas. **Entre a qualidade de vida e uma vida com qualidades**. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GOMES, Almiralva Ferraz. O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista-BA. **Alcance**, v. 11, n. 2, p. 207-226, maio/ago. 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Gabinete Estatístico das Comunidades Européias. Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Paris: OCDE, 2005.

MOLETTA, Juliana. **Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida: análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná**. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2020.

NOBRE, Moacyr Roberto Cucê. Qualidade de vida. **Arq Bras Cardiol**, v. 64, n. 4, p. 299-300, 1995.

OMS. **Promoción de la saulud**: glossário. Genebra: OMS, 1998.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica online**, [S. l.], v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 20 set. 2023

ROSA, Alessandra Bandeira. **Empreendedorismo Rural Feminino:** mulheres na olivicultura. Orientador Alisson Eduardo Maehler. 2021. 64 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Centro de Ciências Sócio-Organizacionais e Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

EMPREENDEDORISMO NO TERRITÓRIO DO VELHO CHICO: INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR REDUZINDO DESIGUALDADES E PROMOVENDO JUSTIÇA SOCIAL

*Maria Célia Santana Aguiar
Jianine Simões Rodrigues Pichite
Maira Simões Rodrigues*

Introdução

Ainda que em comparação a um passado histórico recente o Ensino Superior tenha sido amplamente democratizado no Brasil por meio de políticas públicas governamentais e iniciativas privadas, a instauração de Universidades no país pouco alcança as territorialidades mais distantes dos grandes centros urbanos. Entretanto, nas localidades em que as Instituições de Ensino Superior (IES) se estabeleceram, o desenvolvimento social e econômico foi amplamente favorecido, o que se pode verificar por meio dos indicadores oficiais.

No Brasil o ensino superior teve início na Bahia, no século XVI, com a fundação do curso de Filosofia no Colégio da Bahia, em 1572, visando a formação de sacerdotes e filhos das classes dominantes, o que contribuiu para o estabelecimento de bases socioculturais européias no Brasil Colônia.

Entretanto, somente em 1920 foi fundada a primeira universidade do país - a Universidade do Rio de Janeiro, refletindo o “amadurecimento” lento, por mais de um século. As consequências de sua consolidação tardia, repercutem e acentuam as dificuldades - ainda atuais - para o atendimento de um grande contingente populacional na esfera educacional (Bortolanza, 2017).

Considerando o papel crucial da universidade, no desenvolvimento das cidades e regiões nas quais estão estabelecidas (Fernandes, 2011),

esta pesquisa propõe-se a responder o seguinte problema: No contexto histórico do Território do Velho Chico, como o processo de interiorização do ensino superior se constituiu como meio de empreendedorismo e inovação impulsionando a construção dos sujeitos no protagonismo de seu crescimento pessoal e profissional?

Tem por objetivo analisar a expansão das universidades no interior da Bahia, no Território do Velho Chico, Oeste Baiano e seu papel como redutor de desigualdades e promotor de justiça social.

Este estudo se pautou na revisão de literatura, subsidiado pelos autores, Bortolanza (2017); Fernandes (2011); Mota Junior (2017); Boaventura (2009); Pereira (2021); Rodrigues (2022) entre outros. A partir de artigos científicos, obtidos nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e das universidades estaduais e federais da Bahia; utilizamos também dados primários, obtidos em bases de dados do E-MEC, SEI BAHIA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Para tanto, estruturamos a pesquisa a partir de um breve histórico da expansão do Ensino Superior no Brasil e da sua interiorização no Estado da Bahia, com ênfase no Território do Velho Chico. Em seguida uma análise do Contexto Regional e fatores determinantes para a concentração de Instituições de Ensino Superior no município de Bom Jesus da Lapa. Por fim analisaremos os indicadores da expansão das Instituições de Ensino Superior e impactos no protagonismo profissional como redutor de desigualdades e justiça social no território.

Breve histórico da interiorização do ensino superior - Do surgimento da Academia à chegada da UNEB ao Velho Chico, em Bom Jesus da Lapa

A Bahia, terra mãe do Brasil, tem sua história simbioticamente alinhada com os mais importantes acontecimentos no país desde 1500, o que lhe faz vanguardista nos processos de desenvolvimento socioeconômico desde o “descobrimento”. Com a finalidade de garantir o domínio nas terras do Mundo Novo, a Coroa Portuguesa, fundou a primeira capital do Brasil em 1549. É nesse contexto de pioneirismo que setenta e dois anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral às plagas baianas, a educação superior teve seu início no Brasil, com a atuação dos padres missionários jesuítas com o curso de Filosofia no Colégio da Bahia, em Salvador, em 1572. A expansão educacional promovida pelos jesuítas no período colonial tinha

como finalidade a qualificação das elites agrárias, classes dominantes e formação de mais religiosos. Tais objetivos iam ao encontro das aspirações de dominação - também intelectual - do Brasil colônia e da manutenção do *status quo* social da época (Mota Júnior, 2017).

No Brasil Republicano, com o ideário de liberdade e de novas aspirações sociais e econômicas, intensificou-se a tendência do ensino superior privado, com o movimento das faculdades livres, afastando a participação pública na criação de Instituições de Ensino Superior (IES):

[...] foram criadas, na Bahia, a Faculdade Livre de Direito, em 1891, a Escola Politécnica, em 1896 e, logo depois, a Escola de Comércio, em 1905; nos outros Estados, aconteceu idêntica expansão de faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia e Agronomia. Observa-se uma maior participação do setor privado, com a desoficialização do ensino, movimento que já vem do final do Império. Essa tendência ao privatismo vai se acentuar com a República. (Boaventura, 2009, p. 114).

Somente na primeira metade do século XX, com a fusão de faculdades descentralizadas, surge em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro, oportunizando o acesso da população ao ensino público, gratuito e de qualidade. Em 1930, o Estado criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e, com a reforma educacional de Francisco Campos (primeiro ministro da Educação), em 1931, o que culminou no Estatuto das Universidades Brasileiras, por meio do Decreto nº 19.851/1931, contudo, postergado com a chegada do Estado Novo, em 1937.

No Estado da Bahia somente em 1946 fora instituída a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por iniciativa do reitor Edgard Santos. Até meados do século XX, o ensino superior público e privado, concentravam-se em Salvador, mantendo-se assim por cerca de 60 anos (Boaventura, 2009).

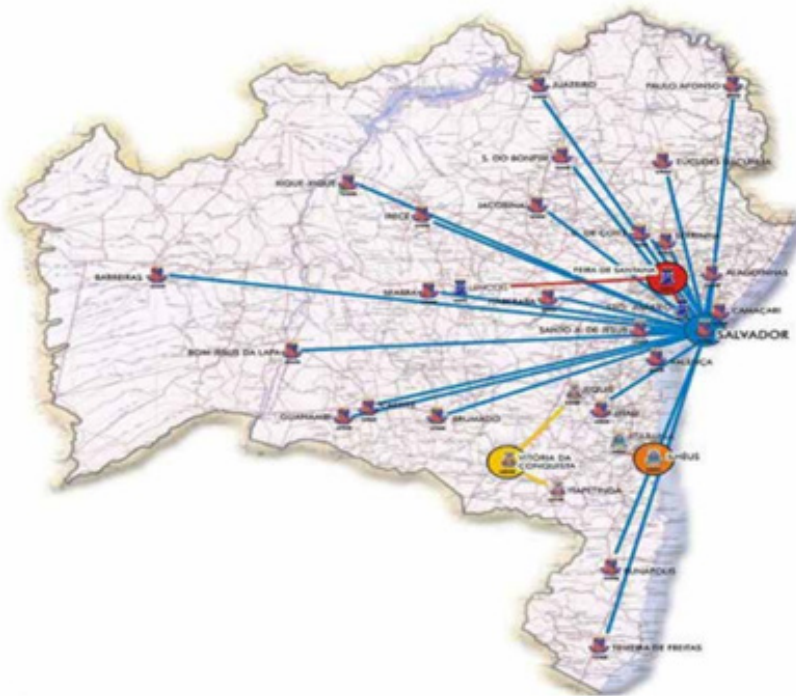
Por volta de 1960, inicia o movimento de descentralização da educação superior, para as cidades do interior de maior densidade populacional, visando atender às demandas de formação de educadores. É nesse contexto que, entre outras instituições, surge a UNEB “*comprometida com a seca e a cor da Bahia, direcionada para os principais centros urbanos interioranos*” (Boaventura, 2009 pág. 22). Ainda segundo o Autor:

Instituídas as faculdades de formação de professores, no governo Luís Viana Filho (1967-1971), atendeu-se em parte à demanda de professores para os sistemas de ensino, em plena expansão com o aumento dos efetivos escolares provocado pelos investimentos do salário-educação.

Objetivando a interiorização da educação superior, o Estado da Bahia criou universidades que possibilitaram a formação de profissionais do ensino e a qualificação de recursos para os setores produtivos, cooperando para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões interioranas. Atualmente, contamos com as Universidades Estaduais de Feira de Santana (UEFS), do Sudoeste (UESB), do Estado da Bahia (UNEB) e de Santa Cruz (UESC). À implantação das universidades públicas estaduais, seguiram-se as faculdades particulares nos municípios.

Tal movimento precursor impulsionado pelas Universidades Estaduais da Bahia viabilizaram a interiorização do ensino superior no território baiano (Figura 01).

Figura 01: Mapa representativo da presença das UEBA's no Estado da Bahia.



Fonte: Miranda (2013)

Sob o prisma da extensão territorial da Bahia, quinto lugar em área dentre as unidades federativas do Brasil, aliada ao momento histórico que esse movimento se deu, ganha relevância, por impulsionar o desenvolvimento regional onde tais Instituições de Ensino Superior foram instaladas (Quadro 01).

Quadro 1: Universidades do Estado da Bahia e ano de implantação

Universidade	Ano de implantação	Localidade
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS	1970	Feira de Santana.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB	1980	Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.
Universidade do Estado da Bahia-UNEB	1983	Iniciou em Salvador, se expandindo posteriormente (hoje 31 departamentos em 29 campi. (UNEB, 2023)..
Universidade Estadual de Santa Cruz	1991	Eixo Ilhéus e Itabuna

Fonte: Quadro organizado pelas autoras, com base em Santana, Meireles e Nacif (2021).

É neste cotejo que o presente estudo analisa as ramificações e os impactos da interiorização do ensino superior no Oeste da Bahia, com foco no Território de Identidade, critério adotado pela Secretaria de Cultura da Bahia desde 2007, a partir de conceito da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, adequando-o a lógica cultural, demarcados a partir de critérios ambientais, econômicos e sociais.

O Território do Velho Chico: Uma Análise do Contexto Regional e fatores determinantes para a concentração de Instituições de Ensino Superior em Bom Jesus da Lapa

A classificação territorial na Bahia se caracterizou pela divisão geográfica em unidades de planejamento, adotado em 2007, na gestão do então Governador Jaques Wagner. A criação dos Territórios de Identidade (TI) visou à elaboração do Plano Plurianual Participativo-PPA/2008-2011 (Dantas, 2015), consolidando-se como objeto de implantação de políticas públicas. Na Bahia existem 27 Territórios de Identidade (SEI-BA, 2022).

A noção de território, de região e das especificidades que o compõem, nos remete à noção de lugar, que incluem a cultura de um

povo, nos permitindo melhor compreender seus modos de existência. Compreendemos que,

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (Santos; Souza e Silveira, 1998, p. 15).

A cultura dos povos, sempre teve no Brasil, a base para a criação das regiões e dos estados, sendo reconhecida como balizadora na identificação dos territórios (Cerqueira Neto, 2012). Lidar com a noção de território ou região, implica olhar “como o processo e o resultado de operações políticas e, porque não, acadêmicas que fundam esta mesma realidade e condicionam o modo de seu entendimento” (Cerqueira Neto, 2012, p.162). É onde as tradições culturais formam sujeitos intervenientes em suas realidades, política, econômica, cultural e social.

O território de identidade Velho Chico (Figura 02), localizado no Oeste do estado da Bahia, possui área total de 45.986 km², (8,14% da extensão territorial do Estado), população de 377.204 habitantes - 2,7% do total baiano; baixa densidade demográfica - 9,53 hab/km², em relação, à média do Estado, que é de 25,03 hab/km² (IBGE, 2023). Em 2020, o PIB do TVC representava uma parcela pequena em comparação ao Estado, com 1,41% (SEI/BA, 2023).

Integram o TVC, 16 municípios (Figura: 02) a saber: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporá, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Figura 02: Mapa do Território de Identidade Velho Chico/Bahia.



Fonte: SEI/SEPLAN, 2012.

Nos aspectos da Educação Superior, o TVC exibe contrastes acentuados como a existência do município Bom Jesus da Lapa, um polo educacional, com universidades e instituições de ensino federais e estaduais, além de instituições particulares e outros com percentual acentuado de analfabetismo como Matina (31,2%) e Morpará (27,9%) (SEI, 2018, pág. 189).

O município de Bom Jesus da Lapa tem uma população de 65.550 habitantes, o que representa 17,38% da população do TI Velho Chico (IBGE/CENSO 2022). Localizada a 780 km de distância de Salvador e é banhada pelo Rio São Francisco, rio de importância nacional (BARRETO, 2014). A concentração de Instituições de Ensino Superior em Bom Jesus da Lapa (Quadro 02), se justifica, por ser o município de maior influência entre os 16 do território, possui o PIB mais expressivo do Velho Chico - R\$ 351 milhões, aproximadamente, com grandes investimentos e infraestrutura urbana da região (RIBEIRO, 2015). Apresenta dinamismo econômico diferenciado, principalmente associado à atividade do turismo religioso (SEI, 2018, pág. 178).

Quadro 02: Instituições de Ensino Superior modalidade presencial em Bom Jesus da Lapa, 2023

MODALIDADE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	CURSO	GRAU	DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS	SITUAÇÃO
Educação Presencial	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Pedagogia	Licenciatura	04/06/2004	50	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Pedagogia	Licenciatura	02/01/2009	127	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Pedagogia	Licenciatura	12/06/2010	50	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Administração	Bacharelado	19/04/2006	100	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Ciências Contábeis	Bacharelado	11/05/2017	53	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Matemática	Licenciatura	02/01/2009	50	Ativa
Educação Presencial	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO	Engenharia Agrônoma	Bacharelado	10/08/2015	40	Ativa
Educação Presencial	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO	Gestão da Tecnologia da Informação	Tecnológico	13/02/2020	40	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Oeste da Bahia - UFOB	Engenharia Elétrica	Bacharelado	08/09/2014	45	Ativa
Educação Presencial	Universidade do Oeste da Bahia - UFOB	Engenharia Mecânica	Bacharelado	08/09/2014	45	Ativa
Educação Presencial	Faculdade de Ciências Jurídicas de Bom Jesus da Lapa	Direito	Bacharelado	12/08/2019	80	Ativa

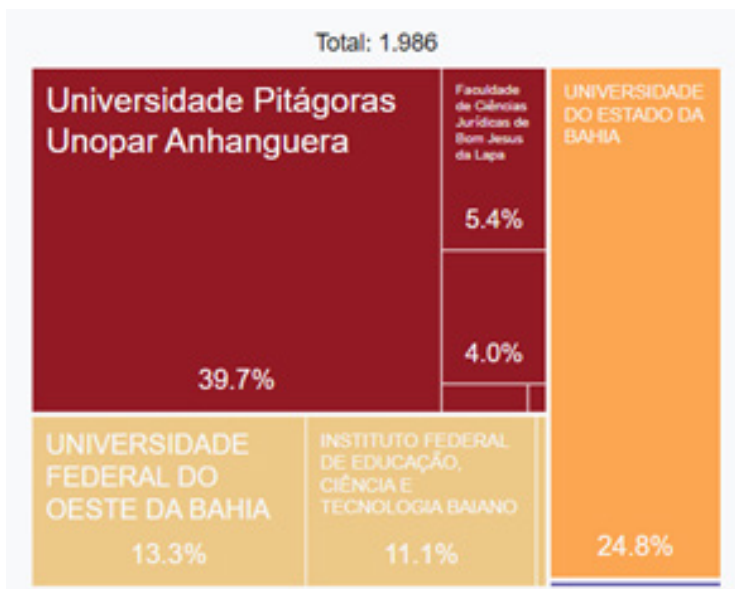
Fonte: E-Mec (2023).

Desponta no Território do Velho Chico como o principal pólo educacional, oferecendo todos os níveis de ensino. Especificamente em relação ao ensino superior, tem-se a Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XVII, primeira Instituição de Ensino Superior público de Bom Jesus da Lapa em 1997), criada anteriormente à criação dos Territórios de Identidade na Bahia, instituídos em 2007. O Instituto Federal Baiano IFBaiano, inaugurado em 2013 e Centro Multidisciplinar da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, criado em 2013. Ainda se destaca a presença de Instituições de Ensino Superior privadas, sendo que a única a oferecer curso presencial em Direito é a Faculdade de Ciências Jurídicas de Bom Jesus da Lapa (Grupo Cogna, marca Pitágoras) e pólos de ensino superior à distância dentre as quais a UNOPAR, UNICESUMAR, dentre outras. O município de Bom Jesus da Lapa, oferta na iniciativa pública os cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Engenharia Agrônoma, Gestão de Tecnologia da Informação, Engenharia elétrica, Engenharia Mecânica.

Análise dos indicadores da expansão das Instituições de Ensino Superior: impactos no protagonismo profissional como reductor de desigualdades e justiça social do Velho Chico

Segundo Indicadores de Fluxo da Educação Superior, publicados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação, em 2021, a concentração de matrículas em Bom Jesus da Lapa distribuía-se da seguinte forma: Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (788 alunos), Universidade do Estado da Bahia (492 alunos) e Universidade Federal do Oeste da Bahia. Dessa forma, fica evidenciado que a UNEB recepcionava 24,8% dos universitários do município, ou seja - praticamente - um quarto dos estudantes frequentava a Universidade, representando uma parcela significativa da população acadêmica (Figura 03).

Figura 03: Total de Inscritos por Universidade de Bom Jesus da Lapa em 2021



Fonte: Site Datampe/SEBRAE (2021).

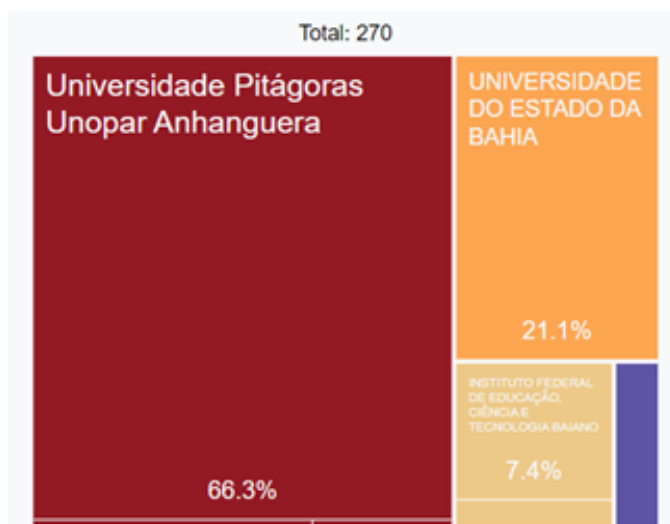
Assim, os cursos ofertados no Campus XVII estão entre os mais procurados, atendendo a demanda local. Conforme destaca Pinto (2009, p, 9) é notável uma seletividade na expansão das universidades ao interior do Estado da Bahia, e, em muitos casos as qualificações ofertadas estão relacionadas com as atividades produtivas locais.

Nesta perspectiva, em relação ao Território de Identidade Velho Chico, o município de Bom Jesus da Lapa se consolida, desde 1997, com a chegada pioneira da UNEB, como polo de formação profissional em nível superior, oportunizando a desejada qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, seguindo a tendência inaugurada a partir dos anos 1970, quando no Brasil, as Instituições de Ensino Superior passaram a ser encaradas como ferramentas para o desenvolvimento regional, por meio do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Em consonância com a lição de Rodrigues (2022), diferentemente de outras atividades de cunho econômico, as Instituições de Ensino Superior operam como verdadeiros incrementos a estratégia de transformação das regiões que as recebem, nutrindo a economia local, especialmente, relativas a consecução de atividades e projetos sociais que genuinamente conduzem, contribuem para o desenvolvimento urbano, intelectual, também “âncoram a ocupação e a instalação de atividades na sua vizinhança direta levando novos moradores e usuários para a região”. Assim, a presença universitária vetoriza ganhos à sociedade onde está localizada.

No que se refere especificamente ao Ensino Superior no Estado da Bahia, a análise dos dados consolidados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, por meio do Censo da Educação Superior no Brasil, demonstra que em 1997 o Estado contava com total de 24 Instituições de Ensino Superior, enquanto em 2020 são 118 estabelecimentos. Tal informação é relevante pois sinaliza o significativo aumento no número de cursos, bem como número de vagas disponíveis, conferindo acesso e oportunidades de qualificação profissional por meio do ensino superior. Importa destacar que o marco temporal inicial para esta análise se refere ao ano de instalação da UNEB em Bom Jesus da Lapa, como forma de melhor evidenciar a importância da socialização do ensino superior no interior do Estado da Bahia, o que vem a corroborar aos números atinentes a inscrições por Universidade no Município, conforme demonstra a Figura 04.

Figura 04: Total de Graduados divisão por Universidade de Bom Jesus da Lapa em 2021



Fonte: Site Datampe/SEBRAE.

De acordo com os dados do gráfico acima, é possível constatar o incremento de 270 novos universitários em Bom Jesus da Lapa em 2021, que se somaram às comunidades acadêmicas das respectivas Instituições de Ensino Superior instaladas no município. Assim, esse vívido capital humano, juntamente com docentes, corpos técnicos e colaboradores, movimentam a dinâmica local para além dos contornos físicos dos campus em diferentes perspectivas, realçando, dentre outros aspectos, o desenvolvimento social, econômico, a geração de conhecimento por meio da qualificação profissional.

Ainda, os números evidenciados quanto ao preenchimento de vagas nas Instituições de Ensino Superior instaladas no município, sinalizam potencial alteração substancial da realidade levantada pelo Censo IBGE 2010 - Amostra Educação, quando apenas 4% da população lapense (cerca de 1.539 pessoas) dispunha de graduação superior completa, enquanto 10.641 pessoas possuíam o Ensino Médio Completo e Superior Incompleto. Com efeito, temos elementos que orientam ao entendimento de tendência aparentemente positiva, qual seja, a expansão das oportunidades de acesso ao Ensino Superior estão conferidas a uma proporção mais ampla da população lapense e região, no Território Velho Chico.

Finalmente, relevante impacto conferido pela presença universitária se refere a produção do conhecimento a partir da reflexão crítica da realidade

local onde se insere. Assim, problemas sociais se apresentam como convites à solução transformadora que tornam dificuldades em oportunidades. Genuinamente a universidade é espaço de ações de empreendedorismo social e inovação, destinadas a contribuir com a construção de sociedades sustentáveis.

É nesse contexto que a UNEB por meio do Departamento de Educação - Campus XI de Serrinha, em cooperação interdepartamental com o Campus XVII de Bom Jesus da Lapa, levam ao Território Velho Chico inédita iniciativa em 2023 do Programa de Pós- Graduação em Intervenção Educativa e Social - MPIES, por meio de uma turma de alunos de matrícula especial, selecionados por meio do Edital nº 043/2023. A chegada ao Território Velho Chico de um Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social corrobora e enaltece a interiorização do conhecimento científico na Bahia, chegando ao Oeste do Estado, oferecendo “direito à formação *stricto sensu* de profissionais oriundos de uma universidade pública do interior da Bahia, a qual não pode limitar-se ao oferecimento dos cursos de graduação” (MPIES, 2023). Sem dúvidas, tal ação coroa mais uma promissora atuação empreendedora social da UNEB sendo mais uma vez pioneira na interiorização do Ensino Superior, que reverberará frutos vindouros ao desenvolvimento do Território Velho Chico.

Considerações finais

O presente estudo se dedicou a análise do processo de interiorização do Ensino Superior no Oeste da Bahia, mais precisamente no Território de Identidade Velho Chico, sem, contudo, pretender esgotar a complexidade do assunto. Conforme destacado, foi na Bahia, mais precisamente em Salvador, a instalação do primeiro curso superior ainda no período Brasil Colônia. No entanto, o processo de desenvolvimento do ensino superior baiano seguiu passos lentos em relação ao processo de oferta e interiorização, inviabilizando o acesso amplo à formação profissional e, conseqüentemente, impactando no desenvolvimento dos territórios longínquos aos grandes centros.

Foi com o advento da Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988, a interiorização do Ensino Superior se torna prioridade a ser aplicada por meio de política pública. Ainda, no bojo do texto constitucional tem-se estabelecimento da Educação como direito fundamental social, como obrigação positiva do Estado, realizada por meio

de suas expensas pelas Instituições de Ensino Público, ou, mediante sua autorização a operação de Instituições de Ensino Superior de natureza privada.

No Oeste da Bahia, mais precisamente no Território de Identidade Velho Chico, no Município de Bom Jesus da Lapa, único dentre os dezesseis municípios de sua conformação a dispor de Instituições de Ensino Superior na modalidade presencial, o hiato desde a instalação do primeiro curso superior ainda no Brasil Colônia até a chegada da UNEB em 1997, foram 424 anos. Assim, a democratização do ensino superior no território foi movimento tardio considerando as necessidades de desenvolvimento social viabilizado pelo acesso a formação acadêmica, que potencializa dentre outros legados, a capacitação profissional e humana por meio da Academia.

Atualmente, Bom Jesus da Lapa abriga quatro instituições com operação de ensino superior na modalidade presencial, sendo três instituições Públicas (UNEB, UFOB e IFBAIANO) e uma privada (Faculdade de Ciências Jurídicas de Bom Jesus da Lapa). A UNEB oferece dois cursos de licenciatura (Pedagogia e Matemática) e dois cursos de graduação (Administração e Ciências Contábeis). A UFOB oferece os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. O IFBAIANO oferece o curso de Engenharia Agrônômica e o Tecnológico em Gestão da Tecnologia da Informação. Já a Faculdade de Ciências Jurídicas de Bom Jesus da Lapa oferece o curso de graduação em Direito.

Assim, a presença universitária no Território de Identidade Velho Chico, em Bom Jesus da Lapa, contribui ao desenvolvimento socio regional da região Oeste baiana e, por meio da produção científica fomentada pela análise contextualizada das questões e problemáticas locais, aprimorando as ações de empreendedorismo social e inovação. Neste sentido, o que se espera é manutenção e maximização da oferta de cursos no Ensino Superior no território como forma de incentivo a políticas públicas que deem visibilidade ao Território Velho Chico e seu entorno. Finalmente, por meio da expansão educacional no território potencializará a escalada profícu para uma sociedade mais justa, cidadã e igualitária.

Referências

BARRETTO, Ranieri Muricy Barreto, org. **Bahia 2000-2013 / Estudos Estados Brasileiros**– São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo,

2014.

BOAVENTURA, EM. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência [online]**. Salvador: EDUFBA, 2009. 272 p. ISBN 978-85-2320-893-6. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

BORTOLANZA, Juarez. **Trajatória do Ensino Superior Brasileiro: uma busca da origem até a atualidade**. Florianópolis: Repositório Institucional UFSC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10/09/2023;

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 setembro. 2023.

FERNANDES, Ruben. **O Papel das Universidades no Desenvolvimento das Cidades e Regiões**. Curitiba: Universidade Positivo, 2011.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial**. Salvador, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20/09/2023.

BRASIL, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 23/09/2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 20/09/2023.

BRASIL, MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Território da Cidadania Velho Chico**. 2ª Ed. 2010.

MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Departamento de Educação. Universidade do

Estado da Bahia, Salvador. 229p.

MOTA JUNIOR, Antônio de Macedo , TORRES, Henderson Carvalho. **Educação Superior no Estado da Bahia**: contexto histórico e expansão da oferta. Revista Multidisciplinar Plurais: Salvador, v. 2, n.2, p. 83-106,abr./ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/3955>. Acesso em: 16/09/2023.

OLIVEIRA, Cristiane Neves de. Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/ Brasil, v. 9, n. 1, p. 20/34, jan/jun 2019

PEREIRA, Érico Rodrigo Mineiro. **Território de identidade Velho Chico (TI Velho Chico)**:Possibilidades para Transformação de Condições Socioeconômicas Vigentes e Observadas na Bahia do Século XXI. I Anais da XX Semana de Economia, Vitória da Conquista, BA, 2021.

PINTO, Jessé Machado. MEDINA-VELASCO, Miriam. PIRES, Regina. **CIDADES DA BAHIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA UNEB**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia - ISSN 2358-5293, 2009. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3702>. Acesso em 23/09/2023.

RIBEIRO, Carolina Silva, GARCIA DE OLIVEIRA, Gilca. **Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (17) • May-Aug 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151707> Acesso em: 14/09/2023

SAMPAIO, Helena. 1991. **Evolução Do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990**. Documento de Trabalho.8/91: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior - NUPES.

SANTOS, Sueli Almeida dos. **Bom Jesus da Lapa-BA na rede urbana regional e os circuitos da economia urbana**. Campinas, SP : [s.n.], 2015.

SEI/BAHIA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -**Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador. 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).

SEI/BAHIA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -**Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia**. Disponível em: <https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/sites/#/seigeo/apps/a84e483eacf845a2a412f1a363e22981/explore>. Acesso em: 29/09/2023.

SEPLAN/BAHIA. Secretaria de Planejamento da Bahia. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/>. Acesso em: 23/09/2023.

SIMÕES, Mara Leite. **O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente.** In Revista Temas em Educação, João Pessoa, PB, v. 22, n. 2, 2013.

TISCHER, Wellington; TURNES, Valerio Alecio, **Desenvolvimento regional e educação superior:** contribuições das instituições de ensino superior (IES) para as regiões Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 10, 2020 Universidade do Contestado, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864390053>. Acesso em: 08/09/2023.

PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL

*Kleide Iraci Marques
Manuela Barros Santos
Arlete Souza Rodrigues*

Introdução

O Presente artigo é parte integrante das atividades propostas no componente curricular Inovação Social e Empreendedorismo do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Intervenção Educativa e Social, MPIES, da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Bom Jesus da Lapa, com sede em Serrinha-BA. O estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura em artigos que discutem o tema Protagonismo de Mulheres Negras, considerando as reflexões sobre experiências de empreendedorismo e inovação social no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa pautada no método Estado da arte/do Conhecimento, que é um método de pesquisa que se realiza por meio de uma revisão bibliográfica acerca da produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Destarte, o estudo permitiu tomar conhecimento sobre o que vem sendo pesquisado sobre o Protagonismo de Mulheres Negras no Brasil. O mapeamento das publicações sobre a temática em questão se deu na plataforma Google Acadêmico, período de 2019 a 2023.

O embasamento teórico para orientar o estudo foi o feminismo negro. Os achados da pesquisa possibilitaram realizar uma análise sobre a mulher negra como protagonista, levando em conta os marcadores de opressão de gênero e raça em diferentes contextos. Em que pese a presença de tais marcadores, isso não se tornou um obstáculo intransponível para que as mulheres negras pudessem empreender esforços para protagonizar suas histórias. Para Cisne e Ianael (2022), falar sobre protagonismo de mulheres negras é falar sobre todo um processo histórico de luta e resistência contra

um sistema escravocrata e patriarcal que com o uso de força e violência dominou esse segmento social como forma de obtenção de lucro e prazer na ótica mercantilista.

A revisão de literatura oportunizou-nos a leitura de uma diversidade de Histórias de mulheres Negras, protagonizadas, muitas vezes, de forma forjada na luta pela sobrevivência. As histórias são tão diversas, quanto diversas são as experiências de vida desses sujeitos marcados por discriminação de raça e gênero dentro de um mesmo território nacional, cuja origem remonta aos idos tempos escravagistas com efeitos nefastos que perduram até hoje. Sobre isso, esclarece Dantas (2021, p. 299):

Os resquícios do Brasil colonial e vestígios da negação ao negro ainda estão presentes na sociedade contemporânea do século XXI. E, quando tratamos da população negra, esses traços são ainda mais evidenciados, tanto as mulheres quanto os homens negros foram alijados de muitos espaços, barrados pelos pressupostos ideológicos da barreira social ancorada no racismo por preconceito da cor. (DANTAS, 2021, p. 299)

Nesse sentido, o Protagonismo da Mulher Negra não pode ser analisado sem levar em conta o contexto histórico-social em que foi e ainda é construído o “ser negro/a” no Brasil. Por isso, é importante destacar que ao tratar do Protagonismo da Mulher Negra estamos falando de Protagonismo na sua interface com dois conceitos distintos e complementares: o de raça e gênero. Sobre isso, Caetano, Gomes e Neves (2022, p.6) dizem:

É importante debater sobre interseccionalidade, tendo em vista que as pautas das mulheres negras cujas vivências são marcadas por especificidades, particularidades diferentes das mulheres brancas, a diferença de classe, raça e gênero faz com que a raça negra siga na subalternidade (CAETANO, GOMES e NEVES, 2022, p. 6)

Isto porque ser Mulher numa sociedade de classes, pautadas na subordinação de um sexo sobre o outro já é suficiente para entender o quão complexa é essa equação que tem como resultado a “opressão interseccional”, usando a expressão de Collins (2019). Destarte, protagonizar, diante deste cenário, é um desafio e um ato de resistência, porque a mulher negra sai de um papel de coadjuvante e de passividade e se torna sujeito de uma história singular.

Na revisão de Literatura sobre o Protagonismos de Mulheres Negras nos deparamos com o Protagonismo de Mulheres Negras em várias regiões do Brasil. Destacamos também as mulheres negras que ainda são anônimas e/ou que permanecem na história oral, cujas vidas são dignas de registro, pois, mesmo sendo sujeitos de sua própria história, empreendendo de

forma silenciosa, o que fazem têm impactos na realidade local e se espriam para outros lugares inspirando outras mulheres negras.

Além da fonte oral, é possível ter acesso à literatura do Protagonismo da Mulher Negra de duas formas: a bibliográfica e a autobiográfica. Nessas duas formas podemos encontrar algumas mulheres negras que puderam ter suas vozes ouvidas a partir de uma escuta sensível, seguido de registro digno dessas experiências.

Sobre a autobiografia, por exemplo, Pires (2021) cita Conceição Evaristo, a qual propõe o termo “escrevivência”, para falar de mulheres negras que escreveram sobre sua vivência, seu estar no mundo. Temos outros exemplos como Cristina Soares¹, Carolina de Jesus², Maria Beatriz Nascimento³, Lélia Gonzalez⁴, a própria Conceição Evaristo⁵, entre outras.

A partir dessas reflexões adentraremos em outra que é parte da mesma natureza discursiva. É o que segue.

Empreendedorismo e inovação social: definição dos conceitos

Terceiro setor da Economia, o empreendedorismo social é uma vertente do Empreendedorismo Econômico. Enquanto o último geralmente se constitui por um indivíduo e objetiva o lucro, o primeiro é constituído por um grupo e objetiva transformação social com vistas em melhorar e/ou alterar a realidade das pessoas. “Assim, caminham as bases do Empreendedorismo Social que, de um lado, pensa em solucionar problemas sociais, e do outro, não direciona a mercados, e sim, a grupos, (BEZERRA e PEREIRA, 2023, p.7.). Nesse sentido, o empreendedorismo social é “nós”, ou seja, um conceito plural, coletivo, o qual propicia uma repercussão social que de forma alguma um indivíduo alcançaria de modo

1 Cristina Soares, mestre em Ensino pelo ProffHistória da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com foco na implementação da lei 10639-03.

2 Carolina de Jesus, referência na literatura brasileira, inova trazendo um olhar da Mulher Negra da Favela. Seu livro, “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” teve tamanha repercussão à ponto de ser traduzido para catorze línguas.

3 Maria Beatriz Nascimento foi historiadora, docente, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos para homens e mulheres negras.

4 Lélia Gonzalez, referência no ensino afro-brasileiro, atuante na militância em prol dos ideais das mulheres negras vinculadas ao ambiente de trabalho e sobre as condições no processo de inclusão dentro da sociedade.

5 Conceição Evaristo, escritora, graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuou como docente da rede Pública de Ensino do Rio de Janeiro. É também mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Dentre seus livros, estão Ponciá Vicêncio (2003) e Becos da Memória (2006).

independente.

A inovação Social, por sua vez, busca implementar novas ideias, produtos, processos ou serviços, com o objetivo de solucionar problemas de ordem social. O produto e/ou processo advindo da Inovação não precisa ser, obrigatoriamente, algo novo, pode ser otimizado e/ou adequado às condições do lugar. Assim, a ideia de inovar e empreender socialmente são conceitos complementares. Adotamos, nesse artigo, o aspecto social dessas definições por serem inclusiva e emancipatório.

Sobre os desafios da definição de empreendedorismo social, existem críticas ao conceito pelo fato do mesmo estar ancorado numa agenda neoliberal, pois problemas sociais devem ser resolvidos pelo Estado, (BIZARRIA; RODRIGUES; RIBEIRO, 2022). A propósito, não teria sido o Estado Neoliberal que cooptou o termo? O que se observa é que ao longo da história o empreendedorismo social foi a forma que a classe social de baixa renda encontrou para sobreviver em todos os modos de Regulação da Economia Capitalista que já existiram, desde o Mercantilismo, com o Estado Absolutista. Entendemos assim, que empreender e Inovar socialmente ao longo da história foi e é uma questão de sobrevivência e, hoje, é também um exercício de cidadania.

Partindo dessa reflexão, podemos observar que, embora seja um conceito recente, as ações que caracterizam o empreendedorismo e a Inovação Social, existem desde tempos remotos. Temos uma infinidade de Protagonistas e eventos coletivos de repercussão mundial à local. Destacaremos alguns, afim de não ficar muito extenso, a saber: a Revolução Francesa, a Conjuração Baiana, a Independência da Bahia, e outras manifestações de desobediência civil, sem deixar de incluir personalidades femininas como, Joana Angélica, Maria Quitéria, Maria Felipa e Rosa Parks que protagonizaram e inovaram, no sentido de coragem em assumir riscos, esforçando-se para a transformação da realidade social.

Assim, o empreendedorismo social “impõe romper a ideia econômica, por produzir bens e serviços para solucionar problemas sociais e direcionado para grupos populares, um exercício mais conexo das atividades desenvolvidas pela população negra”. (BEZERRA; PEREIRA, 2023, p. 8). Sobre isso, percebemos no Protagonismo das Mulheres Negras a importância de empreenderem e inovarem para o social, uma vez que suas ações influenciam a transformação de sua realidade e da dos seus. Tais ações só são possíveis de realização por quem vive a experiência de estar na base da pirâmide social e almeja uma vida melhor para si e para aqueles

que lhes são caros.

Protagonismo da mulher negra no Brasil: reflexões e experiências

Protagonismo, de modo geral, é a competência de um indivíduo em ter atitudes capazes de influenciar e/ou transformar algo ou alguma coisa. Com isso, abandona-se o papel passivo de sua existência para tornar-se sujeito de mudanças dentro e fora do ambiente em que estão inseridos. Assim como o empreendedorismo e inovação social, protagonizar é um movimento de ruptura.

Quando mulheres negras protagonizam, elas estão, de certa forma, empreendendo e inovando socialmente já que rompe com modelos econômicos e sociais de subjugação de raça e gênero. Veremos aqui uma série de reflexões e experiências sobre o Protagonismo de mulheres negras em vários setores que encontramos nas nossas buscas no Google Acadêmico, no recorte temporal de 2019 a 2023. Foram quinze (15) artigos encontrados a partir dos descritores: Mulheres Negras, Protagonismo, Resistência, Empreendedorismo e Inovação Social. O trabalho logrou resultado fecundo e é isso que discutiremos na sequência.

O trabalho de Pires (2021) aborda que a Professora Cristina Soares, citada mais acima, denuncia a pouca representatividade de mulheres negras na literatura e, por conseguinte, nos espaços escolares, dada sua importância para o Protagonismo Feminino Negro. O termo utilizado pela mesma para tratar desse emudecimento é a “Violência Simbólica”, Pires (2021). Em outras palavras, esse apagamento, além de não honrar a história ancestral de luta dessas mulheres, deixa de inspirar outras mulheres negras de forma a empoderá-las.

Nesse sentido, a pesquisa de Soares citada por Pires (2021) defende a urgência de produção de materiais didáticos antirracistas, contribuindo para um novo sentido à existência e trajetória da mulher negra.

Introduzir a História dessas mulheres negras faz-se urgente na educação para que jovens negras/os se sintam representados e se fortaleçam no enfrentamento de problemas que lhes afligem.

Luz e Paim (2021) abordam a importância da produção de “saberes acadêmicos”, sendo uma ação “potente e instigadora”, pois é na construção acadêmica que compartilhamos os saberes, as experiências e buscamos outras memórias de mulheres negras que tomamos como referência para

continuidade do trabalho pautado na criatividade, inovação e eficiência.

Sobre a produção de Saberes acadêmicos, temos como exemplo de práticas inspiradoras do Protagonismo da Mulher Negra o Projeto de Extensão “Mulheres negras Resistem: formação teórico-político para mulheres negras” em Fortaleza/CE”.

“A feitura e execução deste projeto configura-se como empreendimento e inovação social de extrema relevância no Estado do Ceará”. Isto porque já havia coletivos e grupos que juntos discutiam questões de raça e gênero, no entanto, perceberam a lacuna de espaços em que mulheres negras estivessem juntas no Estado do Ceará, e, de terem uma experiência vivida entre e com as mesmas. Para ter uma ideia da dimensão do Projeto, em 2019 houve a 2ª edição com cerca de 800 mulheres inscritas para 40 vagas.

Merece destaque também o trabalho realizado pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, no sul da Bahia que denuncia o silenciamento do Protagonismo das Mulheres Negras na Educação Básica daquela localidade. Sobre isso tem-se muito a falar, porque apenas recentemente o negro e, principalmente, a mulher negra, tiveram acesso à Educação Formal, dada a condição de objeto a que foram submetidos⁶. A respeito disso recorreremos à Dantas (2021, p. 299), a qual afirma:

A invisibilidade de mulheres negras na educação é de fato uma herança oriunda dos tempos da escravidão, que deixou uma ideia de inferioridade e resquícios de injustiça social, logo, a questão do protagonismo feminino negro não é um assunto tão recorrente no âmbito social e nem acadêmico, por exprimir uma relação de poder e principalmente preconceitos de gênero e raça que perpetuam até os dias atuais. (DANTAS, 2021, p. 299).

Em decorrência disso, a pouca representatividade do Protagonismo dessas mulheres Negras nos espaços escolares e, sobretudo, nas Universidades, só pode ser compreendida levando em conta o processo de formação histórica do Brasil.

É importante destacar que após a Abolição da escravidão, em 13 de maio 1888, não houve no Brasil um projeto de inserção no Negro no âmbito social e econômico, estes, no dia 14 de maio daquele ano foram abandonados à própria sorte. Sem casa e sem trabalho, muitos recorreram à mendicância, outros recorreram à pequenos furtos e engrossam ainda

⁶ No regime escravocrata o negro era considerado uma mercadoria, tal como objeto, tratava-se de propriedade de alguém. Isso quer dizer que não tinha autonomia e nem direitos civis e sociais.

hoje o sistema prisional brasileiro.

Muitas mulheres, sem ter para onde ir continuaram prestando serviços domésticos, recebendo baixíssimos salários, pois a necessidade inicial era sobreviver. O Espaço escolar tornava-se, dessa maneira um sonho distante, porém, perseguido por muitas. Pois todas as Mulheres Negras que ocupam espaços na Educação hoje tiveram toda uma história de luta ancestral que sustentaram a resistência do Protagonizar na Educação Básica e Universidades.

Tendo clareza disso, Dantas (2021, p. 303) constata que “as experiências de vida das professoras podem influenciar em sua autoafirmação como mulher negra, e que esta identidade é um diferencial que possibilita uma ação pautada de consciência no combate ao racismo ao lecionar o conteúdo étnico-racial em sala de aula”. Vemos aqui o quanto é importante o lugar de fala e a representatividade da Mulher Negra na docência.

Mendes (2022), destaca as contribuições de intelectuais negras na esfera acadêmica e Política, as quais merecem ser citadas, são elas: Carolina de Jesus, Conceição Evaristo e Maria Beatriz Nascimento. Exaltar suas obras, traduzidas num número expressivos de publicações das relações étnico-raciais, evidencia que existem ações sendo realizadas dentro e fora do contexto educacional, o que dá maior confiança e certeza de que um dos caminhos para a visibilidade está na educação. Este progresso, deve-se muito em razão da pressão empreendida pelos movimentos sociais com ideais de Justiça e Equidade Social.

Ainda à respeito do Protagonismo da Mulher Negra, não podemos deixar que passe despercebido a Pesquisa de Santana (2021), “Genealogia da intérprete negra na música popular brasileira: lócus e focos de resistência”. Santana (2021), discorre a trajetória artística de mulheres negras em diferentes contextos históricos.

Clementina de Jesus ao cantar samba e músicas de suas origens ancestrais simboliza uma coletividade de mulheres matriarcas que roga por igualdade de direitos e respeito às matrizes, Santana (2021). Por outro lado, Sandra de Sá, num contexto de novas tecnologias na indústria fonográfica, traz inovação social introduzindo ritmos como o *Funk*, *Soul*, *black music* e toda uma história de luta referenciada no movimento negro na busca por direitos civis, inaugurando novos elementos que ressignificam o Movimento Negro Brasileiro.

Poderíamos acrescentar um sem-número de cantoras negras que usaram sua voz para denunciar injustiças sociais, a exemplo de Elza Soares.

Na Bahia temos, entre outras, Margareth Menezes.

Sendo assim, a maioria dos trabalhos encontrados sobre Protagonismo de mulheres negras apontam uma propensão de dar evidência a uma a formação de um pensamento feminista negro à brasileira. Há uma tendência de ressaltar nesses trabalhos a mulher negra como intelectual, cujas “escrevivências” ajudam enfrentar o apagamento de suas histórias cheias de criatividade para sobrevivência como indivíduo e como grupo.

Considerações finais

A pesquisa apontou a importância do protagonismo da mulher negra como um processo de conquista para si e para o seu grupo, cuja criatividade e coragem pode despertar outras mulheres para novas experiências e novas agências femininas que oportunizam os sujeitos que empreendem a concretizações de sonhos.

O estudo, ao levantar experiência tão interessantes de mulheres Negras, inspira outras mulheres negras a tomarem consciência de sua realidade para além dela, dando continuação na busca pela equidade e justiça social. Constatou-se através da revisão de literatura que o protagonismo feminino negro vem tomando espaço significativo na luta pela inclusão dos direitos das mulheres negras em busca da visibilidade, respeito e reconhecimento, de modo especial, na educação e na academia, pois elas (e porque não dizer nós), são parte integrante da construção de uma sociedade igualitária, sem distinção de gênero e raça.

Observou-se como positivo no mapeamento e no rigor da análise o quantitativo de trabalhos (artigos) produzidos nos últimos cinco anos, revelando que mesmo diante das dificuldades da mulher negra em busca de sua liberdade, a resistência tem sido a palavra de ordem, usando a escrita, a voz e até construindo projetos que capacitam e conscientizam a mulher para uma participação na política de forma mais efetiva. Ressalta-se a importância de exaltar as representatividades de mulheres negras nesse cenário como estímulo a outras mulheres negras, no sentido de incentivar a promoção da valorização e continuidade de um trabalho no âmbito acadêmico, nos movimentos sociais, na comunidade local, entre outros.

Partindo dessa premissa foram sinalizadas várias intelectuais negras que com suas habilidades e ideias inovadoras e empreendedoras na área educacional, nos movimentos sociais, entre outros, se destacaram/destacam na Educação Básica, na Universidade e na literatura afro-brasileira e na

música.

Sendo assim, o empreendedorismo e a inovação social são mecanismos de sobrevivência diante do modelo econômico que vivenciamos e, com esse mecanismo de sobrevivência traduzido na resistência dessas mulheres que conseguiram e conseguem protagonizar suas próprias histórias.

Nesse sentido, é importante destacar o empoderamento feminino como um processo de conquista e um despertar para novas realidades, no sentido de empreender para realização de sonhos, inspirando outras mulheres negras a trilharem um caminho mais promissor na vida.

Enfim, diante da construção e da participação da mulher negra na vida educacional, social, artística, política e cultural, protagonizando sua própria história, é possível afirmar que a pesquisa contribuiu com o caráter interdisciplinar dos estudos em empreendedorismo e inovação social a partir do olhar sobre as práticas e vivências das mulheres negras.

Referências

BEZERRA, Marcos Sales; PEREIRA, Marilene Aparecida. **Olhando o Social do Empreender**: reflexões da pedagogia empreendedora. Educere Revista da Educação da UNIPAR, 2023.

BERETA, Regina Célia de Souza; JUNIOR, Gilmar Antoniasse; SANTOS, Rosilene das Graças. **Protagonismo da Mulher Negra**: uma discussão sobre Igualdade de Gênero e a redução das desigualdades. Research, Society and Development, v. 10, n. 15, 2021.

BIZARRIA, F. P. de A., Barbosa, F. L. S., RODRIGUES, D. M. A. , & Ribeiro, R. M. (2022). **Empreendedorismo Social em contexto Public - Descrição Bibliométrica com suporte em 76 anos de Investigações Indexadas na Web of Science** *Conjecturas*, 22(1), 304–328. Recuperado de <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/486>

CAETANO; Márcio Rodrigo Vale; GOMES Adriana de Souza e NEVES Janaize Batalha. **Mulheres Negras**: dororidade, interseccionalidade e vivências cotidianas. In: **D'genderus**: Revista de Estudos Feministas e de Gênero V. 01. 2022. UFPEL: Pelotas – RS. | Edição Especial

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. **Vozes de Resistência no Brasil Colonial: O Protagonismo de Mulheres Negras**. R. Kátal. Florianópolis, v. 25, p. 191-201, maio-agos, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. 1 ed. São Paulo:

Boitempo, 2019.

DA LUZ, Juliana da Rosa Brochado., PAIM, Edilson Antônio. **A mulher guerreira está morta:** narrativas de intelectuais acadêmicas sobre práticas de resistências. Independência ou morte? X Seminário Nacional, UNICMAP, 2021.

DANTAS, Fabrícia dos Santos. Entre o Silenciamento e o Protagonismo: vozes de Professoras negras do sul da Bahia. Revista Communitas. v. 5.n. 11, 2021.

DIAS, Fernanda Scheluchuak., MARTINS, Samira. **Uma voz negra no planalto central brasileiro:** Uma análise de “Inusitada” de Cristiane Sobral. Revista Igarapé, Porto Velho (RO) v.15, n.3, p. 71-85, 2022.

MENDES, Gabriella da Silva. **As contribuições de Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Carolina de Jesus para as ciências humanas:** uma revisão de literatura sobre intelectuais negras. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. 2022

RODRIGUES, Vera. **Mulheres Negras resistem: protagonismo feminino, negro e nordestino.** Revista Humanidades e Inovação v.6, n.16 – 2019

SANTANNA, Marilda **Intérpretes negras na Música popular Brasileira:** vozes dissonantes. AMPUH - Brasil . 31º Simpósio Nacional de história. Rio de Janeiro RJ, 2021

SANTOS, Priscila Kohls., MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. In: Revista Panorâmica v.33. 2021.

PIRES, Maria de Fátima Barbosa. **Mulheres negras na História – Acontece nas escolas:** Revista Palavras ABEHertas, n.1. 2021.

Capítulo 8

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E AS INTERCONEXÕES COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DE INOVAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Regiane da Mota Queiroz Santiago

Isabel Cristina Ribeiro Souza

Gilda Oliveira de Jesus

Introdução

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental no contexto escolar que delinea os objetivos, princípios, estratégias e diretrizes da instituição. Ele representa uma ferramenta de planejamento e gestão que visa orientar todas as ações pedagógicas e administrativas, proporcionando uma base sólida para a construção de um ambiente educativo qualificado.

O referido instrumento visa garantir a coerência entre a missão da escola e suas práticas pedagógicas, assegurando que a educação oferecida esteja alinhada com os seus valores e, ao mesmo tempo, tenha flexibilidade para adaptar-se às mudanças e desafios que emergem no cenário educacional. Desse modo, o PPP apresenta-se como uma ferramenta essencial para direcionar a atuação da coordenação pedagógica, a partir das diretrizes construídas coletivamente pela comunidade escolar.

Por ser uma espécie de guia estratégico, que define visão, missão e valores da unidade escolar, o PPP auxilia o trabalho da coordenação na perspectiva de interconectar as atividades com a identidade e os objetivos da instituição, fomentando uma prática pedagógica teoricamente embasada. A coordenação pedagógica, ao fundamentar-se no PPP, tem a responsabilidade de alinhar suas ações com os objetivos traçados, contribuindo para que o ensino e a aprendizagem estejam em sintonia com as proposições sinalizadas no documento mencionado.

Além disso, o PPP também serve como um instrumento de avaliação e ajuste constante das práticas educacionais, possibilitando que a coordenação pedagógica identifique eventuais desafios e busque soluções inovadoras para melhorar a qualidade do ensino de maneira colaborativa. Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que o papel do/a coordenador/a pedagógico/a na articulação do processo educativo, em consonância com o PPP, é de suma importância para o sucesso da instituição escolar.

O/A coordenador/a pedagógico/a deve atuar como um elo entre a equipe docente, a gestão escolar e os/as estudantes, contribuindo para que as práticas pedagógicas estejam alinhadas com os princípios e objetivos estabelecidos no PPP e fomentando processos avaliativos com base na dialogicidade. A relevância desse/a profissional está, portanto, na capacidade de unir teoria e prática, de modo a transformar o PPP em um documento vivo, traduzido em ações concretas que promovam uma educação de qualidade.

É salutar reiterar, também, que o Projeto Político Pedagógico desempenha um papel fundamental na promoção de inovações na prática pedagógica. Ao incorporar a inovação como um dos pilares do PPP, as instituições escolares são estimuladas a buscarem permanentemente novas abordagens, tecnologias e métodos de ensino que atendam às necessidades dos/as estudantes e aos desafios do mundo contemporâneo. Isso impulsiona a criatividade dos/as docentes, estimula a prática da pesquisa e fomenta o desenvolvimento de ações, em consonância com as mudanças sociais e tecnológicas, criando um ambiente educacional mais dinâmico e propício à construção do conhecimento significativo.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo central refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico como referencial para o trabalho do/a Coordenador/a Pedagógico/a no contexto escolar. Assim, buscou-se discutir sobre a seguinte indagação: Quais as contribuições do Projeto Político Pedagógico como instrumento fundante do trabalho da coordenação no âmbito escolar? Para tanto, propôs-se analisar a relevância do papel do/a coordenador/a pedagógico/a na articulação do processo educativo, em consonância com o PPP da escola, bem como evidenciar a importância desse documento como instrumento propulsor de inovações da prática pedagógica.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, consistindo na leitura reflexiva de publicações efetivadas por teóricos/as conceituados/as nas áreas de Coordenação Pedagógica e Projeto

Político Pedagógico, no intuito de realizarmos um diálogo profícuo para a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos relevantes. Assim, tomamos como referência as abordagens de Dagnino, Brandão, Novaes (2014), Freire (1983, 1987), Vasconcellos (2000), Veiga (2007), Baiocchi (2012), Prado (2015) e Fernandes, Martins, Brittos, Silveira, Bittencourt (2018), no embasamento teórico das discussões.

Cabe mencionar que este artigo está estruturado em três seções. Na primeira seção, apresentamos, de maneira introdutória, a estruturação deste trabalho; na segunda, aprofundamos as reflexões, tomando como referência teóricos/as que possuem estudos consolidados acerca da temática em análise; e, na terceira seção, apresentamos as considerações finais, elucidando a relevância e os resultados das discussões efetivadas.

É válido ressaltar que trabalhos com essa temática são de extrema importância para o cenário da educação, visto que existe uma necessidade emergente de aprofundarmos as discussões acerca da relevância do Projeto Político Pedagógico como instrumento basilar para a atuação do/a coordenador/a pedagógico/a como profissional mediador do processo educativo no contexto escolar.

Destarte, espera-se que as reflexões aqui tecidas contribuam para o fortalecimento da compreensão do Projeto Político Pedagógico como guia estratégico do trabalho da coordenação pedagógica, de maneira a impulsionar práticas inovadoras que, de fato, sejam traduzidas em aprendizagens significativas.

Coordenação pedagógica e o Projeto Político Pedagógico: caminhos para a inovação das práticas no contexto escolar

De forma literal, o termo “coordenação pedagógica” se refere à ação de coordenar ou dirigir as atividades relacionadas à educação. A palavra “coordenação” implica em organizar, planejar e orientar, enquanto o adjetivo “pedagógico” está ligado ao campo da pedagogia, que engloba teorias e práticas de ensino e aprendizagem. Portanto, a coordenação pedagógica tem como objetivo orientar, mediar e acompanhar as atividades educacionais, visando aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, tanto para os/as professores/as quanto para os/as estudantes, buscando eficácia e melhorias.

Outro conceito básico caracteriza o/a Coordenador/a Pedagógico/a (CP) como um profissional da área da educação com formação em

pedagogia ou áreas relacionadas, que desempenha um papel essencial na gestão pedagógica em várias instituições e contextos educacionais. O/A CP possui várias responsabilidades definidas por lei e enfrenta desafios relacionados à gestão pedagógica no exercício de suas funções.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/1996) define os/as coordenadores/as pedagógicos/as como “especialistas em exercício do magistério” e estabelece algumas diretrizes sobre o trabalho desses/as profissionais, em conjunto com a equipe escolar e estudantes.

Embora a LDB não mencione as atribuições do/a CP, especificamente, as diretrizes educacionais destacam a importância da gestão democrática e participativa nas instituições de ensino, ressaltando a necessidade de um trabalho coletivo e colaborativo entre os/as diversos/as profissionais da educação, incluindo o/a Coordenador/a Pedagógico/a. Tais princípios, orientações e recomendações, legalmente estabelecidos, são fundantes para um fazer pedagógico eticamente referendado.

No contexto da educação, por exemplo, uma diretriz nacional pode ser uma recomendação sobre a estrutura curricular, as competências a serem desenvolvidas pelos/as estudantes, as metodologias de ensino, a formação de professores/as, entre outros aspectos relevantes que devem ser considerados no direcionamento da atuação do Coordenador/a Pedagógico/a. Nesse sentido, cabe reiterar que diretrizes nacionais podem ser estabelecidas por meio de leis, decretos, resoluções ou outras normas emitidas pelas autoridades competentes.

É importante também ressaltar que as diretrizes nacionais podem ser complementadas ou adaptadas por legislações estaduais ou municipais, levando em consideração as particularidades regionais e locais. Assim, as atribuições legais do/a Coordenador/a Pedagógico/a são definidas pela legislação educacional vigente em cada estado ou município. No Estado da Bahia, a lei 7.023/97 criou o cargo do Coordenador Pedagógico e, posteriormente, o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, lei nº 8.261 de 29 de maio de 2002, especificou as atribuições para os/as profissionais da rede estadual.

A definição legal das atribuições do/a Coordenador/a Pedagógico/a, pela lei nº 8.261/2002, representou uma grande inovação, visto que proporcionou um melhor direcionamento da sua atuação no âmbito escolar, possibilitando uma abordagem mais ampla e estratégica no suporte ao trabalho dos/as professores/as e no desenvolvimento pedagógico da

escola. Isso inclui a assessoria aos/às professores/as, o planejamento e a avaliação das atividades pedagógicas, a promoção da formação continuada, bem como a participação na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Dentre as várias atribuições elencadas pela referida lei, o artigo 8º destaca, no seu inciso II, que o/a Coordenador/a Pedagógico/a tem a atribuição de articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da escola. Em consonância com o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, a Portaria nº 5.872 de 15 de julho de 2011, que dispõe sobre o Regimento Escolar das Unidades Escolares Integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino, também estabelece como uma das atribuições do/a CP a articulação e a participação na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Nesse sentido, os documentos supracitados reiteram a necessidade do/a Coordenador/a Pedagógico/a dirigir esforços para mediar a construção coletiva e colaborativa do PPP, garantindo a tradução dos desejos e necessidades de toda a comunidade escolar, buscando implementar cotidianamente ações inovadoras para atender as demandas que surgem no cenário educacional.

Em relação ao trabalho do/a Coordenador/a Pedagógico/a, legalmente definido, percebe-se que tanto o Estatuto quanto o Regimento Unificado remetem a aspectos democráticos, colaborativos e inovadores no trabalho do CP, conforme as contribuições de Dagnino, Brandão e Novaes (2014), o que é plausível à luz da Teoria da Inovação:

De fato, a inovação supõe um processo em que atores sociais interagem desde um primeiro momento para engendrar, em função de múltiplos critérios (científicos, técnicos, financeiros, mercadológicos, culturais etc.), frequentemente tácitos e às vezes propositalmente não codificados, um conhecimento que eles mesmos vão utilizar, no próprio lugar (no caso, a empresa) em que vão ser produzidos os bens e serviços que irão incorporá-lo com o conceito de inovação. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2014, p. 32)

Desse ponto de vista social da teoria da inovação, a interação entre atores sociais, desde o início do processo, é fundamental para a geração de resultados transformadores. Na visão dos autores, o conhecimento, para ter um caráter inovador, deve ser produzido por todos os envolvidos no processo, sendo importante para o desenvolvimento não somente de novas ideias, como de soluções no contexto educativo.

As recentes discussões sobre inovação na educação referem-se à aplicação de novas ideias, métodos, tecnologias e abordagens para melhorar o processo educacional e promover uma aprendizagem mais eficaz e significativa. Envolve a criação e a implementação de soluções criativas e disruptivas, que buscam superar desafios e melhorar os resultados educacionais.

A inovação na educação pode ocorrer em várias áreas, como currículo, pedagogia, tecnologia educacional, avaliação, ambiente de aprendizagem e envolvimento dos/as estudantes. Essa abordagem inovadora pode incluir o uso de tecnologias digitais, como aplicativos móveis, plataformas online, realidade virtual e inteligência artificial, para apoiar a personalização da aprendizagem, o acesso a recursos educacionais e a colaboração entre estudantes e professores/as.

Além disso, a inovação na educação valoriza a criatividade, o pensamento crítico, a resolução de problemas e as habilidades socioemocionais, reconhecendo que a preparação dos/as estudantes para o futuro requer mais do que apenas o domínio de conhecimentos acadêmicos. Nesse sentido, tal inovação busca transformar a forma como ensinamos e aprendemos, tornando o processo educacional mais engajador, relevante e eficiente, preparando os/as estudantes para enfrentar os desafios que surgem cotidianamente.

É importante asseverar que todo esse processo de busca pela inovação da prática pedagógica precisa estar intimamente ligado à capacidade humana de refletir sobre suas ações, de buscar as interconexões entre teoria e prática. De acordo com Freire, os sujeitos, por meio da práxis, criam e recriam culturas e histórias, tendo em conta que a práxis, “[...] sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (FREIRE, 1987, p. 92).

E é nessa perspectiva que o/a Coordenador/a Pedagógico/a deve atuar como um agente inovador, levando em consideração vários elementos contextuais e isso precisa estar explícito no Projeto Político Pedagógico da escola. Desse modo, cabe a esse/a profissional considerar os aspectos implícitos ou não codificados que permeiam o cenário educativo, pois não se trata apenas da busca desenfreada por resultados para atender a uma visão mercadológica da educação. A busca para atender as especificidades da comunidade escolar deve ser a mola propulsora da ação do/a CP, que se apresenta como importante articulador/a do processo educacional.

A teoria da inovação aguça a percepção de que a práxis do/a

Coordenador/a Pedagógico/a fornece descobertas valiosas para a mediação do trabalho pedagógico. Desse modo, é salutar enfatizar a importância do diálogo, da reflexão crítica e da transformação da realidade por meio da educação. Assim, cabe ao/à CP promover diálogos críticos, incentivando os/as professores/as a refletirem sobre suas práticas e estimulando-os/as no sentido de desenvolverem práticas inovadoras que atendam a realidade educacional da escola.

O/A Coordenador/a Pedagógico/a, ao adotar essa perspectiva, deve buscar formas de engajar os/as docentes e os/as estudantes, promovendo a participação ativa de todos/as na construção do conhecimento, pois, segundo Freire (1983, p. 17), “[...] é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, a qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis”. Portanto, ao atuar como facilitador/a e mediador/a do processo educativo, o/a Coordenador/a Pedagógico/a contribui para que a educação se torne uma ferramenta de emancipação social, ou seja, uma educação libertadora, que estimula o pensamento crítico e a ação transformadora.

O Projeto Político Pedagógico como guia estratégico da prática pedagógica

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento dinâmico e interconectado com a realidade de cada escola, onde deve ser revisado e repensado constantemente para acompanhar as mudanças de toda a comunidade escolar, das políticas educacionais e as necessidades dos/as estudantes. Todo o processo de elaboração do PPP deve levar em consideração a maneira mais participativa possível, que possa englobar famílias, estudantes, professores/as, equipe gestora, equipe de apoio, enfim, toda a comunidade escolar, para que o referido documento seja um reflexo dos valores e das necessidades específicas da instituição escolar.

Fica evidente que o PPP necessita ser um documento de planejamento e gestão que irá atuar como um guia para as ações da escola, de modo a efetuar o seu papel na sociedade, de maneira democrática, proporcionando uma educação de qualidade e inclusiva. A base legal que fundamenta o PPP nas escolas está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, especificamente nos seus artigos 12, 13 e 14:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; (BRASIL, Ministério da Educação, 1996, p. 05).

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é um documento interno da escola, que deve ser elaborado a partir das especificidades de cada instituição. A importância de esse documento ser elaborado coletivamente é o que fortalece ainda mais a participação e o engajamento, reforçando os princípios da gestão democrática da educação. Esse processo também enriquece o senso de pertencimento dos sujeitos, pois, à medida que contribuem com a elaboração do PPP, eles se sentem mais comprometidos com as metas estabelecidas e a realização das ações sugeridas.

A construção coletiva do PPP, fundamentada em reflexões significativas, favorece uma adaptação maior às necessidades locais, pois cada escola tem seus desafios, limites, possibilidades e a contribuição de todos os segmentos da comunidade escolar permite que as necessidades específicas sejam levadas em consideração. A melhor compreensão dos objetivos também é algo positivo que pode ser aproveitado nesse processo, já que o diálogo em conjunto facilita o comprometimento com os planos estabelecidos. Já afirmava Veiga (2002):

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p. 01).

Nesse sentido, a promoção da cooperação também pode ser um fruto do processo participativo e democrático de elaboração do PPP. O trabalho em equipe pode gerar um ambiente mais favorável para se atingir as metas educacionais. Um PPP elaborado de maneira coletiva permite uma maior legitimidade e transparência, onde as decisões são tomadas de forma justa e significativa pela comunidade escolar. É imprescindível ressaltar que a flexibilidade e atualização permanente do referido documento também

são extremamente importantes para atender as especificidades que podem surgir a qualquer momento. De acordo com Prado (2015):

Se o Coordenador Pedagógico não encontrar nos demais gestores da escola, uma relação de parceria, fortalecimento das ideias e propostas e a devida corresponsabilidade na execução com sucesso do Projeto Político Pedagógico da escola, acabam encontrando mais um motivo para desviar-se da sua função e não enxergar o essencial que é seu papel formativo. (PRADO, 2015, p. 26).

Desse modo, o compromisso e a qualidade da educação são reforçados em momentos de participação coletiva. Assim, à medida que toda a comunidade escolar ganha voz na elaboração do PPP, os sujeitos se tornam parceiros ativos da escola na busca pela melhoria da educação, engajando-se em busca de melhores resultados educacionais. Dessa maneira, fica evidente que a construção coletiva do PPP possibilita o fortalecimento da democracia, tornando a escola um espaço mais participativo e acolhedor com todas as suas peculiaridades.

Nesse sentido, a necessidade de referendar as práticas e ações da escola pelo PPP é de suma importância para a gestão escolar, como também para a promoção mais efetiva da participação da comunidade educativa. Reiteramos, portanto, a relevância da participação democrática, tendo em vista que a elaboração do PPP deve envolver todos os segmentos da escola na tomada de decisões educacionais, permitindo que as diferentes perspectivas sejam analisadas e levadas em consideração.

A legitimidade e o consenso também são características resultantes da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, à medida que é garantida a tomada de decisões envolvendo exclusivamente a opinião e o consenso final de todos/as. É durante esse processo que também se diminui as indiferenças às mudanças, permitindo que as políticas educacionais sejam implantadas de modo eficaz e benevolente.

Durante o processo de engajamento, existe um aprendizado coletivo que incentiva ainda mais o diálogo sobre as práticas pedagógicas e educacionais, onde o foco é que os objetivos da escola sejam realmente atingidos. É a partir daí que se pode compreender melhor as questões educacionais, como também se pode chegar mais rápido a soluções mais eficazes atreladas ao contexto escolar.

A construção e implementação coletiva do PPP permite que a escola adapte suas práticas às suas particularidades de maneira inclusiva e significativa, reforçando a ideia de que a educação deve se adequar às necessidades locais de modo relevante e comprometido. O envolvimento

de toda a comunidade escolar pode contribuir para a intensificação do senso de responsabilidade e o desejo compartilhado de garantir a boa qualidade da educação. E é isso que incentiva mais ainda a prestação de contas, por parte da escola e de seus gestores, resultando em uma melhoria contínua, já que fica bastante demarcado que a avaliação constante do PPP é um ação prioritária e que em hipótese alguma poderá ocorrer de modo restrito e individualizado.

A revisão e atualização do PPP, de acordo com as necessidades que vão surgindo, estimula a comunidade escolar a sair da zona de conforto e a se comprometer com a implementação de práticas inovadoras que possam reverberar no desenvolvimento da aprendizagem dos/as estudantes. É válido mencionar que o fortalecimento da relação escola-comunidade é reforçado, ao referendar as práticas escolares no Projeto Político Pedagógico, quando esse documento é, de fato, fruto de um diálogo sólido e colaborativo. Por isso, é essencial garantir a participação democrática para a promoção das melhorias educacionais, tornando o PPP um instrumento fundamental para a gestão escolar em todas as suas dimensões.

Para Fernandes, Martins *et. al* (2018, p. 184), o PPP é um instrumento de autonomia e significação da escola/instituição, ou seja, não deve ser visto como uma barreira para a comunidade escolar. No entanto, ele precisa, sim, ser visto como um mediador dos papéis da instituição. É por conta desses fatores que a avaliação e atualização do PPP é de suma importância para assegurar que a escola permaneça sempre eficaz e conectada com a realidade contextual. A adaptação às transformações sociais e educacionais permite que a escola esteja sempre apta para lidar com essas mudanças, garantindo que o currículo esteja em constante diálogo com as demandas e necessidades da sociedade.

É imprescindível destacar que a melhoria da qualidade da educação que é ofertada pela escola está intimamente ligada aos processos de avaliação e atualização das práticas direcionadas pelo Projeto Político Pedagógico. No momento que é feita a avaliação do desempenho dos/as estudantes, a escola pode identificar suas melhorias e retrocessos. E a atualização do PPP, com base nesses resultados, é fundamental para implantação de ações inovadoras que façam com que a prática pedagógica seja aperfeiçoada continuamente, sendo realizado um alinhamento com as necessidades dos/as estudantes. É a partir daí que a escola pode ser fortalecida como espaço de aprendizagem, à medida que ocorre o engajamento da comunidade na atualização e avaliação do PPP, para auxiliar nas tomadas de decisões e redirecionamento das práticas.

O atual cenário educacional requer o desenvolvimento de ações inovadoras, através de práticas pedagógicas que possam ser favorecidas com o uso das tecnologias e demais recursos disponíveis. Assim, o/a Coordenador/a Pedagógico/a precisa estimular a implementação de práticas eficazes que contribuam para que a relação ensino-aprendizagem seja cada vez mais significativa e gere resultados satisfatórios, em conformidade com as regulamentações educacionais e os anseios da comunidade escolar.

Para Vasconcellos (2000, p. 169), o projeto político pedagógico envolve, também, uma construção coletiva de conhecimento. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. É dentro dessa concepção que o compromisso e a qualidade da educação são reforçados, pois, em momentos de participação coletiva, toda a sociedade ganha voz na elaboração do PPP e se torna parceira ativa da escola na busca pela melhoria dos resultados educacionais. É dessa maneira que fica evidente que a importância da construção coletiva do PPP possibilita um processo democrático, inclusivo e justo, sendo a escola um espaço mais participativo e acolhedor com as peculiaridades do seu ambiente.

O PPP é de suma importância por ser um elemento fundante da prática do/a coordenador/a pedagógico/a. O referido documento expressa a identidade da instituição de ensino, as suas metas e objetivos, com orientação e direcionamento, auxiliando a escola no desenvolvimento das suas ações. Baiocchi (2012) já afirmava:

A valorização do trabalho coletivo e da interlocução seriam fatores cruciais para que o coordenador pudesse tratar com o grupo escolar, sobre a essência pedagógica do PPP, ou seja, da dimensão política, que quando praticada em seu sentido estrito, implica em trazer à tona os conflitos e as contradições que estão no cerne da prática democrática e do exercício da cidadania. (BAIOCCHI, 2012, p. 08).

É essa participação colaborativa e democrática, a definição de metas e objetivos, a flexibilidade e adaptabilidade, o planejamento curricular, a avaliação institucional e o desenvolvimento profissional que refletem a atitude fundante da prática do/a Coordenador/a Pedagógico/a, garantindo que todos os envolvidos na comunidade escolar compartilhem de uma compreensão comum e se comprometam ativamente no processo educativo.

Dessa forma, fica evidente que o/a Coordenador/a Pedagógico/a precisa ficar atento/a ao processo de atualização e implementação do PPP, demonstrando o compromisso que a escola tem com as inovações pedagógicas que primam pelo desenvolvimento integral dos/as estudantes

e contribuem para que o ambiente escolar esteja sempre alinhado com as mudanças necessárias que levam à melhoria da qualidade da educação.

Considerações finais

No presente artigo buscamos refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico como referencial para o trabalho do/a Coordenador/a Pedagógico/a no âmbito escolar. Inicialmente foi analisado seu papel, conceito e atribuições legais, no contexto da rede pública estadual da Bahia. Para realizar este estudo foi necessário discorrer sobre as referências legais existentes, a LDB 9394/96 e outros aparatos legais como a Lei 7.023/97 que criou o cargo do/a CP, o Estatuto do Magistério e o Regimento Unificado dando ênfase às atribuições voltadas para o PPP.

Nesta análise foi evidenciado que a definição legal das atribuições CP, pela lei nº 8.261/2002, proporcionou o direcionamento da atuação deste/a profissional no âmbito escolar. Isso inclui a assessoria aos/às professores/as, a mediação do planejamento e a efetivação da avaliação da prática pedagógica, assim como a realização da formação continuada em serviço e a participação ativa no processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Verificamos também que a Portaria nº 5.872 de 15 de julho de 2011 reforça a importância do/a CP articular a elaboração e implementação do PPP da unidade escolar. Assim, os documentos aqui sinalizados ressaltam a necessidade do/a CP colaborar na construção do PPP, estimulando o envolvimento da comunidade escolar e implementando ações que possam atender as demandas educacionais emergentes.

Desse modo, destacamos a importância do PPP como instrumento norteador da prática pedagógica e foi reforçado, em toda análise, que o documento já mencionado é de extrema importância pois revela a intencionalidade educacional que se defende e que se pretende materializar através da prática pedagógica. Nesse sentido, a concepção de sujeito que se pretende formar, de sociedade, currículo, avaliação deve estar bem perceptíveis no PPP e essas definições precisam ser fruto de uma decisão coletiva, o que requer participação dos sujeitos que fazem a escola cotidianamente.

Sendo assim, todo o planejamento pedagógico deve ser elaborado em conformidade com os princípios e objetivos destacados dentro do PPP. Diante disso, é preciso superar a ideia de que este documento é meramente

um produto burocrático, mas entendê-lo como processo, que se constitui cotidianamente e coletivamente a partir de práticas reflexivas e colaborativas entre os sujeitos envolvidos na ação educativa.

O PPP deve ser concebido como um marco referencial para a atuação da coordenação pedagógica e há a necessidade do referido documento passar por processos de atualização constantes no sentido de atender as demandas do cenário educacional, visando contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. Assim, o PPP desempenha um papel fundamental para a coordenação pedagógica, fornecendo diretrizes para a promoção de uma educação de qualidade e alinhada aos valores e objetivos da unidade escolar.

Diante do que foi exposto fica evidente que os princípios que fundamentam o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola está inteiramente ligado à concepção de inovação social, na medida em que esse conceito vai sendo incorporado na filosofia educacional de cada instituição. Especificamente quando o PPP propõe que o currículo tenha sempre metodologias inovadoras, projetos interdisciplinares que estimulem o pensamento crítico. Assim, o propósito de um PPP deve pautar-se na busca pelo desenvolvimento da criatividade, comunicação e de habilidades empreendedoras, ideias essas que são de suma importância para a inovação social no contexto educativo.

Em suma, é inegável, que o/a Coordenador/a Pedagógico/a desempenha um papel central na organização e orientação do trabalho educativo de caráter social e inovador. Por outro lado, este estudo permitiu compreender que a teoria da inovação social é um assunto cada vez mais relevante e necessário para instrumentalizar o/a CP, visando o enfrentamento dos problemas específicos que afetam a comunidade escolar, buscando sempre a melhoria da qualidade da educação.

Referências

BAHIA. Regimento Escolar. Portaria nº 5.872 de 15 de julho de 2011. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/regimento-escolar-2011%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/regimento-escolar-2011%20(2).pdf). Acesso em: 28 set. 2023.

BAIOCCHI, J. C. C. B. Formação do coordenador pedagógico na construção do projeto político pedagógico das escolas da rede municipal de Hortolândia: desdobramentos de uma história. Campinas,

SP: [s.n.], 2012. pp.1-212. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/901364>. Acesso em: 29 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.023, de 23 de janeiro de 1997**. Altera dispositivos da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85819/lei-7023-97>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Nº 9394/96. DEMO, Pedro. A Nova LDB ? Ranços e Avanços. 14ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. ? (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 21 de set. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, 1996; Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 set. 2023.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *In: Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social/Fundação Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 16-64.

ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DA BAHIA. **Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002**. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/estatuto-do-magisterio-publico-dos-ensinos-fundamental-e-medio-do-estado-da-bahia>>. Acesso em: 28 set. 2023.

FERNANDES, C. F.; MARTINS, C.; BRITTOS, E.; SILVEIRA, F. F.; BITTENCOURT, R. L. Concepções e práticas de PPP em escolas do Extremo Sul Catarinense. **Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018. pp.161-186. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/3721/3452>. Acesso em: 26 de set. 2023.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PRADO, G. da S. **A Formação continuada pela via do Coordenador Pedagógico.** Dissertação para Mestrado em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VASCONCELLOS, C.S. **Projeto Político-Pedagógico: Conceito e Metodologia de Elaboração.** Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000, cap. 4, p. 169-201.

VEIGA, I.P.A. **Projeto Político Pedagógico da escola:** uma construção coletiva. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14 a edição Papyrus, 2002. pp. 1-10. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1748940/mod_resource/content/1/PPP%20-%20VEIGA.pdf. Acesso em: 29 de set. de 2023.

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR

Terezinha Camargo Magalhães

Keila Ferreira Gomes

Simone Maria da Silva

Introdução

O ensino superior no Brasil passou pelos últimos anos por um processo de expansão e crescimento, diante disso, o acesso à educação superior também expandiu. Nesse sentido, Castelucio e Jeunon (2021) observam que tamanha expansão de acesso acarretou um grande desafio para as instituições de ensino, tanto em relação às questões acadêmicas quanto em relação às questões financeiras. A partir disso, os autores trazem um desafio inicial à discussão da evasão nos contextos do ensino superior brasileiro, que é a ausência de harmonia acerca do conceito de evasão. Os autores verificaram que há na literatura diversas abordagens do conceito de evasão e seus fenômenos, tendo pontos de vistas baseados nos parâmetros sociais, outros por meio da visão socioeconômica e também através da conjuntura política e cultural.

Nessa linha de pensamento, Oliveira e Magrone (2021) trazem uma classificação para a evasão, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como sendo um índice de entrada e saída de estudantes que em determinado período estavam matriculados e no ano seguinte não realizaram a matrícula. Os autores destacam que não se pode associar a evasão escolar e o abandono escolar que aqui é caracterizado como um indicador do desenvolvimento acadêmico. Eles evidenciam que o abandono escolar é o momento em que o estudante sai da instituição durante o ano letivo.

Sendo assim, para direcionar os estudos e a categorização dos fatores da evasão no ensino superior no Brasil, o Ministério da Educação criou no ano de 1994 a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas

Universidades Públicas Brasileiras, a referida comissão foi criada a partir das necessidades apontadas através dos canais de comunicação oficial acerca dos dados estatísticos dos resultados nada satisfatórios das instituições de ensino superior (Brasil, 1988, p. 11). Tal necessidade foi fundamentada através da Secretaria de Educação Superior (SESu) principalmente pelas questões do baixo rendimento das universidades e tendo como forte argumento o alto percentual de evasão de alunos de nível superior.

Com base nos estudos apresentados pela referida comissão, em suas primeiras reuniões foi proposto como objetivo específico “Aclarar o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior;” (Brasil, 1977, p. 13). Diante tal fato, a comissão destacou a partir do primeiro a diferenciação do termo “evasão” e “exclusão” alimentando que a primeira seria uma situação em o aluno se desliga da instituição por opção (Bueno, 1993), e a segunda seria a partir de uma contextualização do indivíduo no espaço escolar, tendo com ele a corresponsabilidade das situações que o cerca e da própria escola (Dilvo Ristoff, 1995).

Outrossim, considerando agora a situação de vulnerabilidade dos estudantes, em uma perspectiva ampliada, Fritsch, Rocha e Vitelli, (2015) apontam que a evasão escolar é uma situação complexa contextualizada em um ambiente associado a não concretização de expectativas que podem advir de diversos fatores que necessitam ser compreendidos em termos socioeconômicos, políticos e culturais. Lobo (2012) ressalta que o abandono pelo aluno de seu curso antes mesmo do início representa uma perda em diversas dimensões, pois além do próprio aluno também perdem os professores, as instituições, o próprio sistema de ensino e a sociedade.

Do mesmo modo, em uma análise linear e histórica das políticas de assistência e permanência estudantil Sadoyama *et al.*, (2020) enumeram uma série de ações governamentais que buscaram fomentar o ingresso e a permanência de estudantes nos cursos de nível superior. Iniciando-se com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 a 2010 dando indicativos da intenção do estado em investir na educação de nível superior, o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 que tinha como objetivo a ampliação do número de vagas, para fomentar o ingresso dos novos estudantes em atendimento as ações vinculadas a permanência e ao combate a evasão em 2010 foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e por fim a criação da Lei de Cotas para o Ensino Superior que buscou ampliar o acesso de forma inclusiva e diversa, encaixando-se nas

perspectivas atuais relacionadas à inclusão social.

Logo mesmo com essa linearidade de ações governamentais direcionadas à assistência estudantil, o fenômeno da evasão continua presente e forte no âmbito das instituições de ensino superior. A situação tem se tornado cada vez mais agravante e as discussões em torno do tema cada vez mais complexas (Esteves *et al.*, 2021).

Tal qual no último Censo da Educação Superior, publicado em 2021 verificou que a taxa em relação aos indicadores da trajetória estudantil que tratam de evasão escolar em cursos de nível superior da rede pública de ensino foi de 50% (Brasil, 2022, p. 66). Diante de uma taxa tão elevada de evasão no ensino superior traduzindo uma problemática real, isto nos leva a questionar: Quais são os fatores associados ao fenômeno da evasão no ensino superior? Sendo assim, lançamos o objetivo deste estudo: Analisar os fatores associados ao fenômeno da evasão escolar no ensino superior.

Metodologia

Este estudo configura-se como uma revisão sistemática da literatura, que para Galvão e Ricarte (2019, p. 2) é “uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto”. Tendo como processo de análise a pesquisa qualitativa, a qual seguimos os critérios estabelecidos *a priori* (não registrados em protocolo) baseados em alguns parâmetros do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* do PRISMA 2020 (Page, 2021). O atendimento aos critérios éticos não foi necessário uma vez que o corpus de análise são fontes secundárias de dados.

O processo para busca dos dados foi estruturado observando a recomendação PVO, cujo acrônimo significa: P = *população* (alunos do ensino superior), V = *variável* (fatores para a evasão) e O = *outcome/desfecho* (evasão escolar).

A estratégia de busca foi formada pelas palavras-chave e pelos operadores booleanos com a seguinte formatação: (“evasão escolar” OR “abandono escolar” AND “ensino superior”) e foi realizada através da Plataforma Periódico Capes, nas bases DOAJ, SciELO Brazil, SciELO Portugal, PUCRS Institutional Repository, SciELO Costa Rica, OECD iLibrary, Publisher’s Website, SciELO Peru, SciELO Colombia, SciELO Ecuador e SciELO Mexico.

Os Critérios de inclusão foram artigos empíricos com texto integral disponível, em língua portuguesa, publicados no período de janeiro de 2018 a 21 de setembro de 2023 e em periódicos científicos revisados por pares. Os Critérios de exclusão foram artigos empíricos sem texto integral disponível e em outras línguas estrangeiras, publicados fora do período estipulado, em periódicos científicos não avaliados por pares, dissertações, teses, artigos teóricos, artigos de capítulos de livros e anais de eventos científicos.

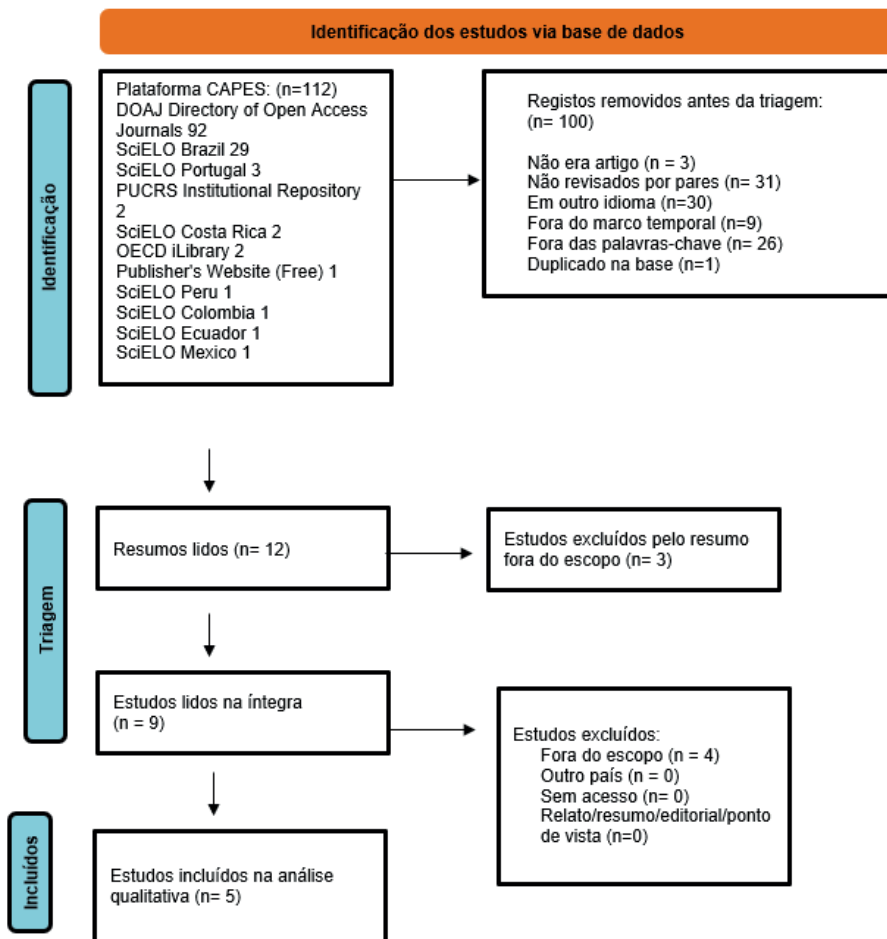
As buscas nas bases de dados ocorreram entre 15 e 21.09.23. Destacamos que tanto o processo de seleção quanto o processo de coleta de dados foram realizadas por duas pesquisadoras de forma independente e à cega, utilizando o *software* de gerenciamento bibliográfico *Mendeley*, e em caso de dúvidas, estas foram retiradas por consenso entre as duas e a terceira pesquisadora.

De acordo como desenho do fluxograma prisma (figura 1), inicialmente foram localizados 112 estudos na base de dados, iniciaram-se então os procedimentos de análise de todos os estudos encontrados. O primeiro filtro aplicado foi sobre o tipo do estudo, deste foram excluídos 3 estudos, o segundo filtro foi o em relação a estudos revisados por pares, deste foram excluídos 31 estudos, o terceiro filtro foi o de idioma, neste foram excluídos 30 estudos por não estarem no idioma Português, o quarto filtro aplicado foi relacionado ao marco temporal (2018-2023) neste, foram excluídos 9 estudos, o quinto filtro foi relacionado as palavras chave “evasão escolar”, “ensino superior”, e “abandono escolar” neste caso foram excluídos 26 estudos.

O resultado após a inserção dos critérios de exclusão foi de acordo com o detalhamento a seguir: DOAJ Directory of Open Access Journals (n= 18), SciELO Brazil (n= 7), SciELO Colombia (n= 1), SciELO Mexico (n= 1).

Por fim, os artigos foram verificados em todas as bases e baixados, a partir disso foi constatado 1 estudo duplicado e 5 estudos que se apresentaram em outro idioma. Deste modo foram inclusos na etapa de triagem 12 estudos. Destes, foram eliminados 3 durante a leitura dos resumos. Tiveram 9 estudos encaminhados a leitura integral, deste 9, 4 foram eliminados por não estarem no escopo da pesquisa. Deste modo seguiram para a análise **5 estudos**.

Figura 1 – Fluxograma de seleção de estudos segundo critérios PRISMA



Fonte: Elaborado pelas autoras

Resultados

As buscas realizadas forneceram um total de 112 estudos, nas bases DOAJ Directory of Open Access Journals (n= 92), SciELO Brazil (n=29), SciELO Portugal (n= 3), PUCRS Institutional Repository (n= 2), SciELO Costa Rica (n= 2), OECD iLibrary (n= 2), Publisher's Website (Free) (n= 1), SciELO Peru (n= 1), SciELO Colombia (n= 1), SciELO Ecuador (n= 1) e SciELO Mexico (n= 1). Depois das etapas de seleção e triagem conforme

critérios previamente estabelecidos e desenhados na figura 1 (um), foram selecionados 5 (cinco) estudos para a análise.

Para esse estudo sintetizamos as pesquisas selecionadas em quatro categorias para análise sendo a primeira a Caracterização dos estudos selecionados (Quadro 1); a segunda, Características da amostra; a terceira, Caracterização dos procedimentos metodológicos; e a quarta, os fatores associados ao fenômeno da Evasão Escolar.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos selecionados

Autor (ano)	Título	Objetivo(s)	Desenho do estudo	Local de publicação
Sanches e Nairne (2019)	A evasão escolar numa universidade pública, no interior do Paraná - estudo de caso	Identificar os motivos pelos quais os alunos abandonam seus cursos.	Pesquisa descritiva analítica, contendo análise de documentos e inquérito por questionários para os alunos evadidos.	Educação em Análise. Brasil.
Rangel <i>et al.</i> , (2019)	Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura	Problematizar o conceito de evasão e a saída prematura de estudantes do curso de Licenciatura em Ciências da Universidade Federal de São Paulo	Pesquisa descritiva e analítica a partir da metodologia da pesquisa-ação com coleta de dados em questionário online e no diário de campo, no período de 2011 a 2016.	Ciência & Educação. Brasil.
Lima Junior <i>et al.</i> , (2020)	A Integração dos Estudantes de Periferia no Curso de Física: razões institucionais da evasão segundo a origem social.	Investigar em que medida a integração acadêmica e social dos estudantes do Instituto de Física da universidade de Brasília varia segundo a origem social de seus estudantes.	Pesquisa descritiva contendo instrumento de pesquisa a partir do modelo de Tinto. Foi aplicado a uma amostra representativa do corpo discente.	Ciência & Educação. Brasil.
Nascimento e Beggiano (2020)	Evasão escolar na graduação em Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná	Conhecer as motivações para a evasão na graduação em Musicoterapia na Universidade Estadual do Paraná entre 2013 e 2018.	Pesquisa descritiva com aplicação de formulários estruturados por meio de coleta online.	Educação & Formação. Brasil

Santos, Pedroso e Oliveira (2021)	Percepção discente sobre cursos de graduação em Ciências Agrárias e Humanidades da UNESP	Avaliar a percepção de egressos e evadidos acerca dos cursos de graduação das áreas de Ciências Agrárias e de Humanidades dos Campi Experimentais da UNESP	Pesquisa descritiva através de levantamento (<i>survey</i>), por meio de questionário estruturado com 40 sentenças de múltipla escolha, que foi aplicado por e-mail e pelas redes sociais.	Educação e Pesquisa. Brasil
-----------------------------------	--	--	--	-----------------------------

Fonte: elaborado pelas autoras.

Características da amostra

Para essa categoria foi dispensada verificação das amostras utilizadas para realização dos estudos, em tempo todos os estudos foram realizados em instituições de ensino superior públicas brasileiras, em termos de localização geográfica 4 estudos realizados na região Sul/Sudeste e 1 na região Centro Oeste Brasileiro e todos publicados em revistas científicas brasileiras. Como se pode observar os estudos tiveram como amostra alunos evadidos ou egressos (Sanches; Nairne, 2019; Nascimento; Beggato, 2020; Santos; Pedroso; Oliveira, 2021). Também foram amostra alunos matriculados (Rangel, *et al.*, 2019; Lima Junior *et al.*, 2020). Aliado à primeira amostra considerando o aluno, dois artigos também se utilizaram de outros documentos como diário de campo (Rangel *et al.*, 2019) e dados disponíveis na instituição de ensino (Sanches; Nairne, 2019).

Caracterização dos procedimentos metodológicos

Nessa categoria dispensamos observações acerca da definição e aplicação dos procedimentos metodológicos, da abordagem da pesquisa e dos instrumentos de pesquisa. Em referência ao delineamento da abordagem foi identificado que 2 dos 5 estudos possuem abordagem quantitativa. Dois estudos tiveram abordagem mista considerando abordagem quantitativa e qualitativa (Sanches; Nairne, 2019; Beggato, 2020) e apenas 1 (um) possui abordagem qualitativa (Rangel *et al.*, 2019).

Em referência ao período de coleta de dados, observamos apenas um estudo na modalidade transversal (Rangel *et al.*, 2019) que utilizou da

pesquisa-ação em seu método, mantendo dois instrumentos de coleta de dados ao longo do período da pesquisa-ação. Os demais estudos tiveram suas coletas de dados de forma longitudinal.

Também foram analisados os instrumentos de pesquisa e foi apurado que em sua maioria foram utilizados questionários estruturados (Sanches; Nairne, 2019; Rangel *et al.*, 2019; Lima Junior *et al.*, 2020; Nascimento; Beggiato, 2020; Santos; Pedroso; Oliveira, 2021). Outros instrumentos também foram utilizados como o diário de campo em uma abordagem da pesquisa-ação (Rangel *et al.*, 2019), documentos institucionais (Sanches; Nairne, 2019)

No que tange a análise dos resultados dos dados dos estudos selecionados, em sua maioria os estudos realizam análise quantitativa (Sanches; Nairne, 2019; Rangel *et al.*, 2019; Lima Junior *et al.*, 2020; Nascimento; Beggiato, 2020; Santos; Pedroso; Oliveira, 2021) que foram associados a análise fatorial e de consistência interna (Lima Junior *et al.*, 2020), técnica multivariada de análise de agrupamentos (Santos; Pedroso; Oliveira, 2021) e “análise de conteúdo temática” segundo Gomes (2009, p. 91), (Rangel *et al.*, 2019; Nascimento; Beggiato, 2020).

Fatores associados ao fenômeno da Evasão Escolar

Iniciaremos essa categoria levando em consideração o fato de que toda e cada Instituição de Ensino têm sua organização, cultura e normas próprias, assim, acredita-se que o fenômeno da evasão pode não ocorrer da mesma forma em todas as Instituições. Desse modo, cabe apresentar os diferentes fatos e/ou fatores relacionados à Evasão Escolar trazendo os resultados obtidos e analisados nas pesquisas selecionadas, evidenciando diversos elementos e autores deste cenário, especialmente os estudantes, sociedade e família.

Os dados obtidos com a pesquisa, apresentados por Sanches e Nairne (2019) revelam que a causa “Reprovações Constantes” foi apontada por 41.5% dos alunos respondentes ao questionário como determinante para a evasão. O motivo Trabalho foi apontado em seguida com um percentual de 17%.

Para Lima Junior *et al.*, (2020) a falta de integração acadêmica e social tem sido considerada importante para explicar as razões institucionais que produzem evasão. Os autores ressaltam ainda que, estudantes de diferentes origens sociais entram igualmente motivados para o curso de Física, mas

os menos favorecidos (cultural ou economicamente) tendem a ser menos integrados à vida social e acadêmica da instituição. Portanto, ainda que os índices de evasão não costumem ser muito sensíveis à origem social dos estudantes, os filhos da periferia da cidade são mais propensos a abandonar o curso por razões propriamente institucionais.

As motivações mais frequentes na decisão por abandonar ou trancar o curso referem-se a questões financeiras, à não identificação com a área da Musicoterapia e à dificuldade em desenvolver habilidades e competências musicais, afirmam os estudos de Nascimento e Beggiato (2020). E concluem dizendo que: “Ainda assim, é importante compreender a complexidade que envolve o tema da evasão universitária como um evento multideterminado”.

Por meio de uma pesquisa-ação com a participação de alunos e de pesquisadores, os autores Rangel *et al.* (2019) coletaram dados de 2011 a 2016 em questionários online e no diário de campo. Seus resultados indicam ser necessária uma permanente precisão conceitual do termo evasão, na medida em que a saída antecipada de discentes não se configurou apenas com situações decorrentes do abandono do compromisso com os estudos devido ao insucesso escolar. Diferentemente do descrito em parte da literatura e nas ações institucionais em vários níveis, o discente altera, preventivamente, suas opções de estudo, considerando a mobilidade, as condições de precariedade e as pressões relativas ao trabalho.

Considerando os resultados obtidos por Santos, Pedroso e Oliveira (2021) que mostraram de maneira geral, egressos e evadidos apresentam percepções positivas quanto ao curso escolhido, bem como com respeito às condições de infraestrutura geral dos *campi*. Para dois cursos, um em cada área foram observadas diferenças significativas entre as percepções de egressos e evadidos, sendo que principalmente características intrínsecas relacionadas aos discentes e ao seu bem-estar, tais como, identificação com o curso; motivação ou persistência para concretizar os objetivos; saúde e estabilidade pessoal e/ou familiar; e integração socioacadêmica com outros discentes foram as que interferiram direta ou indiretamente na tomada de decisão.

Discussão

Após os estudos e análises realizadas foram constatados fatores desencadeadores da evasão sob a ótica dos estudantes, sendo os principais

a falta de integração com o ambiente universitário, as reprovações durante o curso, a situação econômico-financeira, as dificuldades em desenvolver competências e habilidades com o curso matriculado, pressões relativas ao trabalho, infraestrutura dos campi, integração sócio acadêmica e a vulnerabilidade sócio econômica. Colocamos como destaques os fatores associados à evasão no ensino superior revelados neste estudo, os quais a reprovação, a integração acadêmica e social, as questões financeiras, o insucesso escolar e a infraestrutura de *campi*.

Sobressaímos que tais fatores conversam e estabelecem relações quanto aos estudos de Castelucio e Jeunon (2021) quando os autores fazem menção aos fatores desencadeadores da evasão bem como quando David e Chaym (2019) evidenciam que tais contextos podem ser categorizados a partir de causas pessoais e individuais dos estudantes, questões internas da instituição e as questões externas à instituição. Essa categorização também pode ser ampliada a partir uma análise global da participação do estudante na vida acadêmica durante seu período de estudos.

Além disso a motivação pode ser um fator determinante para dar início a estratégias de contenção e enfrentamento do fenômeno da evasão escolar, a iniciar-se pela preparação anterior desses estudantes ainda no ensino médio com orientações vocacionais e preparação para a concepção da mudança de abordagem que emerge do nível médio ao nível superior. O insucesso acadêmico Rangel *et al.* (2019) e as constantes reprovações Sanches e Nairne (2019) apontadas pelos alunos nas pesquisas analisadas evidenciam as falhas no sistema de ensino superior em relação a orientação acadêmica dos estudantes e ao acompanhamento pedagógico principalmente durante as fases de transição quando o estudante se inicia na universidade.

Ademais outra vertente levantada são as questões referente a integração universitária, nessa concepção verificamos a partir dos estudos levantados as dificuldades dos estudantes em conseguirem interagir com seus próprios colegas, com os professores e com a própria instituição de ensino. Muitas vezes pela falta de integração pode o estudante deixar de buscar apoio e ajuda junto aos setores e órgão de apoio dentro da instituição deixando de utilizar um serviço que ali foi disponibilizado a comunidade acadêmica.

Outrossim as questões econômico-financeiras também entram de maneira latente e desafiadora para os estudantes com maior vulnerabilidade. A mudança de ambiente, os gastos aumentados com moradia, alimentação

e transporte podem transformar a vida acadêmica de um estudante totalmente. A interiorização e a ampliação do acesso às universidades públicas trouxeram um grande desafio: acolher os estudantes de regiões interiorizadas e carentes de desenvolvimento social, tecnológico e científico. Estes mesmos estudantes chegam a universidade com grandes lacunas de desenvolvimento social, e conforme apontado em nossos estudos, os fatores econômico-financeiros impactam diretamente a integração acadêmica e social dentro da universidade tal fator causa o isolamento que por muitas vezes não se pode superar sozinho. Os estudos também demonstraram que aqueles alunos mais integrados socialmente conseguem estudar em grupos, ter uma relação melhor com os docentes e a comunidade acadêmica e por consequência possuem um melhor desenvolvimento acadêmico.

Desta maneira as perspectivas referentes à infraestrutura de *campus* trazem consigo a preparação, a ambientação e a contextualização dos estudantes dentro das instituições. O funcionamento pleno de setores como a biblioteca universitária, assistência estudantil envolvendo atendimento psicológico, pedagógico e social, ambientes de estudos individual e coletivo, ambientes de integração, fomento ao esporte, orientação acadêmica e áreas para alimentação e saúde universitária formam um conjunto de infraestrutura global de assistência e amparo ao estudante quando do seu percurso dentro da instituição. Essa vertente também se conecta com a necessidade da integração do estudante dentro do novo universo ao qual está inserido, trazendo à tona a necessidade do aumento do engajamento estudantil dentro das instituições.

Oliveira e Rosa (2017) fazem os apontamentos necessários para a gestão universitária em referência às ações voltadas para a permanência e enfrentamento da evasão dentro das instituições de ensino como o acompanhamento da aprendizagem dos alunos e sua integração com o ambiente universitário, a construção e implementação de um ambiente acadêmico acolhedor formado por estrutura e infraestrutura planejada especialmente para atender as principais demandas dos estudantes, a oferta de possibilidades de integração com o mundo do trabalho e do empreendedorismo e o suporte financeiro por meio de auxílios estudantis.

Sendo assim, as instituições de ensino possuem um papel primordial com fatores interno à permanência do estudante e no combate à evasão. A tão necessária criação e implementação e promoção de políticas institucionais de fomento a permanência dos estudantes se destaca e toma um papel relevante para atuação com foco da gestão universitária (Castelucio e Jeunon 2021; Mello *et al.*, 2012).

Logo em uma ampliação dessa concepção e contextualização aliada à expansão do acesso e a interiorização das instituições de nível superior Bisinoto (2016) instiga a proporcionalidade dos recursos empreendidos na captação de estudantes, nas matrículas de novos entrantes, e os investimentos em ações e políticas que visam cuidar da qualidade do ensino e aprendizagem, da mitigação da evasão e da gestão da permanência em função do cumprimento de seu papel institucional formador de pessoas seja cumprido.

Destarte todo esse processo de reconhecimento do problema social da evasão escolar que acomete diversas instituições de ensino, aqui especialmente as de nível superior, ainda possuem muitas nuances a serem visitadas a partir da concepção de novas pesquisas que possam propor de forma ampla e especializada ações direcionadas para que as instituições possam se capacitar e envolver o serviço público e toda a sociedade em prol do enfrentamento à evasão e a promoção de ações de fomento à permanência.

Dessa forma as implicações do resultado deste estudo convergem para o aprimoramento das ações voltadas a evasão escolar no contexto das instituições de ensino superior brasileiras, para a ampliação da visibilidade por parte do universo governamental como uma prática de contingenciamento dos orçamentos públicos aplicados à educação com a promoção de políticas públicas que possa caminhar com as instituições de ensino superior em função da vida acadêmica dos estudantes nos alinhamentos das políticas de permanência e enfrentamento a evasão.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores associados ao fenômeno da evasão escolar no ensino superior brasileiro, para isso realizamos uma revisão sistemática na base capes, após triagem dos artigos e análises concluímos que os fatores associados ao fenômeno da evasão escolar no nível superior brasileiro apontados neste estudo foram a reprovação, a integração acadêmica e social, as questões financeiras, o insucesso escolar e a infraestrutura de campus. Tais fatores associados designam novos estudos futuros paramentados na necessidade de compreender e propor em uma concepção conjunto com os principais atores deste fenômeno, os alunos, as instituições de ensino e o governo.

Em termos de limitações deste estudo ressaltamos a utilização

de estudos apenas na Língua Portuguesa o que restringiu a busca dos trabalhos. Sendo assim, muitos estudos robustos que tratam da temática foram excluídos da análise. Além disso, não utilizamos bases na Língua Inglesa para uma busca ampla de artigos eventualmente publicados.

Enfatizamos a necessidade de pesquisas que enfoquem inovações sociais como alternativas para a diminuição dos altos índices de evasão escolar, relacionada ao ensino superior. Nessa perspectiva, propomos a integração entre toda a comunidade acadêmica, ou seja, os discentes, os docentes, os técnicos e a gestão universitária. Além disso, a inserção de tecnologias em salas de aula, a formação continuada de professores e políticas públicas de fomento à permanência dos estudantes na Universidade.

Registro e protocolo da revisão

Declaramos que a revisão não foi registrada.

Financiamento:

O estudo não recebeu financiamento.

Conflito de interesses:

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Contribuição dos autores:

Desenho do estudo: Magalhães, T.C.; Gomes, K.F.; Silva, S. M. da.

Coleta de dados: Gomes, K.F.; SILVA, S. M. da.

Redação do manuscrito: Magalhães, T.C.; Gomes, K.F.; Silva, S. M. da.

Análise dos dados: Gomes, K.F.; Silva, S. M. da.

Revisão do manuscrito: Magalhães, T.C.

Supervisão do estudo: Magalhães, T.C.

Referências

BISINOTO, G. D. S. **Gestão da Permanência:** uma análise sobre o perfil socioeconômico, permanência e evasão dos discentes do Curso de Administração Pública da UAB/UNEMAT. 2016. 171 f. Trabalho de Conclusão Final (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, Brasil.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. SESU/MEC –ANDIFES –ABRUEM. **Comissão Especial de Estudo sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. 1997. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

BUENO, J. L. A Evasão de Alunos. **Jornal da USP**, São Paulo, USP, 14 a 20 de junho de 1993.

CASTELUCIO, M. R. DA S.; JEUNON, E. E. Evasão: um estudo a partir da gestão da permanência estudantil em Instituições de Ensino Superior da rede privada da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Labor**, v. 2, n. 26, p. 122-149, 29 dez. 2021.

DAVID, L.; CHAYM, C. Evasão Universitária: Um Modelo para Diagnóstico e Gerenciamento de Instituições de Ensino Superior. **Revista de Administração IMED**. v. 9, n. 1, p. 167-186, jun. 2019. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/3198>. Acesso em: 18 set. 2023

ESTEVES, H. R. C. *et al.* **Evasão escolar no Ensino Superior**: uma revisão literária entre os anos de 2014 a 2020. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13210>. Acesso em: 15 set. 2023

FRITSCH, R.; ROCHA, C. S. VITELLI, R. F. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação Em Questão**, v. 52, n. 38, p.81–108, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7963>. Acesso em: 19 set. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 29 set. 2023.

LIMA JUNIOR, P. *et al.* Integração dos Estudantes de Periferia no Curso de Física: razões institucionais da evasão segundo a origem social. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 26, 2020. Disponível em: doi.org/10.1590/1516-731320200030. Acesso em: 21 set. 2023.

LOBO, M. B. C. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro:

aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Cadernos**, Brasília, DF, v. 25, 2012.

MELLO, S. P. T. de; SANTOS, E. G. dos; SOARES, A. C., REZENDE, A. M. C. A. Evasão no curso de administração: diagnóstico e possibilidades em uma universidade pública no sul do Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO 23, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil. **Anais**. 2012

NASCIMENTO, L. C. S.; BEGGIATO, S. M. O. Evasão escolar na graduação em Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i15set/dez.2080>. Acesso em 21 set 2023.

OLIVEIRA, L. R. C.; COSTA, S. R. R. Fatores que contribuem para a evasão escolar em cursos de nível superior. **Revista Espacios**, v. 42, n. 11, 2021. Disponível em: [10.48082/espacios-a21v42n11p01](https://doi.org/10.48082/espacios-a21v42n11p01). Acesso em 21 set 2023.

OLIVEIRA, J. A. M. DE; MAGRONE, E. Evasão escolar: apreensões e compreensões em contexto adverso. **Revista Labor**, v. 1, n. 26, p. 11-32, 1 nov. 2021.

OLIVEIRA, T. L.; ROSA, F. Fatores determinantes da retenção de estudantes: um modelo teórico para Instituições Públicas de Ensino Superior. *In*: CIDESP CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 1. Florianópolis, SC, Brasil. **Anais**. 2017.

PAGE, M.J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n.71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em 15 set 2023.

RANGEL, F. O. *et al.* Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 25-42, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320190010003>. Acesso em: 21 set. 2023.

RISTOFF, D. **Evasão**: Exclusão ou Mobilidade. Santa Catarina, UFSC, 1995 (MIMEO)

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Fatores Associados à Evasão no Ensino Superior Brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de Ciência, Matemática e

Computação e de Engenharia, Produção e Construção em instituições públicas e privadas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 337–373, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41614925amp>. Acesso em: 21 set. 2023.

SADOYAMA, A. *et al.* Evasão escolar no ensino superior: um estudo de revisão sistemática. **Revista de Psicologia, Educação e Cultura**, v. 24, n. 3, p. 92-103, 2020.

SALES JUNIOR, J. S. **Uma análise estatística dos fatores de evasão e permanência de estudantes de graduação presencial da IJFES**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Espírito Santo, ES, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1935>. Acesso em 18 set. 2023.

SANCHES, I. R.; NAIRNE, S. S. A evasão escolar numa universidade pública, no interior do paraná- estudo de caso. **Educação em Análise**, Londrina, v.4, n. 2, p. 207-228, 2019. Disponível em: [10.5433/1984-7939.2019v4n2p207](https://doi.org/10.5433/1984-7939.2019v4n2p207). Acesso em: 21 set. 2023.

SANTOS, M. M. DOS.; PEDROSO, I. G. F.; OLIVEIRA, S. C. Percepção discente sobre cursos de graduação em Ciências Agrárias e Humanidades da UNESP. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: doi.org/10.1590/S1678-4634202147227954. Acesso em: 21 set. 2023.

WENTZ, A.; ZANELATTO, E. Causas da evasão escolar do ensino técnico. **Revista Signos**, Lajeado, v. 39, n. 2, p. 115-131, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v39i2a2018.1992>. Acesso em: 16 set. 2023.

O IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS PARA OS DOCENTES NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM

Raiane Cordeiro Araújo

Emerson Almeida dos Santos Sousa

Millena Carneiro Lima

Introdução

A tecnologia desencadeou uma série de transformações, principalmente na educação. As escolas enfrentam um cenário de mudanças nos padrões de leitura e escrita de seus alunos, uma realidade moldada pelo crescente uso de recursos digitais. É perceptível que vivenciamos uma forte influência da tecnologia na evolução da educação, sublinhando a necessidade de educadores capacitados e receptivos à inovação para enfrentar os desafios da era digital.

Diante do crescente e rápido desenvolvimento tecnológico que tem sido intenso em todos os setores da sociedade, faz-se necessário analisar o seu impacto também sobre a educação, visto que, os aplicativos tecnológicos têm atraído uma grande parcela da população, principalmente crianças e jovens.

Sabemos que o processo de ensino-aprendizagem ocorre através da interação do aluno com o meio, onde estão inseridos o professor e os recursos. Para que processo se efetive na vida do educando de forma significativa, a inclusão de novos recursos nesse proporcionará novas formas de aprender e ensinar, de forma a ampliar a mediação pedagógica entre professor e aluno.

Não podemos negar a importância das novas tecnologias na sociedade atual, onde a rapidez e a multiplicidade de informações ganham cada vez mais espaço, interligando de maneira global e instantânea, pessoas, fatos e acontecimentos ao longo de todo o mundo. Nesse aspecto,

a educação precisa também se conectar, não apenas ligando a internet as redes, mas se fazendo presente nos diálogos, na disponibilidade de uso de recursos tecnológicos para auxiliarem a prática pedagógica, propiciando aos/as protagonistas da educação, estudantes e docentes, um uso adequado, contextualizado e pedagógico.

Nesse íterim, levando em consideração os desafios dos docentes no processo de ensino-aprendizagem que surgiu a seguinte pergunta: de que forma o impacto da inovação tecnológica no ambiente educacional torna-se um dos principais desafios enfrentados pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem? Para tanto, esse trabalho buscou analisar o impacto da inovação tecnológica no ambiente educacional identificando os principais desafios enfrentados pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, compreendendo uma revisão de literatura, pesquisa do tipo Estado do conhecimento. O referencial teórico é composto por reflexões de Freire (1996), Libâneo (1990), Gabriel (2017), Kenski (2008), dentre outros.

As buscas foram realizadas em setembro de 2023, utilizando como fonte de busca principal o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada a Plataforma Sucupira durante um período de cinco anos (2019-2023). Para isso foram utilizados descritores relacionados a pesquisa realizada visando encontrar trabalhos que pudessem contribuir e ampliar as discussões aqui estabelecidas.

A inovação tecnológica na educação

Na atualidade, a escola se vê diante das mudanças nos hábitos de leitura e escrita de seus alunos provocados pela utilização cada vez maior dos recursos digitais, essas mudanças redefiniram não apenas a maneira como os alunos aprendem, mas também o papel dos educadores na promoção do conhecimento.

Conforme pontuado por Libâneo (1990) a tecnologia provocou diversas mudanças que impactaram principalmente na educação, a escola é um espaço de educação formal exatamente porque a aquisição de saberes é planejada direcionada para resultar nos interesses que organizam a sociedade e surge da necessidade de reforçar um modelo a ser seguido.

Autores como Fahy (2004) e Mamede-Neves e Duarte (2008)

compartilham a perspectiva de que as tecnologias desempenham um papel crucial na educação. Fahy (2004) sugere a utilização de diversas tecnologias para atrair a atenção dos alunos e promover uma variedade de modalidades de aprendizado, graças à alta interatividade, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades e a formação de conceitos, enriquecendo ainda mais o processo de aprendizagem.

Nessa mesma linha de pensamento, Mamede-Neves e Duarte (2008) observam que os jovens atualmente estão migrando cada vez mais do uso de livros, jornais e revistas impressas para a internet, onde acreditam poder encontrar todas as informações necessárias para se manterem informados e conectados com seu grupo social, além de aprender. Ambos os autores reconhecem a importância das tecnologias digitais como recursos valiosos na educação e na vida dos jovens.

A era da informação impõe uma profunda transformação na prática pedagógica, que atualmente se orienta principalmente para o aluno e requer a adoção de abordagens metodológicas diferenciadas. Ao integrar as tecnologias em sala de aula os professores não apenas terão um auxílio pedagógico na criação de aulas mais atrativas, mas também desempenharão um papel essencial na responsabilidade da escola pela inclusão.

Valente (1993) argumenta que o uso adequado das tecnologias na educação pode beneficiar os discentes, promovendo seu desenvolvimento e interação. Além disso, ele destaca que uma educação que incorpora a tecnologia pode preparar as crianças para um mundo cada vez mais tecnológico e atraente, onde a habilidade de lidar com a tecnologia é fundamental.

A familiarização dos alunos com essas tecnologias é uma parte crucial da educação para a vida em sociedade. Freire (1996) sugere que a educação tem o poder de transformar não apenas o indivíduo que está sendo educado, mas também a sociedade e o ambiente ao seu redor.

A educação é vista como uma ferramenta para promover mudanças positivas e influenciar o mundo de maneira significativa. Freire (2000) defende que:

A compreensão crítica da tecnologia, da qual a educação de que precisamos deve estar infundida, e a que vê nela uma intervenção crescentemente sofisticada no mundo a ser necessariamente submetida a crivo político e ético. Quanto maior vem sendo a importância da tecnologia hoje, tanto mais se afirma a necessidade de rigorosa vigilância ética sobre ela. De uma ética a serviço das gentes, de sua vocação ontológica, a do ser mais e não de uma ética estreita e malvada,

como a do lucro, a do mercado (Freire, 2000, p. 101-102).

Os autores Valente (1993) e Freire (1996) concordam sobre a importância da integração das tecnologias na educação e o impacto transformador da educação na sociedade. Valente enfatiza que as tecnologias bem integradas beneficiam o desenvolvimento das crianças e as preparam para um mundo tecnológico.

Por sua vez, Freire (1996) destaca o poder da educação para transformar não apenas o indivíduo, mas também a sociedade, promovendo mudanças positivas. Ambos autores reconhecem a necessidade de adaptar a educação às demandas da era digital, capacitando os alunos para enfrentar os desafios do século XXI.

A tecnologia emerge, portanto, como uma aliada formidável, enriquecendo o ambiente educacional, proporcionando acesso instantâneo a fontes de informações e apoiando a pesquisa e atualização sobre eventos globais. A incorporação da informática na sala de aula pode estimular a criatividade e a inovação, inspirando os alunos a explorar e demonstrar habilidades previamente não percebidas.

A globalização intensificou a presença das tecnologias, e com a democratização da internet e a proliferação dos smartphones, a disseminação de informações tornou-se veloz e simultânea. Tem se tornado raro encontrar alguém sem acesso a alguma forma de comunicação pelas variadas formas de transmissão de internet.

No entanto, é crucial ressaltar que “o mero acesso à tecnologia, por si só, não é o aspecto mais relevante; o que importa é a criação de novos ambientes de aprendizado e dinâmicas sociais a partir do uso dessas novas ferramentas” (Moraes, 1997, p. 53).

Na era atual, o campo da educação enfrenta desafios significativos à medida que as tecnologias digitais transformam a maneira como aprendemos e ensinamos. Nesse contexto de mudanças rápidas, é crucial refletir sobre a integração das novas mídias no ensino, conforme Moran (2000) nos alerta:

Ensinar com as novas mídias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantém distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. A internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode nos ajudar a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender (Moran, 2000, p. 63).

Essas palavras destacam a necessidade de repensar não apenas

as ferramentas tecnológicas, mas também os fundamentos do processo educacional, para que a inovação seja realmente transformadora e não apenas superficial. Os instrumentos tecnológicos capacitam os educadores a tornarem suas aulas mais criativas, dinâmicas e autoexplicativas, aproveitando recursos como videoaulas e imagens para ampliar as formas de comunicação e interação.

De acordo com Gabriel (2017), no século XXI, torna-se essencial cultivar competências como o pensamento crítico, a criatividade e a experimentação. Isso se deve à transição da sociedade da “era da informação” para a “era das inovações”, o que demanda a aquisição de novas habilidades. Além disso, a transição da sociedade de uma fase em que a disponibilidade de informações era crucial para uma fase em que a capacidade de inovação e criação de novas soluções se torna mais importante, implica que as habilidades tradicionalmente enfatizadas, como memorização de informações, podem não ser tão relevantes quanto antes.

Nesse contexto, Gabriel (2017) sugere a responsabilidade dos educadores em adaptar seus métodos de ensino e currículos para promover o desenvolvimento de habilidades que preparem os alunos para um futuro que valorize a inovação e a criatividade. Compreendemos, dessa forma, que as tecnologias introduziram um vasto repertório de recursos e informações que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.

Essas tecnologias têm a capacidade de aprimorar as práticas educacionais já estabelecidas e também de abrir caminho para abordagens pedagógicas inovadoras, conforme destacado por Coll (2009). Assim, podemos observar que as tecnologias exercem uma influência significativa na educação. No entanto, é importante ressaltar que a presença do professor continua sendo fundamental para guiar e enriquecer a pesquisa, as discussões e a construção de conhecimento mediadas por essas tecnologias.

Conforme apontado por Demo (2008), ao afirmar que:

[...] toda proposta que investe na introdução das TICs na escola só pode dar certo passando pelas mãos dos professores. O que transforma tecnologia em aprendizagem, não é a máquina, o programa eletrônico, o software, mas o professor, em especial em sua condição socrática (Demo, 2008, p. 17).

A fala de Demo (2008) pontua-nos que, apesar do avanço das tecnologias, o professor continua sendo o elemento-chave para garantir que essas ferramentas sejam efetivamente utilizadas como meios de aprendizado. O professor desempenha um papel crucial na orientação,

estímulo ao diálogo e no questionamento, seguindo a abordagem socrática, que valoriza a busca pelo conhecimento por meio do questionamento crítico e do debate. Portanto, a tecnologia é uma ferramenta valiosa, mas é a presença e a orientação do professor que a torna verdadeiramente eficaz no processo educacional.

Partindo deste princípio, aceitamos que o docente desempenha um papel essencial para ilustrar de maneira concreta como os alunos podem empregar a tecnologia digital como uma ferramenta que visa apoiar o processo de ensino-aprendizado. Para isso, o passo inicial é o educador se familiarizar com as ferramentas que serão empregadas nesse contexto, a fim de compreender as oportunidades que estão disponíveis para os discentes, promovendo um esforço na direção do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Desafios para professores: o uso da tecnologia em sala de aula

Após algumas décadas de uso das tecnologias, especialmente na educação, estamos bem cientes de sua relevância. O professor atualmente muitas vezes se pergunta sobre por onde deve começar a pensar em utilizar tecnologias em sala de aula, quais recursos tecnológicos específicos são mais adequados para atender às necessidades dos seus alunos e do seu plano de aula e se conseguirá escolher uma inovação tecnológica que seja pedagogicamente relevante e promova um ambiente de aprendizagem engajador e inclusivo.

A reflexão de Libâneo (2006) sobre as contradições envolvendo o uso das novas tecnologias em sala de aula trouxe à tona a dificuldade enfrentada pelos professores, que frequentemente se sentem desafiados pelas ferramentas, as quais, de forma audaciosa, parecem tomar seu lugar. Especialmente quando aplicadas na sala de aula, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) assumem uma dimensão excepcional.

No entanto, como podemos esperar que os professores dominem o uso das novas tecnologias quando, na maioria das vezes, os cursos superiores não os preparam para esse desafio? Quem será responsável por instruir os educadores? A resposta para essas perguntas sugere-se quase que instantaneamente: é imperativo ajustar nossa formação acadêmica para que ela possa corresponder a este novo mundo e ao novo público de alunos que temos: os nativos digitais (Prensky, 2001).

Essa disparidade entre os nativos digitais, descritos por Prensky

(2001) e os professores que podem não ter recebido formação adequada em tecnologia, cria desafios para os estes ao tentar usar tecnologias modernas na educação, é comum que encontrem dificuldade em manter-se atualizados a ponto de dominá-las diante de seus estudantes. Isso é um dos pontos significativos desta pesquisa e que nos possibilita refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores ao implementar tecnologias no contexto pedagógico.

A questão da formação de professores para o uso de tecnologias é tocada por Kenski (2008). Sobre isso nos diz:

A formação de qualidade dos docentes deve ser vista em um amplo quadro de complementação às tradicionais disciplinas pedagógicas e que inclui, entre outros, um razoável conhecimento de uso do computador, das redes e de demais suportes midiáticos [...] em variadas e diferenciadas atividades de aprendizagem. É preciso saber utilizá-los adequadamente. Identificar quais as melhores maneiras de usar as tecnologias para abordar um determinado tema ou projeto específico ou refletir sobre eles, de maneira a aliar as especificidades do “suporte” pedagógico [...] o objetivo maior da qualidade de aprendizagem dos alunos (Kenski, 2008, p. 106).

Assim a formação dos professores deve perpassar pelo uso das tecnologias em sala de aula, tendo em vista se aprimorar e aplicar essas tecnologias de forma eficaz em diversas atividades de aprendizado. Os autores Prensky (2001) e Kenski (2008) abordam a questão da formação de professores no contexto das novas tecnologias:

Prensky (2001) introduz o conceito de “nativos digitais” para descrever a geração de alunos que cresceu em um ambiente digital e está familiarizada com as tecnologias desde cedo. Ele destaca a disparidade entre esses nativos digitais e os professores, que muitas vezes não receberam formação adequada em tecnologia. Prensky enfatiza a necessidade de ajustar a formação acadêmica dos professores para corresponder a esse novo mundo e público de alunos, destacando a urgência de preparar os educadores para usar efetivamente as tecnologias na educação.

Kenski (2008) complementa essa discussão ao abordar a formação de professores de forma mais ampla. Ela destaca que a formação de qualidade dos docentes deve incluir conhecimento sobre o uso de computadores, redes e outras mídias, além das disciplinas pedagógicas tradicionais. Kenski enfatiza que os professores precisam saber como usar essas tecnologias adequadamente e identificar as melhores maneiras de aplicá-las em atividades de aprendizagem. Ela ressalta que o objetivo principal dessa formação é melhorar a qualidade da aprendizagem.

Panorama de pesquisas

A literatura foi analisada a fim de situar os objetos de pesquisa acima no contexto teórico epistemológico atual, denominado estado do conhecimento, que de acordo com o Morosini e Santos (2021) consiste em um método de sistematizar e analisar produções científicas sobre determinado tema, através de repositórios de pesquisa utilizando os descritores, que são como palavras-chaves.

Portanto, ao utilizar os seguintes descritores “o impacto das tecnologias no ambiente escolar desafios para os docentes”, identificamos um total de 21 publicações. Diante da quantidade de trabalhos apresentados nos resultados, o que tornava impossível uma análise minuciosa, refinamos a pesquisa utilizando o filtro: área de conhecimento e ao selecionar a opção educação, houve um retorno de 04 resultados.

Quadro 1 - Artigos científicos selecionados no portal de periódicos da CAPES, 2019-2023

AUTORES/ ANO	TIPO/ INSTITUIÇÃO	TÍTULO	OBJETIVO
Filho, W. A (2022)	MESTRADO PROFISSIONAL/ UESC	(DES)CONECTADOS: o uso de tecnologias digitais entre professores da Educação Básica – Ilhéus/BA - Itabuna/BA e graduandos em licenciatura da UESC	Analisar as implicações do domínio e acesso dos docentes na formação inicial relacionadas ao uso das tecnologias digitais e suas plataformas no contexto da educação básica.
Marcondes, R. M. S.T. (2021)	MESTRADO/ UFS	As tecnologias digitais de informação e comunicação e as metodologias ativas na prática docente: reflexões sobre o uso da plataforma Google Workspace for Education.	Compreender a utilização da plataforma Google Workspace for Education no ensino remoto emergencial como recurso didático-pedagógico no desenvolvimento das práticas docentes no 8º ano do ensino fundamental de uma escola particular de Aracaju, SE.

Bredow, V. H. (2022)	DOUTORADO/ UFPEL	As redes “socioínter-comunicacionais” no ensino remoto emergencial: uma netnografia sobre as redes sociais na educação durante a pandemia de covid-19 em 2020 no Brasil.	Investigar de que forma ocorreu o processo de uso das redes sociais, aplicativos, mídias e outras plataformas digitais no ensino remoto brasileiro, durante o ano de 2020, período da Pandemia de Covid19.
Teixeira, L. de S. (2019)	MESTRADO/ UNINOVE	A aprendizagem baseada em projetos no curso técnico de informática: potencialidades e desafios.	Analisar o desenvolvimento da metodologia ABP, de forma articulada com as TDICs, no curso técnico de Informática.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados dos Periódicos CAPES (2023).

As pesquisas de Filho (2022), Marcondes (2021), Bredow (2022) e Teixeira (2022) abordam diferentes aspectos da relação entre tecnologia e educação, especialmente no contexto do ensino remoto e das práticas docentes. Em face da análise dos trabalhos, destacaram-se as seguintes categorias: a) desafios na integração da inovação tecnológica e b) inovação pedagógica e a importância da formação de professores.

Os escritos de Filho (2022) e Bredow (2022) se inserem na categoria desafios na integração da inovação tecnológica, os autores identificam uma série de desafios e problemas na integração das tecnologias na educação. Esses desafios incluem falta de infraestrutura, falta de formação de professores, acessibilidade limitada e desigualdades socioeconômicas. Os autores abordam as dificuldades relacionadas à tecnologia na educação, mas apresentam perspectivas distintas sobre o assunto.

Filho (2022) destaca a falta de apoio financeiro do setor público para a aquisição de equipamentos destinados aos profissionais da rede municipal de ensino, o que gera sobrecarga para os professores. Ele também identifica desafios, como a desarticulação com a infraestrutura escolar, a falta de formação de professores em tecnologia educacional e a ausência de recursos tecnológicos e materiais adequados, que afetam negativamente o processo de aprendizagem e a construção do conhecimento. Filho (2022) enfatiza como a tecnologia na educação pode acentuar as disparidades existentes.

Por outro lado, Bredow (2022) ressalta que os ambientes educacionais não se configuraram como espaços efetivos para a

aprendizagem e construção do conhecimento devido à extensa exclusão tecnológica. Ele relaciona essa exclusão à desigualdade econômica e social nas famílias brasileiras, à escassez de acesso a dispositivos de internet, à falta ou inadequação de conexão em diversas áreas geográficas, aos desafios estruturais das escolas e à falta de preparação dos professores desde a formação inicial.

Bredow (2022) destaca uma complexa série de obstáculos que dificultam o uso efetivo da tecnologia na educação. Um dos desafios relatados pelos professores no uso das tecnologias é a questão da acessibilidade, conforme o autor aponta:

No tocante ao uso das redes sociais, estas se configuram como importante aporte para o contato, comunicação e interação da comunidade escolar. Contudo, um destaque mencionado pelos professores foi que muitos estudantes têm dificuldade em lidar com as tecnologias digitais por não terem acesso aos equipamentos e dispositivos de conexão com a internet. A falta de um computador ou até mesmo questões socioeconômicas, como ter apenas um aparelho de telefone celular para toda família, impediam o letramento digital necessário para a aprendizagem (Bredow, 2022, p. 200).

Portanto, ambos os autores concordam que há desafios significativos relacionados à tecnologia na educação, mas divergem na ênfase dada a diferentes aspectos, como o financiamento, a formação de professores e a exclusão tecnológica. Suas análises contribuem para uma compreensão mais abrangente da situação da educação no contexto tecnológico.

Na realidade, esses recursos tecnológicos só se tornarão eficazes na educação quando os professores estiverem devidamente capacitados e motivados a utilizá-los como ferramentas pedagógicas. É nessa perspectiva que se insere as pesquisas de Marcondes (2021) e Teixeira (2022) compartilham preocupações sobre a necessidade de inovação pedagógica e a importância da formação de professores, mas suas abordagens e focos de pesquisa são ligeiramente diferentes.

Marcondes (2021) destaca a importância de superar abordagens tradicionais de ensino, promovendo uma aprendizagem ativa em que os alunos desempenhem um papel ativo na construção do conhecimento. Ele também enfatiza a importância da utilização de tecnologias digitais na educação, mas ressalta que a simples introdução de recursos digitais não garante melhorias no ensino.

A produção de Teixeira (2022) concentra-se na análise da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e das Tecnologias Digitais de

Informação e Comunicação (TDICs) no contexto do curso Técnico de Informática. Ele busca avaliar as percepções de alunos e professores sobre essas práticas e seu impacto no ensino e na aprendizagem.

Marcondes (2021) não enfatiza explicitamente a formação contínua de professores em seu estudo, mas menciona que os professores enfrentam desafios no ensino remoto e buscam superá-los. Ele destaca a necessidade de explorar estratégias eficazes para promover a interação entre os alunos.

Em contraponto Teixeira (2022) coloca grande ênfase na formação contínua de professores em relação às tecnologias. Para o autor, o desafio da educação está na formação dos docentes, especialmente devido à presença precoce de nativos digitais no mundo tecnológico. Teixeira (2022) destaca a importância de metodologias envolventes para motivar os alunos a aprender de maneira mais prazerosa e eficaz.

Em resumo, ambos os autores reconhecem a importância da inovação pedagógica e do uso das tecnologias na educação, mas Teixeira (2022) dá mais ênfase à formação contínua dos professores como um elemento fundamental para enfrentar os desafios da educação no contexto tecnológico, enquanto Marcondes (2021) enfatiza a necessidade de estratégias eficazes de interação entre os alunos, independentemente do ambiente de ensino.

Em suma, podemos observar diante dos apontamentos dos autores que a integração bem-sucedida da tecnologia na educação requer não apenas a presença de recursos tecnológicos, mas também a superação de desafios estruturais, a promoção da inovação pedagógica e uma forte ênfase na formação contínua dos professores. Esses pontos ressaltam a complexidade e a importância da discussão sobre tecnologia na educação no contexto atual.

Considerações finais

O cenário atual da educação é profundamente impactado pela crescente presença da tecnologia, o que influencia tanto os alunos quanto os professores. As escolas passaram a buscar cada vez mais maneiras de se adaptar e aproveitar das ferramentas tecnológicas para aumentar o nível de aprendizado. Nesse período pós-pandemia, ficou mais evidente a necessidade das instituições de ensino em atrelar o uso da tecnologia na prática pedagógica, demonstrando a necessidade de educadores capacitados e abertos à inovação para enfrentar os desafios da era digital.

O panorama das pesquisas analisadas revela que a relação entre a tecnologia e a educação é um campo complexo e multifacetado. Os estudos destacaram a crescente importância das tecnologias digitais na sala de aula, especialmente durante períodos de ensino remoto, como o ocorrido durante a pandemia de COVID-19. No entanto, também ressaltaram os desafios significativos que os docentes enfrentam ao incorporar essas tecnologias em suas práticas pedagógicas.

Partindo do princípio que um dos objetivos deste presente trabalho é analisar o impacto da inovação tecnológica no ambiente educacional identificando os principais desafios enfrentados pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem, foi possível observar que a integração bem-sucedida da tecnologia na educação enfrenta diversos obstáculos: a falta de infraestrutura, a desigualdade socioeconômica, a exclusão tecnológica e a falta de formação adequada dos professores são desafios significativos a serem superados. Os nativos digitais, que cresceram em um ambiente digital, muitas vezes têm facilidade em lidar com tecnologias, enquanto os professores podem se sentir despreparados para incorporá-las de forma eficaz em suas práticas pedagógicas.

A formação continuada dos professores voltada para uso das tecnologias em sala de aula é fundamental para garantir que eles possam usar efetivamente as ferramentas digitais como recursos pedagógicos. Essa formação deve incluir o conhecimento sobre o uso de computadores, redes e outras mídias e aparelhos tecnológicos, de modo a capacitá-los não apenas no uso das ferramentas tecnológicas, mas também na adaptação de suas abordagens pedagógicas para uma aprendizagem mais ativa e significativa, permitindo que os educadores identifiquem as melhores maneiras de aplicar essas tecnologias em atividades de aprendizado.

Em última análise, as pesquisas refletiram a importância de se repensar a educação no século XXI, aproveitando o potencial das tecnologias digitais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e preparar os alunos para os desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada. Para isso, a inovação pedagógica desempenha um papel crucial na promoção de uma aprendizagem significativa. Métodos tradicionais de ensino devem ser revistos para dar lugar a abordagens mais ativas, onde os alunos desempenham um papel ativo na construção do conhecimento. A tecnologia pode ser uma aliada nesse processo, mas sua introdução deve ser acompanhada de estratégias eficazes de interação entre os alunos. A interação entre os alunos e a promoção de ambientes de aprendizagem inclusivos também emergem como temas essenciais que precisam ser

discutidos nesse contexto.

O impacto da inovação tecnológica no ambiente escolar oferece uma série de oportunidades e desafios. Por um lado, ela proporciona acesso instantâneo a informações e recursos educacionais, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, ela promove a interação e a criatividade, preparando os alunos para um mundo cada vez mais tecnológico.

Referências

BREDOW, V. H. **As redes “socioíntero-comunicacionais” no ensino remoto emergencial**: uma netnografia sobre as redes sociais na educação durante a pandemia de Covid-19 em 2020 no Brasil. 2020. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

COLL, C. Aprender y enseñar con las TIC: expectativas, realidad y potencialidades. *In*: CARNEIRO, R.; TOSCANO, J.C.; DÍAZ, T. **Los desafíos de las TIC para el cambio educativo**. Madrid: OEI/Fundación Santillana, 2009. p. 113-126. Disponível em https://www.uv.mx/dgdaie/files/2014/03/U2.6-Aprender-y-ensenar-con-las-TIC_Educacion_CITA_mayo2011-1.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

DEMO, P. **TICs e educação**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <http://www.pedrodemo.sites.uol.com.br>. Acesso em: 24 set. 2023.

FAHY, P. J. Media characteristics and online learning technology. *In*: ANDERSON, T. **Theory and practice of online learning**. 1. ed. Canada: Athabasca University, 2004.

FILHO, W. de A. **(Des)conectados**: o uso de tecnologias digitais entre professores da educação básica – Ilhéus/BA – Itabuna/BA e graduandos em licenciatura da UESC. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GABRIEL, M. **Você, eu e os robôs**: pequeno manual do mundo digital. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2008.

LEITE, L. S.; POCHO, C. L.; AGUIAR, M. M.; SAMPAIO, M. N. Tecnologia educacional: mitos e possibilidades na sociedade tecnológica. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 148, p. 38-43, jan./mar. 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professores. Adeus Professoras? novas exigências educacionais e profissão docente**. 9. ed. São Paulo, 2006.

MAMEDE-NEVES, M. A.; DUARTE, R. O contexto dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e a escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 769-789, out. 2008.

MARCONDES, R. M. S. T. **As tecnologias digitais de Informação e Comunicação e as metodologias ativas na prática docente**: reflexões sobre o uso da plataforma Google Workspace for Education. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

MORAES, M. C. **ProInfo**: Subsídios para Fundamentação do Programa Nacional de Informática na Educação. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=22150. Acesso em: 25 set. 2023.

MORAN, J. **Mudar a forma de ensinar e de aprender**: transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial virtual. **Revista Interações**, São Paulo, v. 5, p. 57-72, 2000.

MOROSINI, M. C. SANTOS, P.K. **O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para Além de uma Revisão Bibliográfica**. V. 33. Revista Panorâmica, 2021.

PRENSKY, M. Digital natives digital immigrants. *In*: PRENSKY, M. **On the Horizon**. v. 9, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://mundonativodigital.files.wordpress.com>. Acesso em: 25 set. 2023.

TEIXEIRA, L. de S. **A Aprendizagem Baseada em Projetos no Curso Técnico de Informática**: Potencialidades e Desafios. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019.

VALENTE, J. A. Formação de profissionais na área de informática em Educação. *In*: VALENTE, J. A. (org.). **Computadores e conhecimento: repensando a Educação**. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 1993. p. 139-164.

O LETRAMENTO DIGITAL COMO FORMA DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA EMPREENDEDORES SOCIAIS

Rayanny Cardoso Moreira

Jorge Abdon Miranda de Souza Junior

Luciana Pereira Cardial Teixeira

Introdução

No contexto da dinâmica social atual, marcado por constantes mudanças tecnológicas e uma crescente dependência da sociedade em relação às tecnologias digitais, a concepção de letramento digital surgiu como uma habilidade essencial para o sucesso em diversas áreas da vida, dentre elas o empreendedorismo. Seja na educação, no mercado de trabalho, ou até mesmo nas atividades cotidianas, a habilidade no uso das tecnologias digitais e a interação com o mundo virtual não é mais uma opção, mas uma exigência incontestável e isso se torna cada vez mais evidente no contexto do empreendedorismo.

O empreendedorismo, como impulsionador da inovação social e do desenvolvimento econômico sustentável, enfrenta desafios e oportunidades em um ambiente cada vez mais virtual. Atualmente o sucesso ou fracasso nos empreendimentos pode depender da capacidade do empreendedor em aproveitar plenamente o potencial das tecnologias digitais. Neste contexto, o domínio do letramento digital se apresenta como uma importante ferramenta para desenvolver a eficiência dos empreendedores e impulsionar a inovação social. Os princípios metodológicos deste estudo são fundamentados na revisão de literatura, contemplando trabalhos científicos que abordam e debatem acerca da temática.

Neste artigo, será realizada uma análise da função do letramento digital como inovação social nas atividades de empreendedores. A inovação social ao tratar desafios sociais, econômicos e ambientais através de soluções criativas, destaca-se como um fator fundamental para o desenvolvimento sustentável. Contudo, a relação entre letramento digital

e inovação social ainda não foi devidamente explorada nas produções acadêmicas. Nesse contexto, o presente artigo propõem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento nessa área, demonstrando de quais formas as habilidades digitais não apenas estimulam as estratégias de negócios dos empreendedores, mas também os qualificam a desempenhar melhor uma função essencial na transformação positiva da sociedade.

Dito isto, a fim de discutir sobre o tema proposto, foi feita pesquisa do tipo bibliográfica, esta busca entender com profundidade um fenômeno específico através do método bibliográfico. Para Fonseca (2002, p. 32 apud SOUZA, OLIVEIRA e ALVES, 2021, p. 3), este tipo de pesquisa é realizada,

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações e conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A partir de então, deu-se início a leitura das obras, com vistas a tomar ciência das discussões já produzidas sobre o assunto, compreendê-lo, fazer fichamento, e por fim, iniciar a escrita deste artigo. A pesquisa iniciou suas análises a partir da convergência do contexto do letramento digital e da Inovação Social, possibilitando uma reflexão crítica e teórica.

Dessa forma é importante enfatizar que para a viabilidade da investigação realizada nesse trabalho, foi utilizado o levantamento e análise bibliográfica dos autores Tfouni (1995), Coscarelli (2009), Kato (1986), Soares (2002; 2006), Cazeloto (2008) e Salim e Silva (2010), que estabelecem um processo de discussão acerca do letramento digital, inovação e empreendedorismo, tendo em vista à emancipação social de seus sujeitos.

Revisão de literatura

Com o propósito de ratificar o estudo, decidiu-se pela busca de informações em trabalhos acadêmicos publicados em plataformas digitais e livros. Nessa investigação, percebeu-se a necessidade de pesquisas acadêmicas que discutam o letramento como agente catalisador do empreendedorismo e inovação social.

Letramento digital: conceituações e pressupostos teóricos

O termo “letramento” é uma adição recente ao vocabulário educacional, tendo aparecido pela primeira vez em 1986 no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, de Mary Kato, publicado pela Editora Ática. Em anos posteriores, a escritora Leda Verdiani Tfouni, uma das pioneiras a conceituar o termo “letramento”, estabeleceu uma distinção clara entre ele e a alfabetização. A autora Tfouni (1995) informa que enquanto a alfabetização “ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos”, o letramento, por sua vez, “focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”.

Segundo as afirmações de Soares (2006, p39):

A alfabetização traduz-se pelo ensino-aprendizagem restrito e limitado das habilidades básicas de leitura e de escrita, efetuando-se com limites claros e com pontos de progressão cumulativa definidos objetivamente. Letramento, por sua vez, refere-se ao resultado do desenvolvimento da ação contínua, não linear, multidimensional e ilimitada, para além dessa aprendizagem básica do saber ler e escrever, adquirindo, desta forma, um grupo social ou um indivíduo inserido nas práticas de letramento escolar ou não, um novo estado ou uma nova condição “nos aspectos cultural, social, político, linguístico, psíquico” (SOARES, 2006 p. 39).

Segundo Soares (2002), o letramento englobaria o estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita e de quem participa de eventos onde a escrita é parte integrante da interação entre pessoas. Sendo assim, de acordo com a autora, seria a condição ou estado de indivíduos ou grupos sociais em sociedades letradas que estão plenamente engajados nas práticas sociais de leitura e escrita, participam efetivamente de eventos de letramento. Nesse contexto analisamos o pressuposto de que pessoas que possuem um domínio completo da leitura e escrita, demonstrando assim as habilidades e mentalidade necessárias para uma participação ativa em situações em que práticas de leitura/escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros indivíduos e com o mundo formas de interação, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem uma determinada e diferenciada condição de inserção em uma sociedade letrada (SOARES, 2002, p.145).

A autora Coscarelli (2009) apresenta o conceito de letramento digital, indicando que:

[...] envolve as habilidades do sujeito de lidar com textos digitais que normalmente fazem parte de uma rede hipertextual e exploram

diversas linguagens, ou seja, são multimodais. Essa rede hipertextual é composta por um conjunto de textos não lineares, que oferecem links ou elos para outros textos, que podem ser ou conter imagens, gráficos, vídeos, animações, sons (COSCARELLI, 2009, p. 554).

A partir da fala de Coscarelli, compreende-se que o sujeito letrado no uso de conteúdos digitais, pode acessar com competência as informações, ferramentas e recursos digitais. Neste sentido, o indivíduo consegue analisar criticamente o que está sendo apresentado no meio virtual, e ainda, percebe quais são as linguagens publicadas e assim estabelece a melhor maneira de consumi-las.

Contudo, é importante mencionar, que apesar dos estudos realizados em torno do letramento digital, existem diversas barreiras que dificultam o letramento digital do brasileiro. Algumas das principais barreiras são: a falta de acesso à Internet, uma vez que muitas áreas rurais e comunidades de baixa renda ainda não têm acesso à banda larga de qualidade; o analfabetismo funcional, que torna difícil para muitas pessoas adquirirem habilidades digitais; a desigualdade socioeconômica onde pessoas de baixa renda muitas vezes devido à falta de recursos financeiros não possuem dispositivos como computadores, *tablets* ou *smartphones* dificultando o acesso a oportunidades educacionais.

A despeito dos desafios, o letramento digital é uma ação fundamental, e justamente por não ter chegado a toda a sociedade, é que se faz necessário sua expansão. Em um contexto de mudanças, em que as tecnologias ocupam diversos setores, não se deve deixar de lado a questão do não domínio das recursos/ferramentas digitais, pois isto gera um novo excluído, o digital.

Deste modo, o letramento digital, desde 1986, é uma inovação social que capacita diversos sujeitos a utilizar um recurso cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, por esta razão este artigo apresenta aspectos relevantes sobre essa inovação social que empreendedores precisam estar atentos.

O papel do letramento digital como inovação social para empreendedores sociais

O empreendedorismo é praticado há séculos, Salin e Silva (2010, p. 6) comentam que “Desde que começou a sair de casa para caçar e trazer alimento para o sustento da família”, o ser humano começa a empreender, pois esse ato de deslocar-se de sua residência para buscar o alimento, carrega

a essência que o empreendedorismo pressupõe, que é a proatividade, ou seja, independente da época ou condição, o ser procura uma maneira de ter melhor qualidade de vida, busca novas formas de continuar trabalhando, vivendo, ou ainda, encontra maneiras de melhorar aquilo que já existe.

Por muito tempo o empreendedorismo estava ligado apenas a questões mercadológicas, ou somente poderia ser realizado por pessoas com grande poder econômico, contudo, Salin e Silva (2010, p. 6,7), informam que

Hoje, estamos vivenciando um momento especial do empreendedorismo é reconhecido pelo seu valor como promotor de desenvolvimento econômico, por sua capacidade de gerar empregos, pela criação de produtos inovadores, pela atuação na busca de soluções para questões sociais e até mesmo pela sua inclusão em programas governamentais com os objetivos de conseguir fazer acontecer o desenvolvimento local e regional.

Nota-se que para o ato de empreender o campo de atuação e intenções foi ampliado, tornando-se mais inclusivo, o que era apenas realizado por um público específico, tendo apenas um objetivo determinado, agora, pode ser feito por diversos indivíduos de contextos variados, tendo em vista propósitos profusos.

Compreendendo que a prática de empreender não pode ser algo estático, o indivíduo precisa estar atento às inovações a fim de contextualizar, acompanhar as novidades e assim tornar seu empreendimento mais eficaz, lucrativo e conhecido pelo seu público-alvo.

Por esta razão, no mundo atual, o empreendedor precisa estar atento às inovações tecnológicas, pois é incontestável que a tecnologia está em todo lugar e já faz parte do nosso cotidiano, desde as que resultaram em princípios simples, como, por exemplo, na roda, até equipamentos e processos de comunicação por satélites.

De cordo com Kenski (2007, p. 24):

o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade, chamamos de tecnologia.

Dessa forma, para a autora o conjunto de atividades como pesquisa, planejamento e criação de produto, serviço ou processo se chamam tecnologias.

Assim sendo, uma sociedade tecnológica é determinada, principalmente, pelos avanços tecnológicos digitais de comunicação e informação, que quando disseminados socialmente, alteram como as

pessoas vivem cotidianamente e suas interações pessoais e profissionais (KENSKI, 2007).

Atualmente o mundo virtual e as novas tecnologias digitais espalharam-se por toda sociedade rapidamente, atingindo pessoas em diversos contextos sociais e econômicos, uma vez que as redes interativas de computadores estão expandindo, e de acordo com Castells (2005) essa disseminação acaba criando novas formas e canais de comunicação, moldando a maneira de viver. Dessa forma, essas tecnologias podem promover inclusão, disseminação de conhecimento e inovação social.

Neste sentido, a fim de utilizar de maneira razoável alguns dos produtos que a tecnologia desenvolveu, que são as ferramentas físicas, tais quais: notebooks, desktops, celulares e tablets, bem como, seus aplicativos, mídias sociais e sites, faz-se necessário que o indivíduo empreendedor se torne um letrado digital.

O letramento digital é um conceito útil a ser discutido e aprendido por empreendedores. Tal concepção, como já explicado nos parágrafos anteriores, é o ato de saber usar de maneira coerente e crítica o conteúdo/informações, ferramentas e recursos que estão presentes no meio digital. Ser um letrado digital, pode possibilitar a conexão e a colaboração com clientes, investidores e parceiros, dentre outros públicos, uma vez que as mídias sociais e outras plataformas online oferecem oportunidades para construir *network* e compartilhar ideias e buscar apoio.

Assim, o letramento digital facilita aos empreendedores a utilização de ferramentas de análise de dados para tomar decisões informadas, melhorando não apenas a eficiência operacional do seu empreendimento, mas também ajudando a avaliar o impacto social de suas iniciativas, assegurando que estejam na direção correta para promover mudanças positivas na sociedade.

Nesse contexto o letramento digital desempenha um papel fundamental na promoção da inovação social entre empreendedores, capacitando-os a acessarem informações e recursos de forma eficiente, permitindo-lhes conhecer as necessidades do mercado, identificar oportunidades e desenvolver soluções relevantes. Isso não apenas aumenta a competitividade ou produtividade, mas também possibilita a criação de negócios que abordam questões sociais cruciais.

Além disso, o letramento digital possibilita a conexão e a colaboração com clientes, investidores e parceiros, uma vez que as mídias sociais e outras plataformas online oferecem oportunidades para construir

network e compartilhar ideias e buscar apoio.

Por fim, o letramento digital facilita aos empreendedores a utilização de ferramentas de análise de dados para tomar decisões informadas, melhorando não apenas a eficiência operacional do seu empreendimento, mas também ajudando a avaliar o impacto social de suas iniciativas, assegurando que estejam na direção correta para promover mudanças positivas na sociedade.

O letramento digital e suas implicações no trabalho de empreendedores sociais: relatos de empreendimentos promissores

Como já apresentado nos parágrafos acima, o letramento digital se faz imprescindível, pois, proporciona aos indivíduos habilidades necessárias que o auxiliam a acessar e manusear os conteúdos e recursos digitais com competência e de maneira crítica. Assim, empreendedores que se tornam letrados digitais, conseguem ampliar e otimizar suas ações.

O empreendedorismo moderno requer uma compreensão detalhada das ferramentas, recursos e conteúdos digitais disponíveis. É relevante que empreendedores consigam fazer pesquisas de mercado on-line, marketing digital, análise de dados e colaboração virtual. Ser letrado para utilizar de forma competente os recursos supracitados não apenas permite que os empreendedores aproveitem essas ferramentas, mas também lhes dá a confiança para inovar, experimentar e se adaptar às mudanças de contexto.

A fim de exemplificar o benefício do letramento digital para empreendedores, segue alguns relatos, todos retirados da revista *pegn*¹. Para iniciar, observe a história de 03 (três) moradores da periferia de Pernambuco, ao observar as dificuldades que muitos progenitores tinham para matricular seus filhos, e outros, em escolas particulares, devido às mensalidades altas, este grupo criou um *edtech*² que viabiliza bolsas de estudo para alunos de baixa renda. A iniciativa já beneficiou mais de 10 mil alunos com as bolsas de estudo.

Outro empreendimento é a plataforma Zeka Educação Digital, criada a fim de preparar estudantes para o Enceja³ em até 10 meses com

1 Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios no endereço <https://revistapegn.globo.com/>.

2 O termo *edtech* é resultado da combinação entre as palavras *education* (educação) e *technology* (tecnologia). Ele é usado para se referir às startups que oferecem soluções tecnológicas para o mercado educacional. O objetivo dessas empresas é reinventar os métodos de aprendizado e facilitar o conhecimento.

3 Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, realizado para

uma jornada de estudos personalizadas, também oferece lives diárias com professores especialistas em diferentes disciplinas para aproximar os alunos de uma dinâmica de sala de aula. O projeto foi criado em 2019, no formato presencial, por um grupo de mães que estavam incomodadas com a disparidade no acesso à educação para os alunos de uma escola de Jovens e Adultos (EJA). Com a pandemia, levaram o projeto para o digital, baseando-se nos conteúdos cobrados pelo Enceja desde 2016.

Um terceiro exemplo é o portal Emdime (empreendedorismo digital para mulheres), por meio de artigos, cursos online, consultorias e eventos, têm o propósito de capacitar e empoderar mulheres para que possam fazer seus negócios prosperarem usando a internet. O portal oferece assessorias gratuitas para empreendedoras que querem dar os primeiros passos no ambiente digital.

A partir desses breves relatos é possível perceber que o letramento digital é propulsor de ideias, trabalho e inovação social, e está intimamente ligado com a inclusão digital, conforme Cazeloto (2008, p. 17),

Em torno dessa “nova necessidade”, articulam-se atores sociais dos mais diversos campos e matizes ideológicos: trabalhadores, empresariado, Estado, terceiro setor, partidos, redes de varejo, indústrias, produtores e distribuidores de software e hardware, igrejas, lideranças comunitárias

Compreende-se que diversos segmentos da sociedade estão voltando sua atenção para desenvolver habilidades no uso dos meios digitais, os resultados apontam para negócios e intervenções sociais eficazes e inclusivas.

Algumas considerações finais

Diante do exposto, esta pesquisa proporcionou uma análise sobre a importância do letramento digital como um recurso potencializador da inovação social para o empreendedorismo. Durante o decorrer da pesquisa, analisamos como a aquisição das habilidades digitais pode contribuir para os empreendedores desenvolverem suas estratégias de negócios, obtendo um impacto substancial no progresso econômico e social na sociedade.

As dificuldades identificadas durante esta pesquisa, como a limitação de acesso às tecnologias digitais, o analfabetismo funcional e a desigualdade socioeconômica, destacam a importância de políticas públicas que tenham como objetivo reduzir essas barreiras, uma vez que a

aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou ensino médio na idade adequada.

promoção do letramento digital entre empreendedores sociais é essencial para assegurar que todos tenham a oportunidade de participar de forma efetiva da economia digital, contribuindo assim para a inovação social.

Contudo, é fundamental ressaltar que o letramento digital, isoladamente, não é uma abordagem exclusiva e definitiva para inovação social. Ele deve ser considerado como uma abordagem que abrange a colaboração entre setores da sociedade, investimento em educação e inclusão digital, e um comprometimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em resumo, esta pesquisa destaca a relevância do letramento digital como uma forma de inovação social para empreendedores. Conforme progredimos em direção a uma sociedade cada vez mais virtual, é essencial que os empreendedores adotem e desenvolvam essa competência e utilizem-na para o progresso econômico e bem-estar comunitário.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CAZELOTO, E. **Inclusão Digital: Uma Visão Crítica**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COSCARELLI, Carla Viana. **Textos e hipertextos: Procurando o equilíbrio**. Linguagem em (dis) curso, v.9, n.3, p. 549-564. 2009.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

SALIM, S. S; SILVA, N. C. **Introdução ao Empreendedorismo: Despertando a Atitude Empreendedora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.

TFOUNI, Leda Veriadiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos**. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

LETRAMENTO DIGITAL E IDENTIDADE CAMPESINA: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ESCOLARES INOVADORAS

*Elvina Perpétua Ramos Almeida
Aldineia Borges dos Anjos Bonfim
Roseane Vieira da Luz Mata*

Introdução

É perceptível o avanço das tecnologias de informação e comunicação, bem como das tecnologias digitais, e o quanto essas evoluções têm causado mudanças sociais profundas nas diversas áreas, sejam elas, no trabalho, nas formas de ensinar e de aprender, de se comunicar, de produzir e divulgar conhecimento, nas formas de se manejar na sociedade, que cada vez mais se torna tecnológica e digital.

Nessa conjuntura, para que haja cidadãos mais autônomos, mais críticos, éticos, competentes e que consigam desenvolver algumas habilidades dentro dessa sociedade tecnológica, é imprescindível que a escola tome como função desenvolver a diversificação e ampliação do letramento coerente com as novas exigências sociais contemporâneas.

Mesmo diante de muitos avanços, temos visto que o acesso às tecnologias digitais ainda tem sido desafiador, em se tratando da realidade brasileira encontramos impasses tanto no nível socioeconômico como também geográfico. Dentro dessa realidade, podemos citar as comunidades rurais, em que a educação do campo tem sido historicamente desafiada pela falta de recursos e acesso a oportunidades educacionais de qualidade.

Assim, nossa pesquisa propõe refletir sobre como tem sido a educação para o letramento digital nas localidades campestres e como isso tem trazido novas perspectivas potencialmente transformadoras para a educação do campo. Trata-se de reflexões de suma importância, uma vez que se apropriar de forma autônoma, crítica e fluente das tecnologias digitais, impacta positivamente, tendo em vista que o conhecimento oportuniza a essas populações melhoras nas condições de vida e produção

cultural e social.

Coscarelli (2024, p. 27) ressalta que “a informática precisa entrar na escola porque ela pode ser um recurso que pode ajudar a minimizar a exclusão de muitos sujeitos já excluídos em muitas outras situações”. Segundo a autora, a informática e mais especificamente a Internet ajuda os alunos a poderem ter acesso a muitos livros e jornais, museus, galerias, parques, zoológicos, muitas cidades do mundo, entrar em contato com autores, visitar fábrica, ouvir músicas, pesquisas e muitas outras coisas.

Assim, a relevância acadêmica e social deste trabalho justifica-se pela possibilidade de refletir sobre as práticas escolares de letramento digital para os alunos do campo, um tema ainda pouco discutido no meio educacional. A motivação pessoal nasceu das nossas práticas, enquanto docentes, convivendo com estudantes camponeses, nossa percepção é de que eles precisam cultivar o sentimento de valorização e de pertencimento à sua comunidade. Entendemos que o letramento digital, na perspectiva de uma “leitura de mundo” Freire (2001), é fundamental para que o sujeito considere o mundo em que vive no seu cotidiano, questionando e compreendendo-o.

Sendo assim, nossa hipótese é que o letramento digital pode potencializar a identidade e autonomia dos estudantes camponeses. Nesse sentido, o presente artigo apresenta a seguinte questão de pesquisa: De que forma o letramento digital, como prática inovadora, pode contribuir para o fortalecimento da identidade de estudantes do campo?

Dessa forma, nosso objetivo é analisar as práticas escolares de letramento digital, como práticas inovadoras, capazes de promover o fortalecimento da identidade camponesa. Para direcionamento do estudo, apresentamos as seguintes questões norteadoras: 1) De que modo o letramento digital contribui para o fortalecimento da identidade camponesa? 2) Como o letramento digital acontece nas práticas escolares camponesas? 3) Quais as práticas escolares envolvem o letramento digital na perspectiva de fortalecimento da identidade camponesa?

No que se refere à metodologia, esta pesquisa pautou-se pelo estudo bibliográfico do tipo “estado do conhecimento”, conforme Santos e Morosini (2021), e para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, de acordo com Bardini (2016). O estudo foi realizado a partir da análise de 1 tese e 2 dissertações contidas na Plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os estudos analisados foram selecionados a partir de um recorte de

5 anos e por categorias de análise, como se requer na pesquisa de Estado do conhecimento e mediante seleção, analisamos a tese de Josias dos Santos Moura, cujo título é “Educação do Campo, Identidade de Jovens Camponeses e Tecnologias: Contradições e desafios” (2022) e; a dissertação “O Lugar do Digital nas Práticas de Letramento de uma Comunidade do Campo” de Maurício Teixeira Mendes (2021) e; a dissertação “Letramento digital: as práticas de escrita nas plataformas digitais e o processo de aprendizagem na escola” de Vera lúcia Maria de Andrade França Austregésilo (2020). As categorias para seleção das pesquisas foram: Letramento digital e práticas escolares; Identidade campesina e letramento digital e; Práticas escolares de letramento digital em escolas do campo; letramento digital em escolas campesinas. Dada a dificuldade de pesquisas com essas categorias analisamos apenas os referidos trabalhos como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Categorização de pesquisas para análise.

Nº	Título	Autor(as)	Ano	Área /Tipo	Ies
1	O lugar do digital nas práticas de letramento de uma comunidade do campo	MENDES, Maurício Teixeira	2022	Ciências Humanas: Educação/ Tese	RI/UFS
2	Letramento digital: as práticas de escrita nas plataformas digitais e o processo de aprendizagem na escola.	AUSTREGÉSILO, Veralucia Maria de Andrade França.	2020	Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação/ Dissertação	UNICAMP
3	Educação do campo, identidade de jovens camponeses e Tecnologias: contradições e desafios	MOURA, Josivan dos Santos	2022	Ciências Humanas e Educação/Tese	UFS

Fonte: As autoras.

Mediante análise, o estudo evidenciou a relevância de mais pesquisas que abordem à temática de letramento digital em escolas de áreas campesinas e ainda, que essas práticas de letramento escolar possam possibilitar a emancipação social do indivíduo do campo. Revelou ainda que, as práticas de letramento digital nas escolas do campo ainda ocorrem de forma fragilizada devido à falta de recurso.

Letramento digital e elo entre as práticas escolares

O letramento digital perpassa hoje pelo que chamamos de uma competência essencial a ser desenvolvida por todo cidadão, uma vez que, estamos imersos em uma sociedade digital, que cada vez mais tem mudado

suas formas de lidar socialmente, seja nas questões de trabalho, meios de produção, de aprender, de ensinar, de conhecer e divulgar conhecimento, de se relacionar e comunicar etc. Com isto, a escola por ser uma agência formadora de cidadãos têm em si o papel de promover e possibilitar aos sujeitos o desenvolvimento inerente ao que se é essencialmente necessário para autonomia desses sujeitos em sociedade.

A compreensão do termo letramento digital contida aqui vai muito além de apenas ler, interpretar e redigir textos em ferramentas digitais perpassa pela apropriação e uso social dessas tecnologias digitais, ou seja, de como utilizá-la, bem como, por que, para quê, e quando utilizá-las, é um estado crítico e reflexivo que concretiza a autonomia do sujeito quanto ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como bem explicita a autora Magda Soares (1998), ao definir o termo letramento como um estado de prática social da leitura e escrita. Assim também, a autora descreve o termo letramento digital como, “um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição - do letramento - dos que exercem práticas de leitura e escrita no papel”. (SOARES, 2002, p.151). Neste sentido, “pode-se dizer que o letramento digital, então, implica tanto a apropriação de uma tecnologia, quanto o exercício efetivo das práticas de escrita que circulam no meio digital”. (FRADE in COSCARELLI; RIBEIRO, org. 2014, p.60).

Sendo assim, pode-se inferir também, que não basta o sujeito obter uma ferramenta digital e não saber como utilizá-la criticamente e para as práticas sociais, nisto, entra a importância da educação e das práticas escolares para a formação cidadã, destacamos ainda, a necessidade do desenvolvimento ético quanto ao uso dessas ferramentas, dessa forma, o letramento digital quanto objetivo de ensino está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da competência digital e também no desenvolvimento de certas habilidades, como afirma Coscarelli,

O letramento digital envolve as habilidades do sujeito de lidar com textos digitais que normalmente fazem parte de uma rede hipertextual e exploram diversas linguagens, ou seja, são multimodais. Essa rede hipertextual é composta por um conjunto de textos não lineares, que oferecem links ou elos para outros textos, que podem ser ou conter imagens, gráficos, vídeos, animações, sons. (COSCARELLI, 2009, p. 554).

Dada a concepção do termo letramento digital, passaremos agora a tratar das percepções obtidas mediante análise dos estudos, os quais

foram selecionados por se encaixarem nas categorias: Letramento digital e práticas escolares.

Nesta categoria foram analisados; A dissertação de Maurício Teixeira Mendes “O lugar do digital nas práticas de letramento de uma comunidade do campo” (2021), que buscou investigar práticas de letramento em ambientes digitais numa escola do campo através de narrativas dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio e a dissertação “Letramento digital: as práticas de escrita nas plataformas digitais e o processo de aprendizagem na escola” de Veralúcia Maria de Andrade França Austregésilo (2020), que teve por objetivo analisar as práticas de escritas digitais, através do Instagram e suas contribuições para o letramento digital e a relação com o processo de ensino e aprendizagem nas séries finais do ensino fundamental.

Sobre o conceito de letramento pudemos observar que os referidos autores tratam do termo como algo mais complexo e relacionado à prática social distinguindo assim, do termo de alfabetização, que se pode considerar como um processo inicial do letramento. Austregésilo (2020) explicita sobre o uso da linguagem em redes sociais, ela pontua o avanço das “linguagens digitais” nos últimos anos e o engajamento diário dos jovens com estas práticas. A mesma justifica que,

Com isso, surge uma nova comunicação escrita, ou seja, uma modalidade de letramento, a que tem chamado de práticas sociais do letramento digital, as quais permitem que os usuários de dispositivos conectados à internet desenvolvam habilidades das mais diversas práticas para sua inserção no mundo digital. Isso tem transformado muitos hábitos da sociedade nos dias atuais com transformações que perpassam toda uma geração e atingem o processo de ensino aprendizagem. (AUSTREGÉSILO, 2020, p. 26).

Dessa forma, destaca-se a importância da apropriação das práticas de letramento digital, uma vez que, novos hábitos linguístico digital já fazem parte da sociedade contemporânea. E sendo assim, cabe a escola a trabalhar o letramento digital para um ensino contextualizado. Sobre isso, Xavier (2002), concebe que o letramento digital se configura como objetivo essencial da educação e de sobrevivência, pois,

O letramento digital implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital (XAVIER, 2002, p. 36).

É importante enfatizar a colocação de Xavier sobre as práticas de letramento digital, sobre o quanto a mesma envolve múltiplas habilidades e diversidade de gêneros e sinais verbais e não verbais e novas formas de escrita também, o que configura numa prática de letramento diferenciada do tradicional.

Outro ponto importante a ser destacado sobre as concepções de Austregésilo com relação ao letramento digital e práticas escolares, é que,

O letramento digital torna-se a base da comunicação tecnológica e é a partir desse procedimento que a tecnologia da informação se consolida como ferramenta de interação social. Nesse contexto, a tecnologia é uma ferramenta, e não podemos dar a ela a responsabilidade dos resultados positivos e negativos advindos de seu uso. Portanto, o comportamento na escrita digital define o rumo do entendimento linguístico social, principalmente, nas redes sociais. (AUSTREGÉSILO, 2020, p. 63).

Entender que as tecnologias por si só não definem um estado ou resultado positivamente ou negativamente é algo crítico e preciso. Sobre seus resultados da pesquisa a autora considerou que,

A pesquisa proporcionou uma oportunidade de conhecer as práticas de escrita digital através da rede social Instagram e identificar os tipos e níveis de linguagem com os alunos do oitavo ano do ensino fundamental anos finais. Os resultados revelam a importância das práticas de escrita digital para as propostas de produção de textos escritos, assim como sua inserção em outras atividades relacionadas à leitura e escrita, tendo em vista que os jovens apresentam boas práticas de letramento digital. (AUSTREGÉSILO, 2020, p. 64).

Com isso, pode-se notar a necessidade do letramento digital nas práticas de ensino, uma vez que a mesma possui suas especificidades de escrita, leitura, apresentação das múltiplas linguagens e suas funcionalidades.

Seguindo a análise, das pesquisas, Maurício Teixeira Mendes, também trata do letramento digital como o desenvolvimento de habilidades que permite ao sujeito o uso crítico na esfera social, e trata também, dos vários gêneros linguísticos de diversas formas na cultura digital. Segundo ele,

As práticas de letramento em plataformas digitais envolvem várias questões, por exemplo, entender as funcionalidades de processadores de texto como Word, ODT, bloco de notas, uso de aplicativos de mensagens, redes sociais, dentre outras tantas funcionalidades e ferramentas. Os gêneros textuais que circulam nesses ambientes também são diferentes e podem envolver vários recursos semióticos como hiperlinks, imagens em movimentos, dentre outros, o que acaba exigindo um amplo repertório linguístico para participar dessas práticas

letradas. (MENDES, 2021, p. 33).

Neste sentido, o autor ao tratar da prática do letramento em plataformas digitais a vê bem mais complexa e que envolve várias habilidades, nisto pode-se subentender que as ferramentas digitais fazem com que as práticas de letramento transbordem para além do ler e escrever e com isto as práticas escolares precisam de fato proporcionar esse contato tanto com as TD, como seu uso crítico. Sobre essa relação o autor ainda afirma,

Ser letrado digitalmente é usar a leitura e escrita em ambientes digitais. Porém, esse uso não se restringe somente ao sentido de consumir. Como aponta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os alunos, ao concluírem o Ensino Fundamental, devem ser capazes de usar várias ferramentas digitais, produzir multimídia, entender de algoritmos, ler e interpretar criticamente textos digitais, usar de forma ética tais ferramentas, dentre outras competências. (MENDES, 2021, p. 33).

Mediante afirmativa, entende-se que as práticas de letramento digital fazem com que o sujeito não seja apenas passivo ou alheio aos conteúdos apresentados digitalmente, ou mero consumidor, mas, passa a ser autor, produtor de conhecimento e que utilize as TD de forma ética e segura também. E ao trazer a BNCC como uma referência, Mendes (2021) traz em evidência o papel da educação e consequentemente das práticas escolares desenvolverem cidadãos letrados digitalmente.

Sendo assim, mediante a análise dos conteúdos trazidos pelos autores sobre o letramento digital, fica evidente que esse conceito ultrapassa simplesmente as práticas de leitura e escrita, e condiz com um estado de empoderamento social e com isso a urgência de em meio a uma sociedade do conhecimento e digital a existência e o desenvolvimento de práticas escolares eficientes.

O letramento digital como ferramenta para o fortalecimento da identidade campesina

Para esta sessão foram analisadas a tese de Josias dos Santos Moura, cujo título é “Educação do Campo, Identidade de Jovens Camponeses e Tecnologias: Contradições e desafios” (2022) e a dissertação “O Lugar do Digital nas Práticas de Letramento de uma Comunidade do Campo” de Maurício Teixeira Mendes (2021), destacando a raridade de estudos que envolvem as categorias educação do campo, letramento digital e identidade campesina juntas.

Partindo da premissa que toda identidade é construída socialmente e que possuímos diversas identidades que vão se formando durante as vivências, experiências e no dinamismo que assumimos cotidianamente, pode se afirmar que “a construção das identidades é resultado das relações entre seres humanos que possuem formas de pensar, sentir e expressar a afetividade, compartilhar uma cultura, [...]”. (ROSSATO; PRAXEDES, 2015, P.63).

Nesse sentido, o conceito de identidade aqui destacado pretende considerar o sentimento de pertencimento do jovem/aluno camponês ao seu meio e ao seu grupo, assumindo assim, a existência de outra identidade, a identidade do grupo coexistente no contexto do território campesino. Assim, o “sentimento de pertencimento ao grupo do campesinato é fundamental para a integridade e a estabilidade de cada um dos seus membros se constituindo, portanto, em um componente da sua identidade” (ROSSATO; PRAXEDES, 2015, P.63-64), na busca pelos modos de vida peculiares ao campo, não basta a identidade de cada sujeito, mas também a identidade coletiva forjada na resistência a outras culturas e relações de poder da classe dominante frente ao sistema capitalista hegemônico que privilegia o desenvolvimento econômico e a acumulação do capital, a concentração de riquezas e poder e a conseqüente negação das condições mínimas de sobrevivência e de acesso aos bens àqueles que vivem do trabalho e da terra.

Nesse ponto, as práticas escolares podem constituir importante ferramenta na conquista da cidadania campesina tendo como pressuposto a ideia do coletivo. É, portanto, a educação a promotora do fortalecimento da identidade e do território camponês, da emancipação da construção da cidadania, no coletivo, através das representações de realidades intrínsecas ao campo. A escola precisa dar conta de, por meio da conscientização da realidade em que se está inserido e da construção de uma identidade campesina, ampliar a capacidade de atuação do jovem/estudante, bem como levá-lo a refletir sobre o leque de possibilidades do seu entorno, garantir o direito a uma educação contextualizada, promotora do acesso à cidadania e aos bens econômicos e sociais, considerando os modos de viver, pensar e produzir dos povos do campo, nos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia, Mendonça (2008, p.81), afirma que “é preciso que as escolas das áreas rurais debatam a possibilidade de ajustar seu perfil e adaptem seus programas e conteúdos à especificidade cultural e à satisfação das necessidades da população do meio rural”.

Rocha, 2011, discute o valor da identidade coletiva vinculada a perspectiva do trabalho, tendo a escola como mediadora deste constructo:

A identidade da Educação do Campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo. (ROCHA, et al. 2011, p. 04).

Arroyo (2004, p.74) coaduna com essa perspectiva, quando afirma que [...] “a educação básica tem de se propor a tratar o homem, a mulher, a criança, o jovem do campo como sujeitos de direitos. Como sujeitos de histórias, de lutas, como sujeito de intervenção, como alguém que constrói que está participando de um projeto social”. Nessa perspectiva, as práticas escolares de letramento digital precisam ser contempladas nos programas de ensinos construídos a partir dos anseios dos povos camponeses como ferramentas catalisadoras de transformação das identidades, capazes de contribuir com mudanças sociais e culturais nos territórios camponeses, para Saviani (2017) o currículo deve colocar o homem no nível de sua época, o que corresponde a desenvolver uma educação para o futuro que tome para si a orientação das forças que estão amadurecendo e busque preparar as jovens gerações para as tarefas que as esperam.

Quanto a contribuição das tecnologias digitais no fortalecimento da identidade camponesa, Moura (2022, p.166), observa que,

[...] os estudantes não são assistidos efetivamente pelas políticas públicas de qualquer natureza, estamos falando de políticas públicas destinadas aos povos do campo, como, por exemplo: (inclusão social, inclusão digital, inclusão escolar etc.); eles vivem as contradições geradas pelos abandonos políticos que recaem às classes pobres, sobretudo, as classes sociais camponesas que vivem no/do campo.

Nessa direção, observa-se que o que esses estudantes têm acesso, fica restrito a intenção do capital. O abandono do Estado e a ausência de conscientização relega-os a condição de vulneráveis sociais de forma que [...] “as TIC identificadas e confirmadas na vida cotidiana desses jovens estudantes não contribuem com a formação da identidade camponesa, pelo menos por ora” Moura, (2022, p.173), pois, sem a apropriação das demandas locais, sem estar envolvido na luta pela igualdade de direitos, os

jovens estudantes são suplantados pelas realidades virtuais, muitas vezes ilusórias.

Nesse sentido, pensar em escola do campo não compreende apenas o ensino de conteúdos apenas para completar determinado programa. É necessário conhecer as demandas e valorizar o conhecimento da comunidade e do seu entorno, consolidar a identidade campesina como condição primordial para que o acesso às novas tecnologias não suplante o interesse dos jovens estudantes e ao invés de produtores de conhecimento a partir da sua realidade, eles se tornem apenas consumidores de informações produzidas pelo capital. É preciso compreender em que medida as ferramentas digitais podem contribuir para a produção e o desenvolvimento das atividades econômicas e culturais locais, em que medida elas constituem mecanismo de acesso aos bens materiais e culturais tornando essa comunidade não apenas participante, mas incluída digitalmente, de forma apresentar os conteúdos escolares do ponto local para o conhecimento global, tornando-os aprendizes e coautores da produção do conhecimento.

Práticas escolares de letramento digital uma inovação para o fortalecimento da identidade campesina: olhares e percepções do estudo

Neste tópico tentaremos responder a outro questionamento do presente estudo, a respeito das práticas de letramento digital como formas inovadoras para o fortalecimento da identidade campesina. Destacamos, porém, inicialmente, a raridade de estudos e publicações que abordam essas temáticas juntas, ou seja, as práticas de letramento digital no contexto de escolas do campo e práticas escolares de letramento digital para o fortalecimento da identidade campesina, o que nos leva a conceber que práticas de letramento digital em escolas do campo para fortalecimento da identidade campesina se torna algo inovador.

Mediante o exposto, é importante compreendermos que para se considerar que algo seja inovador, não precisa necessariamente ser uma nova invenção, mas, que, algo a ser melhorado ou considerado inédito em um dado contexto pode ser considerado inovador. Embora esse conceito seja por muitos interligados apenas à produção de produtos e ao universo empresarial e mercadológico, a verdade, é que, existe outro âmbito: o do social, que segundo Goldenberg (2004), Inovação Social é o desenvolvimento e a aplicação de novas ou melhoradas atividades,

iniciativas, serviços, processos ou produtos desenhados para superar os desafios sociais e econômicos enfrentados por indivíduos e comunidades. Para Howaldt e Schwarz (2010 apud PATIAS; SANTOS, p.5), “uma inovação social é uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais em determinadas áreas de ação ou contexto social promovidas por determinados atores com o objetivo de melhor satisfazer ou responder às necessidades e problemas da sociedade”.

Sendo assim, práticas escolares de letramento digital para o fortalecimento da identidade campesina em consonância com a perspectiva de inclusão digital podem ser consideradas uma inovação social.

No exercício da função docente é fundamental manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas eficientes, capazes de construir uma formação sólida, e que fortaleça e enriqueça o processo de ensino e aprendizagem. O uso de ferramentas tecnológicas é imperativo nas salas de aula, de forma que a escola deve ser o um ambiente transformador, onde o conhecimento é construído em meio a processos metodológicos dinâmicos e significativos.

Nas escolas do campo, historicamente se presencia a ausência de possibilidades de se desenvolver educação de qualidade, especialmente no que tange ao uso de novas tecnologias, dada a precariedade que é característica destes espaços educacionais, por ser sinônimo de atraso, não sem razão, pois para o sistema educacional hegemônico vigente, não interessa o avanço e a emancipação da população campesina, pensada ao longo dos anos apenas para ser mão-de-obra, coadunando com os princípios do capitalismo apenas para a extração da mais valia. Assim, os povos do campo que já tem na construção de sua identidade a resistência às imposições do projeto do capital colocado em prática mundialmente, agora veem-se diante das novas tecnologias, que também são ferramentas do capital, mas que precisam ser debatidas do ponto de vista crítico, político e principalmente no contexto das pesquisas acadêmicas.

Após a análise da dissertação “O Lugar do Digital nas Práticas de Letramento de uma Comunidade do Campo” de Maurício Teixeira Mendes (2021), foi possível comprovar a dificuldade de se implementar práticas escolares que incluem as tecnologias digitais. A pesquisa se dá no contexto de pandemia, onde o distanciamento social era necessário para a preservação da vida e as propostas de atividade a distância não lograram êxito, ora porque nem todos os alunos tinham acesso a sinal de internet com qualidade mínima para o acesso e a participação nas atividades

propostas, ora porque se quer ao aparelho de celular ou computador os alunos tinham acesso.

Apesar de não ser objeto deste estudo, vale destacar que o período de pandemia compreendido entre os anos de 2020 e 2021 revelou a fragilidade especialmente das escolas do campo no que tange ao acesso às tecnologias digitais, revelando que nem as escolas tinham condições de fornecer acesso à internet aos seus alunos e professores, nem estes dispunham de recursos para tais. Muitos professores se utilizaram dos próprios dispositivos como computadores, celulares e conexão de internet para oferecerem o mínimo de assistência aos alunos.

Outro ponto que merece destaque é o fato de as secretarias de educação não disporem de sites próprios, mas fazerem uso das grandes plataformas que em alguns momentos iniciaram a cobrança pelos serviços oferecidos, inviabilizando assim o uso daqueles alunos que acessavam por conta própria, reforçando a exclusão que já era evidente nesse novo formato. É certo que o processo de exclusão não iniciou na pandemia, esta apenas lançou luz e mostrou novos nuances deste dilema que permeiam as escolas públicas brasileiras especialmente nas realidades camponesas.

Sobre as práticas de letramento digital, a pesquisa de Mendes revelou que é preciso ser trabalhado mediante um enfoque crítico com os alunos e pelas narrativas colhidas dos estudantes se pôde observar um enfoque na leitura e escrita em ambientes digitais, ou em dispositivos e ferramentas tecnológicas. De acordo com os resultados das narrativas dos estudantes organizadas em uma tabela pelo autor, percebemos que as práticas de letramento digital ocorreram através de:

- Leitura e escrita em redes sociais e ambientes de aprendizagem (AVA);
- Pesquisas na internet;
- Leitura de livros;
- Compras pela internet;
- Realização de download de livros e outros.
- Estudos para Enem;
- Interação em redes sociais;
- Download de livros e arquivos;
- Acesso a informações.

Essas práticas desenvolvidas pelos alunos possibilitaram pontos positivos e negativos demonstrados nas falas dos alunos e ao analisá-las, o

autor considerou que,

Em uma avaliação geral do quadro nota-se que os pontos positivos se sobressaíram sobre os pontos negativos. As palavras ‘avanço’ e ‘acesso’ são as mais utilizadas quando os estudantes se referem aos pontos positivos. Essas duas palavras estão interligadas a possibilidade de novas conexões no sentido de novas oportunidades e variedades de conteúdos e informações que o acesso às tecnologias digitais oferece. Como uma “quantidade maior de informações, maior facilidade de encontrar livros, acessar redes sociais, fazer novas amizades dentre outras. (MENDES, 2021, p.105).

Dessa forma, entende-se que o acesso às tecnologias digitais e internet, pôde amenizar algumas defasagens vividas no campo, além de possibilitar acesso a informações e troca de saberes entre outras culturas, mais acesso a livros e práticas de leitura. Se tratando de pontos negativos colocados pelos alunos, (MENDES, 2021, p.105) considerou que, “as maiores preocupações dos estudantes estão relacionadas ao tempo gasto nessas tecnologias, o incentivo ao consumismo que é disseminado pelas redes sociais e a quantidade de desinformação (Fake News)”. O que demonstra certa criticidade por parte dos alunos.

Sobre as práticas de leitura e escrita nas plataformas digitais o autor considerou o ponto positivo quanto à quantidade de gêneros textuais e conteúdo, porém, quanto a escrita os alunos disseram ter tido uma piora na grafia, devido ao aumento da digitação e a diminuição do ato de escrever.

Percebemos com isso, que as práticas de letramento digital aconteceram de forma mais espontânea do que intencional e planejada, porém ressaltamos que, para que haja um ensino para o fortalecimento da identidade campesina é preciso que essas práticas sejam planejadas e feitas de maneira crítica, ressaltando também os prós e contras do mundo virtual e, sobretudo possibilitando que o aluno camponês consiga utilizar as tecnologias digitais para empoderamento social e não só como consumidor, mas como autor.

Ainda sobre análise da pesquisa de Mendes (2021), observamos também como prática, a criação de um site próprio da escola para atender aos alunos durante a pandemia como ambiente virtual de aprendizagem de forma livre e mais leve para pouco consumo de dados móveis, o que consideramos uma prática de tentativa de inclusão digital, visto que as plataformas oferecidas, nem todos conseguiam acessar. Dessa forma, as práticas de letramento digital apresentadas nessa pesquisa contribuíram na ampliação do acesso ao conhecimento, gêneros textuais, a outras culturas, interação e comunicação em redes sociais, possibilitaram mais leituras,

pesquisas e estudo para os alunos, porém de certa forma, como não foi uma prática planejada com foco na identidade campesina, em parte podemos dizer que esta não foi tão potencializada.

Já com a análise de Moura, (2022), percebe-se que o enfoque da pesquisa não era as práticas escolares de letramento digital, apesar de destacar o caráter mercadológico e capitalista das TICs e seus significados revolucionários para a juventude camponesa. Assim, não são essas tecnologias que vão emancipá-la ou simplesmente, levá-la a práticas políticas de transformações sociais, mas elas devem fazer parte do cotidiano da juventude camponesa, simplesmente, porque elas fazem parte dos recursos pertencentes à humanidade. Não se trata aqui de inclusão digital no seu sentido pleno, trata-se da participação no acesso ao mundo digital, pois a inclusão no seu sentido pleno inclui o fomento de políticas públicas para a inclusão social e econômica de forma mais profunda.

A importância da existência e desenvolvimento de práticas de letramento digitais em escolas camponesas perpassa pela tentativa de superação ou amenização da exclusão digital que sofrem a maioria das comunidades rurais. Como afirma Frade in Coscarerelli (2014, p.18), o maior impasse “que uma sociedade da informação deve vencer, em primeira instância, é o da exclusão digital, discutido globalmente pela primeira vez em meados da década de 1980. A exclusão digital é uma exclusão de segunda ordem que soma-se a e agrava a exclusão econômica e social.”

Mediante o estudo, percebeu-se que apesar das pesquisas abordarem a temática do letramento digital na educação no campo, a prática de letramento digital para apropriação das tecnologias digitais de forma política crítica e reflexiva, pontos-chaves para o fortalecimento da identidade campesina não foi objetivado nos trabalhos, porém conseguimos entender que as práticas sociais do letramento digital aconteceram de forma espontânea com o uso das tecnologias digitais e que o acesso às mesmas possibilitou certa autonomia e amenização de alguns problemas enfrentados pelos alunos camponeses, como o acesso a livros, por exemplo, e a informações e estudos para preparação do Enem.

Considerações finais

Mediante a análise das informações, o estudo evidenciou que o letramento digital vai além de práticas de leitura e escrita em ferramentas digitais, é uma competência necessária para a formação de cidadãos

autônomos dentro da sociedade da informação e, portanto, é necessário que a escola adeque seus programas de ensino às demandas contemporâneas.

Sobre o fortalecimento da identidade campesina, percebeu-se a necessidade de se conhecer as demandas do entorno e valorizar o conhecimento da comunidade local, consolidar a identidade campesina como condição primordial para que o acesso às novas tecnologias não suplante o interesse dos jovens estudantes e ao invés de produtores de conhecimento a partir da sua realidade eles se tornem apenas consumidores de informações produzidas pelo capital.

Quanto às práticas escolares de letramento digital em escolas do campo o estudo apontou poucas práticas e que as mesmas não foram de certas formas planejadas para que de fato pudessem fortalecer a identidade campesina, uma vez que, o estudo analisado se deu na época da pandemia e não se pôde analisá-las numa sala de aula, pois, o que se encontra nas publicações referem-se a práticas de letramento com o uso de tecnologias e não a apropriação das tecnologias digitais de forma política, crítica e reflexiva para o uso e empoderamento social. Assim, no contexto das escolas do campo as práticas escolares de letramento digital se configuram como inovação social, já que historicamente os povos campesinos são desassistidos pelas políticas públicas de inclusão social e econômica e consequentemente digital.

Referências

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.

COSCARELLI, Carla Viana. **Textos e hipertextos: procurando o equilíbrio. Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. p. 549-564, out. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/428>. Acesso em: 28 set. 2023.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva *in* Carla Coscarelli; Ana Elisa Ribeiro (organizadoras). **Letramento Digital: Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica Editora, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se**

completam. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDENBERG, M. **Social innovation in Canada: How the non-profit sector serves Canadian ...** and how it can serve them better. Canadian Policy Research Networks: Ottawa. 2004

Kohls-Santos, P., & Morosini, M. C. (2021). **O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para Além de uma Revisão Bibliográfica.** Revista Panorâmica Online, 33. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>

MENDES, Maurício Teixeira. **O lugar do digital nas práticas de letramento de uma comunidade do campo.** Orientador: Ana Cristina Fricke Matte. 2021. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37315>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MORAN, J. **Educação Híbrida: um conceito chave para a educação, hoje.** In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. (Orgs.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2015 (pp. 4065)

MOURA, Josivan dos Santos. **Educação do campo, identidade de jovens camponeses e tecnologias: contradições e desafios.** 2022. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17290>> Acesso em: 27 set. 2023.

PATIAS, Tiago; SANTOS, Arthur Humbelino Gonçalves dos. **Inovação Social.** Santa Maria – RS, 2022. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/04.-inovacao-social-1.pdf>> Acesso em: 29 set. 2023.

ROCHA, Eliene Novais; PASSOS, Jeovana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico.** 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/educacao-do-campo-um-olhar-panoramico.pdf> Acesso em: 28 set. 2023.

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da educação do campo:** história, legislação, identidades camponesas e pedagogia. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Panorama histórico do processo de construção da pedagogia socialista no Brasil.** In: CARDART, Roseli Salete; VILLAS BÓAS, Rafael Litvin. *Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais.* Roseli Salete Caldart; Rafael Litvin Villas Bôas (Organizadores). São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 103-125.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81 p. 143-160, dez. 2002.

AUSTREGÉSILO, Veralucia Maria de Andrade França; COSTA JÚNIOR, Luiz Carlos Pinto. **Letramento digital: as práticas de escrita nas plataformas digitais e o processo de aprendizagem na escola.** 2020. 70 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Indústrias Criativas. Mestrado Profissional em Indústrias Criativas, 2020. Disponível em:

XAVIER, A. C. **Identidade docente na era do letramento digital: aspectos técnicos, éticos e estéticos.** 2008. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Antonio-Carlos-Xavier.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR E O PAPEL INOVADOR DA POLÍCIA MILITAR NO ENFRENTAMENTO DESSA REALIDADE

Arthur Prado-Netto

Luciano Araújo Lima

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

Introdução

Não é uma temática nova discutir violência nas escolas. Os diversos tipos de violência são observados nas redondezas da escola, entre alunos, entre alunos e professores, alunos e demais funcionários, até mesmo envolvendo a família e a comunidade local no entorno das instituições. Apesar de não ser algo novo, é crescente e vem se expandido para outras vias, inclusive, para o meio digital. Os atos de violência variam desde agressões físicas, verbais e patrimoniais, abrangendo preconceito, discriminação, *bullying*, *cyberbullying*, uso de drogas e ameaças (FANTE, 2018, p. 60; LOPES; ROSSATO, 2023, BURZI; SEEL, 2021).

Partindo desta crescente preocupação e premissa, buscamos, por meio de pesquisa, teóricos que nos norteiem e direcionem ações e intervenções de compreensão da origem das atitudes agressivas, bem como de prevenção à violência, com vistas a sugerir ações acertadas que possibilitem maior eficiência do trabalho de combate à violência nas unidades escolares.

Assim, o presente trabalho visa a discutir a violência escolar na atualidade, analisando as formas de violência e de comportamentos agressivos presentes no cotidiano escolar, bem como duas propostas de programas de intervenção social: a inserção da polícia militar na escola para verificar seu impacto para a redução da violência escolar e a averiguação do quanto suas contribuições são percebidas.

Com o objetivo de elaborar este artigo, foi utilizada como

metodologia do Estado do Conhecimento, pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica e documental é de grande relevância, pois nos permite embasar a hipótese levantada, bem como verificar e levantar os documentos existentes que tratam da temática. A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em qualquer trabalho deste cunho, tendo em vista que, com base nas bibliografias atualizadas disponibilizadas sobre o tema em questão, buscamos embasamento teórico para as afirmativas e proposituras durante todo o trabalho para chegar às nossas próprias considerações, instigando reflexões sobre a temática. Não se pretende encontrar uma verdade absoluta, tampouco uma conclusão imutável, mas, sim, promover investigações que possam contribuir para uma mudança de postura e concepções com base nas necessidades observadas.

Para alcançar os objetivos propostos, procedemos a um levantamento no site da SciELO, utilizando como filtros os últimos cinco anos de publicação no Brasil, relacionados ao tema violência escolar, na área temática de Ciências Humanas, com foco em Psicologia Escolar e Educação, bem como nos autores Fante (2018), Bandeira; Borsa (2022) e Desmurget (2021), que tratam de *bullying*, comportamentos agressivos e violência digital. Utilizando a palavra-chave violência escolar, foram encontrados no SciELO 15 trabalhos: 13 artigos, 01 relato de prática profissional e 01 de história.

Uma análise preliminar sobre a violência nas escolas e suas repercussões

vivemos numa sociedade marcada pela grande diversidade e heterogeneidade de interesses, personalidades e valores. Compartilhar a convivência com o que é distinto demanda uma considerável dose de destreza e apreço, atributos que nem sempre são evidenciados em todos os indivíduos com quem nos relacionamos. A incapacidade de conviver e entender o outro como diferente leva a diversos conflitos, que podem causar atos violentos, seja física, verbal ou emocionalmente. Na escola não é diferente. É um local onde encontramos uma diversidade muito grande de estilos, origens, personalidades e pensamentos. A escola é um espaço propício para a formação e desenvolvimento da cidadania e de valores morais (BRASIL, 1997), porém a convivência torna-se ainda mais desafiadora, pois lidamos com indivíduos em fase de formação, tornando imperiosa a necessidade de orientação e de direcionamento para o desenvolvimento de bons hábitos e padrões de moral elevados, que orientem a conduta e o

comportamento como seres sociais.

A violência nos dias atuais é considerada uma das maiores preocupações da sociedade, afetando praticamente todas as pessoas independentemente da classe social a que pertençam, causando medo, angústia e uma sensação de impotência frente a tantas ocorrências. A escola também é alvo da violência, o que acaba comprometendo sua identidade, pois, ao mesmo tempo em que é considerada um local de aprendizagem de valores, do exercício da cidadania, da ética e da razão, é noticiada como lugar de incivildades, brigas, ameaças, invasões, depredações, atos ilícitos, preconceituosos e discriminatórios e até de mortes. A violência contribui de forma avassaladora para a degradação do respeito, afetividade, clima escolar, bom convívio e boas relações sociais. Estas variáveis prejudicam o bom desenvolvimento da aprendizagem e comprometem o trabalho do professor. A violência escolar interfere na aprendizagem e no sucesso da escola e, conseqüentemente, dos alunos. A banalização da violência é algo implícito em nossa sociedade e não é algo novo, abarcando a história da humanidade (MEZZALIRA; FERNANDES; SANTOS, 2021).

No contexto atual, percebemos que os problemas relacionados à violência, à indisciplina e ao desrespeito estão diretamente interligados à crise de valores de respeito à diversidade, à ética e à solidariedade, presentes na sociedade e, conseqüentemente, entre as pessoas. Esta crise de valores a que nos referimos está ligada, em sua maioria, à inversão de valores ou ao exagero de direitos que a sociedade atual presencia, os quais podem tornar o direito do outro menor quando se trata de manter um ponto de vista individual ou um posicionamento pessoal, seja de preferência ou de opinião. Diante de tantas mudanças sociais e tecnológicas, as pessoas passaram a dar menos importância a valores do coletivo, como a solidariedade, o respeito, a cooperação, o amor ao próximo e buscam os seus próprios interesses acima do bem comum. Precisamos, dentro do processo educacional, estimular o respeito mútuo, a justiça, o diálogo, a autoestima, levando os alunos a refletir e a fazer opções positivas, que consigam abarcar o bem individual sem, contudo, interferir no bem coletivo, frente à realidade social em que estamos inseridos.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é necessário que a escola trabalhe na construção de valores, não por mera imposição de normas e regras, mas para não contrariar o padrão democrático da liberdade. Assim, entendemos a formação de valores como um meio de transformar vidas, comportamentos e atitudes (BRASIL, 1997).

A convivência diária vivida nas escolas pelos diversos atores nem sempre apresenta as características desejadas de afetividade, respeito, ética e solidariedade. Na realidade, o que observamos naturalmente são diversos conflitos de interesse entre alunos, professores, direção, funcionários de apoio, família e comunidade escolar (SILVA; ALMEIDA; ALMEIDA, 2021). Estes conflitos, se não geridos, podem resultar em atos de violência nas mais diversas facetas e representações.

A violência nas escolas é um tema amplamente debatido por autores como Cléo Fante, Neemias Moretti Prudente, Alexandre Ventura, Michel Desmurget, Denise Ruschel Bandeira, Juliane Callegaro Borsa, sendo motivo de preocupação de muitos estudiosos do assunto, pois leva a situações constrangedoras e ameaçadoras, dificultando o trabalho e o bom desempenho escolar. Este também é um tema de grande complexidade, pois é consequência de uma multiplicidade de fatores, envolvendo problemas emocionais, familiares, sociais, econômicos, políticos e comportamentais. Assim, é urgente discutir esta temática objetivando responder a questões pertinentes que ajudarão a desenvolver sugestões e estratégias inovadoras de intervenção para promover um clima agradável na escola em busca de boas relações de convivência, desenvolvimento de valores e de impacto positivo na aprendizagem.

Compreender o que está motivando a violência escolar e sugerir estratégias de enfrentamento para minimizar os casos e efeitos é essencial. Responder a estas questões é imperioso, porém, somente podemos identificar formas de prevenir e combater atos violentos na escola com a ajuda da comunidade local e da família. Discutir esta questão também contribui para desmistificar a naturalização e a banalização da violência, encarando-a como algo extremamente destrutivo e prejudicial (MEZZALIRA; FERNANDES; SANTOS, 2021). A nós, como agentes influenciadores e de transformação, cabe refletir sobre ações necessárias na prevenção e no combate à violência nas escolas, conhecendo a realidade e a importância das boas relações, as quais envolvem respeito às diferenças e à diversidade.

Assim, para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta fatores externos e internos à instituição de ensino. No aspecto externo, influenciam as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida, tanto em relação à própria sociedade que historicamente banaliza a violência desde os primórdios da humanidade, quanto em relação aos espaços escolares considerados mais violentos, que têm como base índices de criminalidade.

Entre os fatores internos, devem-se levar em consideração a idade e a série ou o nível de escolaridade dos estudantes, os projetos pedagógicos, assim como o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral. Embora os fatores externos tenham impactos e influência sobre a violência escolar, é preciso reconhecer que dentro da própria escola há possibilidade de lidar com as diferentes modalidades de violência e de construir culturas alternativas pela paz, adotando estratégias e capital próprios (FANTE, 2018).

Quando nos referimos ao termo violência, a primeira impressão que vem à mente é a agressão física, mas o conceito de violência é muito mais amplo. Sobre este assunto, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no “Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde” (2002), expõe o conceito de violência da seguinte forma;

[...] Uso intencional da força física ou o poder, real ou por ameaça, contra a pessoa mesma, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar em ou tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Deste modo, é classificado como um ato de violência aquele que tem o potencial de causar qualquer forma de lesão física ou psicológica a um indivíduo ou a um conjunto de indivíduos. A violência verbal, por exemplo, é uma arma silenciosa, muito perigosa, utilizada por muitas pessoas em situações tensas. Atos violentos envolvem ações, ameaças e abuso de poder exercidos em diversas situações, podendo envolver a família, a comunidade ou as instituições. A violência pode ser emocional, através de ofensas ou ameaças, pode ocorrer por omissão quando se negam ajuda, cuidado e auxílio a quem precisa. Nas instituições escolares, por exemplo, a violência pode partir dos professores, diretores e funcionários, não apenas dos alunos, como muitos pensam e rotulam. O autoritarismo é uma forma violenta de domínio e pode causar sérios transtornos e impactos na educação e aprendizagem por dificultar o bom convívio social (FANTE, 2022).

Além disso, a violência pode ocorrer em relação ao patrimônio público pela destruição de bens e materiais de utilização pública. Especialmente em instituições municipais, estaduais e federais, observamos posturas inadequadas e comportamentos antissociais. Encarados como patrimônio do povo por ser um bem público, eles são muitas vezes destruídos por indivíduos que desvalorizam o benefício e a seriedade de suas

ações. Não é difícil observarmos alunos quebrando, pichando e destruindo o patrimônio da escola como uma forma de expressar revolta ou chamar a atenção. Como agentes de transformação, precisamos responsabilizá-los e redirecionar esta energia e necessidade de comunicação, orientando-os e mostrando a eles a forma mais adequada e não violenta de se expressar visando a alcançar seus objetivos, serem respeitados e ouvidos, porém, com civilidade e ética. Contudo, um ato de violência, muitas vezes se torna tão natural, que pode passar despercebido (ROLIM, 2018).

Tipos de violência: comportamento agressivo e *bullying*

A violência é algo que está sendo banalizado na atualidade (MEZZALIRA; FERNANDES; SANTOS, 2021). Ela está em todos os lugares e é acessível a todas as pessoas, seja na vida diária, na mídia televisiva, nas músicas e nas redes sociais. A violência é comum dentro dos círculos sociais e no mundo inteiro. São diversos os fatores que levam as pessoas a desenvolver comportamentos agressivos, em especial em crianças. Algumas das variáveis que influenciam no surgimento e manutenção dos comportamentos agressivos podem estar relacionadas à ordem ou a “fatores, biológicos, psicológicos, evolutivos, culturais, sociais e emocionais” (BORSA, 2022, p. 10). Entre estes fatores, podem ser sinalizados o contexto familiar (na sua maioria em isolamento, substituindo as relações reais por relações sociais), as práticas educativas agressivas (com gritos, ameaças e até mesmo agressões físicas), a exposição a videogames e filmes violentos (que causa dessensibilização para a violência do mundo real) e as características individuais de personalidade (que podem ser transformadas, especialmente em crianças). Os comportamentos agressivos podem ser direcionados a diferentes objetos ou pessoas e tendem a mudar de acordo com o desenvolvimento do indivíduo. “O comportamento agressivo é um construto complexo e engloba atos físicos, verbais ou relacionais, em maior ou menor frequência e intensidade, e que variam de acordo com a idade, o sexo e o contexto” (BORSA, 2022, p. 14).

Os comportamentos agressivos podem ter forte influência social, ambiental, genética e neurofisiológica, sendo imprescindível compreender o contexto e a raiz do problema de cada indivíduo, sendo utilizado como forma de adaptação, domínio, vingança ou para demonstrar superioridade social, buscar aceitação ou pertencimento a determinado contexto. Quando tratamos de violência, nós nos referimos não apenas a agressões físicas, mas a agressões verbais, psicológicas, patrimoniais, sexuais e virtuais. Nossas

crianças e jovens estão cada dia mais expostos às mais diversas formas de violência. A evidência disso é observada na crescente quantidade de crianças e adolescentes que apresentam comportamentos agressivos nas suas mais diversas esferas (família, escolas e nas demais relações sociais).

Uma das formas de comportamento agressivo comumente verificadas no ambiente escolar é o *bullying* (BORSA, 2022), que se diferencia de outras formas por ter caráter intencional e ser recorrente. Entre as diversas tentativas de definir o *bullying*, utilizaremos a conceituação de Cléo Fante,

Bullying é o nome dado a um tipo de violência entre pares que tem características próprias, tais como intencionalidade, frequência e ausência de motivação, que justifiquem o comportamento agressivo. Essas são características que diferenciam o *bullying* de outros tipos de violência que acontecem dentro e fora da escola. (FANTE, 2018, p. 36).

O *bullying* é crescente e vem ganhando novas roupagens no decorrer dos anos, concomitantemente seu impacto e consequências continuam crescendo. Muitas vezes ainda é invisível e ignorado. Abrange violência emocional, física e verbal, relacionais e agressão por meios eletrônicos, causando sérios constrangimentos e riscos à saúde física, mental, emocional e intelectual dos indivíduos envolvidos. Causa danos a curto, médio e longo prazo, podendo impactar até mesmo a vida adulta e suas relações, podendo tornar os adultos antissociais, alcóolatrás, violentos, delinquentes e criminosos, caso não haja intervenções apropriadas.

O *bullying* tem alguns agentes, que incluem o aluno agressor (autor), a vítima (alvo) e a testemunha (espectador). Em alguns casos, a vítima também se torna agressora, como revide ou vingança. Muitas das testemunhas não tomam nenhuma atitude e até disseminam informações ou apoiam os atos violentos. As ações do *bullying* podem ser observadas desde apelidos, humilhações, fofocas, destruição ou roubo de materiais, empurrões, chutes, exclusão ou isolamento social (ROLIM, 2018). O *bullying* é um fenômeno universal, não tem limite de idade, de sexo ou de local e causa problemas de ordem física, emocional e impacto no rendimento escolar, seja em escolas públicas ou particulares. Pode ser um gatilho para o desenvolvimento de comportamento agressivo. Assim, em se tratando do *bullying* “(...) não é possível afirmar que a causa seja apenas social, tampouco individual, uma vez que ambas se atravessam mutuamente” (MEZZALIRA; FERNANDES; SANTOS, 2021, p. 2)

Ele se caracteriza por relações desiguais entre pares, um lado da

relação será caracterizado por alguém que está em condições de exercer seu poder pela intimidação, humilhação, atitudes agressivas sobre outra pessoa ou até mesmo sobre um grupo. Algumas práticas corriqueiras dos agressores são colocar apelidos depreciativos, humilhar, discriminar, excluir, isolar, perseguir, desprezar, intimidar, machucar, fazer “gozações”, ofender, assediar, amedrontar, agredir, bater, empurrar, ameaçar, excluir do grupo, espalhar boatos ou fazer chacota em público. “Note-se que o *bullying* não trata de conflitos não resolvidos, de brincadeiras da idade, de atos de indisciplina, incivilidade ou transgressões às normas escolares, trata de violência gratuita e persistente, em que a vítima é atacada sem que tenha oferecido motivos para tal” (FANTE, 2002, p. 62).

Os efeitos do *bullying* podem causar sequelas graves que comprometem a vida do indivíduo, não só da vítima, mas também do agressor. Não devemos, contudo, confundir brincadeiras próprias da idade com práticas violentas intencionais e constantes (ROLIM, 2018). Uma brincadeira deixa de ser saudável a partir do momento em que o outro se sente prejudicado física ou moralmente pelo outro, causando irritação ou vergonha (FANTE, 2018).

Como se não bastasse, atualmente a maioria das nossas crianças e jovens tem acesso irrestrito à internet e a celulares, que são usados sem limite de tempo e em qualquer lugar (DESMURGET, 2021). Com essa crescente rede de relacionamentos virtuais, o *bullying* também se adaptou, deixando de ser tradicional (presencial), tendo surgido o *cyberbullying* (virtual ou por meios eletrônicos) (FLÔRES; VISENTINI; FARAJ, 2022). Esta modalidade de *bullying* tem os mesmos impactos e consequências do *bullying* tradicional, porém tornou a vítima mais vulnerável, com menos chance de fugas, pois pode ser feito a qualquer hora, em qualquer lugar, com uma repercussão ainda maior, torturando a vítima por um período maior, possibilitando ao agressor agir no anonimato. Contribui para o aumento da ideação ou tentativa de suicídio, depressão, problemas de comportamento e uso de substâncias psicoativas. Para Fante,

No *cyberbullying*, o praticante se utiliza de informações sigilosas ou mentirosas, de boatos maliciosos, de montagens fotográficas, de criação de vídeos com conteúdo sexual ou violento, de mensagens ameaçadoras e humilhantes (FANTE, 2022, p. 16).

Porém, ressaltamos que não estamos culpando as redes sociais, internet e celulares. O foco são as pessoas e suas atitudes mal-intencionadas, que se utilizam desses meios para ampliar e perpetuar atitudes agressivas e violentas, em especial em razão da falsa sensação de impunidade

transmitida pelo eventual anonimato, aumentando a crueldade de insultos e comentários maldosos e humilhantes, muitos dos quais não seriam ditos pessoalmente (VENTURA; FANTE, 2018).

Porém, identificar uma ação de *bullying* não é tão simples, sendo fundamental que os diversos profissionais tenham pleno discernimento para que direcionamentos, assistências e protocolos não se revelem inapropriados às circunstâncias. E para que subsistam intervenções em qualquer circunstância de violência, que sejam condutas prejudiciais, *bullying* ou *cyberbullying*, torna-se indispensável um diagnóstico escolar, dominando com acuidade a realidade (PRUDENTE, 2018).

No entanto, não podemos permitir a banalização da violência. Não estamos tentando argumentar em favor dos alunos para encobrir seus erros e responsabilidades, porém, ressaltamos que medidas coercitivas e punitivas parecem reforçar a violência escolar e são apenas paliativas e extremamente temporárias. Por consequência, jovens muito criativos e dinâmicos encontram formas de burlar a fiscalização e acabam por inovar nos atos violentos. Na realidade, queremos que nossos estudantes se preparem para a vida em sociedade e não necessitem de grades, policiamento e fiscalização o todo tempo. Precisamos desenvolver a consciência, não apenas a proibição (PRUDENTE, 2018; PEREIRA, FERNANDES, DELL'AGLIO, 2018).

Há diversos fatores a serem considerados para reduzir e prevenir a violência. Criar programas de prevenção à violência e a conflitos é mais proveitoso que coagir e reprimir. A escola tem autonomia para criar projetos de transformação, fechar parcerias com organizações e entidades, não necessitando esperar sempre de agentes externos como governo para proceder às necessárias mudanças. Assim, analisaremos na próxima seção uma estratégia de intervenção social com vistas a contribuir para a redução da violência escolar, atitudes agressivas e *bullying*.

Programas inovadores de intervenção para combate à violência na escola com participação da Polícia Militar

O problema da violência escolar, de comportamentos agressivos, de *bullying* e *cyberbullying* não preocupa apenas as famílias e os professores. O *bullying* é um problema sério, preocupa famílias, educadores, conselhos tutelares, assistência social, o Ministério Público, a Vara da Infância, ou seja, as instituições e atores sociais de modo geral. Assim, o desenvolvimento de programas e projetos antiviolência e *antibullying* se faz importante para

esse contexto.

Geralmente, diante da violência e dos casos de *bullying*, os procedimentos adotados pelas escolas são as tradicionais formas de coação (e castigo) ao aluno agressor, como a advertência, a suspensão ou a expulsão (culpabilização do aluno) e a conversa com os pais (culpabilização da família). Nos casos mais graves, noticia-se e/ou, se for o caso, requisita-se a presença da autoridade competente para as devidas providências (por exemplo, conselho tutelar, Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Polícia) (FANTE, 2002, p. 106, 107).

Para isso, é imprescindível conhecer as particularidades locais, não havendo uma fórmula mágica para resolver a questão, visto os problemas serem complexos e não uniformes. Em alguns contextos, são inseridas disciplinas no currículo escolar que trabalhem conteúdos e abordem ações de prevenção, outras unidades escolares aplicam projetos interdisciplinares e integradores que possibilitam troca de informação e sensibilização, outras escolas estabelecem regras claras e forma comissões *antibullying*, outras investem em capacitação da equipe de trabalho por meio de formação continuada ou programas voltados à saúde mental, campanhas de conscientização em diversas mídias, disponibilização de apoio jurídico e ouvidorias, além de promoção de uma cultura de paz e investimento na melhoria do clima organizacional.

Estudos demonstram que os mais altos índices de *bullying* são encontrados em instituições onde o desrespeito e o autoritarismo dos adultos permeiam as relações sociais, onde não há diálogo e participação democrática da comunidade escolar, onde as regras não são claras ou não são cumpridas, onde os conflitos são resolvidos por meio de violência, onde há violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Assim sendo, as instituições escolares devem priorizar, além de uma educação de qualidade, um ambiente escolar saudável e seguro, onde todos possam se relacionar com respeito, valorizar as diferenças e conviver pacificamente (FANTE, 2022, p. 75).

Quando tratamos de violência, seja ela em qualquer esfera, nos remetemos a policiamento, em especial pelo fato de serem as ações punitivas uma das estratégias mais utilizadas para o enfrentamento do *bullying*.

Ao dirigirem as ações punitivas aos autores de violência, os professores acreditavam que o problema seria resolvido. Esse tipo de concepção de enfrentamento da violência direcionada aos sujeitos envolvidos nos atos violentos tem sustentado o argumento da entrada da polícia e do poder judiciário nas escolas, convocando-os a atender situações que poderiam

ser mediadas por ações pedagógicas voltadas para o fortalecimento de relações sociais respeitadas dentro do contexto escolar.

[...]

Houve unanimidade das/dos docentes ao enfatizarem a lei e a justiça como únicas alternativas para solucionarem os conflitos escolares, atribuindo principalmente à figura do policial a responsabilidade para mediar os conflitos escolares (MEZZALIRA; FERNANDES; SANTOS 2021, p. 3).

Alguns estados buscaram inovar suas estratégias e inserir policiais militares nas instituições escolares em busca de apoio no enfrentamento destas questões. Mesmo com diversas opiniões diferentes e controversas, é importante fazer uma análise da atuação e da contribuição da polícia na escola. Analisaremos dois projetos vinculados à Polícia Militar em estados diferentes, que têm a perspectiva de aumentar a segurança escolar, reduzir a violência e, conseqüentemente, o *bullying* e o *cyberbullying*, para percebermos seu impacto para reduzir essa problemática.

O primeiro diz respeito ao Programa Escola Segura, aplicado em Londrina no Paraná, sob análise do artigo de Lopes e Rossato (2023). Neste trabalho, os autores avaliam o impacto do Programa Escola Segura na sensação de segurança, na vitimização, na pichação e no consumo de drogas ilícitas em uma escola pública. O programa emprega policiais militares da reserva remunerada ou reformados para prevenir a violência escolar e melhorar a segurança das escolas do estado do Paraná. Os resultados mostram que o Programa Escola Segura não tem nenhum impacto nas variáveis analisadas. De acordo com os autores, o uso de policiais em escolas para reduzir a violência tem se mostrado duvidoso. No decorrer de seu artigo, contudo, é demonstrada a fragilidade dos estudos nesta área, deixando claro que são resultados inconclusivos, visto que não há estudos comparativos ressaltando que “é importante que pesquisas avaliativas sobre programas como o Escola Segura sejam conduzidas”. (LOPES; ROSSATO, 2023, p. 6).

O artigo conduziu uma pesquisa para avaliar o impacto do Programa Escola Segura em uma escola localizada na zona leste de Londrina, que implementou este programa. Esta escola foi comparada a outra com características semelhantes que não adotou o programa. A escola em estudo aderiu ao programa após consultar a comunidade escolar, embora o Programa Escola Segura não seja uma iniciativa originada internamente na escola. Na verdade, ele é uma iniciativa desenvolvida pelo governo estadual, que apresentou o programa às escolas e buscou persuadi-las dos

benefícios da participação.

A grande maioria da comunidade escolar recebeu positivamente a iniciativa e optou por aderir ao programa, considerando-o uma abordagem capaz de reduzir a insegurança e a violência no ambiente escolar. No entanto, alguns professores mais experientes manifestaram preocupações sobre como os alunos receberiam a presença dos policiais. No entanto, essas preocupações não se materializaram, e o programa começou a operar com o apoio da direção da escola e da comunidade escolar como um todo.

Vale destacar que os policiais tinham um papel específico na escola, que se limitava a lidar com situações de atos infracionais, deixando questões disciplinares sob a responsabilidade do corpo pedagógico da escola. Os policiais militares atuantes na escola desempenhavam principalmente duas funções: a vigilância do espaço escolar, com o objetivo de dissuadir a ocorrência de delitos e identificar potenciais problemas para reportá-los à equipe pedagógica, e a intervenção em incidentes envolvendo membros da comunidade escolar. Importante ressaltar que a presença dos policiais na escola não enfraquecia nem substituía a autoridade da direção escolar. Em casos de violência ou de atos infracionais, os professores ainda acionavam a direção, que avaliava a situação e decidia se os policiais deveriam ou não se envolver.

A aprovação do programa pela comunidade escolar é um indicador relevante para avaliar a implementação da política pública, não necessariamente refletindo o sucesso do programa em termos de melhoria na sensação de segurança e na redução da violência escolar. Na parte superior do formulário, não se observou qualquer modificação resultante do programa nas sensações de segurança, nos índices de vitimização e nas percepções em relação ao consumo de drogas ilícitas e ao vandalismo, tanto por parte dos professores quanto dos alunos.

Outro projeto ligado à Polícia Militar que iremos aqui analisar é o Modelo CPM Gestão Compartilhada, que funciona na Bahia. Em 2018, foi firmado um convênio para permitir que os municípios utilizassem da metodologia de ensino dos CPMs (Colégios da Polícia Militar) em escolas de ensino fundamental. Esta parceria foi firmada por meio do Termo de Cooperação Técnica 02/2018, estabelecendo mútua cooperação entre SSP, por intermédio da PMBA (Polícia Militar da Bahia), e a UPB (União dos Prefeitos da Bahia). A intenção desta parceria entre a UPB e a PMBA foi unir forças para levar aos municípios um modelo de ensino que favorecesse a formação cidadã de jovens e crianças. A partir da assinatura do termo

de acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado da Bahia e a UPB, os municípios são autorizados a utilizar a metodologia educacional dos CPMs. A medida tem o intermédio da Secretária da Segurança Pública e da PMBA e visa a contribuir para a educação do nosso Estado.

A necessidade desta parceria foi enfaticamente demonstrada pelo Coronel Anselmo Brandão, então Comandante Geral, ao relatar os inúmeros pedidos para que esta parceria acontecesse. A ideia inicial seria utilizar o modelo de ensino do CPMs sem, contudo, militarizar as escolas, utilizando policiais da reserva. Uma das mudanças esperadas na implantação do modelo de ensino é contribuir, por meio da implantação da disciplina, com respeito e mudança de comportamento.

Nesse sentido, compreendemos que esta parceria e esta gestão compartilhada têm como principal vertente somar e apoiar um dos principais meios de formação de valores morais na sociedade moderna, a escola. Tendo em vista que a presença de PMs nas escolas visa a somar para a melhoria na educação, diversas são as contribuições que podem ser elencadas nessa relação. Nas palavras do Coronel PM Anselmo Alves Brandão, então Comandante Geral da PMBA:

os integrantes da Polícia Militar do Estado da Bahia constituem a categoria especial de servidores públicos militares estaduais denominados policiais militares, cuja carreira é integrada por cargos técnicos estruturados hierarquicamente, atuando como agentes de disciplina, aplicando seus conhecimentos técnicos profissionais como colaboradores do processo educacional, sem interferência na formação pedagógica relacionada ao conteúdo programático das disciplinas do currículo escolar, sequer fazendo às vezes daquele, ressaltando mais uma vez que o propósito está voltado meramente ao acompanhamento disciplinar do corpo discente, ressaltando que outros funcionários desempenham funções nas escolas, inclusive terceirizados, tendo todos contatos diretos com aluno nas esferas de suas atribuições (Ofício n.º 1028/CAJ-CG/19, p. 8).

Mais do que apenas estar presente nas escolas e evitar situações de comportamentos indesejados ou atípicos, o convênio em análise pretende alcançar alguns objetivos, inclusive alinhados com o Plano Estratégico da PMBA (2017 – 2025), quando ressalta a otimização da ação preventiva. Uma das vertentes relacionadas a esta ideia é o Policiamento Comunitário, que tem a finalidade de proporcionar parceria entre a população e a polícia, para trabalhar em conjunto na construção da segurança pública.

Ainda alinhados à missão, à visão e a valores: “VISÃO: Ser referência nacional até 2025 pela excelência na prestação dos serviços da

polícia ostensiva e cidadã; MISSÃO: Preservar a vida, a ordem pública e a cidadania; e VALORES: Hierarquia, Disciplina, Ética, Profissionalismo e Dignidade Humana” (p. 59). Com respaldo na concepção de que a educação é a principal instituição organizada que tem como missão a formação dos nossos jovens, formar indivíduos com valores cívicos e morais enraizados contribui de forma efetiva e acertada para uma sociedade mais equilibrada, lutando de forma preventiva contra os desvios de conduta e os comportamentos atípicos.

Além disso, quando refletimos sobre os objetivos estratégicos do plano supracitado, percebemos que conseguimos formas de atingi-los, entre eles, podemos citar:

OE1: Aumentar a confiança da sociedade na corporação;

OE2: Fortalecer a imagem institucional;

OE3: Ampliar a responsabilidade social e o respeito aos direitos humanos; e

OE8: Fomentar a polícia comunitária.

O programa de CPM Gestão Compartilhada foi amplamente difundido no estado, o que é notado pelo crescimento do número de escolas. Em 2018, ano do início, o modelo foi implementado em 24 escolas de 24 municípios baianos. Em 2022, apenas quatro anos depois, já consta a implantação em 118 escolas em 112 municípios baianos, um crescimento superior a 400% em 4 anos. (LIMA, ARAÚJO, 2022, p. 35, 36).

Os dados levantados por meio de informações cedidas pela Coordenação Geral do Modelo de Ensino CPM - Gestão Compartilhada nos permitem afirmar que o número de escolas conveniadas desde o ano de 2018 até o ano corrente tem crescido consideravelmente, mesmo diante de uma situação mundial atípica da pandemia do COVID-19. O aumento proporcional, tanto do número de escolas atendidas quanto de municípios que implementaram o convênio, é prova convincente de que a parceria está sendo bem-sucedida e tem aprovação social, o que nos assegura estarmos no caminho certo. (LIMA, ARAÚJO, 2022, p. 35, 36).

Porém, apesar da expansão e da notada aprovação da comunidade, não há estudos ou publicações que avaliem o sucesso do programa ou que verifiquem o alcance dos objetivos concernentes à redução dos índices de violência ou à melhoria da qualidade da educação. Desta forma, se faz imprescindível avaliar e mensurar os impactos sociais desta parceria, visando a elaborar um *feedback* e, posteriormente, levantar sugestões que

possibilitem o aprimoramento e o aperfeiçoamento do modelo de ensino em análise.

A importância de verificar a eficácia de projetos para assegurar a qualidade do serviço prestado é nítida. É necessário perceber de forma técnica e objetiva quais as mudanças e os impactos que estão sendo gerados pela aplicação do Projeto/Convênio. Sabe-se que é importante fazer um comparativo entre a realidade escolar antes e depois da utilização do Modelo de Ensino CPMs nas escolas municipais. Também se admite que as mudanças não tenham ocorrido no curto prazo.

Porém, se faz necessário e imperioso pensar e planejar a forma mais adequada para fazer a avaliação destes convênios e parcerias para perceber os impactos nas sociedades e na segurança local a partir de sua aplicação.

Considerações finais

Questões relacionadas à violência escolar, atitudes agressivas, *bullying* e *cyberbullying* são preocupantes, crescentes e amplamente discutidas. Muitas são as estratégias sugeridas para minimizar o impacto destas atitudes no contexto escolar, em virtude dos sérios prejuízos que estas atitudes causam.

Percebemos com base na breve análise do material disponível sobre a inserção da Polícia Militar na Escola que os estudos desta temática e dos impactos sobre a violência são muito incipientes. Não há comprovação de que estão surtindo os efeitos desejados, tampouco que alcancem os objetivos propostos, mesmo com a nítida aprovação social e a expansão dos programas. Há necessidade de mais análises e estudos técnicos que possibilitem uma constatação mais bem apurada.

O que podemos destacar desta breve reflexão e estudo é que a violência é realmente um assunto que merece nossa consideração de forma urgente pelas suas consequências, sendo importante trabalhar contra sua naturalização e banalização no espaço escolar. O trabalho contra a violência também deve envolver a família e estar aberto a diálogos e resoluções democráticas. Somente a presença de um policial na escola não resolverá o problema da violência, mas somente se todos desenvolverem um trabalho conjunto, coletivo e planejado para enfrentar os problemas diários presentes na comunidade escolar. O objetivo não deve ser coagir e reprimir atos de violência, mas conscientizar e provocar uma mudança de concepções, pensamentos e atitudes.

O destaque está no desenvolvimento do respeito e da tolerância por meio de uma comunicação e de um diálogo abertos, buscando os motivos, e na parceria para um trabalho preventivo. Nota-se que, neste caso, como na maioria dos problemas escolares, não há soluções prontas, mas há sugestões e exemplos que podem se adequar à realidade escolar de cada localidade. Entretanto, é preciso conhecer a sua própria realidade e refletir sobre as possíveis soluções.

Assim, sugere-se investir em formação para todos os agentes escolares para enfrentar o problema em questão, tornando visível o problema, reduzindo a cultura do desmerecimento e da invisibilidade do fenômeno, que causam aumento dos casos. Além disso, recomenda-se estudo mais aprofundado sobre o impacto da presença da Polícia Militar na escola, bem como da eficácia dos programas de parceria já existentes.

Encarando o *bullying* e *cyberbullying* como fenômenos crescentes e preocupantes, bem como desafios sociais que requerem ação imediata e contínua, temos a comunicação e a informação como as principais ferramentas de enfrentamento. Estas ferramentas desempenham um papel multifacetado que vai muito além de simplesmente combater essas práticas, elas têm o poder de transformar a maneira como a sociedade percebe e compreende esses problemas, contribuindo para uma mudança profunda de mentalidade e conscientização.

Referências

BANDEIRA, Denise Ruschel. BORSA, Juliane Callegaro.

Comportamento Agressivo na Infância: da teoria à prática. Porto Alegre, 2022.

BRUZI, Elli Leonilda Beije. **Violência na escola:** conceitos e atitudes na prevenção de atitudes violentas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Diversidade) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Canoinhas, 2021.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais:** os perigos das telas para as crianças. Tradução Mauro Pinheiro. São Paulo, Vestígio, 2021.

FANTE, Cléo. PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying em debate.** São Paulo: Paulinas, 2018.

FANTE, Cléo. **Bullying no ambiente escolar.** In.: FANTE, Cléo.

PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying em debate**. São Paulo: Paulinas, 2018.

FARIA, Mateus Aparecido de; GOMES, Maria Carmen Aires; MODENA, Celina Maria Modena. “**Mar de bullying**”: turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 48, e241630, 2022.

FLÔRES, Fabrine Niederauer; VISENTINI, Danielle Machado; FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Cyberbullying no contexto escolar**: a percepção dos professores. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2022, v. 2.

KRUG, Etienne G. et al. Lozano R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002, p 5.

LIMA, Luciano Araújo. ARAÚJO, Nadjanara Lopes de Abreu. **Gestão Compartilhada**: Escolas Municipais conveniadas e suas contribuições na Segurança Pública. *Revista PMBA em foco: Ciência Policial e Cidadania*. 4ª edição, 2022. p. 32-39.

LOPES, Cleber. ROSSATO, Rafael. **Quando a Polícia Militar vai a escola**: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 49, e248317, 2023.

MEZZALIRA, Adinete Souza de Costa; FERNANDES, Thatyanny Gomes; SANTOS, Cyntia Maria Loiola dos. **Os desafios e as estratégias da psicologia escolar no enfrentamento do bullying**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2021, v. 25.

PEREIRA, Edgar Abrahão. FERNANDES, Grazielli. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O bullying escolar na legislação brasileira**: uma análise documental. In.: FANTE, Cléo. PRUDENTE, Neemias Moretti. *Bullying em debate*. São Paulo: Paulinas, 2018.

PRUDENTE, Neemias Moretti. **O bullying no ambiente escolar**: compreensão e Enfrentamento. In.: FANTE, Cléo. PRUDENTE, Neemias Moretti. *Bullying em debate*. São Paulo: Paulinas, 2018.

ROLIM, Marcos. **Segurança pública e bullying**. In.: FANTE, Cléo. PRUDENTE, Neemias Moretti. *Bullying em debate*. São Paulo: Paulinas, 2018.

SILVA, Maria Cristiane Lopes da, ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. **Tecendo olhares sobre a gestão dos conflitos na escola**. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio

de Janeiro – Vol. 15 – no 1 – JAN-ABR 2022 – pp. 303-320.

VENTURA, Alexandre; FANTE, Cléo. **Flagelos da modernidade: cyberbullying**. In.: FANTE, Cléo. PRUDENTE, Neemias Moretti. *Bullying em debate*. São Paulo: Paulinas, 2018.

ROMARIA DO BOM JESUS E A PANDEMIA DA COVID-19: INOVAÇÃO E O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO ELO ENTRE OS ROMEIROS E O SANTUÁRIO DO BOM JESUS DA LAPA

Krzysztof Dworak
Renata Pinho Pereira

Introdução

“Há sobre a terra um certo número de lugares privilegiados onde a misericórdia de Deus se apraz de manifestar-se como uma espécie de prodigalidade” (SEGURA, [s.d.], p. 119), Esse espaço místico referenciado no livro “Bom Jesus da Lapa: resenha histórica”, remete-nos ao Santuário do Bom Jesus da Lapa, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, lugar de romarias e da expressão da fé popular, que acolhe, anualmente, cerca de um milhão e meio de romeiros e turistas religiosos¹.

O singular Santuário supracitado se difere dos demais templos católicos pela sua formação natural: uma Igreja que foi construída dentro de um morro, formado por majestosas estalactites e estalagmites - uma verdadeira obra da natureza. Localizado na margem direita do Rio São Francisco, na região do oeste baiano, conhecido como o Polígono da Seca, o Santuário do Bom Jesus da Lapa se destaca no cenário nacional e internacional, estando entre os mais de 260 santuários do Brasil (DWORAK, 2014).

As peregrinações ao Morro da Lapa começaram a partir de 1691, com a chegada do português eremita Francisco de Mendonça Mar. E, ao longo destes 332 anos de história, vem se reinventando na contemporaneidade, acompanhando as transformações socioculturais e tecnológicas, sem perder a essência da acolhida ao povo simples que vem em peregrinação rezar,

1 Segundo informações do site institucional do Santuário do Bom Jesus da Lapa <https://santuariodobomjesusdalapa.com/>

pedir e agradecer pelas bênçãos alcançadas. A romaria à Bom Jesus da Lapa é uma manifestação popular do encontro com o sagrado, que se concretiza na coletividade (OLIVEIRA, 2011).

Dentre o extenso calendário de festividades e romarias, que acontecem na Capital Baiana da Fé, como a cidade é conhecida popularmente, destaca-se a romaria da Terra e das Águas, a romaria do Bom Jesus da Lapa, a romaria de Nossa Senhora da Soledade e a romaria de Nossa Senhora Aparecida. Neste artigo, vamos tratar especialmente da romaria do Bom Jesus da Lapa, considerada a terceira maior romaria do Brasil².

Entre os dias 28 de julho a 6 de agosto, uma multidão se reúne para render homenagens ao santo milagroso. São nove dias de preparação até o 6 de agosto, dia da festa do Bom Jesus da Lapa. Nesta data, o número de fiéis que visitam o Santuário aumenta. Este ano, por exemplo, cerca de 300 mil romeiros participaram da festa. Uma alvorada acontece às 5h30 da manhã, logo depois a Santa Missa festiva é celebrada na Esplanada do Santuário. O ápice do dia é a procissão com o andor do Bom Jesus pelas ruas e a celebração de encerramento.

Contudo, nos anos de 2020 e 2021, a dinâmica das romarias foi diferente devido a pandemia da Covid-19. O isolamento social e as medidas sanitárias de controle da doença não permitiram que os romeiros vivenciassem a romaria da forma tradicional. Como alternativa, uma estratégia de comunicação com o uso de ferramentas digitais e redes sociais, associada aos meios tradicionais – rádio e TV aberta – foi criada pelos Missionários Redentoristas³, congregação responsável pela administração do Santuário, através da TV Bom Jesus e seus canais de comunicação, para a realização de encontros virtuais, tendo como suporte as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

Portanto, o objetivo geral deste artigo é apresentar como se deu a romaria do Bom Jesus durante a pandemia e entender como as TICs contribuíram para manter a conexão entre os romeiros e o Santuário do Bom Jesus da Lapa, através de uma forma inovadora de exercício da fé pela internet e redes sociais. Assim, apresentamos o que foi a pandemia da Covid-19 e como ela impactou nas relações interpessoais, realizamos um levantamento de como ocorreu a romaria do Bom Jesus no digital e

2 Segundo informações do site institucional do Santuário do Bom Jesus da Lapa <https://santuariodobomjesusdalapa.com/>

3 Congregação religiosa católica fundada por Santo Afonso de Ligório, em Scala, Itália, com o propósito de trabalhar entre os camponeses abandonados em torno de Nápoles, em 1732.

apresentamos o aspecto inovador do Santuário do Bom Jesus para dialogar com o seu público.

A pandemia da Covid-19 e a digitalização das relações interpessoais

Em março de 2020, o Brasil e cerca de 190 países ao redor do mundo viram-se diante de uma crise epidemiológica causada pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido como novo coronavírus. A pandemia da Covid-19 chegou de forma repentina e forçou a sociedade civil a repensar uma nova estrutura de organização. Na tentativa de controlar a disseminação da doença, a Organização Mundial da Saúde (OMS) determinou medidas sanitárias protetivas como o uso de máscaras, o isolamento social, o *lockdown* - confinamento mais severo -, a proibição e/ou cancelamento de eventos e reuniões e a vacinação, essa última alternativa chegou ao país de forma tardia, devido ao negacionismo do Governo Federal, na época (FERNANDES, TUDE, 2021).

No Brasil, os índices de mortalidade chegaram a números alarmantes: com 2,7% da concentração da população mundial, cerca de 13% das mortes ocasionadas pela Covid-19, no mundo, foram em território brasileiro, o que representa 33% dessa totalidade. Porém, é importante ressaltar que a pandemia não atingiu a população brasileira na mesma proporção. Indivíduos pertencentes a classes socioeconômicas menos favorecidas e pessoas negras sofreram os impactos mais drásticos desta crise sanitária (SOARES, 2021).

O sistema de saúde colapsou e muitos cidadãos não tiveram a garantia de direitos básicos. Milhares de pessoas em Manaus, no estado do Amazonas, morreram nas filas dos hospitais por falta de oxigênio, no aguardo de uma vaga na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Neste cenário catastrófico cerca de 696.809 brasileiros vieram a óbito. Para sobreviver ao caos, as pessoas se recolheram, se reinventaram e aprenderam a lidar com um cenário em transformação que impactou na vida da sociedade como todo.

Os danos que a pandemia da covid-19 ocasionou são irreparáveis, o que impactou diretamente na economia nas diferentes vertentes, nas práticas culturais e religiosas, no consumo, na vida cotidiana das pessoas e nas relações interpessoais. Individualmente ou coletivamente tivemos que encontrar formas de lidar com essa nova realidade. (POMPEU; PEREZ;

TRINDADE, 2021). Neste contexto, o uso das redes sociais e dos aparatos tecnológicos se intensificaram. O aparelho celular passou a ser um dos principais meios de comunicação no período de isolamento social - foram as chamadas de vídeo, os aplicativos de mensagens instantâneas e de relacionamento, entre outros recursos digitais que mantiveram as pessoas mais próximas.

A lógica das relações foi ressignificada: práticas cotidianas como ir ao supermercado, visitar os familiares ou ir à Igreja, por exemplo, deram lugar aos aplicativos de compra, eventos online, as *lives* culturais, ao estudo e trabalho remoto. Tudo isso parte do considerado “novo normal”. Segundo o estudo “Consumo e pandemia: as mudanças de hábitos e padrões de comportamento provocados pelo coronavírus”⁴ houve um crescimento na digitalização do consumo e no uso das tecnologias digitais para interação. O estudo aponta que 62% dos brasileiros usaram mídias sociais e digitais como forma de entretenimento e para se conectar com amigos. Já 74% passaram a usar os meios online para efetivação de compras.

Neste cenário, os indivíduos foram forçados a lidar com a cultura da conectividade em massa, uma tendência que ganha cada vez mais corpo mesmo no considerado ambiente pós-pandêmico. Se antes da pandemia o brasileiro já dedicava um tempo considerável do seu dia à navegação na internet, agora passa cerca de a 46 horas conectado por mês, o que representa um aumento de 31% em relação a janeiro de 2020.

Portanto, compreender a contemporaneidade na perspectiva de uma vida social midiaticizada, interconectada por uma rede de dispositivos tecnológicos, sejam eles os tradicionais – televisão e rádio - chegando à internet e redes sociais, é de suma importância, pois “os meios não são mais utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas faz parte da autocompreensão social e individual” (GOMES, 2016, p. 18). Quer dizer, essa cultura digital está tão imbricada no DNA da sociedade pós-moderna que se constitui como uma extensão da consciência humana, na qual a virtualidade traz uma nova concepção de existir no mundo. Essa relação vai além da utilização desses meios como aparatos para estudos, pesquisa, compras e relações, ela se configura como algo vital para o entendimento do lugar do indivíduo na sociedade: um novo ambiente que reconfigura o modo de ser, agir e pensar.

Nessa perspectiva, muitos negócios e instituições sem fins lucrativos, inclusive a Igreja e grupos religiosos, encontraram novas formas

4 Estudo desenvolvido pela Revista Veja em parceria com a EY Parthenon realizado em 2020.

de se comunicar com o público. No que diz respeito ao Santuário do Bom Jesus da Lapa, não foi diferente: durante a pandemia foi preciso repensar os mecanismos de contato com o romeiro. O desafio foi se fazer presente, como suporte espiritual para superar o momento de incertezas, e manter a conexão entre fiéis e o espaço sagrado, mesmo diante do isolamento social. Para superar essa adversidade, mecanismos tecnológicos mantiveram as pessoas conectadas ao Santuário, “a presença na ausência” (OLIVEIRA; DWORAK, 2021) fez toda diferença para a perpetuação da tradição romeira.

Para isso, algumas ações de comunicação se concretizaram ao longo da pandemia da Covid-19: a Romaria Virtual, com o lema “se você não pode vir Bom Jesus, o Bom Jesus vai até a sua casa”, *lives* com apresentações musicais, intensificação dos materiais de comunicação e suporte espiritual online, através da Campanha dos Romeiros,⁵ fizeram parte dessa estratégia de conexão, ao longo da pandemia, e trouxeram uma abordagem inovadora da comunicação institucional, o que manteve o elo da fé entre os romeiros e o Santuário do Bom Jesus da Lapa.

O Santuário e a conexão com o romeiro no distanciamento social

Em 20 de março de 2020, a Diocese de Bom Jesus da Lapa⁶, emitiu um comunicado oficial que, em suma, suspendia as celebrações eucarísticas, cultos e sacramentos com presença dos fiéis, nas 18 paróquias pertencentes a diocese, incluindo o Santuário do Bom Jesus da Lapa, que também faz parte da organização pastoral. A decisão se deu em virtude da pandemia da Covid-19. Na nota, o bispo diocesano Dom João Santos Cardoso⁷, afirmou que as medidas foram tomadas para preservar a saúde dos fiéis. Em entrevista⁸ à TV Bom Jesus do Santuário do Bom Jesus da Lapa, o religioso convidou os romeiros a oração e ao recolhimento espiritual para vencer o período de crise epidemiológica: “neste tempo quaresmal, dirijamos ao Bom Jesus com lágrimas e preces, suplicando pelo fim desta pandemia” (TV BOM JESUS, 2020).

5 Campanha de arrecadação de fundos do Santuário do Bom Jesus da Lapa.

6 A Diocese de Bom Jesus da Lapa compreende 15 municípios do Sudoeste e do Oeste da Bahia, fazendo fronteira com os estados de Goiás e Minas Gerais, ocupa um território de 56.880,43 Km² e tem uma população de 376.715 habitantes.

7 Atualmente administrador diocesano de Bom Jesus da Lapa e arcebispo eleito de Natal-RN.

8 Matéria disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z9nKx6riQEg>>.

Diante dessa situação inédita nos mais de 329 anos de romarias à Igreja da Lapa, o Santuário do Bom Jesus da Lapa se viu em lugar antes não imaginado: como realizar as romarias sem a presença de quem as faz acontecer, neste caso, o romeiro? Como manter os fiéis próximos do Santuário, mesmo em tempos de distanciamento social? A resposta estava no próprio mecanismo de comunicação, implantado na estrutura organizacional, desde 2009: o setor institucional de comunicação e marketing. Investimento que trouxe uma característica inovadora para a região do Médio São Francisco e a comunicação católica da Bahia. Entende-se como inovação organizacional “a implementação de novos métodos organizacionais, tais como mudanças em práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa” (FINEP, 1997).

A ideia inicial era criar um canal de transmissão, no qual os romeiros pudessem acompanhar o dia-a-dia do Santuário e estar mais perto do Bom Jesus. Nesse intuito, nasceu a Web TV Bom Jesus, um canal de comunicação com transmissões ao vivo das celebrações diárias, festas religiosas, romarias e notícias locais, utilizando a internet. A primeira transmissão aconteceu em 2003 e foi feita da gruta do Bom Jesus da Lapa - a principal gruta do Santuário, onde fica localizado o altar Mor do Bom Jesus – com câmeras de segurança utilizando a plataforma *Google+*⁹. Apenas em 2010, as transmissões começaram a acontecer pelo *YouTube*¹⁰. Logo após, o setor foi se estruturando com a contratação de profissionais, investimento em equipamentos e uma grade fixa de programação. Ao longo dos anos o trabalho ganhou notoriedade e espaço em emissoras católicas, como a TV Aparecida e a TV Pai Eterno. Hoje a TV Bom Jesus do Santuário retransmite semanalmente celebrações específicas para estas redes de televisão abertas.

No que se trata das estratégias voltadas para a pandemia da Covid-19, o Santuário do Bom Jesus da Lapa foi um dos primeiros Santuários do Brasil a usar o termo “Romaria Virtual”¹¹. As celebrações, no molde digital, foram iniciadas em maio de 2020 com a realização da Romaria do Terço dos Homens, seguindo o calendário de programação naquele ano. Neste caso, apenas os religiosos participavam das celebrações. Porém, o Santuário da Lapa manteve as portas abertas para um número reduzido de pessoas, só

9 Foi uma mídia social e serviço de identidade mantido pela Google LLC.

10 Plataforma de compartilhamento de vídeos pertencente a Google.

11 Link da chamada para a “Romaria Virtual”: <<https://www.youtube.com/watch?v=jDDuV-K9cjs&t=3s>>.

era permitido a entrada de 200 visitantes por dia, tendo como regras: não tocar nas imagens, usar máscara e manter distanciamento social.

A realização do Novenário e Festa do Bom Jesus da Lapa, também, aconteceu sem a presença do público. No período que antecedeu a festa, os romeiros foram convidados a enviar vídeos compartilhando o sentimento de esperança em dias melhores. Muitos enviaram materiais fazendo a contagem regressiva para a romaria. No dia da Festa, 6 de agosto, a Esplanada que fica tomada de romeiros amanheceu vazia. A alvorada pelas ruas não aconteceu. A procissão que reúne milhares de romeiros deu espaço para um percurso na cidade, no qual o andor foi levado em um carro de apoio e não nos braços do povo, como manda a tradição.

No presbitério da Esplanada aconteceu a celebração de encerramento da primeira romaria da história, em que os romeiros não puderam dizer: “e agora vou me “bora”, adeus, adeus, Bom Jesus”. Em um vídeo¹² publicado pela TV Bom Jesus relatando o encerramento da romaria do Bom Jesus da Lapa, um momento simbólico é mostrado: uma família reunida em casa, com o chapéu de romeiro, camisa oficial da romaria 2020, cantando, participando da celebração pela internet como se estivesse ali aos pés do Bom Jesus. O que mostra que mesmo de longe, os romeiros seguiam professando o ritual de fé.

Para além disso, outras iniciativas como a série de vídeos “Rezando com o Bom Jesus”¹³, produção feita para redes sociais Instagram, Facebook e canal do YouTube, deram suporte espiritual no período pandêmico. Os padres eram os porta-vozes de palavras de fé e esperança. Rezando aos pés do Bom Jesus, colocando-se no lugar dos romeiros, mostrando imagens das principais grutas, com a pretensão de aliviar a saudade daquele templo sagrado. Os romeiros de casa se sentiam contemplados mesmo sem viver a experiência do encontro presencialmente.

Outra iniciativa foram as *lives*¹⁴ culturais com artistas regionais e de renome como Padre Zezinho e o cantor Sérgio Reis, que levaram entretenimento aos internautas e uma característica marcante dos romeiros da Lapa: a alegria em estar na Lapa do Bom Jesus. Através de aplicativos de mensagens instantâneas, site institucional e ligações telefônicas, os romeiros enviavam seus pedidos de orações e súplicas. O Santuário manteve

12 Link para a matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=qDaI9f4fTYk>

13 Link para vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=fqwZd83fYGc&list=PL4ppaa8A-tb3mIVg4OCb6_M3p6wqSYx7m&index=1

14 Endereço eletrônico lives promovidas pelo Santuário do Bom Jesus da Lapa: <https://www.youtube.com/watch?v=WfDUz6a443M>

esses canais de contato direto com o romeiro, transmitindo mesmo que tecnologicamente, um apoio espiritual, ajudando-os a superar o momento coletivo de dificuldade.

Foi possível manter a ligação com o Bom Jesus e com o Santuário da Lapa através das orações em família, graças às tecnologias da modernidade que permitiam acompanhar a programação das atividades religiosas ocorridas no Santuário. (OLIVEIRA; DWORAK, 2021).

E todo esse movimento foi registrado e transmitido em tempo real pela TV Bom Jesus, associada à produção de conteúdo para as redes sociais, transmissão pela Rádio Bom Jesus FM e TVs abertas católicas. Percebe-se, então, que houve uma convergência dos meios tradicionais e digitais para que a estratégia de marketing e comunicação trouxessem resultados positivos em números de acesso e visualizações e, o mais importante, criasse uma relação de proximidade – conexão - com os romeiros. Essa visão sistemática de convergência midiática, em que os meios de comunicação não se anulam, e sim se complementam foi uma prática inovadora por parte do Santuário da Lapa, pois na contemporaneidade, o consumidor (e cidadão) utiliza múltiplas mídias, simultaneamente, para completar a sua experiência. Fenômeno que acompanha as transformações socioculturais da modernidade (Jenkins, 2009).

E os resultados dessa junção de mídias foram positivos: durante a pandemia o número de seguidores no canal do *YouTube*¹⁵ (TV Bom Jesus) chegou a 100 mil inscritos, atualmente o número corresponde a 184 mil inscritos, o que rendeu ao Santuário do Bom Jesus da Lapa a placa de prata¹⁶ do YouTube como reconhecimento pelo crescimento. Nas redes sociais, os números também cresceram de forma expressiva: antes da pandemia o número de seguidores no Instagram¹⁷ era de cerca de 20 mil – os números atuais correspondem a cerca de 120 mil seguidores, até o momento desta pesquisa.

Portanto, nota-se que a estratégia do Santuário do Bom Jesus da Lapa em se fazer presente nas plataformas digitais, no período da pandemia da Covid-19, trouxe um diferencial na dinâmica de interação com o público. Apresentou um caráter inovador que se deu desde a implantação do setor de comunicação e marketing, através da TV Bom Jesus, até a

15 Endereço eletrônico da TV Bom Jesus do Santuário do Bom Jesus da Lapa: <https://www.youtube.com/@santuariolapa>

16 As placas do Youtube são parte do programa de Prêmio para criadores de conteúdo.

17 Endereço eletrônico do perfil do Instagram do Santuário do Bom Jesus da Lapa: <https://www.instagram.com/santuariolapa/>

iniciativa da “Romaria Virtual”.

Considerações finais

A realização da “Romaria Virtual” foi uma estratégia assertiva de inovação de marketing, uma vez que contornou a necessidade do isolamento através dos meios de comunicação, tanto tradicionais quanto digitais, que permitiram a manutenção do exercício da fé e das tradições dos romeiros do Bom Jesus da Lapa.

É importante ressaltar que o entendimento das romarias como se deram no período da pandemia - de forma virtual, sem as peregrinações do povo à gruta - não se configurou da forma convencional, pois estas manifestações são “marcadas essencialmente pela caminhada, pela viagem, pelo deslocamento, pelo sacrifício e pelo desejo de entrar, de subir e de estar nos limiares do lugar sagrado (DWORAK, 2014, p.50), mas foram iniciativas importantes para a manutenção dessa tradição religiosa e cultural. Tendo em vista, que essas manifestações se adequam à contemporaneidade, ultrapassam os limites de tempo e espaço e se perpetuam de geração para geração.

Entende-se, assim, que a ideia de “Romaria Virtual” pode ser pensada como uma negociação entre a tradição e a contemporaneidade como uma inovação de marketing do Santuário do Bom Jesus da Lapa, que carece de um estudo mais profundado para além desse estudo exploratório que aqui apresentamos.

Referências

DWORAK, Krzysztof. **As Romarias da Lapa como experiência do encontro no contexto lítico do Santuário do Bom Jesus da Lapa: chamado e reposta.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo.; TUDE, João Martins. **A pandemia de covid-19 no Brasil e o falso dilema economia x saúde.** Salvador, EDUFBA, 2021.

FINEP. **Manual de Oslo:** diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3 ed. Brasília: OECD, 1997.

GOMES, P.G. Mídiação: um conceito, múltiplas vozes. **Revista**

Famecos, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução de Susana L. de Alexandria. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

OLIVEIRA, Sandra Célia Coelho G. S. S. de. **Romarias: um espaço de interação entre a tradição e a modernidade**. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

OLIVEIRA, Sandra Célia Coelho G. S. S.; DWORAK, Krzysztof. Mulher e a perpetuação da Romaria do Bom Jesus da Lapa: releituras do contexto. **Caminhos**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 562-575, 2021. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/9072/5375>>. Acesso em: 24 set. 2023.

PARTHENON, Ey. Consumo e pandemia: as mudanças de hábitos e padrões de comportamento provocados pelo coronavírus. **Veja Mercado**, 29 set. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/insights-list/insight-3>>. Acesso em: 24 set. 2023.

POMPEU, Bruno.; PEREZ, Clotilde.; TRINDADE, Eneus. Observatório da pandemia: a publicidade e as marcas no contexto da Covid-19. **Comunicação Pública [online]**, v.16, n. 30, 2021. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cp/12763>>. Acesso em: 24 set. 2023.

SANTUÁRIO DO BOM JESUS DA LAPA. Santuário Bom Jesus da Lapa, 2022. Disponível em: <<https://santuariodobomjesusdalapa.com/>>. Acesso em: 24 set. 2023.

SEGURA, Turíbio Vilanova. **Bom Jesus da Lapa: resenha histórica**. Bom Jesus da Lapa. Gráfica da Ave Maria, [s.d.].

SOARES, Marcelo. Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid-19 no Brasil: homem, pobre e negro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3ngHMMr>. Acesso em: 24 set. 2023.

TV BOM JESUS, Encerramento da Festa do Bom Jesus da Lapa 06/08/2020. **YouTube**, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qDaI9f4fTYk>>. Acesso em 20 set. 2023.

TV BOM JESUS. Celebrações estão suspensas na Diocese e no Santuário do Bom Jesus da Lapa por tempo indeterminado. **YouTube**, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z9nKx6riQEK>>. Acesso em: 20 set. 2023.



PARTE II

EMPREENDEDORISMO, STARTUPS E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE EM UMA EMPRESA A PARTIR DA GESTÃO POR OBJETIVOS E RESULTADOS CHAVE – OKR

*Renato Moraes Moura Costa Neto
Floriano Barboza Silva*

Introdução

As organizações buscam formas de se tornar mais eficientes e entregar resultados mais positivos para as partes interessadas nos resultados. Buscando uma participação mais ativa das próprias organizações em relação aos seus próprios objetivos e, por conseguinte, a seu crescimento, foi criada a “Gestão por Objetivos”. Nascida por volta dos anos 1950, ela surge devido a uma demanda por uma gestão mais eficiente das empresas.

A metodologia OKR, que significa “Objectives and Key Results” (Objetivos e Resultados-Chave), é um sistema de gestão de desempenho que se concentra na definição e acompanhamento de objetivos claros e mensuráveis. De acordo Castro (2017), OKR, pode ser definida como: “Abordagem simples para criar alinhamento e engajamento em torno de metas mensuráveis”. Ela ganhou popularidade principalmente devido ao seu uso por empresas do Vale do Silício, como Google e Intel, e tem sido adotada por muitas outras organizações em todo o mundo. Por este caminho que elas são indicadas enquanto alinhamento estratégico.

As OKRs ajudam a alinhar os esforços de todos os membros da equipe ou organização em direção a metas comuns. Isso evita que as equipes trabalhem em direções divergentes e garante que todos estejam focados nas prioridades certas.

A metodologia OKR incentiva a definição de um número limitado de objetivos prioritários. Isso ajuda a concentrar a atenção dos funcionários nos projetos e tarefas mais importantes, evitando a dispersão de esforços

em muitas áreas diferentes. Os OKRs são formuladas de maneira a serem mensuráveis, o que significa que é possível avaliar claramente o progresso e os resultados. Isso facilita a análise de desempenho e permite ajustes rápidos quando necessário.

Somado a isso, a metodologia, pode ser definida em intervalos regulares (geralmente trimestrais), permitindo que a organização se adapte a mudanças no ambiente de negócios ou nas prioridades estratégicas de forma ágil. Assim, nesta condição, pode-se refletir que a Gestão por Objetivos (GPO), é uma abordagem que visa melhorar o desempenho e a eficácia das organizações, definindo metas claras e mensuráveis para os funcionários e equipes.

Em contextualização, pode-se indicar que ela também foi popularizada pelo pesquisador Peter Drucker, consultor e autor de gestão; o estudioso destacou que a metodologia envolve um processo colaborativo entre os gerentes e seus subordinados, no qual as metas e objetivos são definidos de forma conjunta, levando em consideração a estratégia da organização, é uma abordagem flexível e adaptável que pode ser aplicada em diferentes tipos de organizações e setores. No entanto, seu sucesso depende da comunicação clara, do comprometimento da equipe e do apoio da liderança para garantir que os objetivos definidos sejam compatíveis com a estratégia organizacional e que sejam alcançáveis.

Articulado a ideia da utilização da OKRs, indica-se que um fenômeno particular tem se destacado bastante no campo das organizações, que são as *startups*. Elas são empresas que buscam fugir do convencional, seguindo a linha do empreendedorismo, dado que muitas se relacionam diretamente a causas sociais e se introduzem em espaços de grandes dúvidas (RIES, 2012). Um dos lugares que mais se destaca em relação à criação de *startups* é a cidade de Salvador, na Bahia. O número de empresas com esse perfil, quase dobrou de 2017 para 2021 e o prognóstico para os próximos anos, se mostra bastante favorável para a criação desse tipo de organização.

Ainda no campo das *startups*, devido à grande quantidade de empresas nascidas sob esse prisma, foi necessário dividi-las, de acordo com o setor em que atuam, assim surgiram as *techs*, que são empresas que de alguma maneira ajudam a desenvolver uma tecnologia e faz uso dela para se tornar relevante no mercado.

Este trabalho, portanto, tem por finalidade entender sobre como a metodologia OKR (Objectives and Key Results) sendo uma abordagem específica dentro da Gestão por Objetivos e frequentemente usada em

startups e empresas de tecnologia, define e acompanha metas de maneira mais eficaz.

Neste sentido, buscou-se analisar a implementação dessa ferramenta na realidade soteropolitana de *startups*, de modo a disparar a questão norteadora desse estudo: Quais os benefícios e as dificuldades encontradas durante a implementação da metodologia OKR em uma startup RHtech em Salvador?

Isto posto, indica-se como objetivo geral analisar os resultados obtidos de um questionário com colaboradores antigos e atuais de modo a entender como a adoção de uma gestão por OKRs influenciou positivamente suas realidades e quais dificuldades foram encontradas durante a sua implementação em uma startups.

Assim, frente ao alcance do objetivo geral, destaca-se como objetivos específicos: 1. Aplicar um questionário para coletar as percepções de colaboradores da *startup* RH *tech* soteropolitana que utiliza a metodologia OKR em seu dia a dia; e, 2. Agrupar tanto os benefícios como as dificuldades encontradas durante a implementação nos diferentes setores da empresa e análise dos dados obtidos.

Por conseguinte, este artigo busca aprofundar a compreensão da interseção entre empreendedorismo, startups e inovação, adotando a perspectiva da gestão por objetivos e resultados chave-OKR. Ao explorar as nuances desses domínios interconectados, esperamos não apenas contribuir para a literatura acadêmica existente, mas também oferecer insights práticos que possam informar a tomada de decisões no contexto empresarial moderno.

Ao longo das próximas seções, mergulhar-se-á na análise articulada com as teorias fundamentadas, examinaremos estudo de caso e delinearemos o arcabouço metodológico que guiará nossa pesquisa. Acredita-se que uma compreensão mais profunda desses temas não apenas enriquecerá nosso conhecimento teórico, mas também fornecerá orientações valiosas para empreendedores, gestores e líderes de *startups* que buscam criar e impulsionar inovações significativas em suas respectivas indústrias.

RIES, E. (2011 E 2012). O empreendedorismo, as startups e a inovação são temas fundamentais no mundo dos negócios contemporâneos. A gestão por objetivos e resultados chave, conhecida como OKR (Objectives and Key Results), é uma abordagem de gerenciamento que se tornou popular nas últimas décadas, especialmente em empresas de tecnologia e startups. Vamos analisar como o OKR se relaciona com o

empreendedorismo, as startups e a inovação:

No contexto do empreendedorismo, as OKRs podem ser uma ferramenta útil para ajudar os empreendedores a definir metas claras e mensuráveis para seus negócios. Eles podem estabelecer objetivos de curto e longo prazo, como aumentar a base de clientes, melhorar a retenção de clientes ou aumentar a receita.

As OKRs também podem ser usadas para monitorar o progresso e adaptar estratégias à medida que uma startup cresce e enfrenta desafios inesperados. Isso ajuda os empreendedores a manter o foco em suas metas e a tomar decisões baseadas em dados.

Como as startups muitas vezes operam em ambientes de alta incerteza, é essencial se adaptarem rapidamente. As OKRs são flexíveis e podem ser atualizadas trimestralmente, ou que se alinham bem com a natureza ágil das startups, que utilizam a metodologia para contribuição à inovação, definindo metas ambiciosas para o desenvolvimento de novos produtos, aquisição de clientes ou expansão de mercado. Os resultados-chave permitem que a equipe avaliada esteja no caminho certo para alcançar esses objetivos.

A inovação é um componente crítico para que o sucesso das startups e a gestão por OKRs possam promover a cultura da inovação. As empresas definem objetivos relacionados à pesquisa e desenvolvimento, à experimentação e à melhoria contínua.

As OKRs também podem ser usadas para medir o impacto das inovações. Por exemplo, uma startup que deseja introduzir uma nova funcionalidade em seu produto pode definir um resultado-chave relacionado ao aumento da satisfação do cliente após o lançamento da funcionalidade.

Além disso, as OKRs promovem a transparência e a responsabilidade, pois todos na organização podem ver quais são os objetivos e como eles estão progredindo na direção a eles. Isso é particularmente importante em startups, onde a colaboração eficaz e o alinhamento são essenciais.

Em resumo, a gestão por objetivos e resultados chave (OKR) desempenha um papel significativo no empreendedorismo, nas startups e na promoção da inovação. Ela fornece uma estrutura eficaz para definir metas, medir o progresso e promover uma cultura voltada para resultados, tudo o que é fundamental para o sucesso nesse ambiente de negócios dinâmicos e competitivos.

Metodologia OKR

Levando-se em consideração a necessidade de um referencial bibliográfico, averiguou-se estudos recentes realizados na área de estratégias de negócios, cujo enfoque fosse em metodologia OKR, dada a sua aplicação na empresa que se desejava estudar.

De acordo (LAMORTE E NIEVEN, 2016, p.115), a metodologia OKR (Objectives and Keys Results) é definida como “um framework (estrutura, modelo) de pensamento crítico e disciplina contínua que visa garantir que os funcionários trabalhem juntos, concentrando seus esforços para fazer contribuições mensuráveis que impulsionam a empresa para frente.” .

Já para Mello (2016), “OKRs é uma ferramenta de gestão empresarial. Facilitam o planejamento e a execução da estratégia de uma organização através do desdobramento de objetivos de negócio para todos os times e alguns indivíduos.

Um recente estudo realizado por Santana (2019) propõe que a metodologia OKR, à época de sua realização, era pouco conhecida e divulgada sendo mais utilizada em *startups*, as quais foram o objeto estudado nesse artigo.

Ainda de acordo com Santana (2019) a utilização da metodologia OKR oferece uma série de benefícios para empresas que a aderem, os quais podem ser agrupados de maneira eficiente nas oito classificações descritas pelo autor: comunicação, agilidade, foco, transparência, engajamento, pensamento visionário e *stretching*. Tais benefícios e suas respectivas descrições podem ser verificadas na Figura 1:

Figura 1 - Quadro de benefícios de aplicação da metodologia OKR

Benefícios	Descrição
Comunicação: <i>OKRs são fáceis de entender</i>	Tudo devido a simplicidade da ferramenta, a qual já se inicia facilitando a disseminação do conhecimento pela própria taxonomia simples do OKR, desenvolvendo somente Objetivos e Indicadores Chave.
Agilidade: <i>Cadência curta para aumento da agilidade</i>	A possibilidade de customização e definição das prioridades de maneira frequente, torna essencial a busca por novas informações a serem capturadas, analisadas e transformadas em conhecimento, para que seja usada como potencializador da estratégia ou modificador do negócio. Além disso, esse aumento da agilidade causa uma maior disciplina para que as decisões não sejam postergadas.
Foco: <i>OKRs demandam foco no mais importante</i>	O mundo se tornou uma fonte intensa de produção e absorção de conteúdo. Com isso, a importância do OKR só aumenta, já que para tal deve estar focado sobre o que é mais importante para organização naquele exato momento. Assim, devem ser isoladas as prioridades fundamentais e focados as potenciais variáveis envolvidas em levar o negócio à frente.
Transparência: <i>Faz os OKRs se tornarem visíveis</i>	OKRs bem desenvolvidos fazem com que exista a necessidade de cooperação com outros times, de modo a incentivar não só o conhecimento do que é importante, mas também garantir que se gere a maior quantidade de inputs para o aumento da possibilidade de eficácia.
Engajamento: <i>Facilita reuniões focadas e direciona o engajamento</i>	Já que os OKRs devem ser traçados se utilizando tanto de estratégias Top-down quanto Bottom-up, é esperado que os colaboradores tenham falas legítimas dentro do processo, então se tem oportunidade para engajar com a estratégia durante a implementação, execução e análise para traçar planos de ação.
Pensamento Visionário: <i>Promove pensamento visionário</i>	O OKR tem o espírito de errar e aprender rápido, devido ao risco imbuído em suas estratégias, principalmente proveniente da busca por diferenciação de mercado.
Stretching: <i>Fazer as pessoas alcançarem objetivos inimagináveis</i>	Algo muito citado por John Doerr é a possibilidade de possuir objetivos de comprometimento e objetivos inspiracionais. Normalmente a habilidade de fazer alcançar objetivos nunca antes desenvolvidos ou idealizados está relacionado ao aspiracional, o que tende a transformá-lo em objetivos de alta intensidade. Para que esse tipo de objetivo consiga ir a frente, é importante que não pareça que se deseja fazer algo muito grande em um espaço de tempo muito curto, para que consiga ser mantido o nível de realidade. Assim, é de extrema importância o comprometimento dos líderes e dos colaboradores, demonstrando a importância da entrega e a crença da possibilidade de alcançar o resultado.

Fonte: Santana (2019)

Dessa forma, novas organizações que surjam ou até empresas constituídas, que busquem se atualizar para serem competitivas em seus respectivos mercados podem averiguar se a metodologia OKR se adequa a sua realidade ou se devem optar por outra metodologia. Além disso, aquelas que desejarem aderir esse recurso, poderão identificar possíveis dificuldades que venham a encontrar em suas realidades e já se prepararem.

Para essa pesquisa, foi aplicado o questionário como geração de dados, para realizar uma pesquisa de ordem qualitativa, com execução entre o período de 04 de novembro de 2022 a 15 de novembro de 2022. O instrumento foi composto por quatro questões, sendo uma objetiva, permitindo a escolha de mais de uma das opções e três outras questões onde o colaborador podia se expressar com a quantidade de palavras que acreditasse ser a mais correta.

A primeira pergunta buscou entender de maneira intuitiva, qual dos benefícios identificados por Santana (2019) os colaboradores mais identificaram nas suas respectivas realidades. Em seguida, foram trazidas as cinco fases para implementação da metodologia em uma empresa e em

seguida foi perguntado a percepção dos colaboradores. Os respondentes deveriam avaliar se haviam percebido esse passo a passo ou se algo foi postergado.

A terceira pergunta abria espaço para entender no que a metodologia facilitou a realidade dos colaboradores. Por fim, a quarta pergunta buscou entender as dificuldades encontradas e se há algum padrão nas respostas dadas, valendo o ressaltado de que alguma dificuldade seria esperada, principalmente no que se refere à definição dos objetivos e dos resultados-chave.

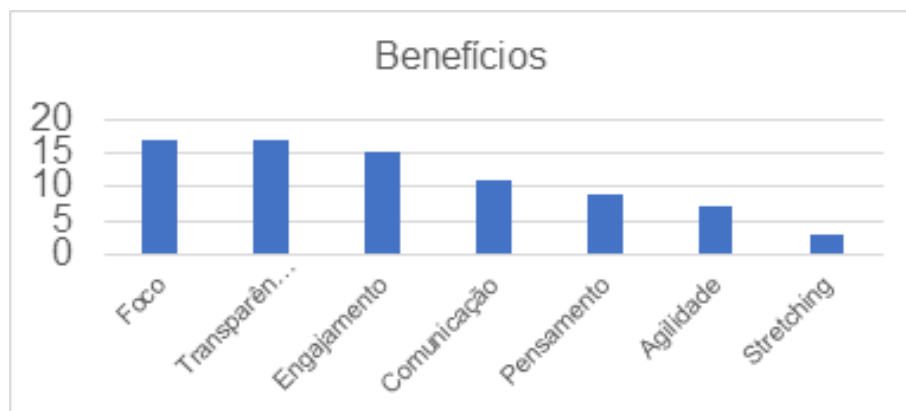
Foi obtido um total de 21 (vinte e uma) respostas, que serão analisadas mais adiante no presente trabalho.

Análise de dados

Benefício pré-definidos

Finalizada a aplicação do questionário e validada as respostas dadas ao questionário, a análise da primeira pergunta foi em relação aos benefícios estabelecidos no estudo realizado por Santana (2019). Diante da pergunta realizada, obteve-se o seguinte resultado:

Figura 2 - Gráfico dos benefícios pré-definidos



Fonte: Autoria própria (2022).

É importante relatar que os membros poderiam escolher quaisquer benefícios que, segundo suas próprias percepções, tivessem identificado

em seu dia a dia. Observa-se que os maiores benefícios, previamente definidos, encontrados foram foco e transparência, seguido de perto pelo engajamento.

O benefício do foco está relacionado à suposição de que a metodologia OKR ajuda quem a utiliza a focar nas atividades mais importantes por parte dos membros. Dado que 17 das 21 pessoas escolheram essa opção, é de se supor que na empresa estudada os membros tendem a focar no que consideram ser o fundamental para o avanço da empresa, o que pode ser considerado uma das forças da empresa.

Outra vantagem bastante identificada pelos respondentes foi o da transparência. A transparência como um benefício, se relaciona com tornar fácil o caminho para onde se deseja seguir, seja como indivíduo, seja como empresa. Quando a metodologia OKR é bem aplicada nas organizações, há cooperação entre os times que a compõe, de modo que não apenas o conhecimento obtido é importante, mas também o compartilhamento das informações, permitindo maior eficácia entre as equipes e criando um sentimento de time. Considerando-se que a mesma quantidade de pessoas que selecionaram o benefício foco, também selecionou o benefício transparência, é possível afirmar que há um sentimento grande de união entre os membros da empresa estudada.

Por fim, um último benefício destacado foi o engajamento. Ele se conecta com realizar reuniões focadas em assuntos e orienta para onde se deve engajar. Como os objetivos e resultados-chave devem ser criados junto à estratégia da organização, espera-se que os membros do time sejam capazes de cativar uns aos outros em prol da estratégia e se pensa ações a partir das informações obtidas no período. Por essa razão, ainda que esse benefício tenha conseguido duas respostas a menos que o foco e a transparência, também se pode identificar a capacidade de motivar os membros, como algo positivo.

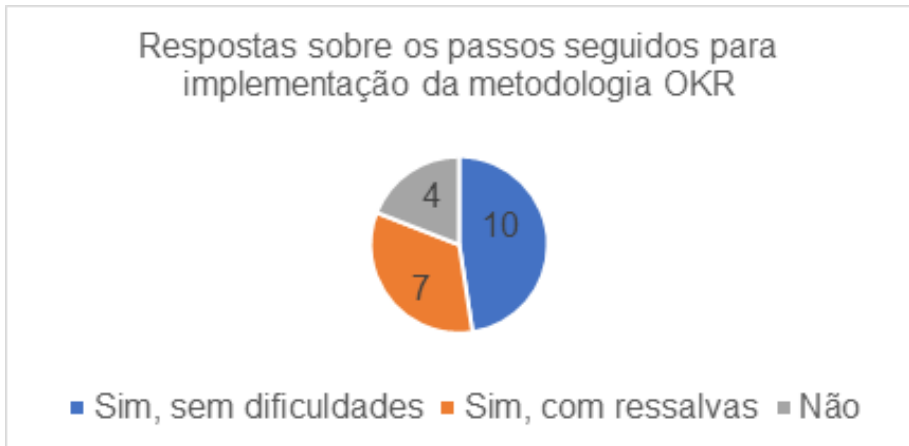
Etapas para a implementação da metodologia

A segunda pergunta realizada foi sobre a percepção dos membros da empresa em relação à aplicação da metodologia. É importante ressaltar que as etapas para uma boa execução da metodologia nas organizações, segundo a literatura pesquisada, devem seguir os seguintes passos: *criação, refino, alinhamento, finalização e transmissão* (grifo nosso, 2023).

As vinte e uma respostas obtidas, foram agrupadas em três

classificações, sendo elas: “Sim, sem dificuldades”; “Sim, com ressalvas” e “Não” chegando-se ao gráfico que pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 3 - Gráfico das etapas de implementação da metodologia OKR



Fonte: Autoria própria (2022).

Observa-se que a maioria afirmou que os passos foram seguidos, necessitando ressaltar que alguns notaram que algumas etapas poderiam ser realizadas de uma maneira melhor. O que se relaciona com dificuldades em aderir à metodologia, principalmente em relação a alguns dos passos do processo.

Entre as pessoas que afirmaram não ter encontrado grandes dificuldades na implementação da metodologia, uma afirmou que os passos foram seguidos e detalha que ao iniciar o ciclo o CEO da empresa se reúne com os líderes para apresentar a proposta de objetivos gerais anuais e, após debater e alinhar o ciclo divulga para toda equipe o que se planeja para aquele período. A partir daí, as equipes criam seus objetivos e resultados-chave e os registram na plataforma *Qulture Rocks*, abordada anteriormente nesse trabalho, sendo possível acessá-los por qualquer pessoa. Outro afirmou que quando trabalhou com OKRs, pôde notar a sequência dos passos e, com isso, a cada iteração a metodologia se estabelecia de forma melhor e mais assertiva.

Já entre os respondentes que afirmaram que os passos foram seguidos, mas notaram alguma dificuldade ou empecilho, as dificuldades foram encontradas em diferentes etapas. Isso está dentro do esperado, dado que cada unidade do negócio trabalha a metodologia internamente de forma diferente. Dentre as pessoas que afirmaram que os passos foram

seguidos com ressalvas, uma afirmou ter encontrado dificuldades na parte do alinhamento, por causa da dificuldade em metrificar os resultados, outro encontrou problemas na transmissão e ainda afirmou ter sentido adversidades no monitoramento da metodologia e um último afirmou ter achado dificuldades na parte do refino e que um maior grupo de pessoas deveriam analisar as OKRs sugeridas.

Ainda no tocante aos respondentes que afirmaram ressalvas maiores, um dos respondentes afirmou ter dificuldades na criação, restando apenas a ele a seu grupo acatar as sugestões da liderança, dois outros afirmaram dificuldades nas mesmas duas etapas o refino e a transmissão, que segundo a visão de ambos poderiam ser mais bem realizadas e, por fim, um último respondente sentiu dificuldade no alinhamento e na finalização, pelo próprio desafio proposto pela metodologia. Uma parte dos respondentes, ainda afirmou que com o passar do tempo, compreenderam melhor as etapas do ciclo das OKRs e, uma vez assimilada a metodologia, ela se mostrou bastante positiva em seu dia a dia. Tais benefícios serão identificados mais à frente no presente trabalho.

Por fim, entre as pessoas que afirmaram que não identificaram as cinco etapas, uma delas afirmou que apesar de existir um monitoramento e controle do progresso, sentiu que o acompanhamento ficou relegado a segundo plano. Um outro sentiu dificuldade em relação a criação e pouca integração com o objetivo da empresa para os ciclos e um outro colaborador afirmou ter sentido dificuldades por causa da inexperiência em relação a metodologia, de modo que algumas etapas, como o refinamento e o alinhamento não tiveram continuidade.

As respostas dadas estão de acordo com o esperado. A implementação é um pouco difícil, mas, com o passar do tempo e sua melhor compreensão fica mais fácil utilizá-la no dia a dia, tornando-se algo natural e de fácil identificação pelos colaboradores quanto a sua contribuição para melhor realização do trabalho.

Melhorias a partir da implementação da metodologia OKR, segundo os colaboradores

A terceira pergunta realizada no questionário, buscou averiguar, segundo a opinião dos próprios colaboradores, como a metodologia OKR melhorou os seus respectivos desempenhos. A pessoa teve espaço aberta para escrever o que achasse melhor e, uma vez finalizada a aplicação do

questionário, agrupou-se as respostas, chegando-se a seguinte figura 4:

Figura 4 - Gráfico dos benefícios segundo os colaboradores



Fonte: Autoria própria (2022).

Uma vez que os benefícios não estavam previamente definidos, o respondente não era direcionado para uma das respostas, tal qual na primeira questão. Ainda assim, observa-se que a Transparência e o Foco, seguem sendo as respostas mais dadas pelos colaboradores, muito depois apareceram organização, produtividade e alinhamento. Apenas um dos 21 entrevistados afirmou não ter identificado nenhum benefício em relação às suas atividades do dia a dia, após a implementação da metodologia, afirmando apenas que sentiu mais pressão por entregar mais resultados.

Entre as pessoas que afirmaram em algum grau sentir mais transparência em relação aos resultados obtidos, boa parte delas afirmou que a implantação da metodologia ajudou em identificar em que grau e como estavam avançando no cumprimento de seus objetivos em relação aos objetivos da empresa, do setor e pessoais.

Um dos respondentes, por exemplo, afirmou que a metodologia tornou os resultados mais visíveis, trazendo transparência em relação aos seus objetivos e como atingi-los e promoveu a discussão para que toda equipe acrescentasse. Outro entrevistado afirmou que se sentiu mais próximo dos grandes objetivos da empresa e o fez se sentir parte de um processo maior de crescimento. Também foi possível identificar que, muito aliado àquilo que estabelece a metodologia, pela tendência em se criar objetivos realistas e desafiadores, isso estimulou colaboradores a descobrirem meios de atingi-los.

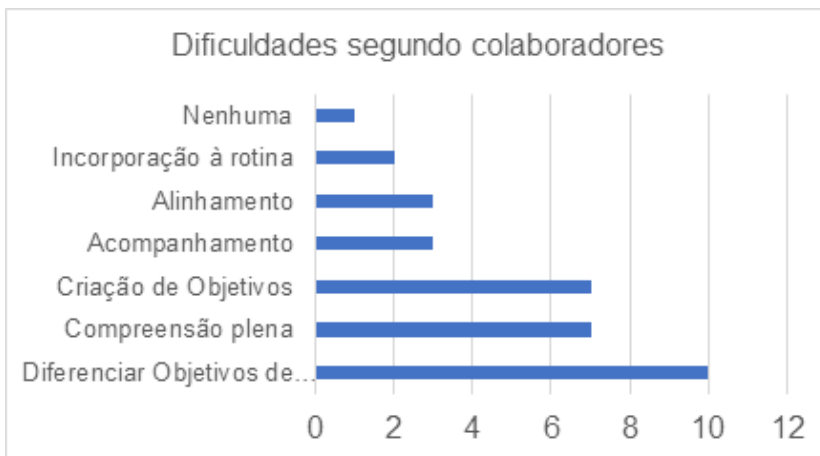
Já em relação ao foco, as pessoas que indicaram esse benefício afirmam que a presença da metodologia cooperou para que focassem no que era mais importante. Um respondente afirmou haver conseguido um entendimento de quais seriam os resultados e entregas necessários para a organização naquele momento e transparência para entender, contribuir e ajustar o trabalho da equipe para direcionar melhor os objetivos da organização.

Outro benefício observado em outra resposta foi a integração entre os objetivos das diferentes áreas, onde se afirma que agora a pessoa se sente capaz de entender o ponto de partida e o objetivo de seu trabalho e especialmente com quais outros objetivos ele se relaciona. Um último entrevistado ainda afirmou que utilizar OKRs facilitou em sua autorregulação, para focar no que de fato tinha relação com os objetivos, facilitado ao se adotar uma ferramenta que centralizasse as informações e permitisse atualizar o progresso de maneira simplificada.

Dificuldades encontradas durante a implementação

Por fim, foi solicitado aos colaboradores que falassem um pouco sobre as dificuldades encontradas durante o processo. Dado que há um grau de complexidade relacionado à aplicação da metodologia, esperava-se que fossem explicitadas as dificuldades encontradas para em seguida serem agrupadas. Dessa forma, chegou-se a figura 5 abaixo:

Figura 5 - Gráfico das dificuldades segundo colaboradores



Fonte: Autoria própria (2022).

Vale ressaltar que a pergunta era um espaço aberto para o colaborador se expressar e mais de uma dificuldade poderia ser identificada por ele. Assim, o total de respostas obtidas foi superior aos 21 colaboradores entrevistados.

Observa-se que a resposta mais encontrada foi justamente a diferenciação entre objetivos e resultados-chave, principalmente em um primeiro momento. Um dos colaboradores afirmou que dependendo do OKR, que seria criado para um determinado ciclo, é difícil definir os resultados-chave sem associá-los a uma ambiguidade, o que identifica a dificuldade associada a essa criação. Outro entrevistado disse que apenas após entender a diferença entre os elementos da metodologia, que ficou mais fácil entendê-la. Um último informou que quando não fazia a devida distinção entre os objetivos e os resultados-chave, isso criava lacunas que influenciavam os resultados.

A segunda dificuldade mais encontrada foi não compreender plenamente o que a metodologia propõe. Segundo um dos entrevistados, houve dificuldade no entendimento técnico sobre a metodologia por parte da equipe, enquanto outro colaborador afirmou que a maior dificuldade foi entender bem os conceitos e palavras-chave que definem a metodologia OKR. Um último membro da empresa ainda afirmou que, aparentemente, é necessário ter alguma experiência prática antes de se entender completamente, ou seja, segundo suas palavras, é necessário algum empirismo, para a melhor utilização.

Uma última dificuldade bastante encontrada foi a criação dos objetivos. Um dos colaboradores afirmou que sentiu dificuldades em extrair os objetivos, de acordo com o contexto em que estava inserido, apenas conseguindo superar essa dificuldade, após algum tempo da metodologia posta em prática. Outro afirmou que a abstração associada aos objetivos, lhe gerou dúvidas no decorrer dos períodos, não conseguindo, em um primeiro momento, metrificar objetivamente os resultados-chave criados para seu objetivo.

Considerações Finais

A metodologia OKR é uma realidade em parte considerável das empresas e os resultados colhidos por elas têm se mostrado bastante positivos, dada a popularização do método. No entanto, não é porque a metodologia se mostra eficaz, que ela não possui percalços durante o

percurso de sua implantação.

Na empresa analisada, segundo se observou, houve uma percepção bastante positiva em relação à geração de foco pelos membros, facilitando a eles focarem no que mais importava na realidade de cada um e relegando a segundo plano atividades menos importantes. Também se observou que a metodologia tornou mais clara a compreensão dos objetivos da empresa e permitiu uma melhor compreensão do caminho que cada um deveria seguir em prol dos propósitos da empresa. Também é importante destacar que priorizar esses objetivos permitiu uma melhor organização do caminho que deveria se trilhar dividindo em etapas que deveriam ser cumpridas.

Em se tratando dos passos que precisavam ser dados, notou-se uma boa elaboração segundo a maioria dos colaboradores da empresa. Vale ser ressaltado, que cada um dos setores da empresa trabalhou a metodologia internamente de forma diferente, o que explica porque nem todos os colaboradores experienciaram da mesma forma as etapas. De forma geral, a etapa menos trabalhada foi o refino, refletindo-se nas dificuldades encontradas.

Durante a implantação da metodologia foram identificadas dificuldades relevantes para sua completa execução. Entre as mais identificadas estão a diferenciação entre objetivos e resultados-chave e a definição do que seriam esses objetivos. Isso pode significar que futuras empresas que considerem aderir à metodologia em suas realidades precisam se atentar para como transmitirão a mensagem para seus membros, verificada a complexidade de sua concepção.

Em resumo, a gestão por objetivos e resultados chave (OKR) desempenha um papel importante no empreendedorismo, startups e inovação, ajudando a alinhar estratégias, manter o foco na execução, promover a inovação e criar uma cultura de aprendizado e responsabilidade. É uma ferramenta útil para empresas que buscam crescer e se adaptar em ambientes de negócios dinâmicos.

Conclui-se, portanto, que a metodologia OKR pode ser uma importante ferramenta estratégica para a gestão de empresas e que os benefícios podem ser facilmente identificados pelos membros, algum tempo depois de utilizada. No entanto, é bastante previsível que dificuldades ocorrerão durante a implementação e é função do gestor pensar ações para mitigá-las e tornar a experiência dos colaboradores a mais positiva possível, considerando os resultados que são viabilizados após os primeiros ciclos.

Referências

- CASTRO, F., Guia do iniciante para OKR, [s.l.], 2017. E-book. Disponível em: <https://resources.felipecastro.com/o-guia-do-iniciante-para-okr>. Acesso em: 20 jan 2022.
- Drucker, P. **The Practice of Management**. New York: HarperBusiness reissue edition, 2010.
- GROOVE, A. S.; YAMAGAMI, C. **Gestão de Alta Performance: Tudo o que um gestor precisa saber para gerenciar equipes e manter o foco em resultados**. São Paulo: Benvirá, 2020.
- KURZYNSKI, M. **Peter Drucker: modern day Aristotle for the business community**”, Journal of Management History, 15(4), pp. 357-374, 2009.
- Lamorte, B. **Objectives and Key Results: tips from an OKRs coach**. 2015.
- MACIEL, T.; ARCOVERDE, D. **Gestão por Objetivos e Resultados com OKR**. Núcleo de Tecnologia da Informação – Universidade Federal de Pernambuco (NTIUFPE). Recife. Disponível em: <http://www.xiwcticifes.ufba.br/modulos/submissao/Upload-353/86125.pdf>, acessado em: 07 de julh de 2023.
- MOURA, A. **Tech startups: o que é fintech, insurtech, healthtech e mais**. G4 Educação, 2022. Disponível em: <<https://g4educacao.com/portal/tech-startups-fintech-insurtech-healthtech-e-mais-exemplos>>. Acesso em 01 de jul. de 2022.
- NIVEN, P. R., LAMORTE, B. **Objectives and Key Results: Driving Focus, Alignment, and Engagement with OKRs**. 1. ed. Wiley Corporate F&A, 2016.
- RIES, E. **A Startup Enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. São Paulo: Lua de Papel, 2012.
- RIES, E. (2011). *The Lean Startup: How today’s Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses*. Nova Iorque: Crown Publishing.
- RIES, E. (26 de 03 de 2017). *The Lean Startup Methodolodgy*. Fonte: *The Lean Startup*: <http://theleanstartup.com/principles>
- SANTANA, T. M. de. **Metodologia OKR: Um Estudo Multicaso em**

Startups Baianas, Revista Formadores- Vivências e Estudos, Cachoeira-Bahia, v. 12, n. 8, p. 54-76, Dez, 2019. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1251/875>. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

SILICON Valley Historical Association. Intel, 2008 <https://www.siliconvalleyhistorical.org/intelhistory> , acessado em 04 de maio de 2022.

VASCONCELOS, C. **Salvador assume liderança em startups**. Correio, 2021. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/salvador-assume-lideranca-em-startups/>>. Acesso em 06 de mai. de 2022.

CREAR, ARRIESGAR E INNOVAR? UN ANÁLISIS DEL EMPRENDIMIENTO FEMENINO CUBANO ON-LINE EN TIEMPOS DE PANDEMIA EN BRASIL

Zaylin Leydi Powell Castro

Introducción

Los estudios sobre el empoderamiento femenino en el emprendimiento y la innovación, se soportan en teorías organizacionales y en teorías de género y feministas. En el estudio bibliográfico realizado, se encuentran las primeras aproximaciones en las teorías feministas a principios de la década de los sesenta con la aparición de trabajos de antropólogas feministas que concibieron el género como una construcción cultural que prescribe y regula relaciones entre los sexos, así como los roles y comportamientos que se atribuyen a lo masculino y lo femenino, (Kargwell, 2012). Posteriormente, resurgió en los noventa con autores como (Scott, 1996), adicionando a los estudios la idea de la construcción social del género, lo que implica que las relaciones sociales se basan en las diferencias que distinguen los sexos y el género en las relaciones de poder. En cuanto a la última década los estudios han girado en torno a aspectos como la igualdad de género en el contexto empresarial, las diferencias entre el emprendedurismo femenino y masculino y otro tema ya propuesto por (Scott, 1996) el que tiene que ver con las relaciones entre poder y género en el sector empresarial, (Suárez, 2011), (Abril, Cifuentes, 2019).

Los autores relevan aspectos como el poder que resultan interesantes cuando el sujeto a analizar en una organización es la mujer, ya que al “entrar en una relación de poder significa actuar sobre el prójimo, el cual no está totalmente desvalido y puede resistirse” (Abril ; Cifuentes , 2019, p. 35), con esto los autores muestran que el poder es inherente a las relaciones sociales y está vinculado al discurso, por tanto, no solo tiene que ver con las normas y reglas, sino que incluye aspectos como

el reconocimiento de la subjetividad y de la necesidad de los otros para el reconocimiento de la individualidad. Por lo que, una vez identificado el género como construcción cultural, como categoría relacional y como transversal a las temáticas a las cuales se convoca, se explicarán cada una de acuerdo a la bibliografía revisada. Es por esto que, el empoderamiento femenino se aborda como “la ruta para lograr autonomía, estimular la resistencia, la organización colectiva y la protesta mediante la movilización” (Camberos, 2011, p. 142). Donde la mujer, es un agente de cambio que puede transformar las estructuras que producen la discriminación y la desigualdad de género. Permitiéndole desarrollar habilidades y cualidades que le dan voz y voto para construir economías fuertes, sociedades estables y justas, encaminadas a alcanzar los objetivos de desarrollo sostenible en la sociedad. Los estudios de los últimos 10 años han evidenciado que el empoderamiento femenino, según Orsini (2012), como objeto de estudio, señalan la importancia de empoderar a las mujeres para el logro de una sociedad más igualitaria. De ahí que, el concepto de empoderamiento lo describa Murguialday, (2006) como el proceso por el cual las personas fortalecen sus capacidades, confianza, visión y protagonismo como grupo social para impulsar cambios positivos de las situaciones que viven. En la actualidad, las mujeres están más empoderadas para enfrentar retos y buscar la equidad de género. Por lo que, el emprendimiento femenino se presume como el resultado del empoderamiento de la mujer en sociedad, llevando a la acción sus ideales y metas, buscando ser agentes de progreso y de cambio (González, Vargas, Pineda, 2017). Al mismo tiempo, que la innovación femenina, se basa de acuerdo a (Chen, Su, Jong, Hippel, 2020), en la necesidad de producir algo que sea novedoso y que sea de interés en la sociedad. Es así como, la mujer parte de la idea de generarse oportunidades en las que pueda destacarse como líder emprendedora, sin dejar de representar los diferentes roles asignados por la cultura patriarcal en la que está inmersa.

En ese contexto, el emprendimiento femenino es percibido según Pallarès, Vera, (2018) como una herramienta con la que se obtiene reconocimiento del esfuerzo igual al de los hombres, al mismo tiempo que se reconoce el impacto en la sociedad y en la economía local y progreso de su entorno. Lo que implica que el emprendimiento femenino se integre con la innovación basados como lo afirman Zeb , Ihsan, (2020) en el empoderamiento como un sentimiento de seguridad y supervivencia personal activa en la economía, cruciales para el crecimiento y desarrollo de los países. Esta idea de emprendimiento se basa en la tendencia a

nivel mundial que es la revisión y análisis del emprendimiento femenino desde diversas disciplinas y autores como; Riaga, Mayorga, Orozco, 2008; Escobar, 2015; Díaz , Echevarría, 2016; Chong, 2016; Croce, 2020, los cuales evidencian que las mujeres crean menos empresas que los hombres, pero que esta proporción va en aumento; es decir, que en el mundo se observa un crecimiento del empoderamiento en las mujeres cuando deciden emprender sus ideas de negocios, en un mundo cada vez más exigente dejando de lado la diferencia por géneros y centrándose más en la supervivencia del trabajo, en el que se reconoce que el papel de la mujer es clave para la transformación del medio urbano, rural y para la productividad.

De la misma manera, se vincula la innovación femenina planteada por Ruoslahti, (2020), como la reinención de sus ideas y creaciones mismas; es decir, la mujer también cuenta con capacidades de conocimiento y competencias invaluableles que le permiten identificar oportunidades de mejoras y cambios positivos que añaden valor a sus emprendimientos, que combinados con el empoderamiento surgen como un motor necesario para una sociedad, y un país en general. Las publicaciones recientes de los temas tratados en este artículo, proponen modelos integradores que se extienden a teorías ampliamente estudiadas sobre el empoderamiento femenino, el emprendimiento y la innovación, aplicadas con éxito en estudios de género en campos del desarrollo económico, como Horta ; Martelo, 2018; Castillo, 2019; Croce, 2020; Paredes, Leal ; Saavedra, 2019; Zeb ; Ihsan, 2020; Hou, et. al., 2019; Ruoslahti, 2020; Mivehchi, 2019; Nair, 2019; Osorio ; Roldán, 2015; Zuluaga, Godoy ; Cifuentes, 2015; entre otros.

Es necesario agregar el concepto de emprendedor(a), quien es aquella persona con ideas innovadoras que desarrolla y comercializa en el mercado, percibe una oportunidad y crea un nuevo negocio (Kuratko, 2008). Es una figura necesaria en el desarrollo económico y social de una región y se encuentra ligado a la orientación emprendedora (Rauch, Wiklund, Lumpkin y Frese, 2009; Bierwerth, Schwens, Isidor ; Kabst, 2015). Debido a que el emprendimiento provee de un extenso conjunto de oportunidades de empleo e innovación, la discusión sobre cómo incentivar el espíritu empresarial ha cobrado relevancia (Kuratko, Hornsby; Hayton, 2015). Temas como el conocimiento, las habilidades y las actitudes requeridas en la formación de emprendedores gozan de una creciente atención entre académicos, investigadores y agendas políticas, tanto en economías desarrolladas, particularmente en los Estados Unidos y Europa (Kuratko, 2005; OECD, 2010), como en economías emergentes

(Harnecker, 2011).

Específicamente en el caso de Cuba, el concepto de emprendedor no ha sido abordado, ya que las formas económicas vigentes eran solamente estatales o de cooperación mixta. Los primeros estudios realizados en el campo del emprendimiento estuvieron centrados en la figura del emprendedor enfocado en sus características sociodemográficas y psicológicas (Fuentes, Albacete, Bojica, Fernández y Ruiz, 2008). Según Gartner (1985), el emprendedor tiene características individuales, las cuales permiten identificarle entre sus diferentes tipos (Ruiz, Sanz y Fuentes, 2015). Las variables que permiten esta caracterización analizan la experiencia profesional como un factor clave en la habilidad de crear el negocio (Catley y Hamilton, 1998) y la educación como una característica de impacto sobre la entrada inicial y la evolución de la empresa (Fischer, Reuber y Dyke, 1993; Morris, Webb, Fu y Singal, 2013). En la literatura no se reportan trabajos que hayan estudiado esta perspectiva de gestión, evidenciando una carencia de información relacionada con el emprendimiento cubano.

Según el Diccionario de la Real Academia Española (RAE), el emprendedor(ra) es la persona que emprende con resolución acciones o empresas innovadoras. Solo basta tener muchas ganas, una idea y un propósito en la vida para empezar a emprender.

El emprendimiento femenino ha conquistado una relevancia de tal envergadura gracias a la estadounidense Wendy Diamond quien en el 2014 consiguió que las Naciones Unidas reconocieran el 19 de Noviembre como el día Internacional de la Mujer Emprendedora, fecha que busca visibilizar y empoderar a la mujer y, por ende, acabar con la desigualdad de géneros.

Pese a la ausencia de estudios nacionales que se acerquen al emprendimiento femenino en Cuba, algunos estudios de casos van mostrando motivaciones y brechas que se repiten en los emprendimientos liderados por cubanas, como es el caso del artículo de las autoras Ileana Díaz Fernández y Dayma Echevarría León; Mujeres emprendedoras en Cuba: un análisis imprescindible, que resume un estudio de 60 negocios privados en la capital del país y particularizó en 22 emprendimientos donde las mujeres eran dueñas.

Publicado en el volumen Miradas a la Economía Cubana, en una selección de artículos editados por la Editorial Caminos en 2015, el texto presenta algunas motivaciones de las mujeres para emprender, según las expertas mencionadas. En este sentido hacen alusión a la necesidad

de hacer estudios que muestren la situación de las mujeres en el sector privado de acuerdo a su diversidad, a la socialización de sus éxitos, al aprovechamiento de sus potencialidades y de esa forma a la realización de un análisis interseccional que traiga a tona: la cuestión de género, edad y el color de la piel.

Es interesante y cada vez más frecuente, en todo el planeta, las personas que apuestan por la modalidad de teletrabajo o se autoemplean en un emprendimiento propio que les permite laborar desde la conexión a internet de sus casas, la cual tomó auge durante la Pandemia.

El mundo online se convirtió en el único medio de socialización, de comunicación, de trabajo y de difusión y transmisión de conocimientos y llegó dispuesto a transformar todos los escenarios, incluyendo el laboral. Teniendo como única fórmula, el hacerlo suyo y atreverse a usarlo.

No son pocos quienes escogen las potencialidades de la red de redes para levantar un modelo de negocio que necesita inversión mínima y esfuerzo máximo, pero que tiene todas las posibilidades de triunfar en el contexto actual. Y en este caso, la autora de este texto, como mujer negra y cubana que es, viviendo como emigrante en Brasil, se apropió también de este modelo de emprendedurismo, la cual se fortaleció durante la Pandemia.

Aunque no existen estadísticas oficiales, de la cantidad de mujeres que en la Pandemia tuvieron que reinventarse y convertirse en emprendedoras se sabe que muchas mujeres incursionan en este modelo.

En este artículo nos propusimos como objetivo abordar la cuestión de sí, en relación a la deseabilidad de poner en marcha una iniciativa emprendedora por parte de una mujer cubana emigrante en Brasil en el área de la educación, específicamente como profesora de Español a brasileños, es un sueño posible. Para su cumplimiento decidimos estructurarlo en tres epígrafes: el primero aborda los aspectos generales del emprendimiento femenino en Cuba, el segundo se centra en un análisis sobre el trabajo por cuenta propia o cuentapropista, y el tercero muestra la relación entre la innovación y el emprendimiento y los resultados. Para finalizar se realizan unas reflexiones finales a modo de conclusiones. En dicho estudio utilizaremos la metodología cualitativa.

Emprendimiento femenino en Cuba

El emprendimiento femenino es un proceso que tiene como fin la

creación de una empresa dirigida por al menos una mujer a partir de sus innovaciones, para ello es necesario diseñar una planificación efectiva de lanzamiento y funcionamiento de los productos.

Sus estrategias deben de inspirar la creatividad necesaria para fomentar otros proyectos novedosos y en este sentido el emprendimiento femenino abre la puerta a una mayor diversidad en el sector.

El espíritu emprendedor nace como un impulso natural que ante la falta de oportunidades busca la propia creación de estas, aprovechando al máximo los recursos existentes. A su vez, son mujeres capaces de detectar las principales necesidades en el mercado para cubrirlas a través de su proyecto.

Realmente supone una forma de emprender como cualquier otra, sin embargo, el hecho de que las mujeres tuvieran mayor dificultad de acceso a esta actividad a lo largo de la historia ha fomentado que, en contraposición, durante los últimos años el emprendimiento femenino haya experimentado un gran crecimiento y relevancia.

A pesar de la importancia económica de las mujeres emprendedoras, no existe un total consenso en la literatura respecto a la explicación del emprendimiento femenino. Las conclusiones sólidas existentes, principalmente, tienden a ser contradictorias entre ellas. La literatura académica provee poca o ninguna orientación práctica para las mujeres que quieran emprender o hacer crecer pequeños negocios; cuya limitada información se torna útil para iluminar las decisiones de políticas públicas; y, a su vez escasa respecto a cómo mejorar el ambiente en el que ellas y sus negocios se desarrollan.

En los últimos 25 años, el aporte de la investigación académica ha sido relativamente restringido en cuanto a la definición del concepto de emprendimiento femenino, su estado actual en el mundo y los factores claves que podrían ayudar a promoverlo (Greene, Hart, Gatewood, Brush y Carter, 2003). De toda la investigación generada, en menos del 5% de los estudios publicados hay una propuesta conceptual de emprendimiento femenino (Baker, Aldrich y Liou, 1997). Las metodologías más usadas son de carácter empírico y altamente localizadas a regiones específicas: un 90% de todos los estudios (Greene, et. al. 2003) descansan en el uso de encuestas circunscritas a un contexto geográfico, cultural, social o económico específico. En la mayoría de esos estudios se indaga en las características de las mujeres empresarias, principalmente las relacionadas a las características demográficas, motivaciones para emprender, operación

del negocio y cómo ésta se ve influenciada por experiencias empresariales previas (Carter, Anderson & Shaw, 2001). Esto ha generado una gran variedad y dispersión de la información, que por la poca representatividad estadística de los estudios en cuestión, impide sacar conclusiones generales. Lo cual limita la posibilidad de generar teorías y propuestas conceptuales de validez extendida (Moore, 1990). Adicionalmente, se observa que en la investigación de emprendimiento femenino hay una tendencia fuerte a comparar el performance entre hombres y mujeres. Este tipo de comparaciones ha arrojado resultados diversos. Por ejemplo, Chaganti y Parasuraman (1996) concluyen que los negocios que son propiedad de mujeres no presentan diferencias con los de los hombres en términos de la generación de empleo y el crecimiento, mientras que otros concluyen lo contrario (Bosma, et. al. 2004). Algunos otros estudios comparan los negocios como propiedad de hombres y mujeres en industrias específicas, pero incluso en este caso la evidencia resulta poco concluyente (Fisher, Reuber y Dyke, 1993). Algunos investigadores atribuyen esta falta de consistencia en las investigaciones a la ausencia de una teoría sobre la mujer emprendedora (Moore, 1990; Brush, 1992; Baker, Aldrich y Liou, 1997), resaltando la necesidad de separar la teoría de emprendimiento femenino de la teoría general del emprendimiento. Los primeros estudios de emprendimiento femenino se dieron a finales de la década de 1970 en Canadá, Estados Unidos y el Reino Unido. Sin embargo, el enfoque de estas mediciones estaba basado en una forma masculina de ver el fenómeno. En la mayoría de ellos se ha asumido que el emprendedor es varón; incluso existe una línea de investigación que ha sugerido que el emprendimiento es una forma de demostrar masculinidad. No fue sino hasta casi dos décadas más tarde cuando las diferencias de género fueron introducidas de manera más seria a la investigación, revelando así las deficiencias de la investigación que hasta ese momento se había hecho. Los principales aportes fueron planteados por Lois A. Stevenson, en octubre de 1986, en su estudio titulado "Against all odds: entrepreneurship of women". En este estudio, Stevenson identificó claramente las principales debilidades que existían para abordar el enfoque de género en la investigación de emprendimiento. Según Stevenson, la investigación de emprendimiento femenino afronta importantes limitaciones de tipo metodológico para formular conclusiones respecto de las diferencias de género y la influencia de éste sobre el emprendimiento.

Este hito en la investigación de emprendimiento femenino marcó la incursión del enfoque de género y la visión femenina del emprendimiento,

introduciendo novedades importantes a la investigación. Específicamente, introdujo el rol de género de la mujer, que en cualquier sociedad ella desempeña, en mayor o menor medida. El rol femenino incluye el de madre, esposa y ama de casa, a cargo del cuidado de los hijos, del hogar y de la familia. En este sentido, el enfoque de género en la investigación del emprendimiento femenino añadió el interés por estudiar la compatibilización de las responsabilidades del trabajo y las responsabilidades del hogar que tenían que afrontar las mujeres que emprendían negocios, más conocido como el balance trabajo-familia (Honig-Haftel & Martin, 1986). Además introdujo hallazgos relevantes en cuanto a diferencias de tipo psicológico, sociológico y cultural, relativos a las diferencias de género (Chaganti, 1986). Incluyendo, también, el cuestionamiento sobre los sesgos metodológicos impregnados en las investigaciones (Brush, 1992).

El emprendimiento en Cuba ha sido un tema poco abordado hasta hace relativamente poco tiempo con la apertura del llamado trabajo por cuenta propia. Esta denominación se considera una categoría amplia que tiene como característica común englobar el trabajo que se realiza a riesgo e iniciativa de una persona, sin embargo incluye en la misma acepción diferentes niveles de desarrollo y complejidad de ese trabajo, el que puede incluir tanto a personas autoempleadas como a aquellas que tienen una empresa mediana o pequeña para la cual necesitan contratar fuerza de trabajo.

Los estudios de emprendimiento en Cuba toman auge a partir de la ampliación del trabajo por cuenta propia en el 2010, ya que se considera a este sector potencial y portador de emprendimientos e innovaciones. El mayor empuje que se le ha otorgado al trabajo por cuenta propia desde 1959 comenzó en el 2010. Hoy el país cuenta con 200 actividades aprobadas para el ejercicio del trabajo por cuenta propia y un régimen impositivo específico para ellos.

Como muestra el Anuario Estadístico de Cuba (2019) publicado en 2020, el 33.95% de quienes se desempeñan en el trabajo por cuenta propia son mujeres. Especialistas coinciden que las dificultades en el acceso a recursos y activos, la falta de capital inicial y las brechas de género son factores que limitan el desarrollo de ellas en un sector que sigue padeciendo alta inestabilidad.



OFICINA NACIONAL DE ESTADISTICAS E INFORMACION (ONEI-Cuba):
Anuario Estadístico de Cuba 2014. La Habana, 2015.

El emprendimiento siempre conlleva riesgos. Más allá de las barreras descritas, la incorporación creciente de las mujeres en el sector no estatal ha permitido la disminución progresiva de la tasa de desocupación de las cubanas: de 3,5% en 2011 a 1,8% en 2018. Las cubanas sí apuestan por el cuentapropismo, y han demostrado que es posible emprender un negocio exitoso en Cuba.

Quedan potencialidades por explotar, pero resulta esencial, además, entender que en el caso de las mujeres el emprendimiento funciona a modo de red: una mujer emprendedora y empoderada contribuye casi siempre a empoderar a otras. Ganan todas.

En conclusión, en la última década, a pesar de que han existido avances en la investigación de emprendimiento femenino, y las mujeres han ganado espacios económicos, políticos y sociales, todavía existen carencias importantes en la investigación del fenómeno. Por un lado, es necesario generar propuestas de marcos conceptuales que incorporen la visión de género para guiar la investigación y conocer a profundidad la dinámica y el proceso emprendedor de las mujeres (Minitti, et al, 2005); y en paralelo es necesario generar información estadística relevante. Información que debe ser obtenida con instrumentos que incorporen el enfoque de género para

conocer y promover el papel de las mujeres emprendedoras en los países en vías de desarrollo (Brush, 2006).

Trabajo por cuenta propia o cuentapropista

En el año 1976 Cuba aprobó su primera Constitución Socialista, y en 1978 apareció el Decreto Ley 14 (Consejo de Estado, 1978), el primero referente al régimen jurídico del trabajo por cuenta propia. Dicha norma establecía los requisitos generales para el ejercicio de las actividades que eran anualmente autorizadas para ser llevadas a cabo en función de las producciones y servicios que no podrían ser satisfechos por las entidades estatales. Ello, sin dudas, demuestra el carácter subsidiario que poseía y que aún mantiene el trabajo por cuenta propia, aunque en función de complementar la actividad del Estado. Su fundamento esencial estaba en que dichas actividades laborales se debían realizar por los trabajadores autorizados, solos o con ayuda familiar no retribuida y, por consiguiente, sin emplear personal asalariado. Por tanto, se remarca la esencia de inexistencia de subordinación, remuneración o ajenidad en la realización de dichas actividades.

Igualmente, el ámbito subjetivo era amplio, en tanto los trabajadores vinculados a un centro de trabajo, aquellos que por razones ajenas a su voluntad no estaban contratados, los jubilados por vejez, las personas con capacidad laboral disminuida no vinculados y las amas de casa podían ejercer cualquiera de las actividades autorizadas.

Ya para los años noventa, y con la reforma constitucional de 1992, el trabajo por cuenta propia se convirtió en una vía de alivio de la economía cubana. Se le concedió un papel alternativo como fuente de empleo y para la prestación de bienes y servicios. Se inició así un reordenamiento laboral, producto del impacto en la economía cubana de factores internos y externos, entre ellos el derrumbe del campo socialista. De esta manera se reconocieron algunos negocios familiares y por cuenta propia que, siendo relaciones de trabajo de acuerdo a la realidad, no se consideraban laborales *strictu sensu* y solo tenían reflejo en el ordenamiento tributario.

A la altura de 2010 se retomó el reordenamiento laboral. Con el fin de estimular el trabajo (PCC, 2011, lineamiento 168) se ampliaron las actividades económicas autorizadas para el sector privado (PCC, 2011, lineamientos 167 y 168; Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 2013a, 2013b), lo que reconfiguró la economía e impactó en las relaciones

laborales. Para el año 2018, un nuevo paquete de normas jurídicas alrededor de la actividad por cuenta propia fue promulgado. Sin embargo, pese al relevante papel que les corresponde desempeñar a estos trabajadores como sujetos que complementan la economía cubana, la tutela que el derecho les ha dispensado es precaria en cuanto a las actividades en las que se observa una relación de empleo.

Si bien se mantienen vigentes las disposiciones del Código de trabajo (Asamblea Nacional del Poder Popular, 2014a) sobre estas relaciones de trabajo especiales, las nuevas normas jurídicas complementan a aquellas, aunque mantienen eufemismos que tienen un impacto directo en el ejercicio de derechos constitucionales, en el desarrollo de la economía cubana y en la construcción de una sociedad socialista, próspera y sostenible. En 2019 se modificó nuevamente el régimen jurídico de los trabajadores por cuenta propia.

En Cuba el término, cuentapropista era el sustantivo estándar para una persona que trabajaba en el sector no estatal y en solo unos años casi fue eclipsado por otros términos en el discurso popular. Los que antes eran cuentapropistas, ahora se pronunciaban emprendedores, dueños de negocios e incluso empresarios, después de la aprobación de las micro, pequeñas y medianas empresas, o *Mipymes* en agosto de 2021. Este cambio semántico a primera vista, algo aparentemente insignificante en realidad refleja un proceso social e histórico de gran importancia. Representa un esfuerzo sostenido en el sector privado para distanciarse del estigma que ha cargado durante décadas.

El estigma contra el sector privado tuvo sus antecedentes en particular, desde la década de los 60 donde fue instrumental anclar ciertos prejuicios contra propietarios de negocios, entretejiendo terminologías marxistas con particularidades de la revolución cubana, siendo usados insultos populares, como gusanos, parásitos sociales y escoria.

Estos términos despectivos se originaron después de 1959, en los primeros años de la revolución cubana, a raíz de que muchos dueños de negocios formaron parte del gran éxodo de opositores y críticos del nuevo gobierno revolucionario cubano.

Este estigma en contra una clase burguesa se reforzó en Cuba no solo en los discursos y medios oficiales, sino también en los programas educativos, particularmente en las escuelas ideológicas para trabajadores y en la programación dirigida a los niños. Al igual que en las Escuelas Básicas de Instrucción Revolucionaria (EBIR) y en los Pioneros Comunistas,

donde se pretendía colocar a los nuevos revolucionarios contra los parásitos y los traidores.

Al igual que en la década del 60, el estigma contemporáneo se ha centrado en la idea de que los cuentapropistas son codiciosos y movidos por el dinero, sin importar el marco legal o el costo moral. Para muchos cubanos el término, trabajo por cuenta propia, suena muy individualista con fuertes connotaciones con el capitalismo, y relacionado con el discurso expresado por Carlos Marx en su obra *El Capital*, sobre la lucha de clases entre trabajadores y burgueses.

Estas nociones fueron tan fuertes que en 2020 los medios independientes cubanos *El Toque* y *Periodismo de Barrio* organizaron un panel con figuras prominentes del sector privado, específicamente titulado: *Trabajadores en el sector privado: ni corruptos ni enemigos*. El enfoque entre los panelistas era hablar desde su realidad y rehabilitar la imagen de las más de 602 400 personas que trabajaban de forma privada en ese entonces.

Estos fueron los antecedentes históricos que hicieron que los emprendedores cubanos decidieran alejarse del uso del término *cuentapropista*, y comenzaran a utilizar otros términos para autoidentificarse, sobre todo el de *empreendedor*.

Es válido expresar que el trabajo por cuenta propia (TCP) trajo también experiencias positivas, las cuales se muestran en el aumento del número de mujeres vinculadas a esta actividad. Aunque la mayoría de ellas no son dueñas de negocios, sino que fungen como trabajadoras contratadas. Se nota un crecimiento discreto, pero constante, tanto en las mujeres en el sector, como en su proporción respecto a los hombres. Como se muestra a continuación en la siguiente tabla.

Mujeres en el cuentapropismo en Cuba (miles de trabajadoras)			
Año	Total	Mujeres	Por ciento
2010	228.1	29.5	12.9
2011	391.5	61.9	15.8
2012	404.6	63	15.6
2013	424.3	73.3	17.3
2014	483.4	142.5	29.5
2015	499	152	30.5
2016	540.8	174.8	32.3
2017	583.2	193.2	33.1
2018	580.8	197.2	34.0

Mujeres en el cuentapropismo en Cuba. <http://dx.doi.org/10.18041/entramado.2016v12n2.24239>

Es necesario pronunciar que independientemente de las posibles ventajas económicas, familiares y emocionales de la incorporación de mujeres al trabajo por cuenta propia, existen varias dicas para su mayor aumento, que expresaremos a continuación:

Aumentar las opciones de asesoría en derechos laborales, mercadeo, administración de empresas, temas contables, marcos jurídicos y conocimientos básicos para iniciar un negocio, lo cual constituyen acciones necesarias y urgentes para las cubanas cuentapropistas.

Aumentar las políticas estatales y opciones de ayuda económica y financiamiento, ya sea nacional o internacional, para desarrollar diseños de negocios que generen empleo femenino, y rompan la feminización de las actividades por cuenta propia y se extiendan a la comunidad, esto favorecería las oportunidades de negocios en mujeres deseosas de emprender, pero carentes de los recursos económicos para hacerlo.

Intensificar las alianzas del gobierno con el sector no estatal,

principalmente con aquellos negocios exitosos liderados por mujeres, puede contribuir a romper estereotipos de género en la sociedad.

Supone también una urgencia promulgar medidas, desde instancias de gobierno, con enfoque de género que reconozcan el trabajo no remunerado de las mujeres como trabajo.

Crear mecanismos eficaces para fiscalizar el cumplimiento de los derechos laborales y las garantías y protecciones determinadas por la ley es otra de las necesidades en Cuba.

En el caso cubano, los estudios de emprendimiento femenino toman auge a partir de la ampliación del trabajo por cuenta propia en el 2010, como muestra la tabla anterior, ya que se considera a este sector potencial portador de emprendimientos e innovaciones.

Relación entre la innovación y el emprendimiento

Los principales hallazgos en estudios e investigaciones, muestran que son más las mujeres que los hombres quienes inician un negocio por necesidad; generalmente las mujeres cuentan con un mayor nivel de estudios que los hombres, y la tasa de sobrevivencia de las empresas dirigidas tanto por hombres como por mujeres son similares, aunque el afán de supervivencia se nota similar entre ambos géneros. (Saavedra & Camarena, 2015). Las condiciones de desigualdad vienen despertando diversos intereses dado que, con más fuerza los individuos, cuando se enfrentan al emprendimiento conciben un espíritu de emoción y apasionamiento con el afán de salir adelante y demostrarse que con esfuerzo se pueden lograr metas personales y profesionales; cuando una mujer emprende, es sinónimo de tenacidad y empeño en lograr alcanzar su propósito a pesar de los roles de género asignados por la cultura patriarcal.

Es así que, en el campo del emprendimiento, se despierta la creatividad que conlleva a la innovación, la cual pretende complementar el arte del emprendimiento como fuerza de poder manifestado en los seres humanos en la actualidad; es decir, la innovación se presenta a todo nivel por medio de la creatividad. En el momento de llenarse de expectativas frente a sí mismo y con el ánimo de pretender cambiar su conformismo ante la realidad que vive, mediante su imaginación e ingenio creativo, el ser humano ve la necesidad de irrumpir por medio de la innovación buscando generar mejoras en desarrollos que antes se creían rígidos y creando oportunidades de ver las cosas con perspectiva. Es así que, la innovación es

el medio del emprendedor para generar valor diferenciador a algo; por lo tanto, la innovación femenina puede ser el resultado de acontecimientos inesperados, cambios de percepción y de nuevo conocimiento adaptados a las metodologías de hacer y operar el emprendimiento asertivo.

En mi caso en particular, la idea de emprendimiento surgió como un proyecto de vida, que se inició en un período de dificultades pues estaba sin beca de estudios, sin trabajo y sin la posibilidad de recibir la ayuda económica de amigos y familiares. Estas dificultades hicieron que me centrara en cómo solucionar mis problemas sin enfermarme en ese proceso. Lo que me llevó a publicar una Carta de Visita en Instagram donde ofrecía mis servicios on-line como profesora de Español a Brasileños. Es válido expresar que la Pandemia me benefició pues las personas estaban en casa sin poder salir e hizo que muchas personas invirtiesen su dinero en buscar como opción estudiar idiomas. La necesidad unida a la oportunidad facilitaron el proceso. En dos días había conseguido 6 alumnos: cinco de São Paulo, y uno de Rio de Janeiro. Este tipo de trabajo me permitió combinar mis rutinas hogareñas con las laborales y con mis proyectos de vida. Podría decirse que sin tener conocimientos de mercado, ni de oferta/demanda, ni tener la capacidad sobre cómo dirigir un negocio, sin siquiera tener una mentalidad económica capitalista, ni la capacitación y asesoría empresarial me lancé al mercado. Y, en práctica, dio excelentes resultados. Confieso que he aprendido emprendiendo y eso ha sido y sigue siendo, lo mejor de todo.

Por eso para mí como mujer emprender es una filosofía de vida. Es una forma de sentirme fuerte y empoderada, de ser independiente. Pienso que ser mujer emprendedora significa ayudar a otras personas a crecer, a que te des cuenta de los conocimientos que tienes, que otros los necesitan y puedes ofrecérselos, es como una especie de troca.

Si bien es cierto que en Brasil el ser mujer negra es un problema serio y en el mundo empresarial lo es mucho más, pues las mujeres negras somos las que menos representatividad tenemos en el emprendimiento, yo conseguí imponerme en ese mercado a través de cursos de Español desde el básico hasta el avanzado, y llegar al éxito. No fue fácil pero lo conseguí.

Consideraciones finales

El estudio realizado permite una aproximación a certezas y dudas sobre la mujer emprendedora en Cuba. La participación de la mujer se

incrementa cada año, sin que logren sobrepasar el 40% del total de los que están insertados en el sector. Las mujeres consideran que es mejor ser cuentapropista que trabajar para el Estado y sus motivaciones se concentran en la necesidad y oportunidad, pero en lo fundamental la mayor motivación son los ingresos personales en un grado elevado, después ser su propio jefe e independencia personal, antes que cercanía a la familia u otros aspectos vinculados a hijos. No les interesa el reconocimiento público. Los factores de éxito destacan su preocupación por bienes y servicios de calidad y a precios competitivos, así como atención a los costos. Se hace necesario constituir futuras líneas de investigación, que busquen comprender mejor los temas de emprendimiento femenino e innovación femenina, y definan la mujer emprendedora e innovadora desde una perspectiva profesional, empresarial y de género, al mismo tiempo, se requiere mayor información para comprender los factores y variables que inciden en la acción emprendedora de la mujer. Finalmente, los resultados demuestran cómo la mayoría de los estudios adoptaron enfoques de revisión de literatura, cuantitativos y cualitativos por separado, por lo tanto, indican la necesidad de enfoques mixtos que permitan comprender los comportamientos y características del empoderamiento, el emprendimiento y la innovación femenina, y los avances en la equidad de género.

Referências

AMORÓS, José Ernesto. **El proyecto global entrepreneurship monitor (GEM): una aproximación desde el contexto Latinoamericano.**

En: Academia: Revista Latinoamericana de Administración, 2011, no. 46, p. 1-15.

ECHEVARRÍA, Dayma y LARA, Teresa. **Cambios recientes: ¿oportunidad para las mujeres? En: Miradas a la Economía Cubana: el proceso de actualización.** La Habana. Editor Caminos, 2012, p. 123-138.

DÍAZ FERNÁNDEZ, Ileana; ECHEVARRÍA LEÓN, Dayma. **El emprendimiento en Cuba: un análisis de la participación de la mujer.**

En: Entramado. Julio – Diciembre. 2016 vol. 12, no. 2, p. 54-67. <http://dx.doi.org/10.18041/entramado.2016v12n2.24239>.

ECHEVARRÍA, Dayma. **Trabajo remunerado femenino en dos momentos de transformación económica.** En: Revista Temas, 2014, No. 80, p. 65-71.

GAMEZ, Jorge y NAVARRETE, Clemencia. **Jóvenes emprendedores ¿cómo son?** En: Gestión & Sociedad. Universidad Lasalle. 2009, vol. 2, no. 1, p.139-154.

GONZÁLEZ, C y ROSSI, M. **Feminización y diferencias salariales en Uruguay.** En: Cuadernos de Economía, 2007, vol. XXVI, no. 46, p. 75-106.

HELLER, Lidia: **Mujeres emprendedoras en América Latina y el Caribe: realidades, obstáculos y desafíos.** En. Mujer y Desarrollo 93. CEPAL. Santiago de Chile. Publicaciones Naciones Unidas. Enero 2010.

NÚÑEZ, M. **La cara de género del cuentapropismo habanero.** En: Revista Temas, cultura, ideología y sociedad. 2014, no. 80, p. 79-87.

OFICINA NACIONAL DE ESTADISTICAS E INFORMACION (ONEI-Cuba): Anuario Estadístico de Cuba 2009. La Habana, 2010.

OFICINA NACIONAL DE ESTADISTICAS E INFORMACION (ONEI-Cuba): Anuario Estadístico de Cuba 2014. La Habana, 2015.

ORTIZ, C. **Una revisión a la investigación en emprendimiento femenino.** En: Revista Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Militar Nueva Granada. 2008, vol. XVI, no. 1. p. 85-104.

VALLIERIE, Dave and PETERSON Rein. **Entrepreneurship and economic growth: evidence from emerging and develop countries.** En: Entrepreneurship & Regional Development. September-December, 2009, Vol. 21, no. 5-6, p. 459-480.

O FISCO TECNOLÓGICO E A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA INTRODUZIDA PELA EC 03/1993: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE

Camila de Sales Guerreiro Britto
José Gileá de Souza

Introdução

Na sessão temática realizada em 13 de junho de 2023 realizada no Senado Federal para debater a Proposta de Simplificação Tributária (PLP nº 178/2021), que foi convertida na Lei Complementar nº 199 em 01/08/2023, o Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, garantiu que “as obrigações acessórias vão acabar, porque a tecnologia avança nesse sentido e a Receita Federal já possui modelos que precisam ser testados”. Segundo ele, inclusive, já existe a utilização de inteligência artificial, com resultados “assombrosos”.

A lei supracitada teve por objetivo instituir o “Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias”, com fundamento no art. 146, inciso III, alínea b da Constituição Federal e propôs, em seu artigo 1º, como uma das formas de atingir os objetivos colimados, a “utilização dos dados de documentos fiscais para a apuração de tributos, fornecimento de declarações pré-preenchidas e respectivas guias de recolhimento de tributos pelas administrações tributárias”, demonstrando que a estrutura inaugurada no ano de 2007, com a instituição do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) pelo Decreto nº 6.022, é robusta o suficiente para, além de promover fiscalizações mais eficientes, prevenir fraudes e sonegações, também estimar o *quantum* de tributo a ser recolhido pelos contribuintes, antes mesmo da data de recolhimento.

Nada obstante, observa-se que o objetivo proposto pela lei supracitada – que é o de promover a simplificação das obrigações acessórias, especialmente no âmbito dos tributos indiretos, passa pela necessidade de

simplificar o próprio sistema tributário brasileiro. Este trabalho se propõe a investigar o quanto os avanços tecnológicos aplicados à administração dos tributos modificou (e continua modificando) a forma de atuação do fisco – tornando seu trabalho muito mais simples, voltado à auditoria de informações digitais, afastando, na maior parte dos casos, a necessidade de consultar documentos físicos – e o quanto as informações disponibilizadas espontaneamente pelos contribuintes têm a capacidade de tornar possível a execução de atividades (diga-se, a aferição de realidades individuais) que antes seriam impensáveis ou inexecutáveis.

A reflexão proposta se refere à Substituição Tributária (ST) do ICMS. À época da publicação da Emenda Constitucional nº 03 de 1993, que introduziu o parágrafo sétimo do artigo 150 – a chamada ST “para frente” ou “progressiva” –, o principal argumento que autorizou a instituição da medida foi a praticidade tributária. Para o fisco, é mais fácil cobrar o imposto dos responsáveis (um grupo reduzido de pessoas jurídicas escolhidas cuidadosamente pelo legislador) que do contribuinte, principalmente considerando o imposto sob enfoque, que é de natureza plurifásica.

Assim, o estado de necessidade da administração – conceito estudado por Isensee e Arndt (1976 e 1983, respectivamente, apud Derzi, 2018) – ou seja, o desequilíbrio entre as tarefas de arrecadar o tributo, impostas pela lei à administração pública, e o que esta tem efetivamente capacidade de fazer, tornaria inevitável a aplicação de generalizações, as tabelas, valores mínimos e outros padrões facilitadores da aplicação em massa da legislação. De outro modo, o custo da arrecadação seria muito alto, podendo inclusive superar o produto da própria atividade de cobrança de tributos.

Daí porque, para os referidos autores, deve-se renunciar à aferição do fato gerador individualmente – um a um, considerando todas as suas peculiaridades – para se utilizar as generalizações, desde que estas sejam capazes de representar a maioria dos casos, ou a média do sujeito obrigado ao pagamento de tributos. A sociedade estaria, assim, diante de uma flexibilização do princípio da legalidade em nome da praticidade, da economia administrativa, o que afastaria as “impossibilidades” de aplicação da norma tributária.

Por esse motivo é que, embora diversas vezes tenham se levantado à época contra a instituição do mecanismo da ST como método válido de apuração do ICMS, porque restaria afastada a sua característica principal, que é a não-cumulatividade, imperou a praticabilidade sob o argumento

de não tornar impossível, de difícil execução, ou extremamente custosa a atividade de fiscalização e cobrança do imposto.

Em razão disso, o presente artigo tem a pretensão de analisar se as motivações que levaram à constitucionalização da ST na década de 1990, em que a escrituração fiscal era 100% realizada através de documentos impressos, persistem ainda atualmente, em que o Fisco está altamente tecnologicado, promovendo avanços “assombrosos” através de inteligência artificial de última geração.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é mapear a legislação, a doutrina e os eventos que contornaram a constitucionalização da Substituição Tributária “para frente”, bem como a evolução do entendimento jurisprudencial acerca do assunto, para analisar, à luz do “fisco tecnológico” as condições necessárias para a continuidade da prática.

A abordagem utilizada neste estudo fundamenta-se no método qualitativo, que de acordo com Pereira *et al.* (2018), alicerça uma estrutura para a análise de fenômenos ou fatos, de forma a buscar conhecer o percurso, desde o ponto de partida até o ponto final, tornando, assim mais clara ou mais simples a construção. Para os supracitados autores, o método qualitativo dá liberdade à interpretação por parte dos pesquisadores com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo, a partir dos dados coletados, que ocorre muitas vezes por meio de dados secundários sobre bases literárias de obras amplas e diversificadas, bem como em sites oficiais do governo e eventos online.

O estudo possui natureza descritiva, que de acordo Pádua (2016) é muito utilizada para tratar de fenômenos ainda pouco desnudados que possuam alto grau de complexidade, fragmentação e interligações.

A coleta de dados e informações foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em livros publicados por autores jurídicos reconhecidos, coletâneas de artigos científicos, pesquisa de jurisprudência judicial, consulta à Constituição Federal e outras legislações de direito tributário, para compilação de ideias e conceitos considerados fundamentais ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Este artigo está dividido em cinco seções, a saber: começa com esta Introdução; a segunda seção apresenta um breve histórico da introdução do uso da tecnologia para fins fiscais; a terceira descreve o que seria o estado de necessidade administrativo; a quarta analisa o contexto normativo (legal e jurisprudencial) acerca da instituição da Substituição Tributária no Brasil; e a última seção apresenta as Considerações Finais.

O fisco tecnológico: breve histórico da disponibilização de recursos tecnológicos a serviço do ente tributante no Brasil

É possível afirmar que desde 1968 o uso da tecnologia tem impactado a experiência brasileira para execução de procedimentos fiscais-tributários. A esse respeito, o livro lançado em 2018 em homenagem aos 50 anos da Receita Federal informa que o primeiro computador adquirido pelo SERPRO foi chamado de “cérebro eletrônico” ou “pantera cor de rosa”, em referência à cor em que eram pintadas as suas unidades. O equipamento foi importado dos Estados Unidos e ocupava uma das sobrelojas do Palácio da Fazenda no Rio de Janeiro (BRASIL, 2018, p. 142).

O cérebro eletrônico tinha como principal atividade a identificação das empresas que apresentassem índices de relação entre lucro, receita, despesa, estoques e outros elementos em desacordo com os padrões normais de contabilidade. Conforme declarou o diretor do Imposto de Renda na época, Cleto Mayer, havia a expectativa de “fechar o cerco em torno dos sonegadores” (BRASIL, 2018, p. 142).

Até o início da década de 1990, as informações prestadas pelos contribuintes do imposto de renda da pessoa física através de formulários em papel eram digitadas pelos servidores nos sistemas informatizados da Receita Federal, o que gerava uma defasagem enorme – às vezes superiores ao prazo decadencial de 5 anos – no processamento das declarações.

Em 1996 foi disponibilizada a entrega da declaração via internet, o que aumentou muito o número de declarações apresentadas ao fisco. Em 1995, eram 6,2 milhões de contribuintes declarando Imposto de Renda da Pessoa Física; em 2002, após a implementação das melhorias tecnológicas, eram mais de 20 milhões de declarantes (BRASIL, 2018, p. 265).

No âmbito dos tributos indiretos, em 1995, foi publicado o Convênio ICMS nº 57, que dispôs sobre a emissão de documentos, escrituração de livros fiscais e a manutenção de informações em meio magnético, por contribuintes do IPI e/ou do ICMS através de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (SEPD). Os primeiros arquivos eletrônicos começaram a ser apresentados pelos contribuintes em janeiro de 1999 (Convênio ICMS nº 66/1998).

Inicialmente, os arquivos magnéticos eram apresentados presencialmente às autoridades fazendárias estaduais até o dia 15 do mês subsequente ao período de apuração, sendo admitida a entrega via internet, por algumas unidades federadas, apenas após agosto de 2000 (Convênio

ICMS nº 39/2000).

Este foi um passo muito importante, porque a atividade fiscalizatória, que antes dependia da análise trabalhosa e manual de um volume grande de documentos físicos, ganhou uma outra amplitude. Os cruzamentos de informações passaram a ser executados com mais agilidade, partindo de uma base de dados formada com a ajuda de milhares de contribuintes.

O passo seguinte, nesse contexto, foi o estabelecimento de cooperações entre as administrações tributárias para compartilhamento das informações fiscais dos contribuintes, ideia que já estava prevista no Código Tributário Nacional (CTN - artigo 199), e na Carta Magna de 1988 (artigo 37, inciso XXII, fruto da Emenda Constitucional nº 42/2003).

O primeiro esforço conjunto da Receita Federal e das autoridades fazendárias estaduais para compartilhamento de informações econômico-fiscais foi realizado na 34ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), realizada em Manaus, em 25 de julho de 1997, oportunidade em que foi celebrado o Convênio ICMS nº 78, que tratou sobre a implementação do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias (SINTEGRA), tendo como referência os seguintes princípios norteadores:

- Necessidade de construção de eficiente sistema de informações de natureza tributária que facilitasse a fiscalização, o controle e a redução de custos, tanto para os contribuintes, como para as administrações fazendárias;
- As experiências da União Europeia com o uso da tecnologia para fins fiscais, as relacionadas ao Imposto sobre Valor Adicionado (IVA);
- O compartilhamento das informações produzidas e apresentadas pelos contribuintes nos arquivos gerados com base no leiaute estabelecido no Convênio ICMS nº 57/1995, motivo pelo qual, inclusive, a referida declaração ficou conhecida como “arquivo do SINTEGRA”.

O Convênio nº 78/1997, entretanto, não dispôs suficientemente acerca de como o sistema seria administrado, suas restrições, custeio das despesas de implementação, nem tratou sobre quais informações e de que modo seriam compartilhadas, o que só veio a ocorrer com a publicação do Convênio ICMS nº 20/2000 e, posteriormente, com a publicação do Ato Cotepe/ICMS nº 35/2002, que aprovou o Regimento do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias

e Serviços (SINTEGRA).

É neste contexto, por fim, que é publicado o Decreto nº 6.022/2007, que oficializou a instituição do SPED. Neste momento, o Brasil já tinha construído dois importantes eixos do sistema: relacionamento entre as partes interessadas, que são as administrações fazendárias de União, Estados e Municípios, além do aparato tecnológico para ampliar o acesso às informações de natureza fiscal, econômica e financeira dos contribuintes, dispondo adicionalmente de inteligência artificial capaz de tratar e diagnosticar as informações recebidas com a precisão e a rapidez requeridas.

O SPED inovou em relação ao antigo SINTEGRA porque integrou as declarações de natureza fiscal-tributária da União, das Unidades Federadas, e dos Municípios, além dos atos de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, admitindo a emissão unicamente eletrônica dos documentos, assinados digitalmente em consonância com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

São usuários do SPED, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 6.022/2007, a Receita Federal, as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, competindo à primeira a atividade de administração do sistema, além da execução das tarefas de manutenção do funcionamento, coordenação das atividades em geral, harmonização dos interesses dos usuários e implementação de política de segurança de acesso às informações sigilosas, que ficam armazenadas em seu banco de dados.

Esse cenário justifica porque o poder executivo federal vem destinando uma parcela cada vez maior de recursos para o desenvolvimento de tecnologias voltadas à administração tributária. Como exemplo, cita-se as informações disponibilizadas no site “Painel do Orçamento Federal”¹, que mostram que, no decênio 2013-2023, os recursos públicos destinados a Sistemas Informatizados da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), bem como Arrecadação/Auditoria Tributária

1 O Painel do Orçamento Federal está disponível em <http://www1.siop.planejamento.gov.br/>. Foram aplicados filtros para as ações orçamentárias identificadas sob os códigos 20VG, 15EH, 2237 e 2238.

e Aduaneira somaram quase 14 bilhões de Reais, equivalente a 23% dos totais pagos a título de despesas com TI da União no mesmo período.

Na prática, fraudes, sonegação e outros crimes contra a ordem tributária, decorrentes de ocultação do fato gerador foram ficando cada vez mais difíceis para os contribuintes que desejassem ficar na irregularidade, diante do poder de investigação eletrônica detido pela Receita Federal.

O Princípio da Praticabilidade e estado de necessidade administrativo

No Brasil, a doutrina sobre princípio da praticabilidade não foi muito aprofundada. Encontra-se referência mais robusta apenas na doutrina de Derzi (2018), principalmente nos estudos realizados por Isensee e Arndt, em suas obras *Die Typisierende Verwaltung* (1976) e *Praktikabilität und Effizienz* (1983), respectivamente.

Explica a doutrinadora que o “modo de pensar tipificante” é uma das técnicas utilizadas em nome da praticabilidade, que se satisfaz mediante prévio levantamento estatístico acerca das condições médias de um grupo de contribuintes, ou que sejam representativas da maior parte desse. A partir disso, são determinadas médias e padrões generalizantes que poderão servir de base na legislação tributária para o cálculo de tributos.

É o que a autora denomina de clichê, uma pressuposição de que a média de fato incorpora o que seja normal ou padrão e, por esta razão, bloqueia a atividade de interpretação da norma no caso concreto e individual, que é substituída pela presunção. A generalização se presta à aplicação em massa da legislação, e opera em favor da praticidade – em contraposição à impossibilidade de aplicação de uma norma, que levaria à sua ineficácia social.

Esclarece Derzi (2018, p. 307) que “o modo de pensar tipificante” é uma designação imprópria. Os verdadeiros tipos jurídicos traduzem ordens abertas, graduáveis e flexíveis, enquanto os tipos recomendados pela praticidade fazem justamente o oposto: são “padrões rígidos, esquemas fixos, [...] não raro funcionando como presunções *iuris et de iure*”.

Os que defendem a utilização do modo de pensar tipificante na legislação tributária advogam que:

O princípio da isonomia da tributação seria violado se o princípio da capacidade contributiva fosse minuciosamente aferido de modo individualizado. De fato, em uma sociedade de massas com milhões

de contribuintes a serem fiscalizados, não há como as leis tributárias serem aplicadas isonomicamente pelas autoridades fazendárias com um emprego razoável de pessoal e tempo. Neste contexto, torna-se forçoso permitir, dentro de certos limites, que a lei tipifique casos medianamente comuns, desconsiderando as peculiaridades (ou desvios) do caso concreto. Apesar de esta sistemática dar um tratamento igual a situações desiguais - e não um tratamento desigual, como recomenda o princípio da igualdade, tais normas de simplificação importarão em uma baixa violação ao princípio da igualdade, caso partam da normalidade média. Ou seja, a mensuração deve ser adequada para a média dos contribuintes, de modo a não privilegiar ou discriminar alguém excessivamente (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 197).

Além da relativização do princípio da igualdade (e, por decorrência, do princípio da capacidade contributiva), o modo de pensar tipificante também encerra em si outra angústia, que é a flexibilização do princípio da legalidade estrita, tão caro ao Estado de Direito Brasileiro, em especial quando se trata de determinação de base de cálculo de tributos. Não é supérfluo mencionar que os princípios citados encontram guarida na Constituição Federal nos artigos 145, §1º e art. 150, incisos I e II, e em especial no artigo 5º.

Entretanto, não se pode olvidar o fato de que, em algumas circunstâncias, o programa estabelecido na lei pode ser de fato inexecutável, muito custoso ou muito difícil de implementar, e que o estabelecimento de regras uniformizadoras contribui para a simplificação e a redução de custos de pessoal e de tempo relacionados à atividade administrativa de fiscalização e arrecadação de tributos.

É fácil compreender os malefícios decorrentes da ineficiência na aplicação da norma: perdas de arrecadação e prejuízos ao estabelecimento de uma justiça fiscal.

Em todo caso, não estaria afastada a apreciação pelo Poder Judiciário dos casos atípicos, cujos contornos fogem às regras padronizantes, de forma a assegurar a prevalência dos princípios da isonomia e da igualdade quando necessária a individualização da aplicação da lei.

De acordo com Isensee, a tipificação é admitida por se tratar de algo inevitável. Deste modo, impende investigar a real existência do “estado de necessidade administrativo”, que subjaz à ideia da praticidade. Presume-se que a flexibilização de princípios tão importantes ao Direito Tributário no Brasil não se dê apenas em função de mera vontade do legislador ou da administração tributária; e não se dará também por questões de conveniência administrativa. Há que se demonstrar que, se não existirem

as tabelas, os somatórios e as estimativas, seria impossível apreciar as dimensões do fato gerador em massa.

Para Isensee (1976, apud DERZI, 2018), as condições que deflagram o referido estado são:

1. Supercomplexidade e ausência de sistema no direito tributário. No Brasil essa complexidade é conhecida em razão da existência de múltiplos entes com competência para tributar, bem como produção de quantidade grande de normas relacionadas ao cálculo, pagamento e prestação de informações em obrigações acessórias;
2. Falta de praticidade da lei fiscal, referindo-se ao tributo cujo custo de arrecadação seja muito alto, ou que demande muito tempo e pessoal;
3. Baixa adaptabilidade da lei tributária, em contraponto ao dinamismo das relações sociais. Esse o motivo que justificaria amolecimento da rigidez legal, para que a norma pudesse melhor se adaptar às constantes mudanças no estado das coisas;
4. Predisposição da lei à aplicação em casos individuais, o que afeta a sua aplicação massificada;
5. Falta de pessoal, tanto em número, quanto em qualificações necessárias para a execução do trabalho no âmbito da administração tributária.

Cabe, nos estreitos limites deste trabalho, questionar a existência do real estado de necessidade administrativo no Brasil, lançando luz especificamente sobre as questões que levaram ao endosso da prática da Substituição Tributária (ST) “para a frente”, ainda no século passado, com a publicação da Emenda Constitucional nº 03/1993.

A substituição tributária para a frente do ICMS no Brasil: a Emenda Constitucional nº 03/1993, a ADIN nº 1851 (2002) e o tema 20/2016 do STF

A ST para “a frente” é meio de apuração do tributo que tem como único fundamento a praticidade da tributação. Ocorre quando houver dispositivo em lei que determine o deslocamento da responsabilidade pelo recolhimento do tributo do seu devedor natural (aquele que pratica a operação) para um terceiro qualquer que esteja inserido na cadeia de

determinado segmento econômico.

No caso do ICMS, é uma ferramenta que facilita o trabalho de fiscalização e arrecadação do imposto, visto que a apuração e o recolhimento do tributo de toda a cadeia se concentram em uma única pessoa jurídica.

A título de exemplo, se uma determinada cadeia econômica é composta por três etapas – industrial, atacadista e varejista – ao invés de atribuir a cada contribuinte a responsabilidade de recolher uma parcela da carga tributária estabelecida, determina a legislação que a integralidade da carga tributária seja concentrada na saída de um dos sujeitos, normalmente aquele que está no início (indústria ou importador), cabendo-lhe a tarefa de calcular e arrecadar o ICMS da própria saída, o chamado “ICMS normal”, bem como das demais que provavelmente ocorrerão depois, chamado de “ICMS/ST” (área emoldurada da Figura 1):

Figura 1 - representação simplificada da ST em uma cadeia econômica



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 1 ajuda a entender por que se convencionou chamar essa técnica com o nome de Substituição Tributária (ST) “para frente”, porque a responsabilidade do sujeito é pelo recolhimento do ICMS relativo às operações que estão à frente, que nem aconteceram ainda, mas que se espera que ocorram.

O cálculo do ICMS/ST exige uma técnica especial. Conforme estabelece o Convênio ICMS 142/2018, cláusulas 23 a 28, as Secretarias de Fazenda devem promover estudos econômicos das cadeias de cada segmento para estabelecer as “margens de valor agregado” (MVA), normalmente expressas em percentuais, e que representam a agregação de valor que ocorre desde a saída da indústria até a chegada ao consumidor final. Na Figura 1, se o preço médio de saída da indústria for \$100, e o preço de aquisição pelo consumidor final for \$150, então a MVA será fixada em 50%.

Segundo defendem as autoridades, garante-se a preservação do

princípio da não-cumulatividade pelo abatimento, no cálculo da ST, do montante do ICMS normal destacado pelo substituto no documento fiscal, que corresponde ao imposto incidente sobre as operações próprias do industrial ou importador.

A sistemática foi possibilitada no Brasil por meio da Emenda Constitucional nº 03/1993, que inseriu no art. 150 o parágrafo sétimo, com a seguinte redação:

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Em adição, o artigo 10 da Lei Complementar nº 87/1996 restringiu-se a repetir o texto constitucional, deixando de produzir outras considerações recomendáveis para dar efetividade ao artigo 146 da Constituição, em especial ao inciso II, no sentido de elucidar a questão da restituição na hipótese em que o fato gerador viesse a ocorrer, porém em valor menor que aquele presumido pela aplicação da MVA.

Com base nesse entendimento, o Convênio ICMS nº 13/1997, que veio disciplinar o quanto disposto nos dispositivos acima, supriu a vacuidade do legislador complementar e expressamente dispôs que não haveria hipótese de restituição quando a cobrança do imposto, sob a modalidade da ST, se realizasse com valor inferior ou superior àquele estabelecido com base nos percentuais de presunção (MVA).

Em 2002, o STF foi provocado a se manifestar sobre o referido convênio na ADIN nº 1851-4/AL, de relatoria do Ministro Ilmar Galvão, tendo declarado, por maioria, a constitucionalidade da cláusula segunda do convênio acima citado, sob a seguinte justificativa:

O fato gerador presumido, por isso, não é presumido, mas definitivo, não dando ensejo à restituição ou complementação do imposto pago, senão, no primeiro caso, na hipótese de sua não realização final.

Admitir o contrário valeria por despojar-se o instituto das vantagens que determinaram a sua concepção e adoção, como redução, a um só tempo, da máquina-fiscal e da evasão fiscal a dimensões mínimas, propiciando, portanto, maior comodidade, economia, eficiência e celeridade às atividades de tributação e arrecadação.

Restou claro que a única e exclusiva razão que deu azo à constitucionalização do instituto foi a praticidade tributária. Nada mais além disso, como ademais já tinha esclarecido Isensee: o modo de pensar

padronizante possui este único e lapidar argumento (DERZI, 2018).

Em 2016, 23 anos após a instituição da ST, o STF reviu o seu posicionamento no julgamento do Tema 201 das Teses de Repercussão Geral (RE 593.849) para tornar sem efeito o Convênio ICMS nº 13/1997 ao declarar que:

É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior a presumida.

Diversos importantes argumentos foram carreados aos autos para embasar a conclusão acima, inclusive os nobres estudos a respeito da praticabilidade, aqui citados, realizados por Derzi. Entretanto, em razão dos propósitos deste trabalho, valem ressaltar as ponderações realizadas pelo Ministro Luís Roberto Barroso:

[...] que, **havendo possibilidade de se apurar qual foi a operação real, não há legitimidade em se tributar por valor presumido.** E penso [...] que **a lógica subjacente àquela decisão é de que o estágio em que a fiscalização se encontrava dificultava, sobremaneira, a fiscalização do valor da dimensão econômica da efetiva operação.** Portanto, foi uma medida pragmática para se evitar tanto a sonegação quanto um ônus excessivo nessa fiscalização. Agora, **os recursos de fiscalização, técnica de fiscalização evolui muito nos últimos doze, quinze anos de lá para cá. Portanto, já não é mais tão árduo assim verificar a operação real.** Tanto não é que diversos estados da federação já passaram a prever a restituição do imposto pago a maior na hipótese de a operação subsequente ter dimensão econômica inferior. Os dois casos que estão na pauta, que a Presidente vai apregoar logo adiante, envolvem leis do Estado de São Paulo e do Estado de Pernambuco que exatamente fazem isso. **Portanto, se a lei estadual prevê essa possibilidade, é porque não é impossível ou impraticável essa determinação.** (grifos nossos.)

Neste diapasão, não é demais pensar que o uso crescente da tecnologia para fins fiscais modifica a forma como a administração tributária atua, reduzindo os gargalos de tempo e pessoal (quantitativo e qualitativo). É inegável que o Governo Federal vem aplicando considerável quantidade de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de sistemas de informação destinados à melhoria dos processos de fiscalização e arrecadação, o que, para fins de análise de validade do §7º do artigo 150 da Constituição tem bastante relevância.

A análise pertinente do assunto não pode afastar o cotejo da realidade. A partir do ano de 2005, com a implementação da nota fiscal

eletrônica, modelo 55, por força do Ajuste SINIEF nº 07/2005 e do Ato COTEPE nº 72/2005, o banco de dados da Receita Federal passou a armazenar dados de ICMS, IPI, PIS e COFINS antes mesmo da ocorrência do fato gerador, uma vez que a legislação determina que o trânsito da mercadoria somente poderá ocorrer após a concessão da “autorização de uso”, por meio de sistema *web services (just in time)*.

Para a regular emissão da nota fiscal, modelo 55, os cadastros de emissor e destinatário precisam estar ativos, de forma que o fisco já conhece, antecipadamente, quanto determinada pessoa jurídica receberá em mercadorias, a qualidade e a quantidade destas. Os controles relativos ao transporte, como o MDF-e (manifesto do destinatário), marcam o momento em que a mercadoria sai do estabelecimento de origem em direção ao destino, de modo que é possível inclusive aferir as datas em que os estoques são movimentados – baixa e subsequente entrada, respectivamente.

Ressalta-se que todos os contribuintes brasileiros que pratiquem fatos geradores do ICMS e IPI são obrigatoriamente emissores de notas fiscais eletrônicas, incluindo os enquadrados no Simples Nacional. Em 2016, com a publicação do Ajuste SINIEF nº 19, as notas fiscais a consumidor – os antigos cupons fiscais amarelinhos – passaram a ser emitidos na modalidade eletrônica, e, embora não seja ainda exigida a inserção do CPF ou CNPJ para a emissão tipo desse documento fiscal (modelo 65), nada impede que em futuro muito breve a prática se torne realidade, o que dará ao fisco o poder de conhecer o exato perfil de consumo de cada unidade familiar brasileira.

Toda essa sistemática de controle eletrônico do contribuinte – seja ele pessoa física ou jurídica – permite que o Fisco ofereça declarações pré-preenchidas do IRPF desde o ano de 2014² e justifica o motivo pelo qual a recém aprovada Lei Complementar 199 de agosto de 2023 ofereça, em termos de simplificação do cumprimento de obrigações acessórias dos tributos indiretos, a mesma facilidade das declarações pré-preenchidas: é que todas as informações necessárias à aferição das bases de cálculo dos tributos já estão no banco de dados da Receita Federal antes mesmo de o contribuinte entregar suas declarações e realizar os pagamentos.

O que era impraticável há 30 anos atrás não o é mais, tornando pertinente a reflexão sobre a ausência de justificativa – ou seja, a inexistência

2 Informações obtidas no site da Receita Federal do Brasil, em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/preenchimento/declaracao-pre-preenchida>. Acesso em 23/06/2023.

de real impraticabilidade – e a verdadeira inconstitucionalidade da utilização de bases de cálculo presumidas para a apuração do ICMS. Os elementos que caracterizam o estado de necessidade administrativa, delineados por Isensee, foram completamente superados em razão do uso de recursos tecnológicos, de modo que a tipificação não é mais inevitável, ao menos no caso sob análise.

Por isso que, para além de ter tornado sem efeito o Convênio ICMS nº 13/1997 e ter determinado a restituição do imposto quando a base de cálculo efetiva for menor que a real, teria sido uma medida mais acertada a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo sétimo do artigo 150 da Constituição Federal, visto que as circunstâncias fáticas colhidas à época já justificavam a adoção da medida, conforme se pode ler das considerações aduzidas pelo Ministro Barroso, acima transcritas.

A realidade parece apontar para o fato de que já não existe extrema dificuldade ou impossibilidade de determinar a ocorrência do fato gerador do ICMS nas diversas fases das cadeias de produção e distribuição, e que os recursos tecnológicos constituem uma ferramenta muito mais adequada ao estado democrático de direito que as técnicas tipificantes, capazes de dotar o fisco de todos os instrumentos de praticabilidade que não foram previstos por Isensee, Arndt ou Wennrich à sua época (décadas de 1970 e 1980).

As tecnologias são capazes de fornecer às administrações tributárias todos os benefícios citados na ementa do acórdão da ADIN 1851-4/AL: “redução, a um só tempo, da máquina-fiscal e da evasão fiscal a dimensões mínimas, propiciando, portanto, maior comodidade, economia, eficiência e celeridade às atividades de tributação e arrecadação”, sem carregar os inconvenientes relacionados à flexibilização dos princípios da legalidade, igualdade capacidade contributiva, além de permitir a preservação da estrutura do ICMS, nos aspectos que lhe são essenciais, como neutralidade e não-cumulatividade.

Considerações finais

Ao final das contas, mesmo após o julgamento do Tema 201 das Teses de Repercussão Geral, o regime de ST continua sendo largamente manejado pelas administrações tributárias dos estados para submeter uma gama enorme de produtos – todos aqueles listados no Anexo do Convênio ICMS nº 142/2018 – à presunção da base de cálculo através de Margens

de Valor Agregado (MVA).

Verifica-se duas razões principais. A primeira é que a quebra da presunção para aferir pagamento a maior também pode ser realizada para verificar pagamento a menor, e muitos contribuintes têm o receio de sofrer cobranças adicionais. Alguns não possuem controles satisfatórios para prover com bastante certeza a informação, e outros, o inverso: os números levantados apontam para um benefício de redução de carga tributária no regime da ST, por se tratar de casos atípicos no ponto da insuficiência da estimativa (MVA).

A segunda é que, para a categoria dos contribuintes que possuem controles satisfatórios apontando para a existência de pagamento a maior do ICMS, existe ainda o entrave do artigo 166 do CTN – esta sim, verdadeira norma impraticável – criada com o suposto propósito de evitar o enriquecimento sem causa por meio da negativa nos pedidos de ressarcimento ou repetição de imposto pago a maior no contexto da tributação indireta, exigindo do contribuinte de direito a prova de que ou assumiu o ônus da exação, ou, no caso de não tê-la assumido, esteja expressamente autorizado por aquele que o suportou (contribuinte de fato).

Ocorre que esta regra ignora que o ICMS é um tributo neutro – ao menos juridicamente – cabendo ao consumidor final suportar o seu ônus. Assim, mesmo quando houver a repercussão, não se deve negar ao contribuinte o ressarcimento do imposto sob a premissa de impedir o seu locupletamento sem causa quando, ao mesmo tempo, promove o locupletamento sem causa do estado, nas situações em que estiver esclarecido que houve pagamento a maior do imposto. Trata-se de uma regra completamente dissociada do Sistema Tributário Nacional e que, no caso aqui discutido, atua de maneira a impedir a plena aplicação do quanto julgado pelo STF acerca da ST.

Deste modo, não só a ST para frente persiste no ordenamento jurídico, como as bases estimadas continuam, na prática, sendo definitivas.

Em tempos de debates sobre a tão sonhada Reforma Tributária, é pertinente a revisão da discussão sobre a manutenção do instituto da ST sob a égide do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Impende mencionar que a Proposta de Emenda Constitucional nº 45/2019 não altera e nem revoga o artigo 150, §7º, de modo que, mesmo sob a égide do novel arcabouço, com a promessa (finalmente) de ampla não-cumulatividade, será possível a convivência com as atuais práticas tipificantes, extremamente

deletérias.

Se for possível considerar que a impraticabilidade anda em sentido inversamente proporcional ao uso da tecnologia – ou seja, onde se aplica mais tecnologia, a impraticabilidade tende a ser reduzida, e vice-versa – ao adicionar à equação a redução de complexidade do próprio sistema tributário pela harmonização da legislação a ser aplicada em todos os estados e no Distrito Federal, a tendência é atingir no Brasil o nível zero de impraticabilidade na tributação indireta, de modo que a permanência do instituto da ST no arcabouço constitucional consistirá verdadeiro atavismo.

Urge, assim, adotar medidas efetivas que possam tornar mais justa a tributação indireta brasileira, que é comprovadamente regressiva e atinge gravemente mais a população mais pobre, inclusive no consumo de itens essenciais. Uma das medidas que podem ser adotadas neste sentido é a revogação do parágrafo sétimo do artigo 150, com o retorno às origens, ao ICMS (IVA) natural, aquele cujas regras constitucionais determinavam a plena não-cumulatividade (estando excetuadas unicamente as situações previstas no art. 155, §2º, II), a neutralidade e a seletividade.

Neste sentido, o retorno ao uso da tradicional técnica da conta corrente fiscal é medida que se impõe, não apenas por ser plenamente praticável, como demonstrado ao longo deste trabalho, como também porque trará a simplificação do cumprimento das obrigações principais e acessórias pelos contribuintes, além de mais respeito à economia dos preços (neutralidade e não-cumulatividade), e de resgate aos caríssimos princípios da igualdade e da legalidade.

Referências

ALMEIDA FILHO, Jorge Celso Fleming de. **Princípio da eficiência tributária:** contribuições para a construção de uma administração tributária mais eficiente no Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BALEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel. **Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.

htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Convênio ICMS nº 13, de 21 mar. 1997. Harmoniza procedimento referente à aplicação do § 7º, artigo 150, da Constituição Federal e do artigo 10 da Lei Complementar 87/96, de 13.09.96. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 mar. 1997. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/1997/cv013_97. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 03, de 17 mar. 1993. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 set. 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal [...], e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 03 abr. 2019. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. **Câmara de Deputados Federais**, Brasília, DF, 03 abr. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Proposta de Lei Complementar nº 178, de 16 dez. 2022. Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências. **Senado Federal**, Brasília, DF, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155500>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **50 anos da Receita Federal: 1968 - 2018**. Brasília: 2018. E-book. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/memoria/50anos/arquivos-e-imagens/livro-50-anos-receita-federal__final-reduzido.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. STF. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Direito tributário. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS. Substituição tributária progressiva ou para frente. Cláusula de restituição do excesso. Base de cálculo presumida. Base de cálculo real. Restituição da diferença. Art. 150, §7º, da Constituição da República. Revogação parcial de precedente. ADI 1.851. Recurso Extraordinário nº 593.849/MG. Autor: Parati Petróleo LTDA. Réu: Estado de Minas Gerais. Relator Min Edson Fachin. Brasília, 19 out. 2016. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12692057>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. STF. ICMS. Substituição Tributária. Cláusula Segunda do Convênio 13/97 e §§6º e 7º do art. 498 do Decreto nº 35.245/1991 do Estado de Alagoas. Alegada ofensa ao §7º do Art. 150 da CF (redação da EC 3/93) e ao direito de petição e de acesso ao judiciário. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1851-4/AL. Autor: Confederação Nacional do Comércio – CNC. Réu: Estado do Alagoas. Relator Min Ilmar Galvão. Brasília, 08 mai. 2002. Diário da Justiça, Brasília, DF, 11 nov. 2002. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266781>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DERZI, Misabel. Execução Simplificadora da Lei: Praticidade ou modo de pensar impropriamente chamado “tipificante” no Direito Tributário. In: **Direito Tributário, Direito Penal e Tipo**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem teórico-prática. São Paulo: Papirus Editora, 2016.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: ED. UAB/NTE UFSM, 2018.

SESSÃO Temática para debater proposta de simplificação tributária – 13/6/23. [TV Senado: Brasília], 2023. 1 vídeo (1 h e 56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6fwN584bFsA&t=1734s>. Acesso em: 19 jun. 2023.

POSFÁCIO

É com grande satisfação que recebi o convite para escrever o posfácio desta obra, intitulada “Inovação Social, Empreendedorismo e Interdisciplinaridade: Socialização dos Estudos Produzidos”. Nesta coletânea, os autores e autoras, alunos especiais do componente “Inovação Social e Empreendedorismo”, egressos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social (MPIES), professores e convidados de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), compartilharam seus conhecimentos e experiências, promovendo a reflexão e o diálogo interdisciplinar sobre temas essenciais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Ao longo dos quatorze capítulos da Parte I deste livro, foram abordados diversos aspectos relacionados à inovação social e ao empreendedorismo. Os autores e autoras discutiram temas que variam desde a educação de jovens e adultos até o uso das tecnologias digitais como ferramenta de inovação.

Na Parte II, a obra contou com a contribuição de pesquisadores de outras instituições de ensino superior, ampliando as redes de pesquisa e compartilhando perspectivas interdisciplinares sobre a temática. As análises e reflexões teóricas presentes nesta seção fortalecem a base conceitual que embasa as práticas de inovação social e empreendedorismo, enriquecendo ainda mais o conteúdo deste livro.

Esta obra é o resultado de um esforço coletivo e não teria sido possível sem a dedicação dos alunos, professores, egressos e convidados envolvidos, que compartilharam suas pesquisas e experiências. A todos que contribuíram para este projeto e acreditaram na importância de promover o diálogo interdisciplinar em prol da inovação social, expressamos nossos agradecimentos.

Esperamos que este livro seja uma fonte de conhecimento valiosa para estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e profissionais de diversas áreas. Que ele inspire ações concretas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inovadora.

Que os aprendizados adquiridos nas páginas deste livro se traduzam em ações transformadoras em cada uma de suas respectivas áreas de atuação.

Prof. Dr. Fábio César Junges

Pós-Doutor em Educação nas Ciências (Unijuí) e em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Unicruz). Docente do Departamento de Ciências Humanas da URI e da UNIJUÍ.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Aldineia Borges dos Anjos Bonfim: Licenciada em Pedagogia pela UNEB Campus XVII, especialização em Gestão e Organização da Escola com ênfase em Coordenação Pedagógica e Orientação Escolar pela Universidade Pitágoras Unopar, especialista em Educação Digital pela UNEB-UNEAD, atualmente aluna especial da disciplina Inovação Social e Empreendedorismo do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES- da Universidade do Estado da Bahia UNEB. Atua como coordenadora pedagógica pela Rede Estadual de Educação da Bahia. aldineia.anjosmm@gmail.com

Ana Paula Alves Fernandes de Oliveira Guimarães: Servidora pública do estado da Bahia. Técnica universitária-UNEB-CampusXVII. Bacharela em Administração- UNEB-Campus-XVII. Especialista em Gestão Estratégica das Organizações - UNEB-Campus-XVII. Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social- MPIES da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. paulaalfernandes@hotmail.com

Andréa Suely Alcântara Gomes: Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia-Campus XI.Especialização em Direito (Faculdade Pio Décimo). Licenciatura em Letras (FFPP) -Português e Francês. Certificadora do ENEM/ INEP (2022-2023).Membro titular da Comissão Interdisciplinar I (DIPAI/CODAE/PROEST/UFS) Técnica em Assuntos Educacionais (UFS). andreasuelyalcantaragomes@gmail.com

Arlete Rodrigues de Souza: Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2003), Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2013), História pelo Centro de Jales. especialista em Psicopedagogia pela Faculdade João Calvino (2010), Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas (2023), Literatura Infantil pelo IESP (2022). Aluna especial do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social- MPIES pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Professora/ Coordenadora da rede municipal de Educação de Paratinga-Ba. planoacaoeducacao@gmail.com

Arthur Oswaldo Pereira Prado Netto: Doutor e mestre em Psicologia (revalidados pela UFBA) pelo Instituto de Psicologia Henri Piéron da Universidade René Descartes (Sorbonne-França), com área de concentração em Saúde Pública, Ciências Cognitivas e Psicometria. Professor substituto no departamento de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia Campus XII-Guanambi. ensina nos cursos de pedagogia, educação física, enfermagem e administração e na especialização de Neuropsicologia e Avaliação Psicológica pela FASU- Itabuna e Vitoria da Conquista. É membro do conselho editorial da Revista Encantar. Pesquisador do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire - NEPE - UNEB Campus XII. contato@arthurpradonetto.com

Camila de Sales Guerreiro Britto: Advogada, Especialista em Direito Tributário (IBET). Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador (UNIFACS). csgbritto@gmail.com

Cristiano Matheus Nogueira Silva de Oliveira: Aluno especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Graduação em Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil (2016) Professor efetivo do Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Brasil. cristiano.oliveira41@nova.educacao.ba.gov.br

Deyse Queirós Santos: Doutoranda do Programa de pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador - PPGTS-UCSAL. Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (MPEJA-UNEB), pós graduada em Gestão de Varejo pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC-BA), MBA em Marketing pela Faculdade Estácio de Sá, graduada em Administração de Empresas pela Faculdade Vasco da Gama. Desenvolveu atividade de docência no Instituto Federal da Bahia (IFBA Campus Ilhéus-BA), Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA, eixo temático Logística e Comércio) na Faculdade Madre Thaís (FMT-BA). Atuou como colaboradora nas instituições de ensino Faculdade Zacarias Góes (FAZAG-BA) e Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Turismo (IBEC-BA). Atualmente é professora na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XVII em Bom Jesus da Lapa-BA. queirosdeyse@gmail.com

Diná Santana de Novais: Mestre pelo Programa de Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (IBPEX), Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional (UCAM), Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente (FACIBA), Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é Técnica Universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Religião, Cultura e Saúde-GEPERCS. dnovais@uneb.br

Elloyse Santiago Silva: Aluna especial do Mestrado profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES/UNEB). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação Campus-XI (2023). Estudante Pesquisadora do Grupo de Pesquisa intitulado Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). elloise301@gmail.com

Elvina Perpétua Ramos Almeida: Licenciada em Letras pelo Instituto Superior de Ciências, Artes e Humanidades de Lavras - MG (1986), com especialização em Linguística Aplicada ao Ensino do Português (2001), Metodologia de Ensino (1999) e em Educação Brasileira (1994). Mestre em Letras pelo PPGLinC, da Universidade Federal da Bahia (2010) e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação (FAE), da Universidade Federal de Minas Gerais (2021). Professora do DCHT/ Campus XVII, da Universidade do Estado da Bahia, onde atua na graduação e nos cursos de especialização lato sensu. Atuou em gestão, tendo exercido o cargo de Diretora do Campus XVII (2004/2006 e 2012/2016) e coordenou o Programa Rede UNEB 2000 no município de Serra do Ramalho ? Ba (2002/2004). Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita (FAE-UFMG). Desenvolve, na atualidade, pesquisas na área de educação e linguagem, com ênfase nos seguintes temas: letramento, alfabetização e cultura escrita em inter-relação com o catolicismo popular. ealmeida@uneb.br

Emerson Almeida dos S. Sousa: Aluno especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia - Campus XI. Graduado em Análise de Sistemas e Licenciado em Informática, Física e Pedagogia. É Pós-Graduado em Ensino de Informática; Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior e Educação a Distância

; Pós-Graduado em Produção de Mídias para Educação Online, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA) e Pós-Graduado em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente é pesquisador no campo de Games aplicados à educação e servidor público municipal. Possui experiência docente no Ensino Básico e Ensino Superior na área de Educação e Ciência da Computação. emersonalmeidatj@gmail.com

Floriano Barboza Silva: Possui graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitario Santana (1997), graduação em Administração pela Faculdade Castro Alves (2004), Mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2008) e Mestrado em Administração pela Universidade São Marcos (2002) e Doutorado em Difusão do Conhecimento. Atualmente é Professor Adjunto e Chefe de Departamento da EAUFBA (Escola de Administração - UFBA), foi Coordenador dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Gestão comercial, da Faculdade Área, 1FTE, professor da Faculdade Castro Alves, coordenador - FTE StartUp Incubadora de Empresas, professor da Faculdade Social da Bahia e professor - Unidade de Ensino Superior. Faculdade de Tecnologia da Bahia, FABAC, Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração estratégica, mercadológica, escolar e recursos humanos. Professor de Pós Graduação das Faculdades: UFBA, UCSAL, CASTRO ALVES, FABAC, FSBA, IAENE, CAMARGO CORREIA (FEIRA), FTE e ESAMC. fbarboza1@gmail.com

Gilda Oliveira de Jesus: Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integrante do grupo de pesquisa Grupo Ambiente, Sustentabilidade e Paisagem (GASP). gildaoliveira726@gmail.com

Isabel Cristina Ribeiro Souza: Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Graduada em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, professora da educação básica-rede municipal Biringinga/Ba; Coordenadora Pedagógica rede estadual Bahia; Pedagoga-UNEB; Especialista em coordenação pedagógica UFBA). isabel.souza2@enova.educacao.ba.gov.br.

Ivanete Fernandes do Padro: Possui Doutorado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (2018); Possui Mestrado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (2017); Possui Mestrado em Terapia Intensiva pelo Instituto Brasileiro de Terapia Intensiva (2008); Possui Especialização em Enfermagem Neonatológica pela Universidade Federal da Bahia (2004). iprado@uneb.br

Jianine Simões Rodrigues Pichite: Advogada com atuação em Direito Militar e Processos Administrativos Disciplinares Militares; Vi Foice Presidente da Comissão de Direito Militar da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia (OAB/BA); Foi Presidente da Comissão de Direito Militar da OAB Subseção Camaçari/BA. Especialista em Direito Militar pela Faculdade Batista Brasileira (FBB); Especialista em Direito Administrativo com ênfase em Processo Administrativo Disciplinar pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias; Especialista em Gestão Pública com ênfase em Projetos pela Faculdade Hélio Rocha; Especialista em Direito Constitucional pela UNOPAR. cursou Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador; Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Foi integrante do Núcleo de Pesquisa de Processo Constitucional e Direitos Fundamentais da Universidade Católica do Salvador (UCSAL/CNPq); Palestrante em eventos de educação continuada e graduação; Professora convidada em cursos de pós-graduação e cursos preparatórios para carreira militar. Professora do curso de pós graduação em Direito Militar do Centro Universitário Estácio da Bahia; Professora da Faculdade de Ciências Jurídicas da UNIME. É Licenciada em História pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias; Foi coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito Militar pertencente ao Núcleo de Pesquisa de Processo Constitucional e Direitos Fundamentais da Universidade Católica do Salvador (UCSAL/CNPq). É atualmente Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas de Bom Jesus da Lapa e Professora Universitária da mesma Instituição. É Aluna Especial do MPIES UNEB. jianine.pichite@kroton.com.br

Jorge Abdon Miranda de Souza Junior: Aluno especial do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Intervenção Educativa Social (PPGIES), ofertado pelo Departamento de Educação (DEDC), Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduado em Educação

do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa. Graduado em Direito pela Faculdade São Salvador. Grupo de Estudos Grupo de Estudos e Práticas Interdisciplinares em Educação. Sociedade e Meio Ambiente. Compõe o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa. jorge.souza@ifbaiano.edu.br.

José Gileá de Souza: Possui Graduação em Administração; MBA em Marketing; Mestrado em Análise Regional; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano; Pós-doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e Pós-doutorado em Políticas Públicas Promotoras de Igualdades. Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Coordenador e Professor Permanente do Mestrado Profissional em Direito, Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador (UNIFACS); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU); Membro (2012/2020) da Comissão Assessora do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE/INEP/MEC); Avaliador de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS/INEP/MEC); Editor Adjunto da Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE); Membro do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB) e do Grupo de Pesquisa Modelos e estruturas organizacionais a nível territorial para ações sustentáveis (METAS). jose.gilea@animaeducacao.com.br

Keila Ferreira Gomes: Técnica Administrativa em Educação/Gestora de Compras, Planejamento e Finanças na Universidade Federal do Oeste da Bahia - Campus de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Graduada em Administração de Empresas, Especialista em Gestão Pública, Especialista em Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal. Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. keila.gomes@ufob.edu.br

Kleide Iraci Marques Silva: Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2001) e mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2014). Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente é estatutária - Colégio Estadual Monsenhor Turbívio Vilanova e professor assistente da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente

nos seguintes temas: educação, quilombo, gênero, raça, geração familiar, educação de jovens e adultos e prática pedagógica. Coordenadora do curso de licenciatura em Pedagogia. ksilva@uneb.br

Krzysztof Dworak: Doutor em Ciências da Religião (PUC-SP, Brasil), Mestre em Teologia Sistemática com Especialização em Liturgia e Bacharel em Teologia pela Universidade Católica do Salvador, Brasil. Seus estudos filosófico-teológicos iniciaram em *Wyższe Seminarium Duchowne* (WSD) em Tuchów, na Polônia, em 1978. É membro e Ex-Presidente da Associação dos Liturgistas do Brasil (ASLI) e membro da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Pesquisador do Centro de Estudos Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEICR/UNEB). Professor convidado nas Ciências das Religiões da Universidade Lusófona e Investigador do Instituto do Cristianismo Contemporâneo - CICMER da Universidade Lusófona. kdworak@hotmail.com

Lídia Maria Silva Magalhães Ribeiro: Professora Substituta da Universidade Estadual da Bahia - UNEB- Campus XVII. Professora da Educação Básica da Escola Promove. Graduada em Bacharelado em Ciências Econômicas Universidade federal de Alagoas UFAL. Licenciatura em Matemática da FTC. Pós Graduada em Educação matemática pelo if baiano. Pós Graduada Planejamento e Gestão e Educacional Camus IX -Barreiras pela UNEB. Aluna Especial do mestrado profissional - MPIES da Universidade do Estado da Bahia. lidia.mr@hotmail.com

Luciana Pereira Cardial Teixeira: Aluna especial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa Social (PPGIES), ofertado pelo Departamento de Educação (DEDC), Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduada em Libras pela Faculdade de Tecnologia Paulista. Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná/Pólo de Bom Jesus da Lapa. Graduada em Letras Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Compõe o Grupo de Pesquisa em Educação, Interculturalidade e Linguagens. Compõe o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa. luciana.teixeira@ifbaiano.edu.br

Luciano Araujo Lima: Aluno especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Bacharel em Segurança Pública (Academia de Policial Militar do Estado da Bahia). Especialista em Bullying e Violência nas Escolas (UNIFESP), Especialista em Projetos Sociais e Políticas Públicas, (IC Brasil), MBA em Gestão de Projetos (IC Brasil). Atuou como Coordenador Financeiro do 16º Batalhão de Polícia Militar em Serrinha. Coordenador Adjunto do Programa do Modelo CPM – Gestão Compartilhada da PMBA. arjlima@gmail.com

Luís Geraldo Leão Guimarães: Currículo Orientador Doutor e Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, possui graduação em Pedagogia, e especialização em Ensino Fundamental e Médio pela mesma universidade. Atualmente é Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia. Exerceu a função de Coordenador do Colegiado do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - Campus XVII em Bom Jesus da Lapa(BA) no período de 2009 a 2012, e de Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão - NUPE no DCHT Campus XVII. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, política pública, educação ambiental e agricultura familiar. lguimaraes@uneb.br

Maira Simões Rodrigues: Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2014); Engenheira Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2019). Pós Graduada em Engenharia de Estruturas de Concreto Armado (FAVENI - 2023). Atualmente, cursando Formação Pedagógica em Matemática pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera - e aluna especial da disciplina Inovação Social e Empreendedorismo do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES - da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). mairarodrigues.arq.eng@gmail.com

Manuela Barros: Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (2007). Especialização em EAD pela mesma Instituição (2012). Professora dos anos finais e Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Município de Paratinga e Estado da Bahia. Atualmente sou aluna Especial da disciplina “Inovação Social e Empreendedorismo” do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES- da Universidade do Estado da Bahia UNEB. manuela.censo2010@gmail.com

Maria Célia Santana Aguiar: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ/DINTER UFRJ/UNEB (2021); Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC (2011); Especialista em Educação à Distância pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB (2009); Especialista em Ensino da Biologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB (1998); Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC (1992); Atualmente é professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no município de Bom Jesus da Lapa e professora do Ensino Médio no Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista-Ba. Participa do Grupo de Pesquisa Currículos Escolares, Ensino de Ciências e Materiais Didáticos- NEC/UFRJ. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Núcleo de Meio Ambiente e Diversidade-NUMAD. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Biologia geral, Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências Biológicas; Educação Ambiental e Gestão Socioambiental. mcribeiro@uneb.br

Marizete Barbosa de Lima Souza: Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Licenciada em pedagogia pela UNEB, especialista em Coordenação pedagógica (UFBA), Professora da rede municipal de Serrinha e coordenadora pedagógica da rede estadual (Bahia). marizeteblima@gmail.com

Millena Carneiro Lima: Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Graduada em Administração e Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia (2017) e Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente trabalha na coordenação da equipe administrativa em uma empresa de construção civil. Membro do Núcleo de Estudos dos Serviços de Saúde do Conselho Regional Administração do Estado da Bahia (CRA).: adm.millenacarneiro@gmail.com.

Misslene Lima Borgens: Aluna especial do Mestrado profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES/UNEB). Graduada em Fonoaudiologia pela UFBA, Especialização em Educação Especial Neuropsicopedagogia, Transtorno do Espectro Autista, Certificada em

Reorganização Neurofuncional, atuação em Clínica Fonoaudiológica, Educação Especial e Ensino Regular Certificada em Atelier-Classe PREAUT França, Certificada pelo SENA System (Sistema de Estimulação Neuroauditiva) desenvolvido na Espanha. bmisslene@gmail.com.

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo: Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia–Campus XI. Bacharel em Administração, Licenciada em Biologia e Especialista em Gestão Escolar (FTC) e Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar (IBRA). Atuou como Gestora escolar, professora de educação básica e Neuropsicopedagoga no Centro de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais. nadjanaralopes@gmail.com

Raiane Cordeiro de Araújo: Mestre em Intervenção Educativa e Social pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) e Membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Línguas e Culturas. Especialista em Docência em Ensino Superior. Especialista em Psicopedagogia. Graduada em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI. Professora efetiva da Escola Quilombola Maria Rita Marcelina Silva, docente da UNIASSELVI, Polo Serrinha/BA. Autora dos livros infantojuvenis: “A riqueza do lugar: história da Comunidade Quilombola do Maracujá” e “Os diferentes sons do quilombo: a mágica visita da sinfonia concertante”. raianeacuneb@gmail.com

Rayanny Cardoso Moreira: Escritora do Livro Ao sabor das Escolhas. E coautora dos seguintes livros: Ética e a Interdisciplinaridade: Uma discursão em Curso; Storytelling dos professores na pandemia: experiências e vivências reais; Reflexões filosóficas empresariais da Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; Os desafios da extensão universitária no período da pandemia; Reconfiguração da avaliação e didática no período pandêmico. Doutora em Administração pela Universidade Columbia UCP; Mestre em Ciências Empresariais pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Porto-Portugal, reconhecimento do diploma de mestrado realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-Brasil; MBA em Gestão de Pessoas; Especialista em Administração Estratégica; Especialista em Psicologia Positiva e Coaching; Especialista em Inteligências Múltiplas e

Mindfulness; Especialista em Marketing e Redes Sociais; Especialista em Comunicação e Oratória; Especialista em Metodologias Ativas e Prática Docente; Possui Graduação em Administração pela UNIFG. Atualmente é Professora Substituta da UNEB Campus XVII, Professora Universitária da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia; Coach formada pelo IBC - Instituto Brasileiro de Coaching. Palestrante nas áreas: Motivacional; Produtividade; Excelência Profissional e Atendimento ao Cliente. Tem experiência em projetos na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas. rayannymoreira@uneb.br

Regiane da Mota Queiroz Santiago: Graduada em Pedagogia- UNEB, licenciada em História-UNEB, especialista em Tecnologias em Educação-PUC, especialista em Coordenação Pedagógica- UFBA e mestra pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social-MPIES/UNEB. regianemqsantiago@gmail.com.

Renata Pinho Pereira: Renata Pinho Pereira é publicitária formada pela Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB e aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social – MPIES da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Atua como empreendedora na área da comunicação com experiência em comunicação institucional e política, produção audiovisual e produção cultural. Tem vivência com pesquisa acadêmica e docência, hoje com especial interesse em ferramentas de comunicação voltadas para as Romarias do Bom Jesus da Lapa, comunidades ribeirinhas e quilombolas do Médio São Francisco. Atualmente presta serviço para o setor de comunicação do Santuário do Bom Jesus da Lapa, como produtora e social media e Rádio Bom Jesus FM, como redatora de conteúdos para redes sociais. Presta consultoria criativa para micro e pequenos empreendedores. renatapinhopereira@gmail.com

Renato Moraes Moura Costa Neto: Graduação em Administração de Empresas – 2017/2022 – UFBA Graduação em Engenharia Química – 2007/2014 – UNIFACS. Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho – 2016/2018 – UNIFACS. renato_mcneto@hotmail.com

Roberta Nonato da Silva: Mestranda do Programa de pós-graduação stricto sensu mestrado profissional em Educação Interventiva e Social - MPIES. Especialista em Gestão Estratégica das Organizações pela Universidade do Estado da Bahia (Campus XVII), MBA em Gestão Pública pela Universidade

Norte do Paraná, graduada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (Campus XII). Atua como Administradora e Agente de Desenvolvimento na Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Guanambi-BA. roberta.nonato.silva@gmail.com.

Roseane Vieira da Luz Mata: Licenciada em Pedagogia pela UNEB Campus XVII, pós graduada em Educação do Campo pela UNEB Campus XVII, atualmente gestora de escola municipal do campo. roselaramata2@gmail.com

Rozimeire Soares de Oliveira Porto: Professora de Matemática da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, campus XVII Graduada em Matemática, pela Uneb, campus x; especialista em Matemática Pura e Aplicada pela FERLAGOSL/RJ, mestre em Educação Matemática pela UESC/BA e Doutoranda em Ensino pelo RENOEN/UESB. rporto@uneb.br:

Simone Maria da Silva: Analista Universitária na Universidade do Estado da Bahia - Campus XVII - UNEB - Bom Jesus da Lapa. Graduada em Pedagogia pela UNEB/ DCHT Campus XVII. Especialista em Gestão Governamental pela UNEB - DCH Campus I. Especialista em Educação à Distância pela UNOPAR - Universidade Norte do Paraná. Mestranda do Programa de pós-graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Interventiva e Social – MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. smsilva@uneb.br.

Terezinha Camargo Magalhães: Professora da Universidade do Estado da Bahia - Campus XVII-UNEB/ Bom Jesus da Lapa-BA. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1998). Especialista em: Língua Portuguesa; Psicopedagogia; Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas; Gestão e Coordenação Educacional. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2006). Doutora em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa - Portugal.(2013). Título revalidado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Área: Psicologia Educacional. Conceito 5 - Capes. Registro nº 560468, Proc. nº 10066/14 - Campinas em 14.08.2014. tcmagalhaes@uneb.br.

Zaylin Leydi Powell Castro: Graduada em História pela Universidade da Havana (2004). Graduada em Categoria Docente Especial de Instrutor Adjunto pela Universidade da Havana (2006). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2012). Doutoranda no Doutorado Multi-Institucional e Multi-Disciplinar em Difusão do Conhecimento na Universidade Federal da Bahia (2016). Membro do Grupo de Pesquisa Rede Africanidades, na Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Tem experiência na área de História, Antropologia e Sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: religiões de matriz africana em Cuba, religiosidade, ifaísmo, oralidade, ancestralidade, relações étnico-raciais, mitologia yoruba, interseccionalidade, filosofia africana. zaylinpowell@yahoo.com.br

Zenaide Alves Pereira: Mestranda do Programa de pós-graduação stricto sensu mestrado profissional em Educação Interventiva e Social - MPIES. Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), pós-graduada em Gestão Educacional pela Faculdade São Salvador, pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Patos (FIP). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atua como Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual da Educação da Bahia, NTE 02, Bom Jesus da Lapa-BA e Professora da Rede Municipal de Ensino - Riacho de Santana-BA. zalvespereira@hotmail.com

SOBRE OS (A) ORGANIZADORES (AS)

Sandra Célia Coelho G. da Silva: Pós-Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Ciências da Religião (PUC-GO); Mestre em Ciências da Religião (PUC-GO). Pós-Graduação Lato Sensu em Sociologia (UFMG); História Econômica; Terapia Transpessoal e Práticas Integrativas do Cuidado à Saúde (PICS). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM) e da Sociedade de Teólogos e Cientistas da Religião (SOTER). Atualmente, é Professora Permanente (Linha I - Novos Contextos de Aprendizagem) e Coordenadora do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES - UNEB - DEDC - Campus XI - Serrinha); Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DCHT - Campus XVII - Bom Jesus da Lapa). Editora – Chefe da Revista Diálogo e Perspectivas Interdisciplinares- DIPI(MPIES-DEDC-Campus XI- Serrinha) .Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB). E-mail: scsilva@uneb.br.

Josias Benevides da Silva: Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2020); Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2011); Especializações em: Didática do Ensino superior (UESB), Gestão Educacional (Universidade Castelo Branco); Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1998); Graduação em Letras Português/Inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2008). Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia com dedicação exclusiva e professor colaborador no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES); Membro do grupo de pesquisa NEPE; Vice-Presidente do Observatório dos Planos Municipais de Educação do Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia e Membro do Museu do Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia (MASB). E-mail: jbsilva@uneb.br.

José Gileá de Souza: Possui Graduação em Administração; MBA em Marketing; Mestrado em Análise Regional; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano; Pós-doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e Pós-doutorado em Políticas Públicas Promotoras de Igualdades. Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Coordenador e Professor Permanente do Mestrado Profissional em Direito, Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador (UNIFACS); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU); Membro (2012/2020) da Comissão Assessora do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE/INEP/MEC); Avaliador de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS/INEP/MEC); Editor Adjunto da Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE); Membro do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB) e do Grupo de Pesquisa Modelos e estruturas organizacionais a nível territorial para ações sustentáveis (METAS). jose.gilea@animaeducacao.com.br

A obra é resultado da colaboração entre alunos especiais do componente "Inovação Social e Empreendedorismo", egressos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção Educativa e Social (MPIES), docentes do Departamento de Educação da UNEB em Serrinha, e convidados de diversas Instituições de Ensino Superior. Os textos presentes na coletânea exploram as conexões entre inovação social, empreendedorismo e diálogos interdisciplinares, abordando temáticas contemporâneas em estudos interdisciplinares e projetos de pesquisa. A inovação social, definida como a busca de soluções eficientes, sustentáveis e justas para problemas sociais, é explorada em conjunto com o empreendedorismo social, que visa resolver os desafios enfrentados pela sociedade. Este livro destaca como o empreendedor social se destaca ao abordar problemas percebidos em suas próprias comunidades, visando a transformação positiva da vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esta coletânea tem como objetivo fortalecer o diálogo e a consolidação do conhecimento interdisciplinar relacionado à inovação social e ao empreendedorismo. Os capítulos da Parte I discutem temas que vão desde a educação de jovens e adultos até a inovação tecnológica no ambiente escolar, destacando a importância de abordagens pedagógicas inovadoras.

